



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL



AMANDA SILVA DE JESUS

**TRABALHO ASSALARIADO: AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO SUAS
NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI- MG**

VITÓRIA
Maio de 2017

AMANDA SILVA DE JESUS

**TRABALHO ASSALARIADO: AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO SUAS
NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI- MG**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política social.

VITÓRIA
Maio de 2017



Trabalho Assalariado: As Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais do SUAS no Município de Teófilo Otoni- MG

Amanda Silva de Jesus

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política social.

Aprovada em 26/05/2017 por:

Prof.^a Dr.^a Silvia Neves Salazar - Orientadora, UFES

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Oliveira de Oliveira, UFF

Prof.^a Dr.^a Jeane Andreia Ferraz Silva, UFES

Prof.^a Dr.^a Soraya Gama de Ataíde Prescholdt, UFES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Vitória, Maio de 2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

J58t Jesus, Amanda Silva de, 1989-
Trabalho assalariado : as condições de trabalho dos
assistentes sociais do SUAS no município de Teófilo Otoni-MG /
Amanda Silva de Jesus. – 2017.
317 f. : il.

Orientador: Silvia Neves Salazar.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 2. Assistentes
sociais. 3. Serviço social. 4. Trabalho - Aspectos sociais. I.
Salazar, Silvia Neves. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32



Leitura na rede de flores (Obra de Gildásio Jardim)

Fonte: <https://betomelodia.blogspot.com.br>

*À minha mãe (Olga) e minha avó (Iack),
Por me permitir ousar, questionar
E ser curiosa.
Por me permitir alçar voos.
Por me darem incentivo,
Me ajudando a resistir sempre,
Desistir jamais.*

AGRADECIMENTOS

*Um dia virá em que todo meu movimento será criação,
Nascimento, eu romperei todos os **nãos** que existem
Dentro de mim, provarei a mim mesma que **nada**
Há a **temer**, que tudo o que eu for será sempre
Onde haja uma mulher com meu princípio,
Erguerei dentro de mim o que sou um dia.
(CLARICE LISPECTOR).*

*Ando devagar porque já tive pressa
Levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe?
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
Ou nada sei (RENATO TEIXEIRA).*

Essas frases expressam traços da minha trajetória de luta, diante de uma longa caminhada até aqui. Trilhei no desenrolar do meu destino estradas que me levaram muitas vezes ao choro, à angústia e à tristeza pelas dificuldades enfrentadas cotidianamente. Mas também muitos foram os sorrisos e alegrias que me levaram a mais esse momento de conquista, a mais essa Vitória.

Vários sentimentos, vários momentos e várias pessoas.... Chegou a hora de agradecer a todos que contribuíram para a realização desse sonho.

A Deus por toda força e proteção concedida ao longo dessa caminhada.

À minha amada mãe pelo amor dedicado, ajuda mútua e incentivo à minha formação profissional.

A meu pai pelo carinho.

À minha avó por todo amor, carinho, preocupação e orações que me abençoam a cada passo do meu viver.

À minha irmã, meu sobrinho e minha afilhada Maria Rita por todo carinho, essencial em minha vida.

A meu companheiro (Vanivaldo) por sempre acreditar em mim, por não me deixar desistir, por toda palavra de carinho, conforto e incentivo. Pelos momentos compartilhados, por toda construção intelectual e por todo amor.

Aos demais membros da minha família que sempre torceram por mim (tias, tios, primos e primas).

Ao Fábio por imensurável ajuda em vários momentos da minha vida, pelas alegrias, angústias e vitórias que compartilhamos, por toda força e carinho a mim dispensados e que me permitiu chegar até aqui.

À minha orientadora, Prof.^a Silvia Neves Salazar por toda troca de experiência, por toda sabedoria na condução deste trabalho, por todo conhecimento compartilhado, por toda serenidade e apoio. Por ser fonte de inspiração e um exemplo de intelectual acadêmico a ser seguido que entende que o conhecimento não deve ficar aprisionado nos muros da academia. Agradeço imensamente por ter aceitado me acompanhar nessa trajetória árdua dando o direcionamento para a construção dessa dissertação. Muito obrigada!

À Prof.^a. Ana Cristina Oliveira de Oliveira por ter aceitado participar e contribuir em mais essa etapa da minha vida acadêmica. Por todo amadurecimento e contribuição ao longo da minha jornada na busca do crescimento intelectual. Meu muito obrigada!

Às professoras Soraya Gama e Jeane Ferraz por se disponibilizarem a participar da banca examinadora deste trabalho.

À professora Maria Angelina Baia de Carvalho pela colaboração inestimável desde a graduação, e que tanto contribuiu para minha construção intelectual.

À professora e colega pessoal Claudilene da Costa Ramalho, pelas nossas incontáveis discussões e reflexões sobre a prática profissional e os desafios diários que se apresentam no cotidiano profissional dos assistentes sociais, em que muitos momentos compartilhamos nossas próprias experiências profissionais.

A todas/os as/os profissionais assistentes sociais entrevistadas/os pela colaboração e atenção a mim dispensada.

Aos professores do curso de Serviço Social da UFVJM, por vários momentos compartilhados na minha trajetória acadêmica.

Ao meus ex-alunos do curso de Serviço Social da UFVJM, vocês foram fonte de inspiração, por todo conhecimento compartilhado, por todos os momentos de aprendizagem, sabedoria e amizade, por todo apoio, carinho e palavras fraternas, meu muito obrigada.

Ao colega de mestrado Othoniel por toda troca de conhecimento e pela amizade e companheirismo na trajetória do mestrado.

Aos meus colegas de trabalho que compartilham comigo o fardo, as lutas e os aprendizados no desafio diário de ser trabalhador assalariado na política de assistência social.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos de mestrado.

A todas e todos que contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste mestrado.

VAMOS À LUTA

*Nessa terra de Vera Cruz
Cheia de encantos mil
Vislumbra-se uma questão
Que é antiga como o Brasil.
Dos seus encantos, os recantos
Os rincões mais esquecidos
Onde impera o descaso
Com um povo oprimido.
A questão se alastra
Não é de hoje que se mostra
Deram nome: “problema social”
Faceta do império do Capital!
E nessa roda viva
Em que a vida se revela
Já sabemos quem é que priva
E quem sofre a mazela.
Para intervir na questão social
É que se forma o assistente social
Tem um código de ética e conduta
E hoje empunha a bandeira: Vamos à luta!
Se para todos, as políticas são públicas,
Está combinado, não precisam súplicas
E se a nossa luta se trava há anos
Não é à toa, é pelos direitos humanos!
(Mariana Mendes Murta¹)*

¹ Assistente Social do Programa Família acolhedora em Pavão –MG (situado no Vale do Mucuri). Aluna egressa do curso de Serviço Social da UFVJM. Ganhadora do concurso de poesia realizado pelo CRESS 6º região em comemoração ao dia do assistente social no ano de 2015.

RESUMO

Na atual crise do capital que expressa o aprofundamento do desmonte das políticas sociais e de intensificação, superexploração e precarização do trabalho, torna-se indispensável avançar nos estudos sobre o trabalho dos assistentes sociais, refletindo as possibilidades e alternativas para formulação de propostas de ações que visem à defesa dos direitos sociais. O Serviço Social como profissão está inserido na divisão social e técnica do trabalho, e este profissional, como um trabalhador assalariado, sofre as refrações e precarização desse processo. Este estudo parte da hipótese de que o processo da reestruturação produtiva vem atingindo o campo de trabalho do assistente social, tanto na sua mudança ou redefinição, como a seguridade social e especificamente a política de Assistência Social vem sofrendo impacto por esse processo. A pesquisa tem como objetivo central analisar as condições e relações de trabalho no cotidiano profissional do assistente social, inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de Teófilo Otoni- MG no ano 2016. Por meio de uma ampla análise de dados e informações coletadas em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com as/os assistentes sociais inseridos nessa política no referido município, procurou-se analisar especificamente como as condições de trabalho contemporâneas têm incidido no projeto profissional do assistente social e na sua prática profissional, identificando as tensões entre projeto profissional e alienação do trabalho assalariado. O fio condutor de toda essa pesquisa volta-se para dois elementos: o primeiro, busca caracterizar as condições objetivas (documentos contratuais, salários, ambiente de trabalho, tempo de trabalho, dentre outras), do assistente social inserido na política de Assistência Social no município de Teófilo Otoni, como trabalhador assalariado, analisando os reflexos dessas condicionalidades no cotidiano de trabalho. O segundo elemento, intrinsecamente articulado ao primeiro, busca analisar as condições subjetivas do trabalho da/o assistente social (enquanto ser social que é dotado de humanidade refletida em emoções, identidade, aspectos psicológicos e outros), a partir da visão desses sujeitos a respeito de suas condições de trabalho. Evidencia-se que analisar as condições de trabalho do assistente social, é entender que este trabalha cotidianamente com as expressões da questão social oriunda da sociedade capitalista que desumaniza o próprio homem, pelas condições de barbárie social que lhe impinge. Assim, este profissional não só trabalha com as expressões da questão social, como também, as sofre enquanto segmento da classe trabalhadora. Dessa forma, conclui-se que os profissionais assistentes sociais sofrem os rebatimentos da precarização do trabalho, sendo superexplorados e tendo sua vida afetada por tais condições.

Palavras-Chave: Trabalho assalariado. Serviço Social. Assistência Social

ABSTRACT

In the current capital crisis, which expresses the deepening of the dismantling of social policies and intensification, overexploitation and precariousness of work, it is indispensable to advance in the studies on the work of social workers, reflecting the possibilities and alternatives for formulating proposals for actions that To defend social rights. The Social Service as a profession is inserted in the social and technical division of labor, and this professional, as a salaried worker, suffers the refractions and precarization of this process. This study is based on the hypothesis that the process of productive restructuring is reaching the social worker's field of work, both in its change or redefinition, as social security and specifically Social Assistance policy has been impacted by this process. The main objective of the research is to analyze the working conditions and relations in the daily social work of the social worker, inserted in the Unified Social Assistance System (SUAS), in the municipality of Teófilo Otoni MG in the year 2016. Through extensive data analysis And information collected in bibliographical research, documentaries and interviews with the social workers included in this policy in the mentioned municipality, it was sought to analyze specifically how the contemporary working conditions have focused on the professional project of the social worker and his professional practice, identifying the Tensions between professional design and the alienation of salaried work. The main aim of this research is to characterize the objective conditions (contractual documents, salaries, work environment, working time, among others), the social worker inserted in the Social Assistance policy in the Municipality of Teófilo Otoni, as a salaried worker, analyzing the reflexes of these conditionalities in daily work. The second element, intrinsically articulated to the first, seeks to analyze the subjective conditions of the social worker's work (as a social being that is endowed with humanity reflected in emotions, identity, psychological aspects and others), from the view of these subjects regarding Of their working conditions. It is evident that analyzing the working conditions of the social worker is to understand that he works daily with the expressions of the social question arising from capitalist society that dehumanizes man himself, by the conditions of social barbarity that impinges upon him. Thus, this professional not only works with the expressions of the social question, but also suffers them as a segment of the working class. In this way, it can be concluded that the social assistants suffer the refusals of the precariousness of work, being overexploited and having their life affected by such conditions.

Keywords: Salaried work. Social service. Social assistance

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPC- Benefício de Prestação Continuada
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para população em situação de Rua
CIB- (Comissão Intergestora Bipartite
CIT- Comissão Intergestora Tripartite
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
CFESS - Conselho Federal de Serviço social
CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico
CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos
BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO- Encontro Nacional de Estudantes em Serviço Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDENE- Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IMA- Instituto Mineiro de Agropecuária
EMATER/MG- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FJP- Fundação João Pinheiro
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
FMAS- Fundo Municipal de Assistência Social
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNAS- Fundo Nacional de Assistência Social
LDB- Leis de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
NRF- Novo Regime Fiscal
PAD/MG- Pesquisa por amostra de Domicilio de Minas Gerais
PAIF- Programa de Atenção Integral a Família
PAEFI- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
PAIR- Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual
Infanto- Juvenil
PBF- Programa Bolsa Família

PEC- Proposta de Emenda Constitucional
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio.
PNUD- Programa das Nações Unidas para desenvolvimento
PPI- Programa de Parcerias de Investimento
PT- Partido dos Trabalhadores
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial da Saúde
NRF- Novo Regime Fiscal
RAIS- Relação Anual de Informações Sociais
RISP- Região Integrada de Segurança Pública
SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SEMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social
SINDIFISCO- Sindicato Nacional dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil
SEDESE- Secretaria do Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU- Tribunal de contas da União
UFES- Universidade Federal do Espírito Santo
UFVJM- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O congelamento dos gastos com as políticas públicas e sociais no Brasil.....	193
Figura 2- Será que existe mesmo déficit na previdência brasileira?.....	201
Figura 3 - Pinturas de Gildásio Jardim	205
Figura 4- Mapa das mesorregiões de Minas Gerais	206
Figura 5- Mapa da cidade de Teófilo Otoni no Vale do Mucuri.....	213
Figura 6- Quadro do pintor Gildásio Jardim	233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição do total de vínculos no ano por faixas de tempo de emprego Brasil- 2000, 2005 e 2009 (em %)	148
Gráfico 2 – Distribuição dos desligamentos no ano por faixas de tempo de emprego Brasil- 2000, 2005 e 2009 (em %)	149
Gráfico 3- Evolução da quantidade de CRAS- Brasil 2007 a 2014.....	188
Gráfico 4- Evolução da quantidade de CREAS segundo grandes regiões-Brasil, 2009 a 2014.....	189
Gráfico 5- Evolução da quantidade de trabalhadores na Secretarias Municipais de Assistência Social – Brasil, 2010 a 2014.	191
Gráfico 6- Total de famílias do município de Teófilo Otoni com renda per capita até R\$154,00 no período de 2010 a 2014.....	214
Gráfico 7- Total de famílias com renda até 1/2 salário mínimo na cidade de Teófilo Otoni no período de 2010- 2014.....	214
Gráfico 8- Perfil Idade	246
Gráfico 9- Tempo de Formação em Serviço Social	248
Gráfico 10- Tempo de atuação dos assistentes sociais na área do Serviço Social e na Assistência Social.....	250
Gráfico 11- Quantitativo de profissionais assistentes sociais com ou sem capacitação inseridos na Política de Assistência Social de Teófilo Otoni.....	262

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Documentos solicitados e utilizados no desenvolvimento da pesquisa	40
Quadro 2- Modalidades Especiais de contrato de Trabalho - Brasil.....	146
Quadro 3- Equipes de referência dos CRAS.....	189
Quadro 4 - Equipes de referências dos CREAS.....	190
Quadro 5- Serviços e benefícios da assistência social do município de Teófilo Otoni	221
Quadro 6- Financiamento das Instituições privadas de Assistência Social do município de Teófilo Otoni	228
Quadro 7- Principais dificuldades enfrentadas pelas/os profissionais na política de assistência social.....	270
Quadro 8- Demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais e sua vinculação as expressões da questão social de acordo com os profissionais da pesquisa.....	285

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Perdas estimadas para a Assistência Social caso o NRF seja implementado a partir de 2017- 2017 a 2036	194
TABELA 2- Projeção do Orçamento da Seguridade Social no Brasil em R\$ bilhões 2004-2007.....	200
TABELA 3 – Família beneficiada do PBF por macrorregião em percentual	210

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A ONTOLOGIA DO TRABALHO: DA EXPLORAÇÃO A SUPEREXPLORAÇÃO	45
2.1 O SIGNIFICADO DA CATEGORIA TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA VIDA DO SER SOCIAL.....	45
2.1.1 A mercantilização do trabalho do Assistente Social e sua superexploração enquanto força de trabalho pelo capital	64
2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA DO TRABALHADOR.....	73
2.3 A CLASSE TRABALHADORA SEU PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	92
3 TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NO BRASIL	121
3.1 AS DETERMINAÇÕES E PARTICULARIDADES DO TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	121
3.2 O LIMAR CONTÍNUO DA TENSÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	154
3.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS E A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NESSE ESPAÇO SÓCIO- OCUPACIONAL	171
3.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO MUCURI E DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI.....	205
3.4.1 O SUAS no município de Teófilo Otoni	218
4 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESAFIOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI- MG	231
4.1 O DESAFIO DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DIANTE DA CONJUNTURA ATUAL DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS.....	233

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA COM OS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NO SUAS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI.....	242
4.2.1 Perfil Profissional	245
4.2.2 Determinações Contratuais	249
4.2.3 Condições e meios de trabalho	253
4.2.4 Intensificação e Precarização do Trabalho	271
4.2.5 Constrangimentos éticos-político e assédio moral	279
4.2.6 Penosidade do trabalho e seus impactos na vida do trabalhador	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	290
REFERÊNCIAS	297
ANEXOS	310
APÊNDICES	313

1 INTRODUÇÃO

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos. A cobiça envenenou a alma dos homens [...] levantou no mundo as muralhas do ódio [...] e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e morticínios. Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundâncias, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.

Charles Chaplin

As condições de trabalho dos profissionais assistentes sociais no âmbito da política de Assistência Social, especificamente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se coloca como objeto de estudo desta pesquisa. Essa inquietação é reforçada pelo fato de que essa temática ainda vem sendo pouco discutida no interior da categoria profissional, pois “[...] Poucos são aqueles estudos que têm como foco o *sujeito profissional*, e a análise do Serviço Social sob o ângulo dos processos de trabalho permite dar-lhe a atenção devida (IAMAMOTO, 2010, p. 65 grifo do autor). Segundo a autora existe uma carência muito grande de produções que abordem o assistente social como sujeito profissional.

Assim, para além de pensar a profissão Serviço Social tem-se a necessidade de pensar os sujeitos que a ela se dedicam. Desta forma, temos que considerar que o maior número de profissionais assistentes sociais brasileiros, estão inseridos no âmbito da política de Assistência Social, envolvidos, tanto na elaboração, implementação e gestão do SUAS, perpassando toda sua construção que se efetiva na execução dos serviços, desempenhados nos equipamentos (em que estão alocados o maior número do contingente de profissionais assistentes sociais da política de assistência), e onde temos um dos maiores gargalos desta política devido as condições de trabalho que se configuram atualmente.

Cabe destacar que há uma busca e um esforço para se pensar o trabalho profissional do assistente social por entidades como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), com o intuito de fortalecer essa discussão e possíveis estudos por parte da categoria profissional.

Assim, o fato do/a assistente social² ser um trabalhador assalariado, coloca uma série de tensões no seu cotidiano de trabalho, particularmente nesta relação entre trabalho abstrato/alienado e trabalho concreto. Este último, marcado pela intencionalidade e utilidade do trabalho do assistente social a partir da consolidação do Projeto Ético Político que a profissão vem buscando implementar.

Essas reflexões sobre as relações e condições de trabalho dos profissionais assistentes sociais, no município de Teófilo Otoni no âmbito do SUAS, me foi colocada como ponto de interrogação, quando no período de 2010 a 2012 no momento de inserção, interação e vivência no estágio do curso de Serviço Social, me inquietavam as condições físicas, psicológicas nas quais aqueles profissionais se encontravam nos diferentes espaços sócio ocupacionais. No período em que estagiei no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Teófilo Otoni, passei por três profissionais diferentes que supervisionaram o meu estágio. Findado o primeiro ano de estágio me inseri em outro campo de estágio, dessa vez em um projeto de extensão universitária financiado pelo PIBEX (Programa Institucional de Bolsa de Extensão) da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Projeto intitulado “O fortalecimento do protagonismo Juvenil e Comunitário na zona Sul de Teófilo Otoni”, onde pude vivenciar outra realidade do trabalho profissional. De forma mais autônoma com uma dinâmica diferenciada em relação ao trabalho profissional. Assim, no estágio, pude vivenciar dois lados diferentes do cotidiano profissional e das condições de trabalho dos profissionais ali inseridos.

As diversas situações presentes, especialmente no primeiro ano de estágio, me fizeram ouvir e experienciar, juntamente com meus supervisores, o fardo do dia a dia, e essas questões começaram a me intrigar. Como esses sujeitos poderiam se subordinar a essas condições de trabalho? Quais as formas de contratação destes profissionais no município de Teófilo Otoni? Quanto tempo os profissionais permanecem nos espaços institucionais onde se desenvolve a Política de Assistência Social? Há rotatividade? Como as mudanças no mundo do trabalho têm incidido sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais de Teófilo Otoni?

O reclame dentro de mim era latente. Ainda na graduação pude me aproximar da teoria marxista, do debate da categoria trabalho onde este se por um lado, na conjuntura da sociedade

²“Dados da pesquisa sobre perfil do assistente social no Brasil promovida pelo conjunto CFESS/Cress (2005) demonstram que os assistentes sociais continuam sendo predominantemente trabalhadores assalariados, notadamente de organismos governamentais, com maior incidência nas políticas de saúde e assistência social. A maioria dos assistentes sociais é de servidores públicos, sendo que 78,16% atuam em organizações de natureza estatal, 40,97% na esfera municipal, 24% nos estados e 13,19% em âmbito federal”. (RAICHELIS, 2010, p 757).

capitalista, possui o caráter de alienar, segregar e explorar os indivíduos, por outro, expressa a dimensão ampliada do homem, capaz de através do trabalho projetar o resultado da sua ação transformadora. Nesta direção, Marx (2013) nos traz análises da conformação da sociedade capitalista e como as relações sociais se dão nessa sociabilidade.

Assim, temos que a sociedade burguesa é a sociedade do valor de troca que domina toda a produção e promove a inversão do homem da relação de sujeito a objeto, ou seja, o homem é o objeto da sua criação e não sujeito da criação (MARX, 2013). Há uma inversão nas relações na sociedade capitalista onde a criatura domina o criador, a mercadoria aparece como se tivesse vida própria e passa a ser predominante no processo de produção. Não interessa quem produz e como produz, mas sim o que é produzido e sua utilidade e validade para o mercado. É nessa lógica que a alienação³ compõe a dinâmica do capital que se baseia na exploração do trabalho, no processo de produção das mercadorias⁴, passando estas então, a ser o centro de todas as relações sociais entre os homens (MARX, 2013).

A partir de então, a minha aproximação ao campo da Assistência Social e com o trabalho profissional, começou a se aprofundar. No trabalho de conclusão de curso busquei investigar a política de Assistência Social e o SUAS, analisando os avanços e retrocessos da política. Tais questionamentos foram levantados no primeiro ano de estágio onde considerei a necessidade de analisar a Política de Assistência Social no campo político, econômico e social, e seus possíveis rebatimentos na atuação profissional.

Neste campo da política pública, pude apreender que o desempenho da Assistência Social apresenta alguns paradoxos, o maior deles diz respeito à influência do projeto neoliberal que tenta transmutar os avanços alcançados no campo social, em um processo de desmontagem

³ “No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de produtos de sua própria atividade ou a natureza na qual vivem – também alienados a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sem pré alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. (BOTTOMORE, 2012, p.6).

⁴ “Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”. (MARX, 2013, p.148).

e desarticulação de direitos. Desarticulação essa, proposta por mecanismos de ajustes e cortes dos gastos com o âmbito social, por parte dos organismos internacionais, que tentam fazer prevalecer e garantir os interesses do capital (MOTA, 2010).

Sabe-se que a política de Assistência Social tem assumido na atualidade uma “direção social estratégica” no enfrentamento e combate da brutal pobreza que assola o país (MOTA, 2010). Num período em que ocorre a desumanização do homem e o seu processo de empobrecimento sociocultural e político, essa conjuntura também ventila a falsa e cômoda tese de um “capitalismo mais humano e solidário”⁵, e na política de Assistência Social isso também tem se expressado, sobretudo, nos programas de transferência de renda que acabam desvirtuando os objetivos e funções dessa política pública (MOTA, 2010). Pois a política de assistência social não se resume apenas aos programas de transferência de renda, ela é bem mais ampla especialmente no que diz respeito a garantia e defesa de direitos sociais, a proteção social e a vigilância socioassistencial definidos como objetivos da política de assistência social de acordo com sua lei orgânica (LOAS- 8.742/93). Mas cabe destacar que os objetivos desta política vem sofrendo rebatimentos pela extensiva onda neoconservadora de regressão de direitos sociais e pelas mudanças no mundo do trabalho (redução e cortes de gastos, flexibilização, terceirizações, precarização do trabalho etc.).

Ressalto que a essa trajetória devo acrescentar minha atuação como professora substituta na UFVJM, durante os anos de 2014 a 2015, e como professora voluntária em 2016, onde ministrei várias disciplinas, dentre elas, “Política Social IV”, que trata do conteúdo mais

⁵ Modelo de desenvolvimento do capitalismo denominado de neodesenvolvimentismo que tem como foco o crescimento econômico atrelado ao equilíbrio com a expansão do social. Neste contexto temos uma expansão dos programas de transferência de renda, e no âmbito da seguridade social a política de assistência social ganha a centralidade, perante as demais políticas sociais que já vinham sofrendo com os processos de privatizações. O neodesenvolvimentismo nada mais é do que uma nova roupagem do conservadorismo, como novo projeto do capital traz um “[...] conjunto de mecanismos criados para amenizar a considerada “nova” questão social e com a pretensa intenção de realizar um ‘capitalismo com face mais humana’. Em especial no Brasil, cuja inserção na nova dinâmica internacional do trabalho deu-se aprofundando seu caráter capitalista dependente, a pretensa condução de políticas públicas humanizantes, focadas no alívio da pobreza e na geração de renda num contexto de regressão dos direitos sociais, vem se realizando por meio de uma versão atualizada da ‘teoria do desenvolvimento’, batizada de ‘novo-desenvolvimentista’, e da ‘teoria do capital social’, na abordagem neo-institucionalista. [...] No âmbito ideológico, a ‘teoria do capital humano’ é rejuvenescida incorporando outras noções – empregabilidade, competências, sociedade do conhecimento etc. [...] A ênfase será dada à capacidade e a competência que cada indivíduo deve adquirir no mercado educacional para atingir melhores condições de disputa e melhor posição no mercado de trabalho.” (OLIVEIRA; MOTTA, 2010, p. 16- 19 grifo do autor). Essa ideologia do capital humano, também incorpora elementos da “[...] ‘teoria do capital social’, de Robert Putnam (2002). Esta defende a tese de que o bem-estar social e o desenvolvimento econômico e social de qualquer sociedade somente são possíveis com instituições fortes e confiáveis; [...] [e isso] depende do grau de ‘cultura cívica’ dos grupos sociais. Nessa perspectiva, para sair da pobreza torna-se fundamental estimular a multiplicação de associações solidárias, voltadas para a ajuda mútua em problemas individuais e comunitários pontuais, para a criação de cooperativas comunitárias de produção e redes solidárias no caminho do fortalecimento da ‘cultura cívica’”. (OLIVEIRA; MOTTA, 2010, p. 19 grifos do autor).

contemporâneo da Política de Assistência Social e “Estágio Supervisionado em Serviço Social”. Esta experiência me permitiu ter contato com supervisores de campo de alunos inseridos em campos de estágios, e aguçou ainda mais o interesse em identificar e analisar as condições de trabalho na qual se encontravam inseridos os profissionais assistentes sociais trabalhadores do SUAS, na região do Vale do Mucuri – município de Teófilo Otoni/Minas Gerais. Outro fator relevante para meu olhar em relação as condições de trabalho é que ao atuar como assistente social na política de saúde e atualmente na política de assistência social, vivenciei e vivencio intimamente e diariamente a condição de trabalhadora assalariada. Assim, em diversos contatos com profissionais da política de assistência social, muitos relatos dos profissionais expressam a precarização do trabalho, a falta de capacitação e de apoio que esses profissionais enfrentam.

Esses profissionais, em sua maioria mulheres, revelam em falas, gestos, olhares que expressam o sofrimento e dificuldades reais que perpassam a historicidade desses sujeitos. Preocupações que parecem perpassar desde a dificuldade no processo de formação, a esperança de um emprego, de se submeter a condições de precarização no emprego e de se acomodar a essa condição tendo em vista a necessidade de sobrevivência. Em sua maioria profissionais e mães provedoras do lar, sob o espectro do trabalho temporário que assombra sua consciência pela necessidade do seu sustento e da família. Mulheres trabalhadoras assalariadas que veem seu tempo de vida serem consumidos pelo tempo dispendido ao trabalho.

Pude observar, ainda que de forma inconclusa, que os sujeitos inseridos nesses espaços ocupacionais sofriam uma violência que feria seu ser social a cada dia. De imediato percebi que tal processo vem levando, essas/es profissionais a sofrimentos de ordem física, psicológica e até moral, configurando-se como uma expressão da questão social, que não afeta apenas os usuários da política de Assistência Social, mas também aos profissionais desta política. Assim, como um clamor “suor e sangue, sofrimento e dor são elementos que constituem o labor, trabalho que desumaniza, trabalho que inferioriza, mas sigamos a trabalhar, pois nossas bocas e a de nossos filhos temos de alimentar”⁶.

Cabe ressaltar que além dos motivos pessoais e acadêmicos que influenciaram na escolha desse tema, a relevância atual do estudo se coloca pelas contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer. Pois ao analisar as condições do trabalho assalariado do assistente social inserido no SUAS, mesmo que seja em um município específico (Teófilo Otoni - MG) como o

⁶ Autoria própria, as aspas foram utilizadas para dar ênfase a frase.

que a pesquisa propõe, esse estudo poderá auxiliar para a análise do retrato atual do trabalho deste profissional no contexto da categoria profissional.

É importante destacar também que, aprofundar os estudos sobre o trabalho de assistentes sociais na atual conjuntura requer refletir sobre as possibilidades e alternativas para formulação de propostas de ações que visem à defesa dos direitos sociais.

Entendemos que as mudanças no caráter do trabalho são reflexos das próprias mudanças oriundas no processo de produção e reprodução da sociedade capitalista (ALVES, 2013). Assim, o Serviço Social como profissão se encontra inserido na divisão social e técnica do trabalho e o profissional assistente social como um trabalhador assalariado sofre as refrações e precarização desse processo.

Dessa forma, analisar as condições de trabalho do assistente social é entender, que este trabalha cotidianamente com as expressões da questão social oriunda da sociedade capitalista, e que, como afirma Yamamoto (2008) desumaniza o próprio homem pelas condições de barbárie social que lhe impinge. Assim, este profissional não só trabalha com as expressões da questão social como também as sofre enquanto segmento da classe trabalhadora. Dessa forma, a relevância do trabalho é compreender a categoria trabalho na profissão do assistente social e na vida desse profissional, entendendo que este é mercadoria para o capital como (trabalho – vivo), mas também é ser social. A partir de uma realidade local de uma base empírica procurou-se analisar as condições de trabalho desses profissionais e identificar possíveis novos rumos que se colocam para sua atuação e profissão.

Diante das transformações societárias que incidem no mundo do trabalho sobre o conjunto da classe trabalhadora, e partindo do pressuposto de que as condições de trabalho podem apresentar características diferenciadas nas várias regiões do país, perguntamos: *As condições de trabalho do profissional Assistente Social, inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de Teófilo Otoni- MG, apresentam aspectos que as singularizam?*

Tal questionamento expressa a principal preocupação no estudo proposto, logo, é o fio condutor desta pesquisa, pois segundo Soriano:

A pesquisa começa quando se coloca um problema que precisa de solução, e para encontra-lo o especialista social deve elaborar um projeto de pesquisa que lhe permita descobrir, explicar e, se possível, prever em termos probabilísticos ou de tendência determinadas situações, bem como as repercussões que a solução proposta há de ter no processo social. (2004, p. 25).

O interesse por essa temática levou-me a uma pesquisa em vários bancos de dados dentre eles Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e no banco de teses do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Das 285 teses e dissertações analisadas a partir dos títulos e resumos pude perceber que as investigações a respeito da política de Assistência Social especificamente o SUAS vêm sendo discutidas, mas são incipientes, apenas 18 se relacionavam com a proposta de estudo discutindo a política de assistência social, mas não especificamente as condições de trabalho dos assistentes sociais, cabe destacar que as condições de trabalho não se dão da mesma forma nas várias regiões do país, pois cada região possui particularidades próprias de territorialização, urbanização e desenvolvimento.

Assim, foi possível identificar que não há estudos recentes sobre as condições desses profissionais no Vale do Mucuri particularmente no município de Teófilo Otoni-MG.

Em 2010 foi realizada uma pesquisa nacional sob organização de Berenice Rojas Couto, Maria Carmelita Yasbek, Maria Ozanira Silva e Silva e Raquel Raichelis (2010) que refletiu sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Essa pesquisa nacional foi aprovada e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), envolvendo o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); o programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e o programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), no espaço temporal dos anos de 2005 a 2010, teve como base empírica as regiões norte, nordeste, sul, sudeste do país (COUTO, et al 2010).

O intuito da pesquisa nacional (COUTO et al, 2010) era a investigação sobre a implantação e implementação do SUAS em nível nacional, priorizando os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

A proposta da pesquisa objetivou realizar: uma análise do conteúdo e dos fundamentos da Política Nacional de Assistência Social –PNAS; uma análise da gestão estadual e municipal da PNAS, na ótica dos gestores, técnicos e representantes dos Conselhos; e um estudo do processo de implantação e implementação do SUAS em nível nacional, priorizando o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, estrutura estatal criada a partir da proposta do SUAS. (COUTO et al., 2010, p.03).

Pode-se dizer, então, que a proposta da pesquisa nacional desenvolvida por Couto (et al, 2010), não foi analisar as condições de trabalho do assistente social no SUAS, e sim o

desenvolvimento da política de Assistência Social, implantação e implementação do SUAS, tendo como foco de análise os CRAS. Entretanto, cabe ressaltar que a pesquisa aponta as condições de trabalho do assistente social identificadas no cotidiano profissional presentes nos CRAS e CREAS de alguns estados, mas esse não foi o foco da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com gestores estaduais e municipais e observações sistemáticas nos CRAS (56) e CREAS (11) (COUTO, 2010). Na pesquisa empírica 7 estados foram visitados (Pará, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Rio grande do Sul, Paraná), e 41 municípios (COUTO, 2010).

No estado de Minas Gerais a pesquisa foi realizada nas cidades de Belo Horizonte, Carbonita, Congonhas, Coronel Fabriciano, Janaúba e Limeira do Oeste, a pesquisa compreendeu o período de 08 de maio a 30 de julho de 2008. Cabe destacar que o vale do Mucuri não foi compreendido pela pesquisa nacional, e, é nele que está situada a cidade de Teófilo Otoni, lócus do objeto proposto pelo presente trabalho.

Minas Gerais, segundo dados do IBGE (2014), é o segundo estado mais populoso do Brasil, sendo o primeiro em quantidade de municípios, possuindo 853 no total. O vale do Mucuri situado na região nordeste do estado, é composto por 27 municípios sendo Teófilo Otoni sua cidade polo.

A pesquisa nacional (COUTO, 2010) traz uma amostra representativa da realidade, mas não inviabiliza a necessidade e a relevância de pesquisas regionais ou municipais localizadas que busquem trazer dados de uma realidade local. A pesquisa local pode fornecer novas informações contribuindo assim, para um maior entendimento e visualização da realidade da política de Assistência Social no Brasil, permitindo também um olhar para os profissionais assistentes sociais que contribuem para implementar e executar essa política e que estão na linha de frente dos enfrentamentos cotidianos do exercício profissional.

Acredito que a região territorial do município de Teófilo Otoni ofereceu uma rica base empírica para a pesquisa que se apresenta, pois ao trabalhar com essa cidade e seu contexto regional, político e econômico privilegiou-se a análise de uma das regiões mais pobres e menos estudadas do país (PEREIRA; LEMOS, 2005). O que a partir de um recorte territorial, a cidade de Teófilo Otoni, como sendo a maior da mesorregião do Mucuri, permitiu perceber o desenvolvimento da política de Assistência Social na região, suas características e especificidades impingidas nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Essa análise também permitiu ter uma visão da divisão territorial e social do trabalho na região e de como

esse vem sendo cada vez mais remodelado devido às estratégias de reprodução do capital que articula escalas diferenciadas de exploração do trabalho em determinadas regiões.

Conforme salienta Marx (2013), a sociedade capitalista em seu processo de produção e reprodução, realiza a concentração de renda e riqueza, tem-se assim, o privilégio de determinados espaços tanto no âmbito mundial como internamente, criando diferenças entre as porções territoriais dentro dos países, onde se encontra o desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões, marginalizando determinados espaços.

Cabe apontar que o Vale do Mucuri apresenta um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) menos significativo do Estado de Minas Gerais entre 0,568 a 0,707 (IBGE, 2010), sendo uma das regiões que apresenta no Estado um dos piores indicadores sociais e econômicos, estando entre uma das mesorregiões que apresentam os piores índices de desigualdade de renda do Estado.

A cidade de Teófilo Otoni se encontra no rol de municípios considerados subdesenvolvidos, com uma economia baseada na agricultura, pecuária, fabricação de produtos de madeira, produção de minerais não metálicos do tipo pedras preciosas e semipreciosas, e alguns setores de serviços com concentração relevante em: assistência social, publicidade e pesquisa de mercado, atividades de vigilância, segurança e investigação (PLANO, 2014).

Ainda assim, a cidade de Teófilo Otoni por ser a cidade polo da mesorregião do Vale do Mucuri, tem que sua prestação de serviços abrange todo o vale Mucuri, e exerce influência sobre o baixo Jequitinhonha. Os serviços básicos do município, incluindo os de saúde se encontram saturados devido à grande demanda advinda de toda sua área de influência (PLANO, 2014).

O subdesenvolvimento local ou regional é entendido por Gunder Frank⁷ (1973) como gerado pelo mesmo processo histórico que gera o desenvolvimento econômico, ou seja, o desenvolvimento do próprio capitalismo. Assim, o desenvolvimento das metrópoles provoca simultaneamente o subdesenvolvimento dos satélites subordinados. Para Frank (1973) esse processo de subordinação e de disparidade ocorre também internamente nos países, assim,

⁷ Um dos principais intelectuais que pensam o subdesenvolvimento latino americano sob a luz da teoria da dependência. “A Teoria da Dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Em termos de corrente teórica, a Teoria da Dependência se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras” (DUARTE; GRACIOLLI, s/n, s/p). A teoria da dependência é uma formulação teórica que foi desenvolvida por intelectuais como Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini dentre outros.

setores avançados dos países latino-americanos não conseguem estender seu desenvolvimento a setores atrasados da sua própria economia, repetindo uma formação metrópole-satélite dentro das próprias periferias.

Essa é a contradição interna essencial do capitalismo, pois permite o desenvolvimento relativo de alguns e reproduz e mantém o subdesenvolvimento da maioria em nível internacional, nacional, regional e local (FRANK, 1973). O modo de produção capitalista colonialista/imperialista se expande na medida em que instala uma estrutura que divide os países, as regiões e os locais entre metrópole-satélite/explorador-explorados (FRANK, 1973), sendo o capitalismo responsável pelo subdesenvolvimento, o criando e recriando, pois como salienta Marx (2013), a produção capitalista é produção de riqueza na mesma proporção da pobreza.

Tendo que para a realização da acumulação, as forças expansivas do capital são ampliadas. Ao acelerar as revoluções tecnológicas na composição técnica do capital, aumentando sua parte constante (valor meios de produção), reduzindo sua parte variável (valor da força de trabalho), cria-se assim, a formação de uma superpopulação relativa (exército industrial de reserva mão de obra sobrando disponível ao capital), forjada como resultado direto da acumulação concentração e centralização da riqueza (MARX, 2013).

Temos então que a forma de acumular riqueza do capital, realiza um processo de acumulação da miséria, tendo em vista que a parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a quantidade de oferta de trabalho disponíveis para seu emprego, devido a revoluções na composição técnica do capital que reduz a demanda de trabalho, para os fins de valorização do capital.

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas, quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. (MARX, 2013, p.719).

O processo de expansão capitalista, realiza a radicalização dos processos de exploração e expropriação, tendo que a força expansiva do capital e o crescimento da força de trabalho são impulsionados pela mesma causa e expressos pela Lei geral da acumulação

capitalista. Temos pois, a disparidade da produção da riqueza socialmente produzida que é concentrada e centralizada nas mãos de grandes mandatários capitalistas.

[...] O desenvolvimento desigual, assim, considerado, é o resultado de uma relação também desigual entre os apropriadores privados mundiais do capital, que atuam de maneira combinada para garantir a permanência do seu modo de acumulação, e os trabalhadores explorados do mundo, que sustentam essa esfera de acumulação global. (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 33).

Assim, cabe dizer que essas regiões denominadas de menos desenvolvidas são funcionais ao direcionamento estratégico do capital, num desenvolvimento “desigual e combinado⁸” (FERNANDES, 1987).

O autor Fernandes (1987), traz para o debate elementos importantes e fundamentais que marcam traços característicos da formação brasileira, e que ainda se encontram presentes em alguns municípios. Dentre tais traços destacamos o patrimonialismo⁹ e o clientelismo¹⁰, que

⁸ Florestan (1968, 1972, 1987), realiza uma investigação histórica com uma análise crítica sobre as características históricas estruturais, sociais e políticas da sociedade brasileira. Assim, ele analisa o desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, que apresenta um modelo de desenvolvimento dependente e heteronômico. O capitalismo dependente (pensado enquanto forma periférica e dependente do capitalismo monopolista, ou seja é uma forma específica de uma das fases do desenvolvimento do capitalismo) se desenvolve não apenas no Brasil, mas, em todos os países da América Latina, respeitando as fases específicas de seu desenvolvimento, bem como as diferenças e particularidades de cada nação. Segundo Florestan, o subdesenvolvimento é uma condição da reprodução de um tipo de desenvolvimento capitalista em países típicos de condições heteronômicas ou dependentes, em relação as nações centrais desenvolvidas. O desenvolvimento capitalista está longe da ideia de universalização. Florestan portanto, nega as explicações correntes do subdesenvolvimento como “atraso” da urbanização ou industrialização, negando portanto, as explicações de que a superação do subdesenvolvimento virá através da aceleração do crescimento econômico. Países subdesenvolvidos são funcionais a lógica de dominação do capital. Não é objetivo do capital um desenvolvimento equilibrado, o desenvolvimento do capitalismo nas economias dependentes, como é o caso do Brasil, combina segundo Florestan o “velho e o novo”, unindo o arcaico (origem colonial, latifúndio, monocultura, dominação política de cunho autoritário com base no mandonismo, elementos atrasados nas relações contratuais de trabalho o que permite uma maior exploração da força de trabalho), ao moderno, às mudanças econômicas e tecnológicas em alguns ramos produtivos que servem como nichos especulativos do capital e que se estabelecem em determinadas regiões do país, seja para extração da matéria-prima ali existente ou outro atrativo pontual necessário ao capital, o que resulta em uma modernização conservadora combinando desenvolvimento e subdesenvolvimento.

⁹ O patrimonialismo é um modelo de administração típico dos Estados absolutistas europeus. Esse estilo de administração do Estado não faz distinção entre o bem público e o privado, não havendo distinção entre o que pertence ao Estado e o que pertence ao detentor do poder. No Brasil o patrimonialismo é implantado juntamente com Estado colonial português (1500- 1822), perpassando o período imperial (1822- 1889) e chegando a república velha (1889-1930). Durante o período da República Velha temos a figura do “coronel” em que se presenciou fortemente a prática do patrimonialismo pelos mandos deste, ocupando funções cargos públicos para beneficiamento próprio e se utilizando de bens públicos para fins privados. Infelizmente ainda hoje essa é uma característica marcante na política brasileira. O que dizer da amizade próxima do presidente da República Michel Temer com o coronel Lima? E comprovado através de investigações que o coronel recebia propinas para o presidente. Isso apenas nos demonstra que o coronelismo e o patrimonialismo ainda é muito presente na política brasileira.

¹⁰ Entende-se por **clientelismo** “[...] “a prática política de troca de favores, na qual os eleitores são encarados como “clientes”. O político concentra seus projetos e funções no objetivo de prover os interesses de indivíduos ou grupos com os quais mantém uma relação de proximidade pessoal, e em meio a esta relação de troca é que o político recebe os votos que busca para se eleger no cargo desejado. Desta forma, clientelismo diz respeito a trocas

como salienta a própria Raichelis (2010), expressa uma cultura que se encontra ainda presente na política de Assistência Social, e que o município estudado traz esses traços em suas características. Neste sentido, coube pensar durante o estudo como esses fatores afetam o trabalho profissional.

Ainda, se fez importante pensar no aumento significativo de profissionais assistentes sociais nas várias regiões do país, a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com posterior implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), levando a refletir que o contingente de profissionais aumentou significativamente e, portanto se faz necessário refletir em que condições esse trabalho se realiza. Como afirma a própria Raichelis (2010, p. 751).

A implantação do Suas e sua rápida expansão por todo o território nacional vem ampliando consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais atuantes nessa área. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto.

Entendemos que a temática proposta é de grande relevância, sobretudo, porque nos coloca a pensar as subjetividades desses profissionais inseridos nas relações de produção social hegemônica. Cabe aqui pensar, quem é esse profissional? Qual é o perfil desse profissional? Quais as condições objetivas e subjetivas desse trabalho? Buscou-se assim, desvendar o cotidiano profissional.

No município de Teófilo Otoni segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)¹¹ o quadro atual de profissionais assistentes sociais no âmbito do SUAS é de 30 profissionais¹²: na atenção básica, temos nos Centros de Referência de Assistência Social

individuais de bens privados entre indivíduos desiguais, denominados patrões e clientes. A origem dessas relações possui suas raízes na sociedade rural tradicional, assim como nos laços entre latifundiários e camponeses fundados na reciprocidade, confiança e lealdade. [...] O clientelismo tem como finalidade principal amarrar politicamente o beneficiado. Os intermediários dos favores, prestados às custas dos cofres públicos, são os chamados clientelistas, despachantes de luxo ou ainda traficantes de influências. O grande objetivo dos intermediários é o voto do beneficiado ou dinheiro, componentes básicos do que identificamos como corrupção”. (Disponível em: <<https://histudo.wordpress.com/2012/10/18/coronelismo-mandonismo-e-clientelismo>>. Acesso em 16 de junho de 2017).

¹¹ Informação Verbal fornecida pela então secretária municipal de Assistência Social do município de Teófilo Otoni, a senhora Eliana Vieira do Amaral (Período de Gestão 2013- 2016) e comprovado posteriormente com a pesquisa de campo (2016).

¹² Esses profissionais estão situados na rede socioassistencial no âmbito do SUAS na baixa e média complexidade, já que a alta complexidade no município é quase totalmente realizada por instituições privadas de assistência social

(CRAS) quinze (15) profissionais dentre estes cinco (5) são coordenadores de CRAS. O Bolsa Família tem quatro (4) profissionais, o Serviço de Convivência quatro (4) profissionais, um (1) profissional no Conselho Tutelar mas que compõe o quadro de profissionais da assistência e (1) profissional no SEMAS. Na atenção especial que compreende: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) três (3) profissionais, Centro de Referência Especializado para população em situação de Rua (Centro Pop) dois (2) profissionais.

A partir desse levantamento torna possível perceber que existe um número relevante de profissionais, trabalhando atualmente no SUAS na região. E é através desses profissionais que a pesquisa empírica buscou um contato mais próximo com a realidade, no sentido de identificar e compreender as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais que trabalham na política de assistência social especificamente no SUAS, no município de Teófilo Otoni.

Como aponta Raichelis (2010, p. 760-761),

A questão do trabalho e dos trabalhadores no Suas é um dos grandes desafios a ser enfrentado, se o objetivo for a implementação da política de Assistência Social voltada para o atendimento de necessidades sociais e comprometida com a ampliação e a consolidação de direitos das classes subalternas. Se este é um desafio para toda a administração pública brasileira, em função das questões que atingem o mundo do trabalho, o Estado e as políticas públicas na contemporaneidade, inegavelmente assumem características específicas na assistência social, pelo seu histórico de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas e descontínuas, do qual são expressões emblemáticas a cultura autoritária, patrimonialista e clientelista e o primeiro-damismo persistente e (re)atualizado nesta área, indicando possivelmente a adoção de novas estratégias de (re)legitimação desse instituto.

Segundo Raichelis (2010), a maioria dos municípios brasileiros de pequeno porte contam com frágeis estruturas de gestão, com quadro de profissionais reduzido e insuficiente e, em geral, com grandes defasagens teóricas e técnicas. Somam-se a isso as péssimas condições de trabalho e uma rotina exaustiva pelo aumento consubstanciado da produtividade. Cabe destacar que as condições de trabalho dos profissionais assistentes sociais não se encontram isoladas mas, faz sim parte de todo um complexo e emaranhado “status” de trabalhador assalariado na sociedade capitalista, particularmente, diante da complexificação das relações de trabalho nos últimos anos.

filantrópicas ou ONGs, exceto o CEVIDA (casa institucional de acolhimento para adultos em situação de rua) que é mantida pela prefeitura mas que se encontrava sem assistente social durante o período da entrevista.

Dessa forma, Marx (2013) afirma que, no capitalismo as relações entre os homens ficam subsumidas sob a forma mercadoria que aparece como que tendo vida própria e comandando as relações pelo processo de troca¹³. O trabalho imposto, alienado e assalariado condena o trabalhador à miserabilidade, onde esse trabalho estranhado leva o trabalhador a perda de uma identidade própria e do sentido da vida, tem-se assim uma classe que só vive para trabalhar.

[...] sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega [...]. Desse modo, a alienação, como expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro, apresenta-se como ‘abstração da natureza específica, pessoal’ do ser social que ‘atua como homem que se perde de si mesmo, desumanizado’. (ANTUNES, 2005, p. 70-71 grifo do autor).

A sociedade burguesa é a sociedade do valor de troca que domina toda a produção e promove a inversão do homem com objeto, ou seja, o homem é o objeto da sua criação e não sujeito da criação. É nessa lógica que a alienação compõe a dinâmica do capital que se baseia na exploração do trabalho, que é de onde vêm a produção das mercadorias; passando estas então, a serem o centro de todas as relações sociais entre os homens.

Nas relações que os homens estabelecem através da troca de seus trabalhos equivalentes, materializados em objetos, o caráter social de seus trabalhos aparece como sendo relação entre o produto de seus trabalhos, entre coisas, independentes de seus produtores. (IAMAMOTO, 2008, p. 34).

Tem-se, portanto uma inversão, pois as relações não se dão entre os produtores, mas entre os produtos de seu trabalho, onde a **coisa** (mercadoria), fruto do trabalho humano na ordem do capital, passa a ter vida própria e a comandar as relações entre os homens.

A aparência mistificadora que se expressa por detrás das mercadorias, na verdade oculta a realidade do trabalho social que se baseia na exploração do trabalhador. Portanto, é no modo de produção capitalista que o fetichismo (quando as mercadorias se relacionam independentes de seus produtores) se expressa de forma máxima, onde as relações sociais se manifestam como relações entre coisas (MARX, 2013).

Essa forma de relação posta pelo capital, baseada na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, cria ao mesmo tempo uma relação que desumaniza o trabalhador, como afirma (LESSA; TONET, 2004, p.39),

¹³Para tanto ver Marx “O Capital”, capítulo I.

[...] O desenvolvimento das forças produtivas sob o capital significa a intensificação da capacidade de os homens produzirem também desumanidades em escala ampliada. Crescentes riqueza e miséria, desenvolvimento cada vez mais das capacidades humanas e ao mesmo tempo de desumanidades, são os dois polos indissociáveis do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Assim, na sociedade capitalista o trabalhador é privado do acesso à riqueza que ele mesmo produz, sendo obrigado a vender a sua força de trabalho, que é transformada em mercadoria, enquanto condição para manter a sua sobrevivência. A força de trabalho aparece como mercadoria quando o trabalhador “livre”, possuindo apenas essa mercadoria valiosa que é sua própria corporeidade viva, a coloca à venda no mercado, e como mercadoria, a força de trabalho possui um valor que segundo Marx (2013, p.245), é determinado;

[...] como o de todas as outras mercadorias, [...] pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada à existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.

Nesta perspectiva, em troca de sua mercadoria (força de trabalho), o trabalhador recebe sob a forma “salário” (preço da força de trabalho), uma pequena parcela daquilo que foi produzido pelo seu trabalho. A forma salário esconde uma desigualdade, pois o capitalista ao comprar o direito de consumir a força de trabalho, a faz funcionar por mais tempo, onde durante a jornada de trabalho o trabalhador produz não só o trabalho necessário para a sua subsistência, mas um trabalho excedente. “Ao aparecer como preço do trabalho, a forma salário encobre toda divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente (pago e não pago), fazendo com que todo o trabalho entregue ao capitalista apareça como trabalho pago” (IAMAMOTO, 2008, p.49).

Para Marx (2013, p.307),

[...] O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador.

Como se pode perceber, no capitalismo o trabalhador assalariado é força de trabalho como mercadoria, mas é também trabalho vivo. Ser social humano que se constrói e reconstrói na interação com a natureza através do trabalho – caráter ontológico – como denomina Lukács.

Tendo como base Lukács que traz a contribuição da “ontologia do ser social”, pode-se perceber que a precarização do trabalho que ocorre hoje, diz respeito não apenas à mera força de trabalho como mercadoria, mas também à precarização do homem como ser genérico (ALVES, 2013). Trabalho e vida estão interligados, assim nos ressalta Gramsci (1984), o processo entre o homem e a natureza não se reduz apenas a seu aspecto material (objetos e meios de produção), mas também incorpora a vida física mental do homem que trabalha incorporando assim sua subjetividade¹⁴.

O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força- de- trabalho como mercadoria, mas sim novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem. A nova redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital. (ALVES, 2013, p. 86).

A alienação do trabalhador à subsunção do seu tempo de vida pelo tempo de trabalho, coloca o indivíduo à dinâmica da condição laboral do capital onde “[...] a precarização do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha implicam a abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de auto referência pessoal”. (ALVES, 2013, p. 87).

Marini (1973) desenvolve análises sobre os mecanismos que geram a superexploração do trabalho nas economias dependentes latino-americanas, onde o incremento da taxa de mais-valia se dá, com o preço da força de trabalho situado abaixo do seu valor.

Para Marini (1973) a superexploração do trabalho é uma característica permanente das economias dependentes latino-americanas. Sabe-se que as condições de dependência das sociedades latino-americanas se aprofundam a partir dos anos de 1980, onde, diante da crise, o esforço para recuperação das taxas de lucro mediante a exploração da força de trabalho, é intensificado.

¹⁴ “[...] a subjetividade é intrinsecamente intersubjetiva. O homem é acima de tudo uma *individualidade social*. Portanto, o discurso da “subjetividade” em si tende a ocultar uma dimensão profunda dessa ‘captura’. Isto é, ela não é apenas controle/manipulação das instâncias psíquicas do sujeito burguês, do homem que trabalha, apreendido como uma mônada social, mas a corrosão/inversão/perversão do ser genérico do homem como ser social. Não podemos conceber o sujeito humano sem as teias de relações sociais nas quais ele está inserido”. (ALVES, 2013, p.99 grifo do autor).

Nesta direção, as transformações de produção, a desregulamentação do trabalho e a crise vivenciada no mundo capitalista na década de 80, implicaram ainda mais em exploração e superexploração, no intuito de manter as taxas de mais-valia e lucro para acúmulo do capital. Criando estratégias e mecanismos de se “reinventar”, e manter altos níveis de exploração, como consequência da crise, foi pensado e implementado um amplo processo de reestruturação do capital, no intuito de reerguer seu ciclo produtivo.

A partir do processo de reestruturação do capitalismo sob a era da mundialização do capital e da ofensiva neoliberal, pode-se afirmar que a flexibilidade adquiriu múltiplas determinações, a precariedade das relações capital-trabalho e o aumento do desemprego são reflexos das profundas transformações societárias no mundo do trabalho, onde a reestruturação produtiva traz a flexibilização do trabalho com base na racionalização da produção e na intensificação do ritmo de trabalho.

Cria-se o trabalhador terceirizado e juntamente com a flexibilização dos mercados de trabalho, dos processos de trabalhos, dos padrões de consumo e perda de direitos sociais. O aumento da taxa de desemprego incide diretamente nos salários, com força de trabalho a preços cada vez mais baixos e grande oferta de mão de obra, o que favorece a intensificação do trabalho e prolongamento da jornada de trabalho ao capital (ALVES, 2013).

Esse processo imprime novas exigências ao trabalhador incidindo sobre as qualificações profissionais, as condições de inserção no mercado de trabalho e os mecanismos de proteção social. Consequentemente, para as/os assistentes sociais não será diferente.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Há, portanto, a necessidade de analisar os espaços sócio ocupacionais do assistente social, levando a refletir como “[...] o Serviço Social se insere na sociedade capitalista madura, como um tipo de especialização do trabalho, inscrito na divisão sócio técnica do trabalho, articulado aos processos de produção e reprodução das relações sociais”. (RAICHELIS, 2010, p.752).

O agravamento da questão social decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção da programática neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos

sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha — os usuários dos serviços sociais públicos — quanto no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofrem o impacto das metamorfoses que afetam o trabalho assalariado na contemporaneidade, submetendo a atividade profissional aos dilemas da alienação (Iamamoto, 2007 e 2009). Trata-se de uma dinâmica societária que atinge as diferentes profissões, e também o Serviço Social, que tem nas políticas sociais um campo de intervenção privilegiado. (RAICHELIS, 2010, p. 756).

Nesse contexto, entende-se que o profissional assistente social como trabalhador assalariado sofre os rebatimentos da dinâmica da precarização e superexploração do trabalho na atualidade. Esses profissionais estão dentro da lógica da subcontratação, da precarização, terceirização, baixos salários e aumento do desemprego. No que diz respeito ao âmbito da profissão serviço social presencia-se que,

[...] intensifica-se a subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de “cooperativas” de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais. As consequências desses processos para o trabalho social nas políticas públicas são profundas, pois a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas. Além disso, as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas. (RAICHELIS, 2010, p. 759).

Assim, a hipótese principal que orientou as investigações desta dissertação é a de que o processo da reestruturação produtiva vem atingindo o campo de trabalho do assistente social tanto na sua mudança ou redefinição, como a seguridade social e especificamente a política de Assistência Social vem sofrendo impacto por esse processo. Tem-se assim, uma política que é perpassada por um campo de disputas por correlações de forças¹⁵ presentes na sociedade, onde

¹⁵ Com base nos pressupostos de Gramsci, a autora Scheleneser, esclarece o que seria o termo correlações de força, mostrando assim, que todas as esferas da sociedade se encontram interligadas tanto no campo político, econômico e social, assim sendo a parte micro social se encontra inserida no todo macro social. “O que evidencia claramente nas estruturas de poder na história é que existem correlações de forças que se manifestam através da ‘força e do consenso’, da dominação e da hegemonia, da violência e da civilização, do momento individual e do universal, da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. O exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções com base na organização e desenvolvimento das forças materiais de produção, da organização do Estado e do papel mais ou menos coercitivo e intervencionista da sociedade política, e ainda do processo de conscientização política das classes dominadas; a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil”. (SCHELESENER, 2007, p. 29-30).

de um lado, se tem o envolvimento de segmentos representantes da classe trabalhadora, comprometidos pela busca de atribuir à Assistência Social o *status* de uma política pública e de Seguridade Social, sob o formato de uma nova lógica de gestão, via SUAS, de outro lado, expressa no seu interior as incorporações das reformas neoliberais, sob a orientação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMS), que impõe aos países latino-americanos e, especial, para o Brasil um novo (o velho) formato de desenvolvimento capitalista, associado aos grandes centros imperialistas.

Assim, cabe analisar como o processo de reestruturação produtiva afeta a política de Assistência Social e especificamente como o profissional assistente social que “se encontra à frente” dessa política sofre os rebatimentos do processo neoliberal que tanto fragmenta, focaliza e minimaliza essa política.

Há que se analisar as condições de trabalho do assistente social, uma vez que se coloca uma intrigante análise que é a de perceber, de que maneira essa força de trabalho se produz e reproduz e quais os fatores que a configuram na realidade dada, e que se articula na totalidade macro social mas que também se apresenta nas relações cotidianas dos assistentes sociais.

Nesta direção, nossa pesquisa tem como objetivo central analisar as condições e relações de trabalho no cotidiano profissional do assistente social, inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de Teófilo Otoni- MG no ano 2016.

Para tanto fez-se necessário analisar especificamente como as condições de trabalho contemporâneas tem incidido no projeto profissional do assistente social e na sua prática profissional, identificando as tensões entre projeto profissional e alienação do trabalho assalariado. Caracterizar as condições objetivas (documentos contratuais, salários, ambiente de trabalho, tempo de trabalho dentre outras), do assistente social inserido na política de Assistência Social no município de Teófilo Otoni, como trabalhador assalariado, analisando os reflexos dessas condicionalidades no cotidiano de trabalho. Analisar as condições subjetivas (enquanto ser social que é dotado de humanidade refletida em emoções, identidade, aspectos psicológicos e outros) do assistente social a partir da visão desses sujeitos a respeito de suas condições de trabalho.

No caminho para desenvolvermos tais objetivos compreendemos que a pesquisa é um processo de constante busca, é uma atividade complexa, pois articula teoria¹⁶, dados, ação e

¹⁶“Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras (como por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – cf. Marx, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto

pensamento, requerendo uma aproximação com a realidade para possíveis reflexões e desvendamento dos fenômenos sociais. Sendo assim, para a realização de uma pesquisa é necessário um método que conduza o caminho a ser percorrido para se chegar à apreensão do objeto a ser pesquisado.

O método dialético implica sempre em uma **revisão e em uma reflexão crítica e totalizante** porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a **revisão crítica dos conceitos** já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de **chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas**, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão (LIMA; MIOTO, 2007, p.40, grifo nosso).

A compreensão crítica da realidade permite ao pesquisador ir além da aparência, sendo possível, portanto apreender a essência ou estrutura dinâmica dos fenômenos, compreendendo-os como um processo envolvido em uma totalidade, que não é dada, nem está pronta e acabada, mas que foi e é construída historicamente, associando as particularidades que também fazem parte de um todo, ao movimento do real no bojo societário no contexto das suas complexidades.

A pesquisa foi norteadada pelo materialismo histórico dialético, pois a utilização deste possibilitou o desvelamento do real e a captação dos aspectos das coisas, para além do que ela aparenta ser.

Além do método utilizado no processo de investigação, os instrumentos e técnicas de pesquisa também se fazem necessários, pois, “são meios que se vale o pesquisador para apoderar-se da matéria” (NETTO, 2011b, p. 26).

Esta pesquisa privilegia uma abordagem qualitativa por aportar à voz dos sujeitos suas opiniões, crenças e percepções sobre diversos fenômenos, possibilitando um viés interpretativo para os dados (MINAYO, 2007).

A presente pesquisa está pautada no estudo de caso por buscar compreender e apreender acontecimentos nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores, para se chegar a compreensão mais profunda e global de um determinado fenômeno. “[...] é um caso sobre “algo”, que necessita ser identificado para conferir foco e direção à investigação. (COUTINHO & CHAVES, 2002, p. 224, apud ARAÚJO et al. 2008). Pretende-se assim

– de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. [...] Assim a teoria é o movimento do real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento)”. (NETTO, 2011b, p. 20-21 grifo do autor).

compreender o evento descrever os fatos e situações em estudo explorando e avaliando o fenômeno. Assim temos que,

É uma investigação que se assume como particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse. (PONTE, 2006, p. 2 apud ARAÚJO et al. 2008).

Para direcionamento e elucidação do objeto deste estudo nos apoiamos em diversas fontes de pesquisa. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, com base em material publicado (impresso, digital, online), com a intenção de aprofundar as categorias teóricas que compõe o objeto tais como: Trabalho, Serviço Social e Política de Assistência Social abordados ao longo desta pesquisa. Cabe destacar que a revisão bibliográfica foi incorporada durante todo o processo de construção desta dissertação. Foi realizada também uma pesquisa documental e uma pesquisa de campo que teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada.

A pesquisa teve como sujeito os/as assistentes sociais que trabalham na política de Assistência Social no SUAS do município de Teófilo Otoni¹⁷. O lócus da pesquisa, portanto foi o município de Teófilo Otoni, situado no nordeste do Estado de Minas Gerais, no vale do Mucuri.

Assim, no período compreendido entre julho a setembro de 2016, a coleta de dados envolveu 25 assistentes sociais que atuam no SUAS, no município de Teófilo Otoni- MG. Foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturado¹⁸, individualmente com cada profissional, sendo a visita marcada previamente com o aval dos profissionais.

O processo de coleta de dados foi um desafio, os equipamentos da assistência social do município não possuíam rede telefônica nem internet. Dessa forma não havia possibilidade

¹⁷ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Teófilo Otoni é um município brasileiro no interior do Estado de Minas Gerais, que pertence à mesorregião do Vale do Mucuri e localiza-se a nordeste da capital do estado. Sua população, segundo dados do IBGE, foi estimada em 2013 em 140 067 habitantes, sendo então o 18º município mais populoso do estado. No ano de 2003 a incidência da pobreza, medida pelo IBGE, era de 37,80%, o limite inferior da incidência de pobreza era de 29,85%, o superior era de 45,74% e a incidência da pobreza subjetiva era de 34,76%. De 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu em 46,0%. Em 2010, 81,3% da população vivia acima da linha da pobreza, 12,2% encontrava-se na linha da pobreza e 6,5% estava abaixo. Em 2000, a participação dos 20% da população mais rica da cidade no rendimento total municipal era de 65,4%, ou seja, 33 vezes superior à dos 20% mais pobres, que era de 2,2%. Também em 2000, segundo a prefeitura, havia registros de favelas e palafitas, além de ocorrências de loteamentos irregulares (IBGE, 2010).

¹⁸ O roteiro de entrevista se encontra em apêndice neste trabalho.

de contatar os assistentes sociais nem por telefone, nem por e-mail. O que exigiu ir aos equipamentos onde os assistentes sociais trabalhavam sem agendamento prévio. Com objetivo de estabelecer esse primeiro contato e marcar a entrevista.

No que se refere aos documentos utilizados para realização da pesquisa, através de um ofício a SEMAS, solicitamos vários documentos, onde nem todos foram disponibilizados. O quadro 1 apresenta a relação dos documentos solicitados e utilizados para a pesquisa.

Quadro 1- Documentos solicitados e utilizados no desenvolvimento da pesquisa

<i>Documentos</i>	<i>Foram utilizados para:</i>	<i>Situação do acesso</i>
Lei nº 3.930 e 4.822 que criam o CMAS e o Fundo municipal de assistência social.	Identificar os requisitos legais e características da política de assistência social do município de Teófilo Otoni.	Fornecido pelo SEMAS
Relatório anual do CRAS e CREAS (Censo Suas 2015).	Analisar o desenvolvimento desses aparelhos do SUAS no município.	Fornecido pelo SEMAS
Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017	Analisar a política municipal de assistência social.	Fornecido pelo SEMAS
Plano de ação para cofinanciamento do Governo Federal SUAS (2016)	Analisar o repasse de financiamento da assistência social para o município.	Fornecido pelo SEMAS
Folha de salario	Analisar horário de trabalho e valores dos salários dos trabalhadores da assistência social.	Não fornecido
Contratos de Trabalho	Analisar condições contratuais e acordos trabalhistas.	Não fornecido

Fonte: Elaboração própria

Cabe destacar que demais informações sobre a política de assistência social do município foram adquiridas através de sites eletrônicos do MDS, todos referenciados neste trabalho.

Foi solicitado via ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social de Teófilo Otoni, o levantamento dos contatos pessoais dos profissionais. Devido ao fato de vários equipamentos do município não contarem com telefone, nem acesso via e-mail, dificultando o contato inicial com os profissionais. Mesmo explicando os motivos e relevância da pesquisa, esclarecendo a ética relacionada à pesquisa e o sigilo profissional, não obtive sucesso. O ofício não foi respondido, e após cinco tentativas sem sucesso na SEMAS, foi necessário comparecer

pessoalmente em cada equipamento da assistência social, foram inúmeras tentativas no intuito de estabelecer um contato com os profissionais e realização das entrevistas.

Neste processo de levantamento dos dados, já nos deparamos logo no início da pesquisa com questões básicas que a política de assistência social do município não dispunha. Nos levando a indagar sobre os limites e esbarros do acesso à política de assistência social pelos próprios usuários. Questões que posteriormente foram apresentadas pelos profissionais no decorrer da pesquisa.

Durante esse processo dois profissionais se negaram a dar entrevista. Um afirmando não se sentir à vontade para dar uma entrevista e outro alegando necessitar de autorização do coordenador. Ainda, se buscou estabelecer contato com a coordenação, mas sem sucesso. Outra impossibilidade de realização da entrevista foi com uma profissional que se encontrava em licença maternidade e outras duas de férias. Assim, da totalidade de 30 assistentes sociais inseridos na política de assistência social no município de Teófilo Otoni, 5 profissionais não foram entrevistados, perfazendo o quantitativo total de 25 profissionais entrevistadas/os.

O município atualmente conta com um quadro atual de 30 profissionais assistentes sociais em exercício atuando na política de assistência social, esse quadro era maior, mas devido à grande rotatividade de profissionais, fator esse presente no município devido às próprias condições de trabalho, como veremos a partir da análise da entrevista, os cargos ficaram vagos e não foram realizadas novas contratações, ficando alguns equipamentos com equipe reduzida.

O CREAS se encontrava com 1 assistente social a menos, o CEVIDA não tinha assistente social e uma profissional do Centro Pop se deslocava duas vezes na semana para atender as demandas do CEVIDA. Os CRAS contavam com menos 4 profissionais assistentes sociais. Sendo assim, a política de assistência social do município de Teófilo Otoni, na data da presente pesquisa, estava com a vacância de 6 funcionários em seu quadro. Se estas vagas estivessem preenchidas o total de profissionais assistentes sociais na política de assistência social municipal seria de um quantitativo de 36.

As entrevistas realizadas com os 25 profissionais assistentes sociais que trabalham no SUAS no município especificado, tiveram como propósito coletar dados sobre as relações e condições de trabalho nesse espaço sócio ocupacional, os tipos de vínculo empregatício, formas de inserção desse profissional no SUAS, as condições de vida desse trabalhador dentre outros elementos necessários para apreensão do objeto.

Acredita-se na importância da entrevista, pois esta técnica possibilitou acesso à visão dos entrevistados sobre as suas próprias condições de trabalho e como isso afeta a sua vida

profissional e pessoal. Através da entrevista buscou-se investigar as condições desses trabalhadores como trabalho material¹⁹ (força de trabalho-mercadoria para o capital) e como trabalho subjetivo (intrínseco ao ser social *sui generis* – força de trabalho viva).

A entrevista se fez necessária, pois esta permite um processo de interação social entre pessoas, assim o entrevistador pode obter pela entrevista qualitativa um levantamento de interpretações que puderam auxiliar ao fornecer informações que são valiosas para o estudo, pois dados subjetivos que se relacionam com os valores e atitudes dos entrevistados só podem ser adquiridos por meio da entrevista (GASKELL, 2002).

Assim, a opção pela entrevista semiestruturada foi elaborada tendo como instrumento um roteiro de pesquisa que foi dividido por eixos norteadores tais como: **perfil profissional, determinações contratuais, condições e meios de trabalho, intensificação e precarização do trabalho, constrangimento ético-político e assédio moral, penosidade do trabalho e seus impactos na vida do trabalhador.**

Acreditamos que essa forma colaborou na investigação, o que possibilitou aprofundar em alguns aspectos necessários à pesquisa e pontos chave que o objeto coloca e que se fez necessário aprofundar.

Cabe destacar que a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, sendo aprovada sob o parecer de número 1.379.863. A fim de seguir as recomendações terminológicas contidas na resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), utilizamos o termo “participante”, na maior parte das vezes, para se referir aos sujeitos que foram entrevistados para a realização deste estudo.

A entrevista gravada com autorização dos profissionais e transcrita na íntegra perpassou alguns cuidados necessários para a fidelidade a tudo que foi falado pelo pesquisado, inclusive a entonação de voz, silêncios, gestos, sorrisos dentre outros sentimentos e ações expressos no momento da entrevista, trechos dos relatos que constam no corpo deste trabalho. Reitera-se que com o intuito de garantir o sigilo dos participantes, estabeleceu-se uma

¹⁹Partimos da perspectiva de que o **trabalho é material**, ou seja, de que a categoria trabalho é fundamental ou central para se compreender a sociedade capitalista. Autores como Antônio Negri e Maurizio Lazzarato partem da perspectiva do **trabalho imaterial**, ou seja, a teoria do valor –trabalho em Marx deixou de ser central para a compreensão da sociedade capitalista moderna. O trabalho imaterial se refere ao conjunto de atividades que na nova economia especificamente a partir da década de 70 e 80 com o pós-fordismo as relações de produção se alteraram e a grande indústria está sendo substituída por mudanças que alteram a forma do capitalismo, onde atividades como o marketing a publicidade e a comunicação começam a tomar um rápido e grande crescimento.

identificação por letras e números variáveis de acordo com a ordem em que as entrevistas foram realizadas.

Assim, foram suprimidos os nomes dos participantes da pesquisa, ou qualquer caracterização que possibilite sua identificação para a garantia da manutenção do sigilo e da privacidade dos/as participantes, e ainda para assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos/as participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros.

A *análise do discurso* foi utilizada como metodologia da reflexão por articular a região do conhecimento do materialismo histórico, onde a linguagem se torna uma mediação necessária entre o homem e a realidade social.

Estruturalmente este trabalho está organizado em 3 (três) capítulos. No primeiro momento, resgatamos categorias teóricas como trabalho, ontologia do ser social, que permitam analisar o Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho e seus rebatimentos na atuação profissional, pensando os processos de mudanças estruturais e reprodutivas do capital e seus rebatimentos na vida dos trabalhadores.

No segundo momento, buscou-se refletir sobre o trabalho da profissão Serviço Social e a política de assistência social no Brasil, buscando identificar características do trabalho na sociedade brasileira seu processo de precarização através da contrarreforma do Estado e seus rebatimentos na profissão e no trabalhador assistente social no SUAS. Identificamos também aspectos atuais das condições de trabalho na sociedade brasileira e os rebatimentos que os direitos da classe trabalhadora vem sofrendo perante um governo de extrema direita neoliberal. Realizou-se também uma análise sobre as características do município de Teófilo Otoni (lôcus da pesquisa) e da política de Assistência Social especificamente o SUAS no município, atrelados a categorias teóricas que possibilitaram entender características históricas, políticas e econômicas do município que são particulares, mas estão atreladas à totalidade histórica e econômica brasileira.

No terceiro momento a análise dos documentos, dos questionários e entrevistas possibilitou caracterizar e analisar as condições objetivas e subjetivas (ser social – *sui generis*) do trabalho do Assistente Social inserido na política de Assistência Social no município de Teófilo Otoni. Nesta direção buscou-se refletir sobre o desafio de efetivação do projeto ético político da profissão diante das condições de trabalho do assistente social na política de assistência social, buscando identificar a tensão entre projeto ético político e trabalho

assalariado. A entrevista permitiu perceber como o trabalhador se enxerga nesse processo, qual a sua opinião a respeito das suas condicionalidades de trabalho e nos ajudou a perceber como se dá as condições de trabalho dos assistentes sociais inseridos na política de assistência social, nos possibilitando trazer dados empíricos acerca da realidade do trabalho profissional.

Ao final, se traça considerações aproximativas acerca do estudo, sem portanto ter a pretensa intenção de fechar tão debate levantado ao longo desta pesquisa, por entender que a realidade social está em constante transformação, que a história se encontra em permanente movimento, deixamos aqui nossas contribuições acerca de um debate tão importante e necessário à categoria profissional dos assistentes sociais.

2 A ONTOLOGIA DO TRABALHO: DA EXPLORAÇÃO A SUPEREXPLORAÇÃO

Problematizar questões referentes às condições de trabalho do assistente social no SUAS e as configurações que assumem esse trabalho perante as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho e provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, se coloca como um desafio. Neste sentido, este capítulo tem como objetivo apreender o debate teórico da categoria trabalho, situando a exploração e superexploração como elementos que perpassam também o trabalho do assistente social.

Busca discutir com base em Marx (2013) e Lukács (2013), o significado da categoria trabalho e as particularidades que assume na sociedade capitalista, contextualizando as mudanças no mundo do trabalho considerando como o processo de reestruturação produtiva redireciona o modo de produção capitalista afetando as condições de trabalho dos trabalhadores. Nesta direção, estes elementos nos subsidiarão na análise das condições de trabalho no cotidiano profissional do assistente social, inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de Teófilo Otoni- MG no ano 2016.

2.1 O SIGNIFICADO DA CATEGORIA TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA VIDA DO SER SOCIAL

Na sociedade capitalista, o trabalho passa a ter um duplo caráter, um deles passa a apresentar um traço peculiar demarcando historicamente o significado do trabalho nessa sociabilidade. Marx em sua celebre obra O Capital (2013), nos traz a concepção “trabalho” de forma geral e particularizada, concebendo o trabalho como atividade livre e consciente determinada a um fim. Entretanto, ao mesmo tempo o trabalho apresenta na sociedade de classes a concepção particular, estranhada do trabalho assalariado contido nas mercadorias, com o único propósito de criar mais-valia auxiliando na reprodução e autovalorização do capital.

Temos que o trabalho se põe na existência histórico-social e é fruto do autodesenvolvimento da existência humana, sendo uma atividade de auto realização primária e necessária, presente em todas as formas de sociabilidade. O trabalho é um gesto criador, onde o homem na sua interação e relação no mundo, o transforma e se transforma, e transmite suas experiências a outros, por meio das relações sociais.

Se tomarmos, por exemplo, na antiguidade o que foi a descoberta do fogo, percebemos que o homem através do instrumento (pedra), descobre que colocando duas pedras em atrito

poderia dali extrair o fogo. Por meio dessa experiência ele transforma a sua própria vida e a de outros, ao repassar a experiência de como se produzir fogo. Mudando, portanto, parte da sua cultura, se educando e se construindo nessas mudanças, já que ações antes feitas e tidas de uma forma começam a ser alteradas, como por exemplo, o ato de cozinhar ou aquecer os alimentos, ou ainda utilizando o fogo para se aquecer. Ações construídas pelo homem num processo de relação que muda/recria ou apenas reproduz as experiências de gerações mais velhas às mais novas.

Marx ressalta que o trabalho como criador de valores de uso é condição da existência do homem e independe de qualquer forma de sociedade, é necessidade natural, ponte para a relação homem e natureza, e criação dos meios necessários para satisfazer suas necessidades. O trabalho é condição de existência do indivíduo, sendo assim, é pelo trabalho que os trabalhadores satisfazem suas necessidades. O assistente social como ser que trabalha (como ser humano generis) é dotado de capacidade criativa, potencial transformador.

Em seu processo de construção e reconstrução o ser social transforma a natureza, e a si mesmo, objetivando suas ações na vida social. E isso só é possível, porque segundo Marx a espécie humana se distingue das demais espécies animais pela sua capacidade teleológica²⁰. É pela sua inteligibilidade que o homem cria, desenvolvendo e aprimorando suas capacidades físicas, intelectuais e espirituais, gerindo assim um processo de transformação que se dá através do planejamento e da reflexão do homem nas suas ações perante a natureza. Pelo trabalho o homem gera mudanças, condições necessárias para sua vida, logo, pelo trabalho o homem cria e recria meios necessários para sua sobrevivência.

Temos que o trabalho é categoria fundante do ser social. Atividade criativa e auto-criativa que visa à transformação sendo possibilitada pelo conhecimento humano.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa

²⁰Para Marx (2013) a atividade humana, como trabalho, tece o vínculo entre sujeito e objeto, permitindo a efetuação e confirmação deste e daquele no mundo circundante. Além da capacidade de previamente idealizar em mente os seus objetivos, o homem consegue também observar a objetividade sensível e entender seu funcionamento. Portanto, fundamentado no estatuto ontológico do trabalho, Marx consegue conjugar um complexo que, ao unir sujeito e objeto, também articula o uso das faculdades humanas cognitivas de agir orientado a fins. Portanto para Marx a teleologia é a capacidade que o indivíduo tem de antes de realizar uma ação imaginar o que vai realizar, criando uma finalidade, um momento ideal, e o que almeja alcançar com seu trabalho.

e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Para Lukács, o trabalho é o ponto de partida da humanização do homem, processo pelo qual não deve esquecer o domínio de si mesmo. É a partir do método marxiano que Lukács retoma e avança ao complexo do ser social compreendendo-o na totalidade do real, pois é no trabalho que estão contidas todas as determinações que, constituem a essência do novo no ser social (LUKÁCS, 2013).

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p.44).

Sobre o trabalho usado de maneira útil pelo homem para reprodução da sua existência nos esclarece Marx (2013, p. 120).

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Temos que o trabalho aparece e permanece como pressuposto da existência humana. É condição natural e necessária do intercâmbio material entre o ser social, a natureza e a sociedade. Lukács (2013) enxerga no trabalho a categoria inicial a qual se deve investigar o complexo da sociabilidade como forma de ser. É no trabalho como categoria fundante do ser social que as outras determinações se dão.

No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo dentro do ser social. O trabalho pode ser considerado, pois, como fenômeno originário [*Urphänomen*], como modelo do ser social; o esclarecimento destas determinações proporciona já, portanto, uma imagem tão clara acerca de suas características essenciais, que parece metodologicamente vantajoso começar com sua análise. (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Essa condição ontológica do ser social, capacidade criativa que transforma o que está ao seu redor pelo fenômeno originário do trabalho é o que o difere biologicamente dos outros animais, ou seja, a distinção entre o ser meramente orgânico (animal) e o ser social (humano). É essa diferença que possibilita o salto ontológico da capacidade do desenvolvimento, momento

de ruptura de uma categoria que dá origem a novas categorias caracterizando um processo histórico a reprodução social, que não é derivada da natureza, pois não é uma reprodução biológica e sim social, como salienta Lukács, (2013, p.46);

[...] a divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana cria, como veremos suas próprias condições de reprodução [...]. Isso não exclui, naturalmente, a aparição de becos sem saída no desenvolvimento; suas causas, porém sempre serão determinadas pela estrutura da respectiva sociedade e não pela constituição biológica dos seus membros.

Sobre a essência do trabalho humano e sua capacidade teleológica nos esclarece Marx (2013, p.256),

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém o desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além dos esforços dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim [...].

Lukács (2013) ressalta que a categoria ontológica central do trabalho é anunciada, pois se realiza no âmbito do ser material o pôr **teleológico** que possibilita o surgimento de uma nova objetividade, tornando o trabalho o modelo de toda práxis social²¹.

O homem não transforma somente a forma da matéria natural, mas efetua ao mesmo tempo na matéria seu objetivo. No trabalho estão presentes elementos constitutivos do processo histórico a “causalidade e a teleologia”, para Lukács (2013), essas categorias possuem uma inseparável ligação, onde mesmo sendo heterogêneas são homogêneas no processo de investigação dos meios para a realização de um fim. A busca dos meios evidencia a causalidade dos objetos e possibilita descobrir novas possíveis conexões que posta em movimento torna possível o fim posto.

²¹ “A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, a atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e, transforma (conforma), seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a ‘filosofia’ (ou melhor, o ‘pensamento’) da práxis” (BOTTOMORE, 2012, p. 430).

Lukács enfatiza que é pelo trabalho que o homem adéqua as coisas existentes na natureza para o atendimento das suas necessidades, chegando a uma finalidade posta qual seja o produto do seu trabalho que é uma homogeneidade e, portanto, superação da heterogeneidade. “Natureza e trabalho, meio e fim chegam, desse modo, a algo que é em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao final o produto do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p.55). A consciência deixa, portanto de ser um epifenômeno da reprodução biológica da adaptação ao meio ambiente e passa a ser autogovernada pelo ato produtivo do ser social através do por teleológico presente no processo de trabalho.

Dessa forma o sujeito (criador) passa a adquirir habilidades e conhecimentos que não possuía antes e com isso novas necessidades, pois aquilo que foi previamente idealizado foi objetivado e novos conhecimentos foram adquiridos assim a própria subjetividade foi transformada havendo, portanto uma exteriorização que segundo Lessa (2007, p.17);

A exteriorização é esse momento do trabalho através do qual a subjetividade com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade e, por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente.

Lukács traz assim a distinção ontológica entre sujeito e objeto, onde por mais que o objeto traga marcas do criador sempre será distinto deste, outra questão é a capacidade do sujeito objetivar/externalizar transformar o mundo segundo finalidades socialmente postas. “[...] via trabalho, a consciência se objetiva e se exterioriza em objetos que são ontologicamente distintos de si própria” (LESSA,2007, p. 18). A respeito da distinção entre objetivação e exteriorização nos esclarece Lessa (2007, p. 19);

[...] a objetivação designa, em Lukács, o processo de conversão da prévia-ideação em objeto concreto, sempre com a transformação de um setor da realidade. A exteriorização é o momento da objetivação pelo qual se consubstancializa (isto é, torna-se real, efetiva, substancial) a distinção entre um objeto socialmente criado e a consciência que operou a prévia-ideação que está na gênese desse mesmo objeto.

Como vimos exteriorização possibilita o surgimento de novos conhecimentos, mas também de novas necessidades nesse sentido podemos notar como o trabalho impulsiona o ser social para além do próprio trabalho -posições teleológicas primárias- dando origem a necessidades e relações sociais que não se resumem só ao trabalho, dando origem a novos complexos sociais -posições teleológicas secundárias- como (moral, ética, religião, filosofia,

arte, práxis ...) mais complexificadas e desenvolvidas. Assim o trabalho funda o ser social dando origem a um complexo de complexos (LESSA, 2007).

Lukács (2013) ressalta que essa capacidade do trabalho de trazer resultados e de produzir além da necessidade daquele que o executa, levou a caminhos passando por diversas etapas de desenvolvimento ao capitalismo. Essa peculiaridade do trabalho de produzir mais que o necessário à própria reprodução de quem trabalha implicou em mudanças para abarcar esse ato produtivo, qual seja, o desenvolvimento da divisão do trabalho²², que gera a partir de sua dinâmica de desenvolvimento categorias de cunho social cada vez mais acentuada. O grau de desenvolvimento da divisão do trabalho expressa o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a uma forma de apropriação do trabalho. A divisão do trabalho expressa o caráter social do trabalho dentro da alienação.

A divisão do trabalho faz com que o produto produzido pelo indivíduo lhe sirva apenas como meio de troca, a satisfação das suas necessidades passa a ser mediada pelo mercado, pelo valor de troca. O trabalho humano abstrato é pensado e medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. A utilidade social da mercadoria é o que interessa sua capacidade de ser trocada seja ela dotada de uma realidade corpórea ou serviço. O serviço social surge como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Os profissionais ofertam à mercadoria dos serviços sociais a população através do seu trabalho, e ofertam a si mesmos enquanto mercadoria ao vender sua força de trabalho especializada aos empregadores em troca de um salário.

Lukács (2013) ressalta como a reprodução social em um determinado estágio como mercantil pressupõe uma divisão do trabalho relativamente evoluída, onde como mostra Marx mesmo que inicialmente a relação de troca seja casual entre pequenas comunidades “[...] já significa, por um lado, que são produzidos determinados valores de uso para além da necessidade imediata de seus produtores e, por outro lado, que estes têm necessidade de produtos que eles mesmos não são capazes de produzir com o próprio trabalho” (LUKÁCS, 2013.p.165).

²² “A divisão do trabalho está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resoluta e pura do ser social expressa-se sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominante nela, degradando os momentos biológicos condição à condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 162).

A conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio mais elevado da sociabilidade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social, e não mais de cunho apenas natural (LUKÁCS, 2013, p.165).

Assim temos que, “[...] O valor de troca é uma categoria puramente social; sabemos, porém que ele só pode se tornar real em correlação inseparável com o valor de uso” (LUKÁCS, 2013, p. 166). Marx nos explica que aparentemente a mercadoria se apresenta com um duplo caráter, a saber: valor de uso e valor de troca. Por **valor de uso** cabe entender que,

A utilidade de uma coisa faz dela valor de uso. [...] O valor de uso de efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais (MARX, 2013, p. 114).

Isso nos apresenta uma peculiaridade, pois na sociedade burguesa, o conteúdo material da riqueza social é portador de **valor de troca**, onde se entende que “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço (MARX, 2013, p.114)”. Ademais, Marx adverte que como valores de uso as mercadorias são de diferentes qualidades, como valores de troca só podem ser de quantidades diferentes.

Nesse caso o trabalho também apresenta duas características: é trabalho útil concreto (trabalho vivo), que produz valor de uso indispensável à produção e reprodução humana, e também se apresenta como trabalho abstrato (trabalho morto), estranhado contido nas mercadorias necessário no valor de troca.

O trabalho do assistente social como trabalho assalariado, assume, portanto as duas dimensões, qual seja, trabalho útil e abstrato. Enquanto trabalho útil o trabalho do assistente social atende as necessidades sociais (reprodução da própria profissão no reflexo da contradição entre as demandas do capital e os anseios da classe trabalhadora), mas só pode atender as necessidades sociais se seu trabalho for igualado a outro enquanto trabalho abstrato, possibilitando que esse trabalho privado adquira caráter social (IAMAMOTO, 2007). Assim nos esclarece Marx;

O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma

coisa útil se apresenta como sua qualidade “objetiva”, isto é, como seu valor (MARX, 2013, p. 137).

Podemos perceber que as mercadorias são produtos do trabalho humano, dispêndio de cérebro, nervos, mãos e sentidos do homem onde, “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p.120)”, portanto trabalho concreto, mas segundo Marx se abstrairmos da mercadoria o caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é objetivação de um dispêndio de força humana de trabalho – trabalho social abstrato “[...] um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou, materializado trabalho humano abstrato (ibidem, p. 116)”.

Portanto Marx realiza algo magistral que é a descoberta do trabalho como fundamento da forma **valor**, “[...] o valor da mercadoria representa unicamente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano (ibidem, p.122)”. Deste modo a mesma mercadoria reflete trabalho concreto e trabalho abstrato, portanto contem em sua composição valor de uso e valor,

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o **valor** das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz **valores de uso** (MARX, 2013, p. 124, grifo nosso).

Dessa forma, Marx revela que o trabalho é a substancia do valor, ou melhor, que o trabalho é o elemento que gera valor. E para se comparar o valor contido em uma mercadoria realiza-se o processo de troca, onde na verdade se troca o trabalho contido nelas, mas que na relação social de mercado na circulação essa realidade é encoberta, assim existe para Marx na forma mercadoria uma antítese interna que é oculta (relação entre valor de uso e valor) e que se representa por meio de uma antítese externa (valor de uso e valor de troca), representado por meio da relação de duas mercadorias.

Como afirma Marx (2013) os produtos assumem, historicamente, a forma de mercadoria porque são produtos de trabalhos privados que necessitam serem trocados e assumem um caráter social. Ao produzir uma mercadoria ela tem valor de uso não para quem a produz, mas para outras pessoas que ao estabelecer uma relação de troca irão utilizar essas

mercadorias para satisfazer uma necessidade física ou espiritual. A mercadoria não tem para seu possuidor nenhum valor de uso imediato.

Ela [mercadoria] tem valor de uso para outrem. Para ele, [possuidor] o único valor de uso que ela possui diretamente é o de ser suporte de valor de troca e, portanto, meio de troca. Por essa razão, ele quer aliená-la por uma mercadoria cujo valor de uso o satisfaça. Todas as mercadorias são não valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Portanto, elas precisam universalmente mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca, e essa troca as relaciona umas com as outras como valores e as realiza como valores. (MARX, 2013, p.160).

O processo de troca só se converte para o possuidor sob a forma de meios de subsistência quando lhe é retornado e revestido sob a forma dinheiro, onde os produtos assumem uma forma de produto universal através da troca, esse processo confere ao trabalho um caráter social, pois a produção passa a ser para atendimento das necessidades de outras pessoas, num processo de mercantilização assumindo uma dependência social. Nesse caso as relações entre os indivíduos não se dão de forma direta, mas mediados pelas trocas de mercadorias.

No momento em que essas trocas vão se intensificando, os indivíduos passam a depender das mercadorias socialmente produzidas para atender as suas necessidades sociais que são mediatizadas pelo mercado. Tal processo envolve o cotidiano da vida em sociedade no âmbito da produção, troca e consumo de mercadorias. Engendra no interior da sociedade capitalista uma crescente e necessária divisão do trabalho, enquanto pré-condição para a existência da troca. Desse modo, a divisão social do trabalho que assume configurações especificadas na sociedade do capital expressa as condições sociais nas quais os indivíduos na qualidade de pessoas autônomas e privadas produzem valores de troca.

A sociedade burguesa é a sociedade do valor de troca que domina toda a produção e promove a inversão do homem com o objeto, ou seja, o homem é o objeto da sua criação e não sujeito da criação. É nessa lógica que a alienação compõe a dinâmica do capital que se baseia na exploração do trabalho, que é de onde vêm à produção das mercadorias, passando estas então, a ser o centro de todas as relações sociais entre os homens.

Tem-se, portanto uma inversão, pois as relações não se dão entre os produtores, mas entre os produtos de seu trabalho, onde a **coisa** (mercadoria), fruto do trabalho humano na ordem do capital, passa a ter vida própria e a comandar as relações entre os homens.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como

caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas, e por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Assim se apresenta, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013, p.147-148).

Assim, na sociedade capitalista o trabalhador é privado do acesso a riqueza que ele mesmo produz, sendo obrigado a vender a sua força de trabalho, que é transformada em mercadoria, enquanto condição para manter a sua sobrevivência. A força de trabalho aparece como mercadoria quando o trabalhador “livre”²³, possuindo apenas essa mercadoria valiosa que é sua própria corporeidade viva, a coloca à venda no mercado, e como mercadoria a força de trabalho possui um valor que segundo Marx (2013, p.245), é determinado;

[...] como o de todas as outras mercadorias, [...] pelo tempo de trabalho necessário para a produção- e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.

A mercadoria força de trabalho colocada no mercado vale um preço (fixado por contrato), onde ao ser ofertada se estabelece um contrato entre comprador e vendedor, onde por

²³ “A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre –arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas do mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral. (MARX, 2013, p. 250- 251)”.

meio da compra, o comprador utilizando o dinheiro como forma de pagamento pelo valor da força de trabalho (tempo de trabalho requerido para a produção medido pelo valor dos meios de subsistência necessários à sobrevivência do trabalhador = salário), paga provisoriamente²⁴ ao possuidor da força de trabalho o preço dessa mercadoria “valiosa”, que é entregue ao comprador de livre e espontânea vontade para ser consumida.

[...] O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais valor. [...] Aqui se revelará não só como o capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido. O segredo da criação de mais-valor tem enfim, de ser revelado. [...] O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da...despela (MARX, 2013, p.250-251).

Assim em troca de sua mercadoria (força de trabalho), o trabalhador recebe sob a forma “salário” (preço da força de trabalho), uma pequena parcela daquilo que foi produzido pelo seu trabalho. A forma salário assim esconde uma desigualdade, pois o capitalista ao comprar o direito de consumir a força de trabalho, a faz funcionar por mais tempo, onde durante a jornada de trabalho o trabalhador produz não só o trabalho necessário para a sua subsistência, mas um trabalho excedente. “Ao aparecer como preço do trabalho, a forma salário encobre toda divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente (pago e não pago), fazendo com que todo o trabalho entregue ao capitalista apareça como trabalho pago”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.49).

O trabalhador ao vender sua força de trabalho não recebe quantitativamente pelo que produz, ele é explorado pelo capitalista, pois o valor pago pela força de trabalho é muito inferior ao que o trabalhador realmente produz. Nessa relação de apropriação, subordinação e exploração imposta pelo capital vai-se alimentando o perverso movimento da desigualdade social entre as classes e que tendem a se expressar de formas diferenciadas na vida em sociedade. Assim temos segundo Marx (2013), um processo de,

[...] expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo sob o impulso das paixões mais infames, abjetas do trabalho próprio,

²⁴ “Em todos os países onde reina o modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de já ter funcionado pelo período fixado no contrato de compra, por exemplo, ao final de uma semana. Desse modo, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele a entrega ao consumo do comprador antes de receber o pagamento de seu preço e, com isso dá um crédito ao capitalista” (MARX, 2013, p.2448- 249). Assim a classe trabalhadora adianta ao capitalista seu trabalho, o trabalhador somente recebe seu salário após a sua força de trabalho ter sido consumida, assim a classe trabalhadora é paga, com o produto do seu próprio trabalho.

fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho, cede lugar alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2013, p. 831).

Nesse processo de expropriação temos que, o trabalhador é desprovido das condições materiais necessárias do seu trabalho, ou seja, o que ele mesmo produz não lhe pertence, restando apenas a este trabalhador vender sua força de trabalho que é apropriada pelo capital, onde o trabalho excedente²⁵ apropriado pelo capitalista e não pago ao trabalhador gera um sobre-valor que seja a mais valia.

[...] O caráter específico da produção capitalista nesta, não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar o seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção [...] (MARX, 2008, I, p 722).

A extração da mais-valia no modo de produção capitalista pressupõe a exploração do trabalho nessa sociedade, ela é o valor produzido pelo trabalhador onde seu excedente toma a forma de lucro ao ser apropriada pelo capitalista.

A extração da mais valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. [...] O produto pertence ao capitalista, que obtêm mais-valia da diferença entre o VALOR do produto e o valor do capital envolvido no processo de produção. O último é constituído por duas partes: o capital constante, correspondente ao valor despendido em meios de produção, que é simplesmente transferido para o produto durante o processo de produção; e o capital variável, que é utilizado para empregar trabalhadores, pagos pelo valor daquilo que vendem, sua FORÇA DE TRABALHO. [...] A mais valia é a diferença entre esses dois valores: é o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca (GUIMARÃES, 2001, p.227, grifo do autor).

Assim “mediante a sucção do trabalho, o capital não só se produz como capital, mas se reproduz”, (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.47), ocorre uma antítese, pois a classe trabalhadora cria os próprios meios de sua dominação ao trabalhar para garantir sua

²⁵“O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho” (MARX, 2013, p. 293).

sobrevivência. Assim é o próprio trabalhador que produz a riqueza objetiva do capital que o explora e domina, e se empobrece quanto mais riqueza produz, ocorre, portanto uma valorização do mundo das coisas em detrimento do mundo dos homens, pois o trabalhador na sociedade capitalista não produz somente mercadoria, produz a si mesmo como mercadoria.

De fato, a produção capitalista é a produção de mercadorias como forma geral da produção, mas ela o é, e se toma cada vez mais em seu desenvolvimento, porque o próprio trabalho aparece aqui como mercadoria, porque o trabalhador vende o trabalho, isto é, a função de sua força de trabalho, e isso, conforme admitimos, pelo valor determinado por seus custos de reprodução. Na medida em que o trabalho se torna trabalho assalariado, o produtor torna-se capitalista industrial; por isso a produção capitalista, portanto também a produção de mercadorias só aparece em toda a sua amplitude quando inclusive o produtor direto do campo for assalariado. Na relação entre capitalista e trabalhador assalariado, a relação monetária, a relação entre comprador e vendedor, torna-se uma relação imanente à própria produção. Essa relação repousa, porém, por sua base, no caráter social da produção, não no modo de intercâmbio; pelo contrário, este é que se origina daquele. Isso corresponde, além do mais, ao horizonte burguês, no qual o fazer negócios ocupa a cabeça inteira, sem ver no caráter do modo de produção o fundamento do modo de intercâmbio que lhe corresponde, mas o inverso (MARX, 1985, II, p. 86).

Podemos perceber que capital e trabalho assalariado se criam mutuamente no mesmo processo, “[...] a maior parte da sociedade é transformada em assalariados, gente que vive da mão para a boca, que recebe seu salário semanalmente e o gasta diariamente, tendo, portanto, de encontrar seus meios de subsistência como estoque” (MARX, 1985, II, p.105).

O profissional assistente social não foge a essa condição, pois ao ingressar no mercado de trabalho, condição para exercer sua profissão como trabalhador assalariado é, portanto, obrigado a vender sua força de trabalho. Mercadoria essa que tem valor de uso porque responde a uma necessidade social e valor de troca expresso no salário. É por meio dessa relação mercantil que se dá a objetivação do valor de uso da força de trabalho. O assistente social entrega, ao seu empregador o valor de uso específico de sua força de trabalho qualificada (IAMAMOTO, 2007).

A condição de assalariamento do profissional assistente social seja como funcionário público, empregado privado de empresas ou não, está submetido a relações institucionais e trabalhistas que regulam o ato laborativo. Estabelecendo assim condições para a realização deste trabalho, como: jornadas intensas de trabalho, salários muitas vezes baixos, metas e índices de produtividade. Tratam-se de exigências impostas pelos distintos empregadores que impõe regulamentações específicas e que devem ser empreendidas no âmbito do trabalho coletivo. Esses fatores condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites ao fazer profissional, seja pela redução de materiais humanos, financeiros, técnicos indispensáveis

a realização do trabalho, sem falar do recorte realizado nas expressões da questão social que fragmenta a ação profissional limitando-a e parcializando-a.

Além das demandas dos empregadores, as atividades desenvolvidas pelos profissionais assistentes sociais, são requisitadas pelas demandas referentes às necessidades sociais dos sujeitos que pelas lutas sociais embates das relações de poder, se transformam em demandas profissionais que passam a ser ofertadas por meio de serviços aos cidadãos. O profissional se encontra em um terreno cheio de tensões no seu fazer profissional. Dispõe de certa autonomia (avanços teóricos, éticos, políticos etc.) na condução das suas atividades, mas os empregadores articulam condições e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados (IAMAMOTO, 2007).

Mas a consideração unilateral das imposições do mercado de trabalho conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinado a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado. (IAMAMOTO, 2007, p.219).

Cabe ressaltar que o assistente social tem uma relativa autonomia e com ela a possibilidade de redirecionar os rumos do seu trabalho pelo próprio caráter contraditório que as relações sociais colocam na luta pela hegemonia. “As necessidades sociais e aspirações dos segmentos subalternos, que são o público alvo do trabalho profissional, podem potencializar e legitimar os rumos impressos ao trabalho do assistente social na contramão das definições oficiais.” (IAMAMOTO, 2007, p.422).

O trabalho profissional está situado entre as demandas dos empregadores e o atendimento das necessidades da classe trabalhadora, que coloca o profissional no limite entre o fazer profissional condicionado a um corporativismo e a execução da sua autonomia profissional.

Muitas vezes a condição de trabalhador assalariado do assistente social limita seu trabalho profissional, pois como trabalhador assalariado ele não se encontra livre das amarras do capital que explora, aliena, domina e tenta sempre controlar as ações dos trabalhadores.

A profissão e o exercício do trabalho profissional se encontram intrinsecamente relacionados, ao fato de auxiliar na produção e reprodução da classe trabalhadora, ao atender suas necessidades sociais garante sua reprodução enquanto força de trabalho para o capital, e na contramão auxilia a classe trabalhadora na luta e garantia dos seus direitos e no seu fortalecimento enquanto classe.

Cabe destacar que o assistente social se cria e se recria enquanto trabalhador assalariado, se cria quando vende sua força de trabalho ao capital e se recria quando auxilia na reprodução da classe trabalhadora, ou seja, a própria classe à qual pertence.

Marx (2008) ressalta como a classe trabalhadora cria os meios para sua própria reprodução e ao mesmo tempo auxilia no processo de acumulação do capital. Pois com seu trabalho produz os meios de produção, como maquinário por exemplo (capital constante) alavancando o processo de acumulação do capital. Temos que à medida que avança seu processo de acumulação o capital investe cada vez mais em capital constante em detrimento do capital variável (força de trabalho).

No modo de produção capitalista, presencia-se então, a relação entre meios de produção e força de trabalho, ou seja, devido ao aumento do capital global, a parte de capital variável também aumenta, porém em proporção cada vez menor. Durante o processo de minimização ou redução do capital variável com relação ao capital global faz com que se produza um aumento da classe trabalhadora, que passa a se tornar excedente e supérflua. Essa população excedente de trabalhadores passa a compor o exército industrial de reserva, este que é produto do processo de acumulação e apropriação da riqueza no modo de produção capitalista. Porém, “o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas, sob as relações sociais de produção capitalistas.” (NETO e BRAZ, 2006, p. 134).

Com o acirramento do processo de desenvolvimento tecnológico e do capital, torna-se mais rápido a produção da superpopulação relativa²⁶, uma vez que com o aumento das máquinas as condições existentes permitem que, o produto excedente se transforme em adicional. Acirra-se a produção de mercadorias e logo o número de trabalhadores necessário para desempenhar as funções diminuirá, produzindo assim, cada vez mais o exército de reserva²⁷. Temos então que,

Por isso, a população trabalhadora, ao produzir acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população

²⁶“A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-no aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente, assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada” (MARX, 2008, p. 744).

²⁷“O exército industrial de reserva, sendo um produto da acumulação, é, também, uma das condições para que esta se efetive. A existência de uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da população, é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital.” (IAMAMOTO, 2008b, p. 59).

supérflua. Essa é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção. (MARX, 2008, p. 734).

Como visto, no processo de produção e reprodução das relações capitalistas, a classe trabalhadora é parte fundamental para a produção capitalista, pois é geradora de toda riqueza. Mas ao mesmo tempo produz toda a somatória de tecnologia que a torna superflua e sobranete. Por isso, este fenômeno se torna condição necessária para a existência capitalista, alavancando ainda mais seu processo de acumulação.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. Com a acumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, cresce a força de expansão súbita do capital. (MARX, 2008, p. 735).

Assim, todo trabalhador que se encontra a margem do processo de produção, ou seja, desprovido de trabalho, compõe essa superpopulação relativa, e devido o ciclo de desenvolvimento industrial a superpopulação relativa se apresentará de três formas: Flutuante, latente e estagnada.

Segundo Marx (2013) A **forma flutuante**, representa os trabalhadores dos centros industriais, onde o número de trabalhadores de uma determinada empresa oscilará dependendo da escala de produção, para mais ou para menos. A **forma latente**, o modo de produção capitalista se insere na agricultura, levando os trabalhadores rurais migrarem para os centros urbanos com expectativas de venderem sua força de trabalho, o que faz com que aumente a população superflua e a desvalorização da força de trabalho como mercadoria. Por fim, na **forma estagnada** os trabalhadores possuem uma ocupação irregular, ou informal, vende a sua força de trabalho, porém ora em determinada ocupação ora em outra, vende o nível máximo de força de trabalho em troca de um mínimo de salário.

Temos ainda o sedimento mais baixo da superpopulação relativa que segundo Marx compõe a esfera do *pauperismo*²⁸. Ressalta-se que as condições **precárias** de vida e de trabalho

²⁸ “Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lupemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retoma dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército

das pessoas que vivem à margem da produção e do usufruto da riqueza produzida, são reveladoras de que a desigualdade social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas. Revelando-se então, a coexistência de uma polaridade: riqueza / pauperismo. Eis aqui a gênese da questão social objeto de trabalho da profissão Serviço Social, profissão essa que nasce marcada pela proposta burguesa de amenizar as expressões da questão social e continuar mantendo o equilíbrio que favoreça a manutenção da sua dominação. A profissão nasce marcado sob o estigma da tutela, do favor da filantropia como trato a questão social²⁹, buscando manter o controle sobre a força de trabalho.

O capital portanto, suga a força de trabalho viva, condicionando a vida de milhares de homens e mulheres a uma existência desumana. Para Marx,

[...] O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. (2013, p.307).

Pode-se perceber que a precarização do trabalho que ocorre hoje, diz respeito não apenas à mera força de trabalho como mercadoria, mas também à precarização do homem como ser genérico (ALVES, 2013). Trabalho e vida estão interligados, assim nos ressalta Gramsci (1984), o processo entre o homem e a natureza não se reduz apenas a seu aspecto material

industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativos de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. -, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. **O pauperismo** constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa sua necessidade na necessidade dela, e junto eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 2013, p. 709 grifo nosso)".

²⁹“A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. [...] A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo”. (NETTO, 2001, p. 42-45).

“A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. [...] A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos seguimentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992). Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais”. (IAMAMOTO, 2001, p.17).

(objetos e meios de produção), mas também incorpora a vida física e mental do homem que trabalha incorporando assim sua subjetividade.

[...] a subjetividade é intrinsecamente intersubjetiva. O homem é acima de tudo uma individualidade social. Portanto, o discurso da “subjetividade” em si tende a ocultar uma dimensão profunda dessa ‘captura’. Isto é, ela não é apenas controle/manipulação das instâncias psíquicas do sujeito burguês, do homem que trabalha, apreendido como uma mônoda social, mas a corrosão/inversão/perversão do ser genérico do homem como ser social. Não podemos conceber o sujeito humano sem as teias de relações sociais nas quais ele está inserido. (ALVES, 2013, p.99 grifo do autor).

Cabe ressaltar que o processo de precarização da força de trabalho é condição sine qua non do capital quando é preciso elevar as suas taxas de lucro, buscando obter um maior ganho em cima da intensificação da produção da mais valia. Assim as condições precárias de vida dos trabalhadores e sua intensa exploração se encontram no seio da sociabilidade do capital.

Devido ao crescimento da riqueza e simultaneamente a ampliação do pauperismo, não polariza exclusivamente um mundo rico e um mundo pobre, mas perpassa as sociedades nacionais de ambos os mundos. Logo, cabe apontar que a questão social é gerada pelo capitalismo no bojo das relações sociais, e à medida que se desenvolve, acirra as contradições e aprofunda as mazelas sociais. Podemos confirmar pela citação de Faleiros (1986, p.33) que:

O capital se valoriza através da exploração da força de trabalho que não recebe por tudo que produz. A acumulação de capital é esse aumento incessante de riquezas, apropriadas por aqueles que possuem os meios de produção da riqueza (máquinas e instalações), ou seja, os capitalistas. A existência da relação social de exploração é, portanto, a condição do processo de acumulação.

Podemos destacar que a questão social se encontra impreterivelmente associada ao aumento da pauperização e miséria de uma gama da população mundial, resultado este de relações sociais de exploração inerentes ao capital, num aumento incessante de riquezas, apropriadas pelos detentores dos meios de produção e expropriadas do trabalhador que é aquele que a produz.

Assim, se tem a contradição capital/ trabalho, sendo cerne dos antagonismos gerados na sociedade capitalista e fator primordial para o acirramento das expressões da questão social. Pois, elas nada mais são do que uma espécie de reflexo desse processo. Reflexo este que traz à tona uma gama multifacetada de consequências negativas expressas diretamente nas condições de vida cultural, social e econômica dos trabalhadores.

Segundo Iamamoto (2007) o embate da luta pela cidadania, pelos direitos civis, políticos, sociais e direitos humanos expressam a consciência dos indivíduos sociais frente ao capital. É nesse terreno de disputas que trabalha o assistente social, entre a reprodução da desigualdade e produção da resistência, em um espaço movido por interesses sociais distintos e antagônicos interesses do capital e interesses do povo oprimido por este, que formam o tecido da vida em sociedade que o fazer profissional se efetiva. “Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta pelos direitos.” (IAMAMOTO, 2007, p.160).

Na medida em que o capital desenvolve a sua capacidade de produção, expropriação e dominação alternam-se as proporções dos elementos que conformam a essência da contradição capital e trabalho, quer na sua gênese, quer na sua forma de racionalização burguesa, racionalização está feita por intermédio do Estado (IAMAMOTO, 2008).

Com a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, vimos então o Estado assumir, no que tange às políticas sociais, o papel de “mediador” entre os interesses da burguesia e do proletariado, pois como afirmam Marx e Engels (1982, p.40) “[...] o combate prático destes interesses particulares, que se chocam constante e realmente com os interesses coletivos e ilusoriamente coletivos, torna necessário a intervenção prática e o refreamento através do interesse ‘universal’ ilusório sob a forma de Estado.”

É nesse momento que o Serviço Social surge como profissão, sua institucionalização se relaciona a partir da progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social no momento em que as manifestações da expressão da questão social é colocado como objeto das políticas sociais, sob a dupla perspectiva de um lado garantir condições adequadas para o pleno desenvolvimento do capitalismo, controlando e garantindo a reprodução da classe trabalhadora e de outro lado contraditoriamente respondendo as pressões e demandas da classe trabalhadora e o atendimento das suas necessidades sociais (RAICHELLIS, 2011).

A nova configuração, presente na ordem societaria, cria na divisão sociotécnica do trabalho um novo espaço socioocupacional para o assistente social objetivando as condições pela qual a profissão será legitimada e demandada. O Serviço Social passa de um mecanismo de distribuição de caridade da classe dominante para se tornar um dos principais executores das políticas sociais do Estado. O Estado amplia o campo de trabalho do assistente social conforme estratégias dos setores dominantes para o enfrentamento a questão social. Este profissional passa a se inserir no universo do valor na lógica da mercantilização.

2.1.1 A mercantilização do trabalho do Assistente Social e sua superexploração enquanto força de trabalho pelo capital

O trabalho do assistente social se insere num processo de mercantilização, no universo do valor e da valorização do capital, isso porque o exercício do profissional assistente social em resposta as demandas sociais passa a ser mediatizado pelo mercado pela troca, consumo de bens e serviços (RAICHELIS, 2011).

[...] o Serviço Social não é uma profissão que se inscreva, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor. Embora não ocupe uma posição na produção *stricto sensu*, como o que ocorre com outras profissões de caráter técnico, isto não significa seu alijamento da produção social em sentido amplo. Ora, o alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e sua família, elemento mais vital e significativo do processo de produção. É dele ou, mais precisamente, de sua força de trabalho em ação, que depende não apenas a transferência do valor contido nos meios de produção ao produto, mas a criação de novos valores, os quais são realizados por intermédio da venda de mercadorias. Mais explicitamente a força do trabalho em ação é a fonte de toda a riqueza social. Uma vez que o Serviço Social está circunscrito dentro do contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia. Embora a profissão não se dedique, preferencialmente, de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 86).

Segundo os autores Marilda e Carvalho (2008) a reprodução capitalista necessita de atividades que mesmo não sendo diretamente produtivas são extremamente necessárias ao capital, com o progresso da divisão do trabalho se desmembraram de outras assumindo funções independentes. Atividades vinculadas ao controle político ideológico ou repressivo vinculado ao contrato burocrático do Estado necessário ao domínio de classe, sua razão de ser é dada pela contribuição que passam a oferecer, pois, se encontram vinculados a estruturas de poder, assim, essas atividades “[...] Embora não sejam geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 86).

Entender o significado da profissão remete a entender o trabalho do assistente social no âmbito do trabalho coletivo, mas entendendo também “sua unidade enquanto parte do trabalho social médio, comum ao conjunto de trabalhadores assalariados que produzem valor e/ou mais-valia” (IAMAMOTO, 2009, p. 38). É entender a profissão no âmbito da sociedade

capitalista é pensar o trabalhador assistente social e seu trabalho como parte da classe trabalhadora e analisar as suas condições, dilemas como comuns a todos os trabalhadores assalariados “[...] o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços.” (RAICHELIS, 2011, p. 426).

Cabe destacar que o profissional assistente social trabalha com um objeto bem particular e muito próprio da sociedade capitalista – a questão social. Assim, a identidade profissional se formulou em meio a um processo de complexos, entre as imposições e demandas do capital frente ao controle da força de trabalho e ao processo de luta e resistência da classe trabalhadora pela conquista de seus direitos. O caráter contraditório da profissão coloca o profissional em um presente e constante conflito, num enfrentamento diário para a efetivação do seu fazer profissional, fazer esse condicionado a demandas institucionais, mas que embasado em uma perspectiva ético-política dispõe de uma autonomia relativa para enfrentamento das expressões da questão social, contra a exploração, precarização e redução de direitos da classe trabalhadora.

O fato é que esse profissional também é classe trabalhadora, este também sofre os processos de precarização e exploração da sua força de trabalho, sofre com condições de trabalho que afeta sua subjetividade de duas maneiras: como sujeito que trabalha e depende desse trabalho para sobreviver que se reproduz enquanto força de trabalho para o capital, e ao mesmo tempo como sujeito profissional que faz enfrentamento a essas precárias condições de trabalho da classe trabalhadora, mas que ao atender as necessidades sociais dessa mesma classe acaba auxiliando no processo de produção e reprodução da força de trabalho para o capital.

O profissional se encontra sempre entre o processo dialético de afirmação e negação. Ele afirma o trabalho enquanto trabalhador que executa pelo trabalho seu por teleológico, mas ao mesmo tempo pelo seu agir racionalmente conhece a própria realidade a qual esse trabalho é submetido nessa sociabilidade (exploração, alienação, precarização). Sendo assim, nega no seu fazer profissional as condições de trabalho a qual encontra submetida à classe trabalhadora buscando enfrentar juntamente com esta, as amarras e miserabilidades impostas pelo capital, que se apropria da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora tornando seu trabalho estranhado.

Assim, causalidade e teleologia estão presentes no trabalho profissional. Segundo Lukács (2010), a teleologia e a causalidade são opostas, mas ambas possuem um vínculo, pois são componentes do ato de pensar tanto a posição do fim quanto a concepção dos meios. Pois

a busca dos meios essenciais para a objetivação da finalidade posta pela consciência implica em um conhecimento do sistema causal, necessário para que o movimento possa resultar no alcance do fim posto (LUKÁCS, 2010).

Para o atendimento das necessidades humanas e sociais, portanto, é necessário certo conhecimento do movimento da natureza, isto é, deve-se ter atingido um grau apropriado de sabedoria em relação a essa, a fim de que se possa utilizar seus recursos como meios para a objetivação de um projeto teleológico (ANTUNES, 2010).

Verifica-se, pois, a tensão no fazer profissional. O assistente social busca de um lado, desvendar a realidade social a qual o trabalho se encontra inserido nessa sociedade, busca como ser pratico- social dotado de liberdade e teleologia realizar projeções e buscar implementá-las na vida social, num processo de mediação entre teoria e prática, realizar ações interventivas na realidade. De outro lado a sua condição de trabalhador assalariado, o força a subordinar-se, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinados por condições externas aos indivíduos, como situações de trabalho³⁰ onde se preza pela (intensificação da jornada de trabalho, precárias condições físicas para execução do trabalho, cumprimento de metas, aumento de produtividade, baixos salários, etc.).

Essas condições de trabalho afetam não só a forma como se realiza o trabalho, mas a vida desses sujeitos, sua saúde física, mental espiritual, suas relações familiares e sociais, afeta os meios necessários para sua sobrevivência. A falta de um salário que satisfaça suas necessidades essenciais como moradia, transporte, alimentação leva os indivíduos a uma privação social, que acarreta em dificuldades, que na vida cotidiana limita sua liberdade de criação, pois sua atividade primária que é o trabalho se encontra reprimida pelo processo alienante imposto na sociabilidade do capital.

O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força- de- trabalho como mercadoria, mas sim novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem. A nova redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital. (ALVES, 2013, p. 86).

³⁰“Conjunto complexo que inclui as condições físicas, químicas e biológicas do ambiente do trabalho; os aspectos técnicos; a organização prescrita e a caracterização dos canais formais de comunicação e das relações interpessoais” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 255).

A alienação do trabalhador à subsunção do seu tempo de vida pelo tempo de trabalho coloca o indivíduo na dinâmica da condição laboral do capital onde “[...] a precarização do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha implicam a abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de auto referência pessoal.” (ALVES, 2013, p. 87).

Sobre a condição de precariedade do valor da força trabalho nos esclarece Marx (2013, p.247),

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal qual limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma **precária**. Mas o valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal. (MARX, 2013, p.247 grifo nosso).

Quando o preço da força de trabalho (salário) é reduzido ao mínimo, só resta ao trabalhador sobreviver de forma precária, refletindo não só nas condições de trabalho, mas na vida objetiva desses sujeitos que necessitam vender a si mesmos (sua energia vital), para sobreviver. (MARX, 2013).

Sobre a redução do preço da força de trabalho abaixo do seu valor, onde a força de trabalho só poderá desenvolver de forma precária, como alerta Marx, serviu como pilar para Marini (1973) desenvolver uma análise sobre os mecanismos que geram a superexploração³¹ do trabalho nas economias dependentes latino-americanas, onde o incremento da taxa de mais-valia se dá, com o preço da força de trabalho situado abaixo do seu valor, sendo negados ao trabalhador as condições necessárias para a reposição do desgaste de sua força de trabalho.

Segundo Marini (1973), essa condição se efetiva, pois se obriga o trabalhador a dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria dispor normalmente, levando ao seu esgotamento prematuro, além de lhe retirar a possibilidade de consumir o estritamente necessário para conservar sua força de trabalho em estado normal.

A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como (1) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador;(2) e que

³¹ Categoria elaborada por Marini como fundamento da Teoria Marxista da Dependência – TMD –, com relevantes contribuições a economia política brasileira e latino-americana, ao próprio marxismo latino-americano a partir dos anos 70.

configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital. (LUCE, 2012, p. 122).

Temos que o trabalho acaba por ser remunerado bem abaixo do seu valor, resultando em uma superexploração, que dá conta das “[...]formas assumidas pela violação do conjunto de condições necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho, nos processos de produção e circulação. Dá conta, então, das formas de violação do valor da força de trabalho” (OSORIO, 1975 apud LUCE, 2012, p. 121). Assim, a exploração capitalista apresenta características que implicam em desconformidade do valor de troca da força de trabalho.

Marini nos mostra o impacto e função desses elementos nas formações econômicas periféricas e a especificidade das relações de produção estabelecidas na América Latina como decorrentes da inserção do continente no circuito mundial de reprodução do capital.

[...] a superexploração da força de trabalho consiste de uma lei de tendência própria do capitalismo dependente, a qual segue a orientação de contrarrestar a transferência de valor a que as economias dependentes estão submetidas na divisão internacional do trabalho. (LUCE, 2012, p. 122).

Marini (2000) destaca, portanto, que a superexploração leva a uma intensificação na produção da mais valia na periferia e a apropriação e acumulação desta pelos países centrais. Configurando um capitalismo incompleto (*sui generis*) na periferia porque parte do excedente gerado por esses países são apropriados pelo centro na forma de lucro, juros não sendo realizados internamente. Assim, temos um círculo que é interrompido, a fissura gerada na economia interna, pela transferência de valor precisa ser compensada e isso se dá na produção pela superexploração a qual,

[...] se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real. (MARINI, 2000, p. 160).

A superexploração do trabalho abarca as categorias absoluta e relativa de extração de mais-valia, qual seja o aumento da jornada de trabalho no primeiro caso e intensificação do trabalho no segundo, mas traz um terceiro elemento que como salienta Marini,

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento da mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. Mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica.

[...] Dever-se-ia observar, finalmente, um **terceiro procedimento**, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal pelo qual 'o fundo necessário do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em fundo de acumulação do capital', implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (MARINI, 2000, p. 124-125 grifo nosso).

O conceito de superexploração aborda também uma modalidade peculiar que a extração da mais valia apoia-se mais intensamente na redução do preço (salário) da força de trabalho do que no aumento do valor da força de trabalho. O montante da mais valia apropriada pelo capitalista se eleva, pois este se apropria de parte do consumo do trabalhador, que corresponderia a reposição do desgaste da força de trabalho, sendo negados ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste físico-psíquico da sua força de trabalho, com um trabalho remunerado abaixo do seu valor e um dispêndio da força de trabalho superior (de forma intensiva e extenuante) que provoca um esgotamento prematuro deste.

Segundo Luce (2012), são comuns os equívocos interpretativos acerca da categoria da superexploração, em que segundo ele os equívocos mais comuns são:

- 1) A confusão entre superexploração e uma exploração baseada na mais-valia absoluta.
- 2) Tomar a superexploração como sinônimo de pauperização.
- 3) O entendimento da superexploração como um determinado grau que os níveis de exploração atingem, quando a taxa de mais-valia se eleva acima de certo patamar.

Para entendimento da categoria da superexploração do trabalho é necessário entendê-la de forma mais ampla e articulada a mecanismos que segundo Marini compreende combinação de extração intensiva de mais-valia associada a uma compressão salarial que gere uma violação do valor força de trabalho no processo de trabalho. (LUCE, 2012).

Assim, os mecanismos que configuram a superexploração do trabalho para Marini (1973), são: **intensificação do trabalho**, onde um grau de intensidade além do normal implica em um aumento do volume dos meios de subsistência para compensar o maior desgaste da força físico-psíquica do trabalhador. Ocorre que esse desgaste adicional gerado pelo aumento da intensidade ou do ritmo do trabalho não é compensado pois não ocorre o aumento do salário e mesmo que isto ocorra, possibilitando o consumo de mais valores de uso pelo trabalhador, não poderá compensar o desgaste da corporeidade viva.

Outro mecanismo considerado por Marini (1973) é o **prolongamento da jornada de trabalho** (forma de obtenção da mais valia absoluta), assim um aumento extensivo da duração da jornada de trabalho implica em um maior volume de meios de subsistência. O aumento da jornada de trabalho levará há uma maior produção de trabalho excedente e, portanto se

considerarmos que o valor da força de trabalho é igual a uma jornada normal de trabalho diária, o prolongamento da última resultaria em um aumento da primeira. Ocorre que o aumento do salário (se houver aumento), não é suficiente ao ser equiparado ao novo valor da força de trabalho. Assim, se tem um aumento da extração de mais-valia obtido através do prolongamento da jornada de trabalho sem no entanto aumentar o salário de forma correspondente.

A insuficiência do salário recebido pela venda da força de trabalho para atender as necessidades sociais básicas de sobrevivência da classe trabalhadora pode ser reafirmada pela crescente expansão da política de assistência social no Brasil por exemplo. Temos que muitos trabalhadores recorrem a essa política, como forma de auxílio ao atendimento das suas necessidades e incremento das suas rendas por benefícios de transferência de renda, como o bolsa família que oferece auxílio financeiro mensal a famílias necessitadas. Pode-se perceber que as políticas de renda mínima tem o objetivo de oferecer uma renda alternativa à renda salarial, se transformando em meios de subsistência para aqueles trabalhadores considerados pobres (MOTA [Org.], 2010).

A expansão da assistência social no Brasil vem sendo operada principalmente via programas de transferência de renda. Segundo dados do Ministério de desenvolvimento social e combate à fome (MDS) em 2011 o programa Bolsa –Família atendeu mais de 13 milhões de famílias. Em tempos de desemprego, precarização do trabalho, perdas de direitos trabalhistas, vemos a assistência social particularmente através dos programas de transferência de renda sendo utilizada pela classe dominante como solução para combater a pobreza, oferecendo a população pobre o acesso aos mínimos sociais de subsistência, tentando estabelecer mecanismos de consenso que em situação contrária poderia representar uma ameaça ao projeto hegemônico burguês (MOTA [Org.], 2010).

O outro mecanismo que possibilita o incremento da taxa de mais-valia, ressaltado por Marini (1973) e baseado na superexploração do trabalho, **é a redução do salário real abaixo do valor da força de trabalho**. Assim, parte do consumo dos trabalhadores é transformada em fundo de acumulação do capital, onde a redução do salário real pode se dar por um não aumento do salário ou pela corrosão do valor real pelo processo inflacionário lhe reduzindo ou retirando a capacidade de consumir.

Importa assinalar, ademais, que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial é dada pelo fato de que se negam ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [aumento intensivo e extensivo do tempo de trabalho], porque se lhe obriga a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se

assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (MARINI, 1973, p. 41-42).

Essa condição na qual o trabalhador se encontra, onde lhe é retirado inclusive o mínimo necessário para sua sobrevivência em estado normal, leva a perceber que a superexploração do trabalho se encontra na dinâmica da vida de milhares de pessoas se apresentando de forma mais incisiva nas sociedades de economias periféricas.

Um quarto mecanismo de superexploração do trabalho, ressaltado por Marini de acordo com Luce (2012), é **o valor histórico-moral da força de trabalho sem pagamento correspondente**. Tem-se que as transformações na sociedade colocaram novas necessidades que fizeram aumentar a quantidade de bens necessários na cesta de consumo dos trabalhadores. Mas não se teve reconhecida a atualização do valor histórico- social da força de trabalho, no pagamento recebido pelo trabalhador.

[...] Como no capitalismo dependente a apropriação privada pelos capitalistas da riqueza socialmente produzida pelo trabalho tende a se agudizar, o hiato entre o valor histórico-social da força de trabalho e a remuneração recebida configura uma quarta modalidade de superexploração.” (LUCE, 2012, p. 135).

De acordo com Luce (2012), esse processo que configura uma quarta modalidade de superexploração pode ser percebido através da evolução da produtividade do trabalho possibilitado por meio das transformações tecnológicas se comparado aos salários praticados, pois o aumento do salário mínimo ao longo dos anos não acompanha o valor da força de trabalho, como por exemplo, no Brasil em que o salário mínimo necessário para que uma família vivesse com dignidade, deveria ser quatro vezes maior do que o salário mínimo fixado, “[...] estamos diante de uma situação de defasagem entre o valor histórico-social da força de trabalho e a remuneração praticada.” (LUCE, 2012, p. 136).

Para Marini (1973) a superexploração do trabalho é uma característica permanente das economias dependentes latino-americanas. Sabe-se que as condições de dependência das sociedades latino-americanas se aprofundam a partir dos anos de 1980, onde, diante da crise³²,

³² “Os marxistas têm, tradicionalmente, concebido a crise como o colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade. Na sociedade capitalista, acredita-se que tal colapso seja gerado pelo processo de ACUMULAÇÃO, determinado pela tendência decrescente da taxa de lucro. A lei da tendência decrescente da taxa de lucro procura explicar porque o capitalismo atravessa longos períodos de crescimento acelerado que são necessariamente seguidos de períodos correspondentes de crescimento desacelerado e crises eventuais. [...] A força propulsora de toda atividade capitalista é o lucro, e a mais-valia é o seu fundamento oculto. Para extrair o máximo possível de mais-valia, o capitalista deve aumentar a duração e/ou a intensidade do dia de trabalho e, acima de tudo, aumentar a produtividade do trabalho. Para competir eficientemente com outros capitalistas, deve conseguir,

o esforço para recuperação das taxas de lucro mediante a exploração da força de trabalho, é intensificado. Tal processo ao transformar o mundo do trabalho, afetou não somente as condições de vida do trabalhador, mas as garantias jurídico- institucionais alcançadas pela luta dos trabalhadores, pois o que se passa a presenciar é um desmonte dos direitos. Frente a contrarreforma do Estado e as medidas de ajustes econômicos impostas pelos organismos financeiros internacionais, vimos as políticas de proteção social serem redefinidas. Assim, presenciamos a regressão das políticas redistributivas constitutivas de direitos pelas políticas compensatórias de combate à pobreza; mercantilização de alguns serviços sociais (planos privados de saúde e previdência complementar); estratégias de desenvolvimento social baseadas na formação de capital humano e social; dentre outros aspectos que afetaram os direitos sociais (MOTA [Org.], 2010).

Assim, as transformações de produção, a desregulamentação do trabalho e a crise vivenciada no mundo capitalista na década de 80, implicaram ainda mais em exploração e superexploração, no intuito de manter as taxas de mais-valia e lucro para acúmulo do capital. Criando estratégias e mecanismos de se “reinventar”, e manter altos níveis de exploração, como consequência da crise, foi pensado e implementado um amplo processo de reestruturação do capital, no intuito de reerguer seu ciclo produtivo.

Iremos analisar mais profundamente no próximo item como o processo de reestruturação produtiva traz novas formas tecnificadas de intensificar a exploração do trabalhador. E como as mudanças no mundo do trabalho se dão na estrutura econômica, mas também afetam a superestrutura, pois os aspectos sociais, políticos são afetados levando a uma intervenção na vida dos trabalhadores.

simultaneamente, menores custos de produção unitários. O aumento do capital fixo é a solução para ambos os problemas. [...] Pode-se mostrar, porém, que o crescimento do capital fixo também tende a reduzir a taxa de lucro nos métodos mais adiantados de produção. [...] Para o capitalista individual que primeiro adota esses métodos mais amplos, de capital mais intensivo, seus menores custos unitários lhe permitem reduzir os preços e expandir-se às expensas de seus concorrentes, compensando dessa maneira a menor taxa de lucro por meio de uma fatia maior do mercado. Mas, para o sistema como um todo, isso faz com que a taxa média de lucro baixe. Embora vários fatores possam, temporariamente, neutralizar essa tendência, eles operam dentro de limites estreitos, de modo que a queda, ao longo do século, da taxa de lucro surge como *a tendência dominante*. Em um período prolongado, os efeitos dessa tendência decrescente da taxa de lucro sobre o investimento provocam uma “onda longa” na massa do lucro potencial total, que *acelera, desacelera e entra em estagnação*” (BOTTOMORE, 2012, p. 126-129 grifos do autor).

2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA DO TRABALHADOR

A partir especialmente da segunda década do século XX, vigorou um modelo dominante no sistema produtivo e respectivo processo de trabalho denominado “Fordismo”, baseado na produção em massa de mercadorias. Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho fragmentado, divisão de tarefas com o intuito de reduzir o tempo e aumentar o ritmo de trabalho o que intensificava as formas de exploração.

[...] À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevacente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria estava consolidada. (ANTUNES, 2009, p.39).

A mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, levou a uma linha rígida de produção onde a atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva. Esse processo produtivo transformou a produção industrial expandindo-se para toda indústria dos Estados Unidos da América (EUA) e depois para os principais países capitalistas da Europa (ANTUNES, 2009).

A classe trabalhadora foi adestrada através da ideologia do “americanismo” centrado na racionalização do trabalho e nos pressupostos mentais e sociais para conseguir sua adesão. A combinação de esquemas de coerção como a destruição do sindicalismo operário, pela captura dos sindicatos pelas empresas, e do consenso através de altos salários e benefícios sociais. Estratégias ideológicas e políticas com o Welfare State procurava delimitar os campos da luta de classe³³ sob o suposto compromisso social- democrata para com os trabalhadores. Essa problemática vem reiterar a concepção gramsciana de que “a hegemonia nasce na fábrica.” (GRAMSCI, 2007, p.247), onde a construção de uma sociedade racionalizada necessita de mecanismo de persuasão e força para o adestramento da classe trabalhadora.

³³ “O movimento operário de extração social-democrata, atrelado ao pacto com o capital, mediado pelo Estado, foi responsável também pela expansão e propagação da concepção estatista no interior do movimento operário: ‘A ideia de que a conquista do poder do Estado permite, se não a libertação do domínio do capital, pelo menos uma redução de seu peso, recebeu grande reforço no contexto sócio institucional do fordismo’. Desse modo, aparentemente confirmava-se e fortalecia-se a tese da ‘legitimidade do estatismo, presente no projeto e na estratégia do modelo social-democrata do movimento operário’ [...]. Tudo isso o levou ‘a fortalecer em seu seio um fetichismo de Estado’, atribuindo ao poder político estatal um sentido ‘coletivo’, arbitral e de exterioridade frente ao capital e trabalho [...]” (ANTUNES, 2009, p.41).

Gramsci traz em seus escritos o significado e os efeitos da aplicação à indústria nos Estados Unidos das teorias derivadas de Taylor e os critérios adotados por Henry Ford em suas fabricas, analisando mudanças estruturais e as transformações desencadeadas pelo capital para superar a queda tendencial da taxa de lucro e como isso afetou a vida dos trabalhadores e deu conformidade a formação social norte americana (SIMINONATTO, 1999). “O americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática” (GRAMSCI, 2007, p. 241). Assim temos que,

O americanismo, enquanto fenômeno complexo de modernização e racionalização do aparato produtivo e da vida político-social, constitui a fonte da hegemonia americana na nova divisão internacional do trabalho. [...] ‘americanismo e fordismo’ não constituem-se apenas um método de trabalho, mas uma ‘filosofia’ capitalista que implica um tipo de organização estatal e uma concepção ético-política ligada às exigências de um estágio particular de desenvolvimento do capitalismo, através de uma série de nexos: exigência de programação capitalista, estabelecimento de regras comportamentais adequadas às exigências da produção, construção de meios de controle sobre o operário fora da fábrica, tendência à individualização de uma ideologia estatal funcional, voltada ao sistema ‘fordiano’. Esta forma de estrutura social é própria do Estado Liberal. (SIMIONATTO, 1999, p. 88).

A ideologia do americanismo é funcional no processo de adestramento do trabalhador, onde a classe subalterna deve se enquadrar à dominação do capital. O processo de racionalização determinou a necessidade de um novo tipo humano conformado às necessidades de atendimento das forças produtivas.

A questão social ainda não tinha o seu reconhecimento. As manifestações de tal questão eram consideradas pelos aparelhos repressores do Estado como disfunção individual de ordem moral, solucionada com asilamento ou internamento.

Neste contexto, vale ressaltar que o Serviço Social situa-se no processo da reprodução das relações sociais e como tal desenvolve atividades que auxilia e subsidia no exercício do controle social e difusão da ideologia dominante junto à classe trabalhadora. Nas protoformas da profissão pode-se identificar a articulação da igreja juntamente com as damas de caridade que levavam à classe trabalhadora - aos pobres - a doação do pão juntamente com a moral burguesa. Os movimentos operários de 1917 e 1920 colocam para a sociedade a existência da - questão social- e colocam ao capital a necessidade de procurar soluções para ameniza-la, se articulando, portanto com a igreja para um controle social moralizador e conservador.

As damas de caridade realizavam ações de cunho moralizador e cristão na perspectiva de disciplinar e controlar os trabalhadores para que os mesmos não afetassem a hegemonia burguesa. As damas de caridade exercem a função de ação social através da filantropia, num assistencialismo preventivo de bases organizacionais doutrinárias do laicato da igreja católica no intuito de atender e atenuar as sequelas do desenvolvimento capitalista.

O desempenho e desenvolvimento do trabalho eram acompanhados por fiscais do trabalho e um controle era exercido sobre a vida dos trabalhadores e a racionalização significava controlar a mão de obra dentro e fora da fábrica. Assim, a ideologia do americanismo configurava-se na imagem do “homem americano” sendo necessário um processo de adaptação e integração da classe operária controlando sua moralidade (neopuritanismo que estabeleceu a luta contra o alcoolismo, regulamentação das relações sexuais pela monogamia ligada ao reforço da família), com o intuito de eliminar gasto de energia necessária ao ato produtivo. O trabalho na fábrica remetia a necessidade de disciplina dos instintos em favor do novo método de produção (GRAMSCI, 2007).

As iniciativas ‘puritanas’ têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser puramente externo e mecânico, mas poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais. O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada ou ter suas peças individuais renovadas constantemente sem que isso provoque grandes perdas. (GRAMSCI, 2007, p.267).

A coerção veio combinada com o consenso que estabelecia salários altos e bem-estar (proteção social). Gramsci (2007) ressalta que os novos métodos de produção possibilitam ao monopólio lucros o que reflete nos salários. Mas o monopólio limitado irá se expandir cada vez mais (grande quantidade de mercadorias remete a baixa nos preços das mercadorias) e junto com os lucros desaparecerão os altos salários. Gramsci analisou, portanto nos anos 30 o início de um processo de racionalização intenso que se alastrou, e que a partir dos anos 70 começa a demarcar a crise do padrão de acumulação taylorista /fordista, que como previsto foi um processo de acumulação que estagnou e precisou ser descontinuado por uma nova lógica produtivista.

Temos que partir do processo de transformação do capital devido à crise do modelo fordista em meados dos anos 70, do século XX, se tem uma reorganização do modelo de produção que desencadeia uma nova lógica denominada de Toyotismo³⁴.

O Toyotismo tem como característica a flexibilidade do processo de trabalho com um padrão de acumulação flexível³⁵, com um único objetivo, atender as necessidades do mercado. O mesmo desencadeia o processo de globalização econômica que se dá em escala mundial, além de gerar profundas mudanças no processo de produção com a inserção de novas tecnologias. São características desse novo regime de acumulação flexível “[...] a nova divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica [...] as mutações em curso são expressões da reorganização do capital com vistas à retomada [da acumulação] e ao seu projeto global de dominação.” (ANTUNES, 2009, p. 52).

Cabe destacar que a acumulação flexível articula uma combinação de processos produtivos que articula o fordismo a mudanças oriundas do processo flexível. O sistema fordista de produção não desapareceu (isso pode ser identificado especialmente em países de terceiro mundo), mas sofreu mudanças devido a praticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade do mercado de trabalho. Harvey (1992), ressalta que a acumulação flexível é uma forma própria do capitalismo e que possui características essenciais tais como: “[...] Primeira: é voltada para o crescimento; segunda: esse crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional.” (ANTUNES, 2008, p. 29).

³⁴Assim descreve Antunes (2008, p. 24 grifo do autor) sobre o processo de Toyotismo: “Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado [...]. Ensaia-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a ‘gestão participativa’, a busca da ‘qualidade total’, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O Toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito ao direito do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase”.

³⁵ A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo assim segundo Harvey (1992, p.140), a acumulação flexível “[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjunto industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]”.

O Toyotismo ao vir como resposta à crise do fordismo, no processo de produção, também necessita de uma articulação ideológica que contribua com o processo de acumulação do capital, assim temos, o surgimento da teoria neoliberal, ideário que impulsiona a disseminação ideológica especialmente nos países latino-americanos dos ditames do capitalismo e sua inserção nas tramas da rede da mundialização do capital.

Segundo Harvey (2011) o surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização simbolizam uma abordagem totalmente distinta de como o Estado deveria se desenvolver abandonando a busca do bem estar-social, passando a apoiar ativamente as condições de acumulação do capital. O mantra do neoliberalismo é a privatização e a liberalização de mercado, e o objetivo foi a “expropriação de terras comuns” onde ativos de propriedade do Estado foram entregues ao mercado para que o capital sobre acumulado pudesse investir neles, valorizar e especular, abrindo novos campos de atividade lucrativa. A sobreacumulação é,

[...] uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouro lucrativos. O termo chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. [...] A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriado pelo capital sobreacumulado.” (HARVEY, 2011, p. 124).

Assim, privatização dos serviços (água, telecomunicações, energia, transportes) liquidação de empresas públicas e/ou suas moldagens como as universidades, de acordo com uma lógica comercial se teve uma radical transformação do padrão dominante de relações sociais e a uma redistribuição de ativos que favoreceram cada vez mais as classes altas do que as baixas num processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2011).

O Estado juntamente com as instituições internacionais organiza um processo de desvalorização que permite uma acumulação por espoliação implantados em nome da ortodoxia neoliberal que envolve perdas de direitos (direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, direito a uma saúde pública de qualidade, educação pública de qualidade) que são voltados ao domínio privado ao mercado. “O capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas.” (HARVEY, 2011, p. 124). Segundo Harvey (2011) a acumulação por espoliação pode ocorrer de várias formas, como podemos perceber de acordo com o exemplo dado pelo próprio autor, assim:

[...] Pensemos, por exemplo, num processo dos mercados de habitação norte-americanos conhecido como “venda predatória” [flipping]. Uma residência em péssima condição é comprada por quase nada, recebe algumas melhorias cosméticas e é vendida a um preço exorbitante, com a ajuda de um financiamento hipotecário conseguido pelo vendedor, a uma família de baixa renda que pretende realizar o sonho da casa própria. Caso essa família tenha problema para pagar as parcelas ou resolver os graves problemas de manutenção que quase certamente surgem, a casa é retomada pelo vendedor. Não se trata de algo propriamente ilegal (senhores compradores: cuidado!), mas o efeito é cair como uma ave de rapina sobre famílias de baixa renda e priva-las da pouca poupança que tem. Isso é **acumulação por espoliação!** Há inúmeras atividades (legais ou ilegais) desse tipo que afetam o controle de ativos por uma classe em vez de por outra. (HARVEY, 2011, p. 127).

A acumulação por espoliação se torna a forma dominante da acumulação quando empreendedores e Estados desenvolvimentistas para integrar-se ao sistema procuram os benefícios da acumulação do capital. Toda formação social ou território que se insere na dinâmica do desenvolvimento capitalista tem de passar por profundas mudanças legais, institucionais e instrumentais como descrito por Marx sobre a análise da acumulação primitiva, que trouxe uma gama de processos como,

[...] a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses a terra comum [partilhadas] a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...]consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. (HARVEY, 2011, p. 121).

Assim, temos que o Estado tem desempenhado seu papel desenvolvimentista de apoio ao capital fortemente presente na história do capitalismo até nossos dias. Segundo Harvey (2011), todas as características descritas por Marx a respeito da acumulação primitiva estão presentes na dinâmica histórico geográfica do capitalismo até os nossos dias, onde podemos perceber.

[...] A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido privatizadas. O agronegócio

substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2011, p. 121).

Cabe destacar que alguns mecanismos que Marx enfatizou já presentes na acumulação primitiva como o papel do Estado, o sistema de crédito e o capital financeiro foram aprimorados e desempenham um papel bem mais forte hoje que no passado, se tornando meios de fraude, roubo e predação (HARVEY, 2011). A forte onda de domínio do capital financeiro que se estabelece a partir de 1973, estabelece um estilo fraudulento e predatório onde se percebe as seguintes características do capitalismo contemporâneo:

Valorização fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações- tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. (HARVEY, 2011, p.123).

Assim, podemos perceber traços que marcam o processo de acumulação do capital especialmente a partir do último quartel do século XX, que traz conotações que modificam a organização do trabalho e forma de extração da mais-valia e superlucros. Que afetam a classe trabalhadora e sua forma de organização, onde o credo do neoliberalismo produz níveis ainda mais elevados de desigualdade social e crises crônicas de sobreacumulação (HARVEY, 2011).

E é durante os marcos do padrão taylorista/fordista e da regulação Keynesiana da economia que presencia-se o desenvolvimento do serviço social e a expansão do seu mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2010). A busca pela flexibilidade no processo de trabalho vem acompanhada da desregulamentação dos direitos trabalhistas. O fenômeno da terceirização com a redução progressiva de profissionais dentro das empresas afeta radicalmente as condições de vida e de trabalho do conjunto dos trabalhadores.

A tendência no mercado de trabalho é a de privilegiar uma classe trabalhadora polarizada contando com uma pequena parcela de trabalhadores altamente qualificados e com direitos trabalhistas, a outra grande parcela é composta de uma população com trabalhos precários, temporários subcontratados, precarizados e superexplorados.

A tendência agora é o trabalhador polivalente. Aquele que exerce várias funções ao mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário. Dessa forma as empresas conseguem reduzir o gasto com a força de trabalho, pois contratam menos e demitem mais, mantendo uma equipe

enxuta de trabalhadores. Os profissionais assistentes sociais também são solicitados a exercerem diversas tarefas algumas não necessariamente relacionadas as suas atribuições profissionais (IAMAMOTO, 2010). Muitos assistentes sociais desempenham funções administrativas e técnicas que não são da sua competência nem atribuições. Muitos por exemplo, não possuem um auxiliar administrativo, nem telefonista, nem arquivista em seu setor de trabalho sendo o profissional muitas vezes também responsável por essas funções.

Tem-se uma fragilização das lutas sindicais e a defesa do trabalho é dificultada. O que se percebe é uma grande insegurança no mercado de trabalho, na renda, na contratação, no emprego, na organização sindical. Os trabalhadores se encontram cada vez mais submetidos a mandos e desmandos, e se encontram fragilizados e forçados a se adequarem a uma lógica perversa de superexploração, ou engrossarem as filas do exército de reserva.

As expressões da questão social se aprofundam e o profissional assistente social é desafiado a se qualificar e se atualizar para acompanhar e explicar as particularidades da questão social, pois estes profissionais estão em contato direto com as questões de saúde pública, violência, educação, habitação, terceira idade, acompanhando as diferentes manifestações e inserção dessas questões na vida dos sujeitos (IAMAMOTO, 2010).

O campo de trabalho do assistente social vem mudando gradativamente com a retração do Estado no campo social. Esses profissionais vêm sendo cada vez mais requisitados pelas empresas, na área de recursos humanos, na esfera da assessoria gerencial para auxiliarem na criação de comportamentos produtivos rentáveis. É fato que o assistente social sempre foi chamado pelas empresas para amenizar focos de tensão entre patrões e empregados, o fato é que essa demanda fundamental se mantém, mas ela é incorporada sob novas condições requerendo novas mediações por parte dos profissionais.

Para assegurar a qualidade do produto produzido nas empresas é preciso a adesão do trabalhador as metas empresariais, assim, a proposta é chamar esse trabalhador à participação, a se sentir parte da empresa e responsável pela qualidade dos produtos. É preciso realizar um trabalho ideológico de forma que esse trabalhador mesmo em tempo de terceirização e precarização se sinta motivado e pertencido a sua empresa mãe. Assim, as empresas conseguem manter a qualidade dos seus produtos e o ritmo e controle necessário do tempo de trabalho. Para auxiliar nesse processo de contenção e auxílio ideológico as empresas vem cada vez mais requisitando os assistentes sociais a compor seu setor de recursos humanos.

A crise do capital impacta também nas condições de trabalho no serviço público, as metas e estratégias promovidas pela contrarreforma³⁶ do Estado, traz um enxugamento na contratação de funcionários públicos via concurso público, propôs redução de salários, terceirização dentre outros aspectos. A assistência social como política social ofertada via estado vem sofrendo os rebatimentos dessas medidas que afetam diretamente os profissionais desta política dentre eles os assistentes sociais.

As novas condições de trabalho que se colocam para o assistente social devem ser apropriadas, decifradas, desenvolvidas e questionadas e isso só é possível se forem analisadas a dinâmica atual sob a qual esse processo é desenvolvido. Cabe ressaltar que a polivalência, a terceirização, a ampliação de contratos temporários, a queda dos salários, o desemprego a subcontratação são dimensões que se apresentam nas condições de trabalho dos assistentes sociais, se apresenta, portanto na feição atual do serviço social e não é uma realidade alheia e sim presente no embojo profissional. As condições atuais do trabalho na sociedade capitalista afetam não só ao sujeito usuário atendido no fazer profissional cotidiano do assistente social, mas afeta a si mesmo enquanto sujeito que vive do trabalho.

O capital criou várias estratégias para sair da crise e retomar suas taxas de crescimento para a retomada do seu processo de valorização uma das tendências é a redução do valor de uso das mercadorias. A necessidade de reduzir o tempo de vida útil das mercadorias aumenta a velocidade do circuito produtivo ampliando assim a produção de valores de troca.

A “qualidade total” das mercadorias é aparente aprimoração apenas no supérfluo, pois os produtos devem durar pouco e ter alta rotatividade no mercado (ANTUNES, 2009), como é o caso dos computadores, notebooks, tablets e smartphones. Todos esses produtos tem seus sistemas operacionais ou mudanças na parte física desses aparelhos como (tamanho, modelo, serie), que os tornam obsoletos em tempo bastante reduzido o que leva o consumidor a sua substituição (ANTUNES, 2009). “Quanto mais ‘qualidade’ as mercadorias aparentam {e aqui a aparência faz a diferença}, menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes.” (ANTUNES, 2009, 53).

O mesmo vem ocorrendo com os trabalhadores, estes vem sendo cada vez mais trocados com uma rotatividade ainda maior, trabalhadores menos capacitados por trabalhadores mais capacitados (que se especializam e aderem ao trabalho com tecnologias de forma mais

³⁶“A contra reforma do Estado prima pela “[...] “redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato” (NOGUEIRA, 2004, p. 41).

rápida), trabalhadores mais velhos e com maior experiência vem sendo substituído por trabalhadores mais jovens e com menor experiência por estes serem mão de obra mais barata e por ser fácil adequar sua força de trabalho inexperiente aos anseios das empresas. Esses novos trabalhadores são explorados e descartados cedo, pois menor o tempo de vínculo empregatício menor será os direitos trabalhistas adquiridos e menor será o custo deste funcionário para a empresa no processo de demissão.

O sistema de mundialização do capital, sua conformação, expansão e abrangência contribuiu para a hegemonia do capital financeiro baseados sobre investimento em capital fictício onde parte considerável da mais-valia acumulada não é voltada para o investimento produtivo (D-M-D'') mas para o mercado financeiro (D- D') com valorização fictícia que oferece taxas de lucro mais atraentes e que vêm cada vez mais revelando um incontrolável poder destrutivo pelas crises financeiras (ALVES, 2013).

Para pensar o processo de mundialização do capital, cabe lembrar como o capitalismo se instaurou enquanto modelo de produção e suas particularidades históricas e geográficas, uma vez que trata-se de um modelo de produção que dominou a economia de grandes regiões e metrópoles e em contrapartida proporcionou também o subdesenvolvimento de outras, mais precisamente das periferias. Cabe afirmar, portanto, que o capitalismo perpetua o desenvolvimento desigual e combinado, onde uma minoria se desenvolve em detrimento do subdesenvolvimento da maioria. Trata-se, portanto de um movimento reverso e contraditório, uma vez que o seu desenvolvimento não é de forma universal e tampouco eterno. Segundo Borón (2010, p.12), “Não é universal porque possibilitou o desenvolvimento de um punhado de nações, as metrópoles, e teve um efeito contrário nas colônias. Também não é eterno, porque essa mesma fórmula tem hoje limitações históricas incuráveis”.

O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de auto reprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: **a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente**, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2009, p. 28 grifo nosso).

Assim, as transformações da produção, a desregulamentação do trabalho e a crise vivenciada no mundo capitalista, implicaram em acúmulo de capital, no intuito de perpassar estratégias e mecanismos de se “reinventar”, e manter altos níveis de exploração. Como

consequência da crise foi pensado e implementado um amplo processo de reestruturação do capital, no intuito de reerguer seu ciclo produtivo. As empresas necessitavam de grande investimento, e os empréstimos bancários eram muito comuns, gerando uma fusão entre o capital financeiro e o capital industrial. Tal estreitamento provinha da necessidade concorrencial do capital concentração e centralização³⁷.

É no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnica - científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho (IAMAMOTO, 2010, p.18).

O mundo do trabalho é perpassado por várias transformações – sejam elas nas esferas tecnológicas, organizacionais, estruturais e/ou conjunturais. Onde, ao mesmo tempo em que aumenta o desenvolvimento tecnológico provoca abertamente o crescimento da capacidade humana, sendo este um processo dual, já que o mesmo pode resultar no “sacrifício” dos indivíduos neste processo. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, gerando consequências que afetaram o mundo do trabalho, instaurando a flexibilização no modo de produção, a precarização do trabalho, o desemprego, a perda de proteção social, e o enfraquecimento do movimento sindical, diminuindo os avanços e conquistas alcançadas pelas classes trabalhadoras.

O capital ao tentar regular as relações econômicas apela para a proposta neoliberal com fim único de expandir a produção gerando altas taxas de lucros visando ao favorecimento do mercado internacional, para isso o neoliberalismo refuncionaliza e redimensiona o Estado que é a instância por excelência do poder extra econômico da sociedade. O neoliberalismo surge então com a “formula mágica” para saída da crise, que segundo Behring (2000), pode ser resumida nas seguintes proposições básicas:

1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa *natural* de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior. (BEHRING, 2000, p.10).

³⁷ Para tanto ver Marx (2013) “O Capital”, Capítulo XXIII.

Os primeiros países a aderirem à tendência neoliberal foram a Inglaterra e os Estados Unidos. Segundo afirma Soares(2002), na Inglaterra, com o advento do “tatcherismo”, a chamada “contra revolução monetarista”, em oposição a “revolução keynesiana”, proporcionou uma limitação do papel e poder do Estado, o que repercutiu na diminuição dos gastos com o Welfare State, conseqüentemente, a abertura dos mercados, e a redução das taxas de tributação. Já no caso dos Estados Unidos, verifica-se que a adesão às políticas ortodoxas se assimila às verificadas na Inglaterra, uma vez que o estado também passou a ser responsabilizado por todos os males econômicos. Porém para que os Estados Unidos retomasse a sua posição hegemônica, era necessário o retorno ao liberalismo econômico, mediante a redução das taxas fiscais e a valorização do dólar como moeda de referencial na economia mundial.

A necessidade da intervenção estatal é demandada para assegurar os objetivos econômicos do capitalismo monopolista, garantindo seus superlucros. O Estado é capturado pela lógica capitalista, e atua tendencialmente como administrador econômico nos ciclos de crise do capitalismo.

Nessa perspectiva, temos um estado máximo para o capital e mínimo para o social, com uma forte retração do estado no campo social, com cortes em verbas orçamentárias que eram destinadas para a prestação de serviços sociais públicos. No Brasil, por exemplo, a política econômica marcada pelo contingenciamento de recursos públicos para gerar superávit primário³⁸, sobre a tese da crise fiscal do estado, afeta diretamente a população que sofre com a baixa qualidade dos serviços públicos ofertados. Isto é resultado dos cortes nos recursos especialmente na área social, onde há uma significativa retração das políticas sociais e uma grande desresponsabilização do estado perante estas (MOTA, 2010). Temos um crescente processo de mercantilização das políticas sociais com a privatização da previdência e da saúde e a expansão da assistência social via transferência de renda como um combate pontual a pobreza.

A expansão da assistência social se inscreve na orbe das transformações econômicas-político-sociais em curso, as quais realizam um conjunto de reformas, dotando a seguridade social de novas configurações. Isso representou uma das maiores ofensivas por parte da classe dominante, ao Estado brasileiro, inflexionando, assim, seu padrão de enfrentamento à “questão social” pela via da mercantilização dos serviços sociais, ancorada na necessidade do capital de recompor a taxa de lucro. Nesse contexto, a expansão da assistência social no Brasil ocorreu concomitantemente à ampliação do

³⁸Superávit primário é quando os impostos arrecadados pelo governo são maiores que as despesas realizadas incluindo-se os juros e a correção monetária da dívida pública, em virtude de não fazerem parte da natureza operacional do governo. O superávit primário, funciona como um termômetro para sinalizar como o governo está administrando suas contas.

mercado como mediação para o atendimento às necessidades sociais. Aos que não possam atendê-las desta forma, o Estado lhes oferece os serviços socioassistenciais. (MOTA et al, 2010, p. 157).

Outro fator que vem ocorrendo é a transferência para a sociedade civil de responsabilidades acerca da questão social. Temos um crescimento vertiginoso do terceiro setor e uma grande fatia do mercado profissional dos assistentes sociais se encontra constituída pelas organizações não governamentais (ONGs). O que se presencia é uma parceria entre sociedade civil e Estado, evocando a solidariedade social, para o trato da questão social e desregulamentado direitos alcançados pela classe trabalhadora no que diz respeito ao atendimento das suas necessidades sociais.

O Estado se rendeu à ofensiva neoliberal, onde o papel deste é reduzido no campo social, refletindo assim, diretamente, na construção e implementação das políticas públicas e sociais e regulação da proteção social, devido à redução de gastos neste setor, o que faz com as políticas sociais se tornem seletivas, privativas, focalizadas e precárias. E por outro lado, desencadeia o aprofundamento da má distribuição dos fundos públicos que são canalizados para a manutenção do capital, o que faz acirrar as desigualdades sociais, e são essas conotações que poderemos verificar nos países da América Latina.

Portanto, a proposta da burguesia é embasada em uma lógica a serviço do capital internacional, que afeta também o âmbito social numa forte tendência a desestimular a classe trabalhadora na luta pela conquista dos seus direitos suprimindo seus direitos, fragilizando e fragmentando a classe e as lutas sindicais.

A classe trabalhadora se vê obrigada a fazer uma troca que se dá pela renúncia da sua autonomia e mobilização sindical e política, por concessões de alguns direitos que são primordiais para a sua sobrevivência. Assim, através de uma lógica perversa de mercado que passa a organizar diretamente a economia e as bases de intervenção do Estado, sob a lógica neoliberal, com propostas de reformas pelos organismos internacionais às economias dependentes que são abraçadas pelos Estados nacionais.

Assim, pode-se dizer que o Estado se coloca a serviço dos interesses das frações da burguesia e a serviço dos interesses do capital, num jogo de correlação de forças que vai se manifestar de acordo com o momento histórico propício à determinada forma de manutenção da hegemonia³⁹.

³⁹ Hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos sociais atuantes em determinado contexto histórico. O conceito de hegemonia em Gramsci tenta assim, definir e indicar as forças sociais de poder presentes em um determinado contexto sócio-histórico. “A noção de hegemonia articula-

O que evidencia claramente nas estruturas de poder na história é que existem correlações de forças que se manifestam através da “força e do consenso”, da dominação e da hegemonia, da violência e da civilização, do momento individual e do universal, da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. O exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções com base na organização e desenvolvimento das forças materiais de produção, da organização do Estado e do papel mais ou menos coercitivo e intervencionista da sociedade política, e ainda do processo de conscientização política das classes dominadas; a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil (SCHLESENER, 2007, p. 29-30).

No âmbito da sociedade civil, a classe dominante necessita reforçar o conformismo e utiliza os intelectuais orgânicos⁴⁰ (da classe dirigente e os cooptados da classe subalterna⁴¹) para mediação⁴² entre a estrutura econômica e política e estabelecimento do consenso, enfraquecendo e desestruturando as lutas da classe subalterna. O Estado de acordo com Gramsci

se a concepção gramsciana de Estado, que se propõe compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio do seu desenvolvimento. Nestas sociedades, o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativo- burocrático e político- militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao domínio; e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder.” (SCHLESENER, 2007, p.28).

⁴⁰ Os intelectuais agem como organizadores econômicos da classe ao qual estão ligados organicamente, além de organizarem a hegemonia da classe burguesa na sociedade civil, e a coerção exercida pelo Estado para manutenção do domínio sobre a classe subalterna. Na concepção de Gramsci, os intelectuais, pois agem como porta-voz, organizando a cultura e transmitindo as ideologias de uma determinada classe social, através do aparelhos privados como: (tv, rádio, escola, igreja, etc.). Garantindo a obtenção do consenso para a direção dentro da sociedade civil e política, e construindo o aparato de coerção (administrativo, político e judicial) como meio de manutenção da ordem. “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social político [...]” (GRAMSCI, 2007, v. II, p. 15).

⁴¹ Entendemos o conceito de subalternidade a partir do pensamento gramsciano, neste “[...] a subalternidade não é compreendida como uma qualidade intrínseca, como uma essência estática de qualquer sujeito ou grupo, mas, ao contrário, ela consiste em uma categoria relacional, isto é, que define sujeitos sociais submetidos, seja cultural, política-ideológica e/ou economicamente, a uma relação de subordinação, dominação ou opressão. Destarte, esta categoria só pode ser definida a partir das relações de poder na qual os sujeitos estão inseridos”. (OLIVEIRA, 2016, p.05). Cabe destacar que, “Isto não significa que as classes subalternas sejam passivas e que suas práticas devam ser negadas. Gramsci reflete sobre o contraste entre o pensar e o operar, próprio das classes subalternas, ou seja, a existência simultânea de duas concepções de mundo, expressão de contradições histórico-sociais mais profundas, provenientes das mais variadas heranças do passado. A reflexão gramsciana sugere que uma classe social, mesmo detentora de uma concepção de mundo embrionária e desarticulada, toma emprestada de outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha, seguindo-a não tanto porque nela acredita, mas por sua conduta não ser independente e autônoma [...]”. (SIMIONATTO, 2009, p. 44).

⁴² É uma categoria central na DIALÉTICA. Em um sentido literal, refere-se ao estabelecimento de conexões por meio de algum intermediário. [...] Marx indicou o trabalho (ou “diligência”) como o mediador entre o homem e a natureza, identificando assim na atividade produtiva do “ser natural automeiado” a condição vital da autoconstituição humana (GUIMARÃES, 2001, p. 264).

através dos aparelhos privados de hegemonia como (escola, mídia, jornais, igreja), educa o consenso, fragmentando a classe subalterna criando um novo senso comum (SIMIONATTO, 2009). Assim, temos os processos de dominação na sociedade que se manifestam nas correlações de poder, sendo que nas operações político-culturais da hegemonia o próprio Estado, é um dos espaços de expressão da dominação. Segundo Simionatto (2009, p. 42), o Estado é um,

Lugar de “unidade histórica das classes dirigentes”, o Estado “é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados”, criados a partir do Estado burguês, de novas concepções de Direito, Política, Economia, Educação e, conseqüentemente, de Ética, estabelecendo uma unidade não apenas no plano jurídico-formal, mas ideologicamente projetada para toda a sociedade.

Tem-se de acordo com Gramsci (2007) uma relação orgânica entre Estado/sociedade política⁴³ e a sociedade civil⁴⁴ e que correlacionados à estrutura econômica configuram o “Estado Ampliado”. A sociedade civil e política estão dentro da mesma esfera qual seja, a **superestrutura**, possuem autonomia, envolve uma relação dialética entre si e com a estrutura econômica. Para Gramsci a complexidade da sociedade capitalista, suas relações antagônicas que perpassam todo o contexto societário, já que envolve a sociedade civil, a sociedade política e a sociedade econômica são esferas interligadas e que fazem parte de uma totalidade, de uma mesma realidade histórico-social no interior do bloco-histórico. No entanto, a sociedade civil e a política se difere pela função que exercem na vida social, na reprodução das relações de poder, formando o Estado (em sentido ampliado), “ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (COUTINHO, 2007, p.127-129).

Assim sendo, podemos perceber que o que as difere é o modo como às classes buscam estabelecer a sua hegemonia de classe, a sociedade civil o faz numa direção consensual, já a sociedade política o faz através da coerção, da dominação exercendo e estabelecendo uma

⁴³ A sociedade política – é, nos pressupostos de Gramsci, o conjunto de aparelhos coercitivos do Estado tais como (exército, polícia entre outros) que são utilizados para a dominação baseada na repressão, ou seja, na coerção assegurando assim através do exercício da violência, durante os momentos de crise, a disciplina dos grupos que não concordam com a ordem imposta.

⁴⁴ A sociedade civil - que é constituída de aparelhos privados de hegemonia tais como (escola, igreja, família) compreendendo assim o conjunto das relações sociais, onde se gesta um conjunto de instituições portadoras de ideologias distintas e opostas, onde se estabelece às bases e a direção social no interior do bloco histórico, ou seja, a hegemonia e, portanto, a produção do consenso e organização da vida social, articulando uma mediação entre a estrutura econômica e política. De acordo com Coutinho o conceito de sociedade civil em Gramsci se define ‘como uma esfera própria dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado- coerção’. (2007, p. 129).

hegemonia que tende a ser mais ditatorial, o que vai definir o papel do Estado como afirma Coutinho (2008, p.131):

[...] mas o fato de que um Estado seja mais hegemônico- consensual e menos ditatorial”, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra, predominância e autonomia que, por sua vez, dependem não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a supremacia.

Desta forma, podemos perceber que os Estados se articulam e se definem de acordo com o papel que a sociedade civil e a política assumem na cena cotidiana, podendo ser definida mais consensualmente ou mais ditatorial ou uma mescla dos dois. As relações de poder presentes nas esferas societárias segundo Gramsci estão em equilíbrios instáveis entre interesses dos grupos dominantes e dos grupos dominados, pois a dominação ocorre não apenas através de processos coercitivos mas também consensuais, devido ao maior fortalecimento e ampliação da sociedade civil assim, os interesses dos grupos diversos se implicam (luta de classes). O Estado então atua com um complexo de atividades teóricas e práticas dos quais a classe dirigente se utiliza para manter seu domínio e obter o consenso dos governados.

Para Gramsci, o Estado “anula muitas autonomias das classes subalternas”, pois a “ditadura moderna” ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprime algumas “formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente” (GRAMSCI, 1977, p.303), e, nesse processo, torna indistintas as diferenças de classe, fortalecendo a subalternidade. Essa maneira de agir do Estado reveste-se de um grande poder desmobilizador, na medida em que bloqueia as iniciativas da sociedade civil na articulação de interesses e propostas voltados à luta pela superação entre “governantes e governados”, dirigentes e dirigidos (SIMIONATTO, 2009, p. 42).

Vemos um Estado que atua favorecendo a burguesia, em que o apoio a investimentos ao capital privado passa a garantir cada vez mais a abertura dos mercados para os investimentos estrangeiros, oferecendo condições atrativas e favoráveis. Segundo Montaño e Duriguetto (2010) essas condições atrativas incluíam a segurança das instituições, a infraestrutura, a privatização e desnacionalização de empresas públicas, a redução e restrição do gasto público social, a desregulamentação das relações de trabalho e a desobrigação, desoneração e remuneração do capital especulativo. Na contramão se tem a redução de direitos sociais da classe trabalhadora.

Na América Latina, esse processo é marcado a;

[...] curto prazo, em diminuir o déficit fiscal reduzindo o gasto público, aplicar uma política monetária restritiva para combater a inflação e fazer prevalecer uma taxa de juros ‘real positiva’ e um tipo de câmbio ‘real adequado’. Em médio prazo, os objetivos seriam transformar as exportações no motor de crescimento; liberalizar o comércio exterior; atenuar as regulações estatais maximizando o uso do mercado, concentrar o investimento no setor privado, comprimindo a presença do setor estatal, e promover uma estrutura de preços sem distorções. (SOARES, 2002, p. 14-15).

Na América Latina o processo do ajuste neoliberal se deu de forma diferenciada em cada país e de acordo com os contornos da sua formação social. No Chile, por exemplo, tal processo foi iniciado na década de 70, em outros na década de 80 no trânsito para os anos 90. Para Soares (2002, p. 29),

[...] as experiências do Chile, México e Argentina, em épocas distintas, e do Brasil no período pós 1988, têm demonstrando com clareza que o montante da dívida interna torna-se rapidamente incontrolável, uma vez que não existe capacidade de absorção fiscal dos impactos desestabilizadores de um mercado monetário que opera baseado em títulos públicos de alta liquidez e elevadas taxas de juros. Mesmo quando existe essa capacidade, é difícil obter estabilidade cambial e monetária com os mercados financeiros abertos e desregulados. Dessa forma, o problema não é a interdependência das políticas fiscal, monetária e cambial, mas o caráter contraditório da relação entre as mesmas.

O ajuste provocou mudanças conjunturais e estruturais em todos os países, e as mudanças advindas deste ajuste na América Latina, vão para além de crises econômicas e estruturais, perpassam o âmbito social, político-institucional e econômico, trazendo muitas consequências. E “muitas dessas são de difícil reversão, sobretudo se mantidos a atual política econômica e o padrão de intervenção do Estado no SOCIAL de caráter residual” (SOARES, 2002, p. 33).

A política de ajuste neoliberal na América Latina trouxe, conforme relata Soares (2002, p. 47-48):

[...] Surgimento de um quadro social, demográfico e epidemiológico que, além de incorporar características que seriam típicas do chamado processo de transição à “modernidade”- desregulamentação do mercado de trabalho, desemprego, envelhecimento da população e doenças e agravos considerados dos países desenvolvidos- não só não deixa para trás as antigas característica sociais e moléstias da nossa população como, pelo contrário, o que se registra, cada vez mais com intensidade, é o recrudescimento de antigos problemas em todos os âmbitos- precarização do trabalho; piora da infraestrutura pública; volta de endemias e agravamento de doenças que já estavam sobre controle (como a tuberculose); aumento do número de mortes por causa inevitáveis etc.

O ajuste só faz desregulamentar a esfera econômica dos países latinos, pregar redução de gastos públicos para pagamento da dívida externa, uma política de privatização que reza a lógica de uma maior abertura para o capital internacional, como condição para um maior acesso e condição aos empréstimos. Isso resulta num enfraquecimento significativo desses países, tendo como consequência o aumento acirrado da pobreza, precarização do trabalho, aprofundamento das desigualdades, tais como analfabetismo, aumento das doenças, desemprego, falta de saneamento básico e a redução significativa da cobertura relativa à seguridade social.

Temos assim, um processo de aprofundamento da pobreza nesses países dependentes, pois há uma grande concentração de riqueza nos países centrais (extraídas em grande parte dos países periféricos) o que resulta em aprofundamento da miséria, desigualdade e da questão social nesses países. Assim como aponta Paiva e Ouriques (2006, p.171),

No Brasil, e na América Latina em geral, as históricas estruturas de poder político e econômico estabeleceram padrões extremamente injustos e assimétricos de usufruto da riqueza, além de processos cada vez mais adversos de acesso ao trabalho. No caso das formações sociais periféricas do sistema capitalista mundial, as modalidades de acumulação e de exploração da força de trabalho sobrepõem novas contradições a já conhecida impossibilidade do capitalismo de organizar de forma clássica os mercados- com acesso quase pleno ao trabalho e certo nível de renda – na proporção de seu desenvolvimento, reproduzindo em escala crescente a tendência ao pauperismo.

Podemos constatar que a sociedade capitalista traz em seu cerne de forma intrínseca a contradição, que gera uma produção maciça de desigualdade onde uma imensa parcela da população se encontra inserida em um processo de exclusão e pauperização, sendo colocada a margem da sociedade.

O predomínio do capital fetiche conduz a banalização do humano, á descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que a testa a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social- e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana ás coisas – ao capital dinheiro e ao capital mercadoria – retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IAMAMOTO, 2007, p. 125).

E essa barbárie se dá devido à forma como é produzida socialmente a vida na era do capital, pois é na vida social que ocorre o processo de produção e reprodução das relações sociais. Para tal feito os homens estabelecem relações através das quais vão transformando a

natureza e se construindo, pois ao desenvolver forças sociais ele aprimora suas capacidades que vão servir para atender suas necessidades físicas e espirituais. Dessa forma, a autoconstrução do homem se dá pelo trabalho que é definido por Marx da seguinte forma: “Antes de tudo, o trabalho é o processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2008, p. 142).

Temos que o desenvolvimento da humanidade presenciado até hoje é obra dos próprios homens, devido a sua capacidade de criar a si mesmo como homem através do trabalho ontológico ao ser social. O homem faz a sua própria história segundo Marx, mas não a faz como quer sob circunstância de sua escolha. Eis a contradição indissolúvel no ser social - liberdade e necessidade- que se manifesta no trabalho como unidade contraditória, pois como afirmou Marx o reino da liberdade só pode florescer com base no reino da necessidade (LUKÁCS, 2009).

O desenvolvimento do processo de trabalho e das capacidades humanas levou a um obstáculo, qual seja a própria alienação do homem condicionando assim sua liberdade. O homem é livre para vender sua força de trabalho, mas é levado a fazê-lo, pois nada mais lhe resta além de vender a si mesmo para poder sobreviver, pois em troca recebe um salário para satisfazer suas necessidades básicas.

Marx ressalta que o trabalhador é rebaixado à condição de mercadoria. Torna-se um ser estranho à própria condição de existência, pois, não se reconhece no processo produtivo. Há uma separação entre criador/criatura e entre o processo inicial e final de criação do objeto sendo que este não lhe pertence. Exteriorização e estranhamento agora se fazem presentes na atividade do trabalho. Entretanto, “*Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 173 grifo do autor).

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranho do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual, Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (MARX, 2004a, p. 84).

O ser social torna-se um ser estranho em relação a si mesmo levando a um processo de desumanização do próprio homem. Alienado e estranhando diante do produto do seu trabalho, “[...] o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega.” (ANTUNES, 2005, p. 70). O assistente social como trabalhador assalariado não se

encontra alheio a essas condições, o peso do trabalho cotidiano nessa sociedade degrada explora e aliena o indivíduo o subsumi no processo de trabalho.

Na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, e, portanto alienado “Desfigurando-se em seu sentido primeiro, de criação de coisas úteis, o trabalho se torna meio, e não ‘primeira necessidade’ de realização humana.” (ANTUNES, 2005, p.69).

(O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador). (MARX, 2004a, p. 82).

Mas quem é esse trabalhador que vive do trabalho? No próximo item iremos analisar o processo de precarização da classe trabalhadora buscando entender as dimensões da precarização do trabalho na vida dos indivíduos, onde particularmente buscaremos articular ao trabalho do assistente social.

2.3 A CLASSE TRABALHADORA SEU PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A classe trabalhadora é composta por homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que em troca recebem o seu pagamento sob a forma salário. Portanto, essa classe compreende a totalidade dos assalariados. Marx (2004b) no capítulo “VI inédito de O Capital” define trabalhador produtivo e improdutivo, sendo considerado produtivo aquele trabalho que produza mais-valia de forma direta, pois valoriza o capital tendo como exemplo o proletariado industrial. E trabalhador improdutivo aquele trabalho utilizado como serviço para o capitalista ou para o público, o trabalho nesse caso é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca (ANTUNES, 2009). O trabalho improdutivo abrange uma grande camada de assalariados que estão inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo dentre outros, considerados agentes não produtivos.

Assim, Marx (2004b) destaca que, todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo. Temos então que a classe trabalhadora engloba as duas dimensões do trabalho no capitalismo. Qual seja: trabalho produtivo e improdutivo. E

temos também, nesse bojo, os trabalhadores que se encontram desempregados e que compõem o exército de reserva. Segundo Antunes (2009, p. 103) a classe trabalhadora engloba, portanto:

[...] além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviço, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado do McDonald's, os trabalhadores hifenizados de que falou Baynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castilho, os trabalhadores assalariados da chamada "economia informal" que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.

Encontram-se excluído do conceito de classe trabalhadora os especuladores de juros no mercado financeiro, os gestores de capital e seus altos funcionários que recebem altos salários e se encontram a frente no desempenho de papel de controle do processo de trabalho, a pequena burguesia urbana e rural proprietária e os pequenos empresários (ANTUNES, 2009).

Nesta direção de precarização das condições de trabalho, a classe trabalhadora vem sofrendo metamorfoses ao longo dos anos onde temos uma redução do proletário fabril, industrial. Este segmento da classe trabalhadora desempenhava trabalhos manuais (que apresentou um crescimento vertiginoso durante o período do fordismo/taylorismo), por uma crescente onda de mecanização baseada na informatização promovida pelo crescente desenvolvimento tecnológico. Esse processo propicia a desterritorialização do espaço físico produtivo, pois o computador e a internet permitem relações diretas entre empresas fisicamente distantes. Propicia também novas formas de trabalho doméstico, esses são alguns dos vários fatores que levam a redução do proletariado industrial. Por outro lado temos uma crescente expansão do setor de serviços e com ele o trabalho terceirizado, autônomo desindustrializado e precarizado que com o crescimento do desemprego estrutural⁴⁵ e da crise do capital os trabalhadores se veem obrigados a procurar alternativas de trabalho das mais diversas possíveis (ANTUNES, 2009).

⁴⁵ "A OIT estima que somente em 2009 mais de 50 milhões de trabalhadores/as perderam o seu emprego, num cenário onde os/as 20% mais ricos/as do mundo se apropriam de quase 83% da renda, enquanto os/as 2/3 mais pobres ficam com apenas 6%. Generalizam-se os salários precários e a insegurança social dos/as que vivem do trabalho. Temos quase três milhões de pessoas no mundo que vivem com 2 dólares ou menos por dia, e 1 bilhão e 400 mil pessoas com 1,25 dólares por dia. Sabemos, contudo, que esse critério de mensuração da pobreza é questionável, porque a pobreza é multifacetada, ou seja, tem múltiplas dimensões e expressões" (YASBEK, 2012, p. 158).

Nesse sentido, vemos o crescimento do trabalho informal, a desfiliação devido ao esfacelamento nas organizações de representação dos interesses dos trabalhadores (associações, sindicatos e partidos) transcorre mediado pela intensificação do grau de exploração do trabalho. E a forte disseminação de ideologias (como empreendedorismo, pejotização e uberismo) que vendem a ideia da ascensão social pela condição patronal, mas que na verdade visam a intensificação da exploração da classe trabalhadora. A pejotização do trabalho assalariado vem aumentando cada vez mais forçada especialmente pela situação do aumento do desemprego e pela enganosa propaganda da burguesia, em que trabalhadores podem se tornar “empreendedores de sucesso”, assim, muitos trabalhadores abrem mão dos seus direitos trabalhistas, aceitando contratação como pessoa jurídica, onde o trabalhador abre uma empresa criando um CNPJ e firma um contrato sem vínculo empregatício com o contratante. Essa prática vem se tornando comum, e o que temos, é o trabalhador sendo forçado ou “convencido” a abrir mão de férias, 13º, FGTS, garantias de jornada mínima de trabalho e todos seus direitos trabalhistas, para supostamente receber uma remuneração melhor naquele momento. Este tipo de contratação vem se disseminando, e minando a ação dos sindicatos, precarizando a condição do trabalho e aumentando as taxas de desemprego com a flexibilização do trabalho.

Estamos presenciando também a uberização dos serviços, referência ao aplicativo de transporte UBER, gerenciado por uma empresa que extrai seus lucros, a partir de seus contratados – os motoristas – que passam a prestar serviços sem qualquer vínculo formal com ela. Esse motorista “feliz por ser patrão de si mesmo”, nada mais é que um verdadeiro escravo sem férias, sem 13º salário, sem seguro-desemprego, sem direito a saúde pública, sem aposentadoria. Infelizmente essa vem se tornando a saída de muitos trabalhadores em um país com milhões de desempregados como o Brasil, mas cabe ressaltar que essa é uma saída estratégica que grandes empresas vem tomando para baratear seus custos com a redução de gastos com a força de trabalho (redução de impostos sociais com o trabalho, redução drástica no número de contratações e aumento das demissões), aumentam seus lucros e ainda extraem através da superexploração da força de trabalho uma quantia cada vez maior de mais-valia, aumentando o acúmulo de capitais as custas do aumento do exército industrial de reserva e do número de precarizados.

No Brasil de acordo com Boschetti (2010), mesmo com o festejado crescimento do emprego formal de 2010 - crescimento de 6,9% em relação a 2009 -, apenas 50,7% da População economicamente ativa (PEA) tem carteira assinada, ou seja, ainda temos, no Brasil, 49,3% da PEA sem contrato formal de trabalho e sem acesso aos direitos como previdência,

seguro desemprego e os demais direitos dependentes do emprego formal. Ou seja, a condição do trabalho no Brasil continua sendo de forte precarização e informalização. A crise⁴⁶ provocou encolhimento no setor produtivo: 5,2% na agricultura e pecuária; 5,5% na indústria; + 2,6% no setor de serviços; 11,4% nas importações.

Temos assim, uma subsunção real⁴⁷ do trabalho ao capital, onde a exploração e intensificação da produtividade do trabalho baseado na extração de uma mais valia relativa comanda a vida do sujeito não só no trabalho mas fora do trabalho. O indivíduo é subsumido ao capital objetivamente e subjetivamente.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidade fora dele. Sua estranheza evidenciar-se aqui {de forma} tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho auto sacrifício, de mortificação (MARX, 2004a, p.83 grifo do autor).

O trabalho estranhando leva o homem a trabalhar para viver. Há uma expropriação objetiva e subjetiva dos meios de produção e, portanto da vida social dos indivíduos. Há uma abstração da individualidade social pessoal. O homem se encontra perdido em relação a si mesmo, desumanizado, pois no capitalismo tudo é reificado invertendo as relações ontológicas. Neste aspecto, Marx (2004a) salienta que, o trabalhador é livre em suas funções animais como

⁴⁶ Aqui a autora se refere à crise de 2008, temos que “A crise mundial tornou-se clara, em agosto de 2007, quando os títulos de hipotecas do mercado *subprime* (de alto risco) começaram a se defrontar com elevados e crescentes níveis de inadimplência, derrubando os preços dos imóveis, e a impor perdas às instituições financeiras envolvidas neste mercado. Inicialmente restrita aos EUA, a securitização destes títulos permitiu seu uso como lastro de novos produtos financeiros e sua incorporação às carteiras de outras instituições e aos mercados de derivativos, opções e de *swaps*, espalhando-se pelo mundo financeiramente globalizado. Por isso, quando as instituições financeiras começaram a sofrer prejuízos com o estouro da “bolha imobiliária” que se criara, a crise ganhou o mundo e indicou que poderiam ser grandes os prejuízos para o sistema financeiro e não pequenos os riscos de contaminação da economia real, com perspectivas de instalar-se uma brutal recessão no mundo capitalista. Diante desse fato, “os pacotes de salvamento” do sistema financeiro e de reanimação do setor produtivo, bem ao estilo keynesiano, começaram a ser desovados, primeiramente pelos EUA, que também deu início a seguidos cortes das taxas de juros e da de desconto bancário, depois pelos bancos centrais dos países desenvolvidos e por diversos países da Europa, com o objetivo de impedir uma “crise sistêmica” e reverter a recessão global anunciada. Este processo, inicialmente circunscrito, portanto, à economia norte americana e a algumas instituições europeias que haviam se envolvido com os negócios de papéis “tóxicos” hipotecários do *subprime*, agravou-se até o final do ano e explodiu, em 2008, conduzindo a economia mundial para uma crise financeira e econômica que só encontraria precedentes na grande depressão da década de 1930” (OLIVEIRA, 2012 p.314-315).

⁴⁷ A subsunção real do capital centra-se no processo de produção especificamente capitalista altera-se as relações de produção e o processo produtivo através das ciências, tecnologias, aplicação da maquinaria que aparece como força produtiva do capital e não do trabalho. Intensifica-se o processo de produção e a forma onde se funda a mais valia relativa “[...] também a produção d amais valia relativa se pode encarar como a da subsunção real do trabalho no capital” (MARX, 2004, p.93).

(comer, procriar, beber), e em suas funções humanas sente-se como um animal, pois sua capacidade teleológica é aprisionada ao próprio ato de produção da vida material. Assim milhares de homens e mulheres que vivem do trabalho na sociedade capitalista, se veem aprisionados a venda da sua força de trabalho em troca de um salário que lhe possibilite adquirir meios necessários a sua subsistência, pois ao trabalhador nada lhe resta a não ser vender a si mesmo enquanto força de trabalho ao capital.

Cabe destacar que há teses que retratam o trabalho em vias de desaparecimento caracterizando uma descentralização da categoria trabalho. A vertente pós-moderna marcada pelo neoconservadorismo não busca analisar as contradições estruturantes desta sociedade. Pelo contrário busca reforçar uma cultura da crise, através de uma natureza transclassista que nega a análise das classes sociais, negando portanto o trabalho como categoria fundante do ser social, e central para análise das relações sociais. Tal afirmação encobre portanto, a determinação central das desigualdades sociais, qual seja a contradição entre capital/trabalho (CISNE, 2012). A grande parte dos autores dessa vertente não percebem como possível a transformação da sociedade “[...] ‘é o fim da história’, há uma ‘crise dos sentidos e das utopias’, o que importa é buscar a felicidade individual por meio da satisfação dos desejos” (CISNE, 2012, p.74).

Partimos da perspectiva de que a categoria trabalho é fundamental ou central para se compreender a sociedade capitalista, tanto trabalho material (que gera um resultado palpável um objeto) como imaterial (atividades dotadas de maior dimensão intelectual compreendidas nas esferas de setor de serviços ou comunicação). Ambos irão produzir um valor-de-uso, mas segundo Marx nem todo trabalho útil carrega em si mais valia. Assim, existem trabalhos imateriais que irão produzir mais-valia e outros não, a depender do seu envolvimento no processo produtivo.

Antunes (2005, 2009) ressalta de forma acertada que há uma imbricação crescente entre trabalho material, imaterial, produtivo e improdutivo que torna a classe- que -vive -do-trabalho⁴⁸ complexa e heterogênea. Assim, uma análise efetiva do trabalho no capitalismo deve analisar não só o trabalho na fábrica, mas todo o trabalho apoderado pelo processo de produção e reprodução do capital. Trabalho material e imaterial estão imbricados e estão centralmente subordinados à lógica de produção de mercadorias e de capital.

⁴⁸ Para Antunes (2009), a classe-que-vive-do-trabalho diz respeito à totalidade de homens e mulheres, que realizam trabalhos tidos como produtivos e improdutivos, e que desprovidos dos meios de produção são obrigados a vender sua força de trabalho no campo ou na cidade em troca de salário. Assim, compõe a classe-que-vive-do-trabalho o proletariado industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, os *autônomos* além dos desempregados.

Assim, temos que a análise marxiana não aponta para uma homogeneização dos processos de trabalho, como aponta autores como Antônio Negri e Maurizio Lazzarato que partem da perspectiva da predominância do **trabalho imaterial**, ou seja, a teoria do valor-trabalho em Marx deixou de ser central para a compreensão da sociedade capitalista moderna. O trabalho imaterial se refere ao conjunto de atividades que na nova economia, especificamente a partir da década de 70 e 80, com o pós-fordismo as relações de produção se alteraram e a grande indústria está sendo substituída por mudanças que alteram a forma do capitalismo, onde atividades como o marketing, a publicidade, a comunicação e a tecnologia de ponta dos setores de serviços começam a tomar um rápido e grande crescimento e se desvincular da atividade empreendedora capitalista.

Segundo Lazzarato e Negri (2001, p.29-30), “o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade”, e nesta modalidade de trabalho torna-se “difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre”.

Mas temos na visão de Marx, que a mais-valia representa a exploração da capacidade de trabalho do trabalhador, pelo capital. Sendo assim o trabalho imaterial não escapa a este esquema, e o trabalho continua, portanto sendo a mola propulsora da sociedade capitalista, pois é pelo trabalho que o valor da mercadoria se realiza e pelo trabalho que a riqueza do capital se dá.

Antunes (2005, p.50), ressalta que uma ideia central a de que “[...] a classe trabalhadora hoje compreende não somente os trabalhadores ou as trabalhadoras manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário”. Assim sendo o trabalho produtivo pode ser tanto material como imaterial, e a classe trabalhadora moderna compreende a totalidade do trabalho coletivo e social (ANTUNES, 2005).

Marx (2004b), ressalta a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, obviamente a partir da década de 1980 vimos um vertiginoso crescimento do setor de serviços é perceptível a expansão dos assalariados médios do setor de serviços, (contingente ultrapassa 70% nos EUA, seguidos por França, Alemanha e Reino Unido), setor esse que vem cada vez mais crescendo devido à reestruturação produtiva as propostas neoliberais (privatização e desindustrialização), o que vem acarretando em expulsão dos trabalhadores das indústrias (ANTUNES, 2005).

Cabe ressaltar que o crescimento do setor de serviços, de publicidade dentre outros não significa o desaparecimento do trabalho até porque os trabalhadores desses setores

desempenham o que senão trabalho, são trabalhadores assalariados e o que eles fazem ali é vender a sua força de trabalho e serem explorados, pois só possuem o seu valor de uso ou seja, a si mesmo enquanto mercadoria para ofertar ao seu comprador que a compra e a explora.

Quando se compra o trabalho para o consumir como valor de uso, como serviço, não para colocar como fator vivo no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. O seu trabalho é consumido por causa do seu valor de uso e não como trabalho que gera valores de troca; é consumido improdutivamente. O capitalista, portanto, não o defronta como capitalista, como representante do capital; troca o seu dinheiro por esse trabalho, mas como rendimento, não como capital. O consumo desse trabalho não equivale a D-M-D', mas a M-DM (a última é o trabalho, ou por outra o próprio serviço). O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital. (MARX, 2004b, p. 111).

Marx (2004b) ressalta que, quanto mais se desenvolve a produção de mercadorias na sociedade capitalista, mais se tem a vontade converter-se em vendedor de mercadorias. Fazer dinheiro é o que interessa, quer seja com seu produto, quer seja com os seus serviços (quando o produto devido a sua natureza só existe sob a forma de serviços). Fazer dinheiro se torna o objetivo essencial, não importando a natureza do produto quer seja ofertado sob a forma mercadoria ou serviços

Marx (2004b, p.116 grifo nosso), a respeito do trabalho improdutivo diz que “[...] deve-se pôr de lado esses trabalhos e trata-los somente a propósito **do trabalho assalariado** que não é simultaneamente trabalho produtivo”, pois o mesmo trabalho desempenhado por um mesmo trabalhador pode ser tanto produtivo como improdutivo a depender do processo de valorização, e da relação do trabalhador com o capital. Podemos perceber isso no exemplo a seguir dado por Marx (2004b, p. 115),

[...] Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, produz diretamente capital. Um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo.

Quanto ao trabalho produtivo segundo Marx “[...] é produtivo aquele trabalho que e só é trabalhador produtivo aquele possuidor da capacidade de trabalho que diretamente produza mais-valia; por isso, só aquele trabalho que seja consumido, diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital” (2004b, p.108). Marx (2013) ressalta que com o

desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital, passa-se a ter uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada. Essas diversas capacidades de trabalho cooperam e participam de forma diferente no processo imediato de produção de mercadorias, ou de produtos. Tem-se assim sujeitos que trabalham mais com as mãos (operários manuais, serventes, capatazes) e sujeitos que trabalham mais com a cabeça (diretores, engenheiros, técnicos). Segundo Marx (2013) existe cada vez mais e em maior número funções diversificadas da capacidade de trabalho inseridas no conceito de trabalho produtivo, diretamente exploradas pelo capital e subordinadas ao seu processo de valorização.

[...] temos que são cada vez mais em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e produção. Se se considerar o trabalhador coletivo constituído pela oficina, a sua atividade combinada realiza-se materialmente e de maneira direta num produto total que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto (MARX, 2004b, p. 110).

Marx (2013) nos leva a perceber que a dinâmica contraditória do capital pelo seu próprio processo de desenvolvimento leva a uma mudança no interior do processo de produção. Mudança essa que decorre do avanço científico e tecnológico e que exige novas funções mais qualificadas de trabalho, e que requerem uma maior intelectualização do trabalhador. Temos que o trabalho é fonte criadora de valor, e de toda riqueza socialmente produzida na sociedade capitalista, o trabalho assalariado e o capital se criam mutuamente no mesmo processo, e enquanto perdurar a sociedade capitalista não se pode concretizar a eliminação do trabalho como fonte de valor.

Se observarmos no universo do mundo do trabalho há uma “desproletarização do trabalho industrial, fabril” (ANTUNES, 2008, p. 47), com redução do operariado industrial fabril especialmente nos países de capitalismo avançado. Diminuição essa processada principalmente pela reestruturação produtiva, que gerou um processo de intelectualização do trabalho, onde vários ramos diversificados foram surgindo como instalações automatizadas. Estas vem requerendo funções especializadas e tecnificadas demandadas cada vez mais pelo rápido desenvolvimento tecnológico empregado nas empresas. Mas se dermos uma olhada com cautela ao redor do mundo e das sociedades tipicamente capitalistas, podemos perceber que nos

países do terceiro mundo e subdesenvolvidos verifica-se uma “subproletarização”⁴⁹ presente na expansão do trabalho parcial, temporário, terceirizado, precário e subcontratado⁵⁰.

Há características diferentes que configuram o trabalho nos países centrais e subdesenvolvidos e supor uma generalização acarreta em um erro, pois as formas de desenvolvimento, gerenciamento e execução dos processos de trabalho assim como as formas de exploração e ou superexploração da força de trabalho se apresenta de forma diferenciada nos países centrais e periféricos. Assim enfatizar a partir de uma visão eurocêntrica que o trabalho está em vias de desaparecimento e que o capital não necessita dessa mercadoria especial significa cometer um equívoco terrível, pois “[...] Vale lembrar que 2/3 da humanidade que trabalha encontra-se no chamado Terceiro Mundo.” (ANTUNES, 2005, p.26).

Ainda hoje presenciamos que países latino-americanos, africanos e asiáticos contam com muitos trabalhadores no chão das fábricas. Temos como exemplos as usinas açucareiras da região de São Paulo no Brasil, os trabalhadores em usinas de extração de minérios na Bolívia, grandes empresas de fabricação de produtos têxteis espalhadas pelo mundo e que tem suas linhas de produção especialmente em países latino americanos como Paraguai, Uruguai, Brasil onde o preço da força de trabalho é encontrado abaixo do valor da força de trabalho (superexploração), e o que dizer de empresas de mercadorias tecnológicas (como iphone, ipad, celulares) que tem suas linhas de montagem em países como China, Índia, Brasil (que apresentam além de péssimas condições de segurança e saúde no trabalho, possuem jornadas terríveis de trabalho extensas e intensas com salários tão inferiores que as condições ali presentes chegam a serem equiparadas a trabalho escravo a nova escravidão moderna).

Então nos perguntamos será que o trabalho não é mais central na sociedade capitalista? Não é o que a realidade nos apresenta. Vemos sim um crescimento do setor de serviços e um grande processo de tecnificação nas indústrias, mas presenciamos também um grande crescimento do trabalho assalariado (fonte geradora de valor e de toda riqueza produzida na sociedade capitalista).

O Serviço Social se encontra inserido no setor de serviços como profissão inserida na divisão social, técnica e (sexual) do trabalho coletivo.

Embora a profissão não se dedique, preferencialmente, de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo,

⁴⁹ Termo utilizado por Antunes (2008).

⁵⁰ Essa tendência vem se fazendo presente também em países europeus, onde com a crise de 2008, se presenciou um número alarmante de desempregos, e o crescimento de trabalhos precarizados e de trabalhos informais sem proteção social. Sem falar do crescimento do contingente que passou a si inserir na esfera do pauperismo.

figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 86).

Temos que o serviço toma forma ou não de um objeto tangível, quando não toma a forma de um objeto material, o próprio efeito do seu trabalho se torna uma mercadoria. Segundo Braverman (1980), quando um serviço deixa de ser prestado diretamente a uma pessoa, e é vendido ao capitalista que o vende ao mercado teremos o modo de produção capitalista no setor de serviços.

O Estado se situa no âmbito do setor de serviços onde compra a força de trabalho para utilizar o valor de uso e a ofertar como serviço. O Estado é o maior empregador dos assistentes sociais no Brasil, estes são chamados a trabalhar no âmbito das políticas sociais. Cabe destacar que as políticas sociais são financiadas através do fundo público que se forma através da repartição da mais valia socialmente produzida (na forma de impostos, taxas e contribuições). São parte do trabalho excedente extraída pela exploração do trabalho e metamorfoseadas sob a forma de lucro, juros, ou renda da terra apropriada pelo Estado, e sendo parte do trabalho necessário, “na medida em que os trabalhadores pagam impostos direta e, sobretudo indiretamente, por meio do consumo, onde os impostos estão embutidos nos preços das mercadorias (BEHRING, 2010, p.21).

Um dos mecanismos de captura dos recursos do fundo público pelo capital tem sido o desmonte dos direitos sociais historicamente constituídos e financeirização da seguridade social um instrumento contra reformista que fragiliza a proteção social e fortalece o mercado, o Estado deixa de investir em políticas sociais e injeta dinheiro no âmbito econômico da qual a oligarquia burguesa lança mão, pois parte do fundo público é destinado para o pagamento da dívida pública.

O assistente social é trabalhador assalariado, e este se insere tanto em setores produtivos como empresas e setores improdutivos no âmbito do Estado.

Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz produtos que atendem às necessidades sociais, isto é, têm um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social. [...] Assim por exemplo, na empresa, o assistente social pode participar do processo de reprodução da força de trabalho e/ou da criação da riqueza social, como parte de um trabalho coletivo, produtivo de mais valia. Já na esfera do Estado, no campo da prestação de serviços sociais, pode participar do processo de redistribuição da mais-valia, via fundo público. (IAMAMOTO, 2010, p.24).

E temos que o assistente social inserido tanto em setor produtivo como improdutivo, será explorado pela sua condição de trabalhador assalariado. Além disso participará do processo de reprodução da classe trabalhadora, ao garantir a essa acesso a condições “mínimas” de sobrevivência via políticas sociais.

Além da expansão do setor de serviços como salientado anteriormente, podemos perceber outra tendência presente no mundo do trabalho que é o aumento significativo do trabalho feminino. Temos que seu percentual de remuneração é inferior ao masculino assim como suas condições de trabalho. Nas fábricas as atividades dotadas de menor qualificação, mais rotinizadas e manuais onde é maior a necessidade de trabalho intensivo ficam a cargo das mulheres e aos homens são destinados trabalhos tecnologicamente mais sofisticados que requerem conhecimento técnico, isso denota uma exploração mais intensificada no universo do trabalho feminino (ANTUNES, 2009).

A profissão Serviço Social possui uma categoria constituída de 95% de profissionais do sexo feminino (SIMÕES; ZUCCO, 2010). No cotidiano de intervenção esse profissional atende majoritariamente mulheres. Essa realidade expressa altos índices de violência contra a mulher que cresce diariamente na sociedade, violência sexual contra meninas, e a crescente posição das mulheres como provedoras principais das famílias atendidas por programas de transferência de renda, são alguns elementos que demarcam um grande número de mulheres atendidas diariamente, nos diversos municípios brasileiros pelos programas da assistência social.

A questão de gênero⁵¹ perpassa a profissão, em seu processo histórico de consolidação no Brasil, onde o Serviço Social teve como base os princípios doutrinários da igreja que imprimiam um espírito de apostolado e configurava a profissão um papel a ser exercido por mulheres com vocação para o cuidado, com a tutela, com a ajuda. Os três primeiros Códigos de Ética expressam com clareza essa perspectiva vocacional da mulher, caritativa e funcional a dinâmica da sociedade capitalista.

A profissão foi naturalizada como uma carreira destinada tradicionalmente a mulheres e para mulheres. Essa identidade feminina presente na profissão traça um perfil do assistente

⁵¹“O conceito de gênero e de relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa a desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuídas às mulheres e aos homens, gestadores das desigualdades de gênero. É importante perceber que, sendo, fundamentalmente, resultado de uma construção social, essas relações são mutáveis” (CISNE, 2010, p.51).

social que sofre discriminações relacionadas ao gênero nessa sociedade, e que são colocadas no mercado de trabalho. Assim, percebemos disparidades relacionadas aos salários que são inferiores se comparados aos rendimentos masculinos, maior índice de desemprego, exercício de funções menos qualificadas, cargos que envolvem níveis de formação tecnológicas de gerência e de gestão, são ofertados preferencialmente aos homens dentre outros.

A imagem da profissão é perpassada por estereótipos socialmente construídos nessa sociedade sobre a visão acerca da mulher. E as discriminações sociais de gênero⁵², raça e etnia se encontram presentes na formação social do país e se fazem presentes em diversos espaços inclusive nos profissionais.

A perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência natural feminina. Dessa forma, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão [Serviço Social] carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino. (CISNE, 2012, p.22).

Neste processo, afirmamos que a expansão do trabalho feminino vem associada a trabalho mais precarizado (temporário, informal, desníveis salariais, jornadas prolongadas), acrescenta-se a isso o fato dessas mulheres terem atividades dupla de trabalho (dentro e fora de casa). Assim, a mulher é duplamente explorada pelo capital ao vender sua força de trabalho em troca do salário (fora de casa) e na sua vida privada (dentro de casa) ao consumir horas no trabalho doméstico (trabalho não remunerado), onde indiretamente cria as condições para a reprodução da força de trabalho do seu marido, filhos e sua própria (ANTUNES, 2009).

O capitalismo tem se apropriado da desigualdade da divisão sexual do trabalho. Há, portanto, na sociedade uma construção social sexuada, que qualifica e diferencia homens e mulheres para o ingresso no mercado de trabalho. Esse processo da diferenciação nas relações de gênero está inscrito no contexto histórico, social, cultural e econômico da sociedade, pois as relações de gênero expressam relações de poder presentes na sociedade.

[...] o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero) a educação (as instituições de educação somente masculinas não mistas, ou de co-educação fazem parte do mesmo processo), o sistema

⁵²“As relações de *gênero* ainda estão marcadas pela desigualdade e pela hierarquização baseada na diferença entre os sexos e legitimada pela superioridade do masculino sobre o feminino e do heterossexual como forma de viver a sexualidade. A predominância do sistema patriarcal, vigente até hoje e profundamente impregnado nas relações sociais, contribui para perpetuar diferentes formas de preconceito e discriminação em relação à mulher” (CANDAUI, 2003, p.23 grifo do autor).

político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção de gênero). (SCOTT, 1995, p.87).

A construção do gênero se dá na economia, na conformação das instituições, na organização política e social. A análise de gênero não pode ser unilateral e restrita, pois deve ser compreendida no movimento das relações sociais presentes na sociedade.

Assim, cabe pontuar que as relações de gênero ao serem construídas nas e pelas relações sociais, sofrem rebatimentos, de uma polarização demarcada por grupos que se coloca em posição hegemônica de dominação em relação a outros grupos. Assim, um processo de separação se forma entre os que se enquadram e os que não se enquadram em normas, costumes e padrões tidos como referenciais de melhores, corretos e aceitos.

Temos assim relações de poder que elevam uns e menosprezam outros, realizando uma dicotomia entre os que pertencem e os que não pertencem, os que se encaixam e os que não se encaixam em parâmetros considerados dentro da “normalidade”, entendidos como naturais de uma determinada sociedade. A esse respeito devemos pensar gênero dentro das características históricas e sociais que configuram essa sociedade capitalista, patrimonialista, coronelista, sexista, racista dentre outras, e suas formas de opressão e segregação.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (LOURO, 1997, p.41).

A hegemonia presente na sociedade e sua estrutura hierarquizante propicia a desigualdade de gênero presente em vários aspectos da vida social e inclusive na divisão sexual do trabalho. O capital tem sabido se apropriar da polivalência do trabalho feminino, dentro e fora de casa, e de suas experiências realizadas no âmbito do trabalho doméstico. O capital tem utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres, o que era celebrado como emancipação parcial, abertura de espaço no mercado de trabalho, das mulheres frente ao machismo e opressão masculina foi transformado pelo capital em uma fonte de intensificação das desigualdades.

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriadas pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres- ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino – são consideradas dons e não trabalho. Nesse sentido, afirma lobo: “Uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada

como ‘menos complexa’” (1991, p.150). Este “menos complexa” vem a ser a justificação de desprestígio e de desvalorização do trabalho feminino. (CISNE, 2012, p.114).

As mulheres desempenham dupla, tripla jornada de trabalho fora de casa e dentro de casa, sem contar os mais variados tipos de violência que sofrem (sexual, moral, psicológica, dentre outras), tanto nos espaços de trabalho como também em seus lares onde muitas sofrem violência doméstica. Segundo Mészáros (2002, apud CISNE, 2012, p.85-86),

[...] em 1994 as mulheres constituíam 70 por cento dos pobres do mundo (...). Devido às determinações causais por trás desses números, a situação das mulheres tende a piorar no futuro previsível. [...] Sob o domínio do capital em qualquer de suas variedades- e não apenas hoje, mas enquanto os imperativos desse sistema continuarem a determinar as formas e os limites da reprodução sociometabólica – a ‘igualdade de mulheres’ não passa de simples falsa admissão.

São as mulheres trabalhadoras de baixa renda que mais sofrem com esse modelo econômico de sociedade, tendo seu trabalho superexplorado com o preço de uma força de trabalho além de inferior ao valor dos meios de subsistência necessário a sua reprodução, e se equiparado ao preço da força de trabalho masculina é ainda inferior sendo a força de trabalho feminina desvalorizada nessa sociedade. Segundo Cisne (2012, p.85),

[...] elas [mulheres] são exploradas, oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe, vivendo no limite da sobrevivência com relação às suas necessidades básicas, inclusive, de alimentação. As mulheres pobres, em geral, priorizam a alimentação do marido e dos (as) filhos(as), só permitindo-se à alimentação quando sobra algo, sempre com acesso menor e em pior qualidade que os homens. Por isso essas mulheres sofrem mais com a subnutrição do que os homens pertencentes à mesma classe.

Assim, temos que ser classe trabalhadora e ser mulher remete a uma condição ainda pior de superexploração e de miserabilidade nessa sociedade, a divisão sexual do trabalho no processo produtivo serve para o capital se nutrir através da sucção ainda maior de força de trabalho feminina mais explorada dada a característica do preço da sua força de trabalho ser menor nessa sociedade e, portanto, representa mão de obra mais barata ao capital.

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a exclusão dos jovens que se encontram em idade de ingressar no mundo do trabalho e que sem perspectivas de emprego, devido à vigência do desemprego estrutural, acabam engrossando a fileira dos desempregados ou dos trabalhos precários (ANTUNES, 2005). Temos também a exclusão dos trabalhadores mais maduros a partir dos 40 anos que são especializados e, portanto são mão de obra mais cara. Nesse caso são substituídos por trabalhadores mais novos com características polivalentes

e multifuncionais. Cabe aqui destacar também que, o processo de terceirização estimula a exploração da mão-de obra infantil, onde empresas, mesmo que não diretamente, estimulam a exploração da mão-de-obra infantil ao comprarem ou venderem insumos produzidos por crianças. Sem falar que, uma das formas de redução do custo da força de trabalho é o contrato de mão- de-obra infantil. “[...] A OIT calcula hoje que trabalhem 200 milhões de crianças em todo o mundo. Segundo o IBGE 7.5 milhões de brasileiros entre 10 a 17 anos trabalham. Representam 11,6% da força de trabalho do país e 3,5 milhões deles tem menos de 14 anos.” (IAMAMOTO, 2010, p.38). Apesar das campanhas e ações encampadas contra o trabalho infantil essa ainda é uma realidade de milhares de crianças do mundo e no Brasil, pois é uma força de trabalho barata onde a maioria recebe menos que o salário mínimo.

Nesta perspectiva, desemprego, flexibilização, terceirização são as bases para a exploração e superexploração do trabalho nessa sociedade, que se dá sobre a vida de vários segmentos da classe trabalhadora.

Entretanto, apreendemos que, no desenvolvimento das forças produtivas o capital constante pode substituir parte de homens e mulheres que trabalham, ou seja, o capital variável. Mas, não pode eliminar a potência criadora do trabalho vivo, o por teleológico subjetivo ao ser social presente em sua humanidade. A criação de tecnologias que especializam máquina, que as informatiza é resultado do trabalho intelectual dos trabalhadores, que transfere a máquina parte dos seus atributos intelectuais.

A relação entre trabalho e ciência produtiva como salienta Antunes (2005), não extingue o trabalho, mas sim o necessita de forma mais complexa e intensa sendo explorados de forma mais sofisticada nos ramos produtivos dotados de incremento tecnológico.

[...] amplia-se sem limites a precarização do trabalho, fazendo-o oscilar entre a perenidade (em que cada vez menos pessoas trabalham mais) e a superfluidade do trabalho (em que cada vez mais pessoas trabalham menos ou encontram-se desempregadas). (ANTUNES, 2005, p.98).

O processo de precarização do trabalho pode ser tratado e entendido de duas formas que decorrem da crise estrutural do capital: 1) “processo crítico de formação de valor” (crise de valorização do valor) onde o complexo gerado pelo processo da reestruturação produtiva visa sempre novas condições de exploração do trabalho assalariado, e a vigência do capital-especulativo; 2) “processo crítico de deformação humano social” (crise do humano) aprofundada pela incapacidade do capital realizar com civilidade o desenvolvimento das forças

produtivas do trabalho social. O que coloca o ser humano em condições degradantes, humilhantes e desumanizantes pelo seu processo voraz de acumulação (ALVES, 2013).

O ritmo acelerado de trabalho, a execução de várias funções no desempenho da atividade laboral, os baixos salários, a redução dos direitos trabalhistas, o não reconhecimento do indivíduo no processo de trabalho, leva a uma perda da subjetividade. Pois o sujeito é reconhecido apenas como apêndice da máquina, tendo assim, inibida sua capacidade criativa, própria do por teleológico do homem na sua relação de transformação da natureza pelo trabalho, se sentindo estranho nesse ambiente de trabalho desfavorável que apenas lhe traz angústia.

Presencia-se um grande número de adoecimentos psicossociais, físicos associados ao stress no trabalho. Os indivíduos sofrem cotidianamente ao serem obrigados a vender a sua força de trabalho para poderem sobreviver. Muitas vezes em péssimas condições de trabalho, sob o ditame da escravização moderna e sob o medo incessante de auxiliar no preenchimento das filas do desemprego o sujeito se subordina as mais adversas situações cotidianas de trabalho.

O modo de ser do trabalhador assalariado é alterado nas empresas reestruturadas, as novas modalidades de contratação, a remuneração flexível, o trabalho multifuncional e polivalente, alteram a relação do homem com outros homens (sociabilidade) e do homem consigo mesmo (autorreferência pessoal). Assim, Alves (2013) vem trazendo que a precarização do trabalho e do homem que trabalha leva a uma crise da subjetividade humana que remete a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e de autorreferência pessoal (crise do ser humano- genérico – quem eu sou? O que sou? O que os outros são nessa sociabilidade. Em que o ser humano é transformado ou se transformou? Em um mero apêndice a serviço do capital? A criatura domina o criador, e conduz a sua banalização.

As relações de produção e reprodução capitalista insere na vida dos trabalhadores sofrimento advindos de exposições físicas e formas de organização e gestão do trabalho, que visam a dominação⁵³ do corpo e da subjetividade para a extração de mais-valia.

Ocorre uma captura da subjetividade do trabalhador pelos valores empresariais, tempo de vida e de trabalho dos sujeitos são alterados por jornada de trabalho flexível (banco de horas), contratos de trabalhos flexíveis (tempo determinado, tempo parcial, terceirização), e nova condição salarial (salários abaixo da necessidade de reprodução do trabalhador). Este processo

⁵³“Dominação que em geral ultrapassa as fronteiras do trabalho propriamente dito e atinge os próprios seres, sem seu cotidiano, sua saúde e perspectiva existencial.” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 181).

leva o mesmo a subsumir seu tempo de vida ao tempo de trabalho numa incessante luta para alcançar o cumprimento das metas impostas pela empresa, que oferece em troca pequenos benefícios que irão ajudar a compor o salário. Temos que falar também que o banco de horas coloca o trabalhador à mercê da empresa condicionando seu salário onde em momentos de alta produção são explorados ao máximo, e em momentos de baixa produção recebem com folgas as horas trabalhadas em excesso e não pagas.

Essa dinâmica de precarização/ flexibilização atinge também o trabalho do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais. Embora no privado essa relação precária seja mais intensa, no espaço público tal processo também vem determinando as condições de trabalho do conjunto da classe trabalhadora. Assim, fatores como: insegurança no trabalho, contratos precários, intensificação do trabalho, falta de políticas de capacitação profissional, salários baixos ou sendo reduzidos, falta de perspectiva de progressão e ascensão na carreira, sem falar da violação de direitos a qual são submetidos na condição de trabalhador assalariado, também aparece no trabalho do assistente social.

A nova precariedade do trabalho leva a um aumento nos problemas psicossociais e de saúde do trabalhador. Essa precariedade, portanto, diz respeito não só ao vínculo empregatício trabalho-emprego, mas também as relações de sociabilidade trabalho-vida (ALVES, 2013). Assim, Lukács (2013) nos lembra de que o trabalho é livre, mas que essa liberdade é suprimida pela exploração e formas diferenciadas de opressão impostas pelo capital. Pois o trabalho apresenta essa dúplici e contraditória dimensão: positiva e negativa, sendo fonte de riqueza e também de miséria do homem que trabalha nessa sociabilidade.

Podemos inferir que o trabalho do assistente social, como profissão inserida na divisão social, técnica e (sexual) do trabalho, sofre mudanças profundas que alteram seu processamento, levando a consequências na vida e na saúde desses profissionais em virtude das exigências colocadas no cotidiano da profissão (RAICHELIS, 2011). O desenvolvimento e processamento do trabalho dos assistentes sociais vêm se realizando cada vez mais em meio a violência e em condições precárias de contratos de trabalho, salários e de espaço físico. Um dos fatores é que o profissional lida diariamente e diretamente com diversos tipos de violência sofrida pelos usuários e muitas vezes presentes nos espaços em que eles residem.

Resgatamos em Laurell e Noriega (1989) a noção de que o desgaste operário pode ser definido como “os elementos que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido

como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 110).

Seligmann-Silva (2011, p. 135), salienta de que há no trabalho alienado uma “utilização *deformada* e *deformante* das potencialidades psíquicas, assim como do próprio corpo”.

Nas interseções entre processo de trabalho e processo saúde-doença, determinações de ordem sociopolítica e econômica passam a atuar. Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como desgaste. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 136).

Cabe destacar que o sofrimento⁵⁴ resultante do desgaste mental se instala e se aprofunda, sugando as capacidades psicofísicas dos indivíduos, e determinando uma perda temporária ou definitiva de potencialidades e capacidades em virtude da exposição às injustiças, humilhações e desqualificações no percurso de uma vida laborativa, esvaindo-se a esperança de reversão das situações (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Todo o desgaste físico e mental que afeta os trabalhadores e que se verifica nos modos de precarização do trabalho uma degradação ética e moral das relações interpessoais e inter-hierárquicas (SELIGMANN-SILVA, 2011) também afeta ao assistente social, enquanto submetido a condições de trabalho degradantes, o que afeta podemos incluir as relações com a população. Tal processo vem ocasionando um *desgaste ético* nas relações, atingindo valores como a reciprocidade, o respeito, a confiança e o reconhecimento de cada um. “[...] um dos problemas da vida do trabalhador, sua condição de manter-se trabalhador, implicada na sua integridade física, mental e social.” (FREIRE, 2010, p.45).

Alves (2013) ressalta que a precarização do homem que trabalha é função da pressão laboral que propicia a intrusividade da vida pessoal pelos parâmetros do trabalho estranhado e a redução do tempo de vida a tempo de trabalho. A pressão laboral por metas abusivas de produção e assédio moral é um traço compositivo das novas formas de gestão do trabalho produzindo desânimo, apreensão e angústia nas pessoas que trabalham, em que a insatisfação com a função exercida e as pressões do trabalho tornam-se uma tortura.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão será a segunda causa de incapacidade para o trabalho até 2020. Dados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), indicam que os transtornos mentais e de comportamento ocupam o terceiro lugar em

⁵⁴O sofrimento social é definido por Werlang e Mendes (2013, p.743) como: “[...] aquele que se encontra nas entranhas dos estados de precariedade, implicando a perda da vida e o medo da perda da saúde, do trabalho, dos vínculos, do sentido da vida, enfim.”

número de benefícios concedidos. Em 2011, a Previdência Social concedeu mais de 15 mil aposentadorias por invalidez a trabalhadores vítimas de adoecimento mental. Já os auxílios-doença concedidos por causa de quadros depressivos, chegaram a 82 mil em todo o país (entre 2010 e 2011, os benefícios concedidos para transtornos mentais e comportamentais cresceram cerca de 19,60%). Na verdade os transtornos mentais, como as depressões, tem sido uma das principais causas de afastamento do trabalho no Brasil, indicando, deste modo, *o desmonte da pessoas humana devido a precarização do homem-que-trabalha*. (ALVES, 2013, p. 115 grifo nosso).

O assistente social se encontra exposto cotidianamente, a diversas situações que impactam diretamente no seu trabalho e vida. Dentre elas podemos destacar algumas, como: **Constrangimentos ético-políticos** - neste caso, para realização do seu trabalho a/o profissional vive cotidianamente com situações pautadas pela necessidade da população e pelos interesses dos empregadores; **assédio moral** – é usado para constranger e submeter o trabalhador as agressões ao mundo do trabalho. Transforma-se em estratégia gerencialista para impedir que o(a) trabalhador(a) se pronuncie, questione, denuncie, exija garantias de direitos e, no limite, objetiva que o(a) trabalhador(a) peça transferência ou demissão. Além disso, evita também a articulação e solidariedade entre os trabalhadores; a **intensificação do trabalho** – expressa a extensão da jornada de trabalho sem pagamento de horas extras ou mesmo sem a possibilidade de constituir um “banco de horas”, que é um mecanismo comum utilizado para o não pagamento de horas extras, adicionais noturnos etc.; a **precariedade das condições e dos meios e dos instrumentos de trabalho** – refere-se ao espaço físico ruim ou inadequado, falta de materiais e recursos. Neste processo identifica-se a ameaça iminente à vida que afeta assistentes sociais que trabalham em áreas de risco, particularmente presentes entre o tráfico de drogas ilícitas; a **penosidade do trabalho com as expressões da questão social** refere-se as tensões advindas da própria divisão social e técnica do trabalho, bem como das contradições de natureza ideológica e política determinadas pelo caráter contra-hegemônico do projeto profissional, que busca efetivar direitos da classe trabalhadora (VICENTE, 2015).

Assim, é preciso um olhar para as condições nas quais se encontra também esse profissional. O assistente social é sujeito vivo do trabalho social, não só analisa as incidências de problemas na classe trabalhadora, mas se inclui nesse índice como pertencente a essa classe (RAICHELIS, 2011).

[...] problematizar a violação dos próprios direitos dos assistentes sociais, na relação com a violação dos direitos dos trabalhadores, requer a definição de uma agenda de questões específicas conectada às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente. Exige uma pauta mais ampliada, que inclui a organização e as lutas sindicais e trabalhistas, mas também o enfrentamento das dimensões complexas envolvidas nos

processos e relações de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos. (RAICHELIS, 2011, p.427).

A alienação é indissociável do trabalho assalariado, apesar do Serviço Social ser regulamentado como profissão liberal, o exercício profissional nos diferentes espaços ocupacionais, acaba sendo condicionado as demandas dos seus empregadores públicos ou privados. Pois são estes que oferecem instrumentos e meios para o desenvolvimento das tarefas profissionais, definem as condições do trabalho como: metas, jornadas, salários além de definirem a matéria (objeto- recorte das expressões da questão social) sobre a qual recai a ação profissional. Sendo assim, estabelecem normas próprias que regulam as relações de trabalho (RAICHELIS, 2011).

Cabe apontar que na perspectiva do projeto ético-político o profissional qualificado deve ser capaz de realizar um trabalho complexo com competência para propor e “negociar” com os empregadores. O objetivo central é ampliar os direitos das classes subalternas. Isso remete a compreender o profissional como um intelectual capaz de realizar apreensão crítica da realidade do trabalho e das correlações de forças que o tencionam.

É fato que o assistente social como trabalhador assalariado sofre as consequências, impostas pela reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Assim, o mercado de trabalho do assistente social é atingido, incidindo

[...] tanto no movimento de mudança e/ou redução de posto de trabalho em alguns campos (por exemplo, nas empresas industriais), como também de ampliação, como é o caso das políticas de seguridade social, com destaque para a política de assistência social, principalmente no âmbito municipal, em função das novas e intensas demandas aos municípios decorrentes da descentralização dos serviços sociais públicos. (RAICHELIS, 2011, p. 431).

Temos uma crescente demanda de profissionais no âmbito do SUAS. Entretanto, identificamos que, principalmente os municípios não oferecem planos, cargos, carreiras e salários como descritos pela NOB- RH/SUAS. Isso leva a contratação temporária e precarizada dos assistentes sociais. E essa instabilidade dificulta o desempenho do trabalho profissional tendo em vista que a rotatividade de profissionais é grande nos CRAS e CREAS. Muitos municípios não abrem concurso, pois não veem a necessidade da profissionalização e permanência dos profissionais, pois a assistência social ainda é colocada de forma secundária nos municípios e a associação da profissão ao clientelismo, favoritismo ainda se faz presente.

O que presenciamos no âmbito do Serviço Social é um processo de precarização/terceirização/flexibilização, em níveis intensos, onde se vê a subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais, por parte de empresas, cooperativas, prestação de serviços ao governo e a instituições não governamentais, que requisitam “[...] o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2011, p. 431).

A terceirização é uma forma de liberar o capital dos encargos trabalhistas. Primeiro porque o empregador que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia não o faz transferindo para um terceiro essa responsabilidade. Os efeitos da terceirização são profundos para o trabalho dos profissionais, pois descaracteriza o significado do trabalho técnico, desloca a relação entre a população e o profissional. Tais serviços passam a ser intermediados por empresas e organizações contratadas. Realiza-se assim, a cisão entre prestação de serviços e direitos, pois o trabalho não é presidido pela lógica pública. Há uma subordinação das ações profissionais a prazos contratuais e recursos financeiros, o que implica em descontinuidade ou rompimento de determinadas atividades levando a população usuária ao descrédito (RAICHELIS, 2011).

O problema da terceirização vem associado ao processo de informatização do trabalho levando a inserção da cultura do gerencialismo, da empresa privada no setor público, associado a atividades mecânicas, repetitivas que não instigam a reflexão e imaginação. As mudanças tecnológicas intensificam os processos de trabalho, estabelecem controle, e quantificam tarefas a partir de cobranças e exigências de produtividade, sob a lógica da gerência e qualidade total dos métodos toyotistas.

Neste contexto, o trabalho do assistente social se torna cada vez mais mecanizado e burocratizado, a dinâmica institucional de preenchimento de cadastros e controle quantitativo da população, quando feito de forma repetitiva, sistematizada, burocrática apenas a nível de contagem e meta, acaba por não agregar conhecimento e reflexão sobre os dados trabalhados e coletados. Isso fragiliza o trabalho direto com a população impede muitas vezes o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo com viés emancipatório (RAICHELIS, 2011).

É notória a expansão do mercado de trabalho dos profissionais assistentes sociais, nas políticas sociais como no Sistema Único de Saúde (SUS), devido a sua expansão e, especialmente, na política de assistência social com a implantação do SUAS. Mas cabe notar que ao mesmo tempo se tem contraditoriamente um aprofundamento da precarização das condições em que esse trabalho se realiza “[...] subordinado a processos de alienação, restrição

de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto.” (RAICHELIS, 2011, p. 434).

Essas tendências já são verificadas nas políticas sociais e, especialmente, nas condições de trabalho dos(as) assistentes sociais. São fartamente denunciadas nos Cress e nos eventos organizados pelo Conjunto CFESS/Cress, as condições precárias de trabalho, especialmente na Política de Assistência Social (Suas), nas organizações não governamentais e no sistema sociojurídico. Nesses espaços, a não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho tem levado à terceirização do trabalho, à precarização, à superexploração da força de trabalho, à inserção dos (as) profissionais em dois ou três campos de atuação com contratos precários, temporários, o que tem causado adoecimento físico e mental. Especialmente no Suas, dados divulgados recentemente mostram que o quadro de trabalhadores aumentou bastante entre 2005 e 2009, com acréscimo de 30,7%: saltou de 139.549 para 182.436. Esse aumento, contudo, foi acompanhado de intensa precarização das relações de trabalho, com ampliação de 73,1% de trabalhadores sem vínculo permanente. (BOSCHETTI, 2011, p. 562).

Devido a essas estatísticas reais, a organização política do Serviço Social brasileiro representada pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO vem trabalhando na perspectiva de enfrentamento da precarização do trabalho do profissional assistente social, e na disputa e luta para assegurar a direção teórico- política da profissão num compromisso com a classe trabalhadora. O conjunto CFESS/CRESS tem como um dos seus principais desafios a luta pelo trabalho como direito. Sendo assim, mesmo em tempo de crise importantes conquistas ocorreram como a luta por concursos públicos, a aprovação da lei de 30 horas lei nº 12.317 que foi um marco e conquista para a classe, pois garante a redução da jornada semanal para 30 horas sem redução dos salários. O que impõe limites ao capital no quesito exploração da força de trabalho, diminui a sobrecarga de trabalho o que pode melhorar a vida do trabalhador(a).

Cabe destacar que o XIII CBAS de 2010 representou um evento significativo no processo de pressão na aprovação da lei de 30 horas, ao lançarem uma Carta Convocatória para o XIII CBAS e para o Dia Nacional de Luta pela aprovação do projeto de lei da redução da jornada de trabalho para 30 horas. Foram conclamados e convocados os(as) assistentes sociais, profissionais, movimentos sociais e estudantes, participantes do evento que teve como tema central “*Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e consolidação do Projeto Ético-Político Profissional*”, a fortalecerem o ato público para pressionar o Congresso a aprovar o projeto de lei que estava em tramitação naquele momento.

As resoluções e normatizações do CFESS voltadas para garantia de condições éticas e técnicas de trabalho dos assistentes sociais e que aprofundam o disposto na lei de regulamentação profissional e no código de ética da profissão representam grandes conquistas

para a profissão e seus profissionais. Dentre as normatizações do CFESS para o aprimoramento das competências e atribuições profissionais e das condições de trabalho dos profissionais podemos destacar:

Normatização da supervisão direta de estágio como atribuição privativa dos(as) assistentes sociais (Resolução n. 533/2008); regulamentação da atuação do assistente social, na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha (Resolução n. 559/2009); normatização sobre a emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre assistentes sociais e outros profissionais (Resolução n. 557/2009); estabelecimento de procedimentos para lacração de material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social (Resolução n. 556/2009); normatização sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano/DSD como atribuição dos(as) assistentes sociais (Resolução n. 554/2009); regulamentação que veda a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do(a) assistente social (Resolução n. 569/2010); estabelecimento de procedimentos para aplicação de multa às Unidades de Formação Acadêmica em caso de descumprimento das normas estabelecidas na Resolução CFESS n. 533/08, que trata da Supervisão de Estágio (Resolução n. 568/10); estabelecimento da obrigatoriedade de registro nos Cress de assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição da profissão, mesmo que contratados sob nomenclatura de “cargos genéricos” (Resolução n. 572/10); revisão da Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/Cress, que estabelece novos requisitos para inscrição nos Cress (Resoluções n.º. 582/10 e 588/2010); e alteração do Código de Ética do(a) Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero (Resolução n. 594/2011). (BOSCHETTI, 2011, p. 565-566).

Muitos são os ganhos à profissão, resultado de muita articulação política e muita luta. A efetivação da redução da jornada de trabalho para 30 horas, mesmo depois da implementação da lei, ainda vem sendo travada com os empregadores tanto do setor público como privado. Estes ainda descumprem tais medidas, demonstrando uma violenta reação do capital empresarial contra as conquistas garantidas de forma legítima e democrática pelos assistentes sociais.

Esta luta só acabará quando todos(as) os(as) assistentes sociais do Brasil tiverem assegurada a jornada semanal de trinta horas com salários compatíveis com suas atribuições. Esse direito fundamental para as condições de vida deve ser compreendido e contextualizado nas lutas mais gerais por uma sociedade que não transforme o trabalho e a vida em mercadoria a serviço da acumulação. (BOSCHETTI, 2011, p.583).

Diversas campanhas são realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS para que a lei das 30 horas seja cumprida. Outro desafio é a luta pelo estabelecimento do piso salarial visto que são irregulares as taxas salariais dos profissionais assistentes sociais, algumas sendo relativas

ao mínimo em diversas regiões do país. A luta não para, e se torna cada vez mais acirrada e conflituosa frente ao desrespeito cada vez mais crescente do capital para com os trabalhadores.

As transformações que afetam o trabalho provocam mudanças profundas no Estado e na redefinição das políticas sociais. Tal preocupação se justifica tendo em vista que a Política de Assistência Social se amplia, a partir dos anos 2000, na contratação de assistentes sociais. Entretanto, muitas vezes essa ampliação na inserção ao mercado se dá em condições precárias de trabalho. Importa compreender como se encontram essas condições de trabalho dos assistentes sociais frente a um processo de efetivação/consolidação e, portanto avanço do SUAS a partir de 2004/2005, em que vivenciamos o estilo político do lulismo⁵⁵ representando o projeto da socialdemocracia no Brasil, que visou um projeto de redistribuição de renda e combate à pobreza extrema sem confronto direto com o capital.

Cabe destacar que até as eleições presidenciais de 2014, se presenciou no Brasil a combinação de políticas públicas redistributivas, acesso popular ao crédito, aumento de empregos formais e uma discreta desconcentração de renda em um país conhecido mundialmente por suas desigualdades sociais, o que levou a um consentimento passivo das classes subalternas, devido a concessões ainda que modestas aos trabalhadores. E foi o apoio do proletariado que garantiu a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições de 2014.

Mas uma reviravolta mudou os rumos da política e da economia no país. O agravamento da crise internacional leva os principais grupos empresariais brasileiros (e obviamente aí se incluem os bancos privados), passarem a exigir do governo estratégias de austeridade⁵⁶, “[...] para as grandes empresas, é necessário aprofundar o ajuste recessivo

⁵⁵ “O lulismo é uma estratégia de governo da nova ordem burguesa no Brasil que se caracteriza por (1) interpelar o apoio do subproletariado pobres e das camadas de baixa renda do proletariado brasileiro, das cidades e do campo por meio de programas sociais (Bolsa-família, Minha casa Minha Vida, por exemplo) e valorização do salário mínimo – 70%, de 2002 a 2012; (2) por adotar a postura de não-confrontar o capital como bloco de poder (o que explicita bonapartista de Lula e Dilma, agindo aparentemente acima das classes sociais antagônicas, extirpando, inclusive, do horizonte do discurso político, o léxico do antagonismo de classe e cultivando como alma mater., a conciliação social como valor fundamental, com o mote “Lula paz e amor” ou ainda “Brasil país de todos”); (3) e, por fim, por adotar um reformismo fraco baseado em políticas de combate à pobreza, incentivo ao consumo visando mercado interno e programas sociais voltados para a redução da desigualdade social. Na verdade, o reformismo fraco oculta a incapacidade política de frente do neodesenvolvimentismo de operar reformas sociais que incomodem os interesses de camadas, frações e categorias sociais do bloco de poder neoliberal. Eis os limites do neodesenvolvimentismo (Singer, 2012)”. (ALVES, 2014, p. 170).

⁵⁶ É implementada através do corte de gastos/despesas do Estado, requerida quando o déficit público é considerado insustentável. Essa política é rigorosa e restritiva fazendo cortes nas políticas públicas e sociais e serviços públicos. As políticas públicas de austeridade tem como interesse beneficiar o capital financeiro ao privatizar os serviços públicos do Estado, facilitando a interferência e entrada do capital financeiro nesses setores e com isso debilitando a proteção social desprotegendo a classe trabalhadora. Assim, os ajustes estruturais promovidos pelas políticas de austeridade tem como pretensão “[...] desencadear as necessárias mudanças através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado. A proposta deste ajuste resume-se, para o chamado curto prazo, em diminuir o déficit fiscal reduzindo o gasto público, aplicar uma política monetária restritiva para combater a inflação e fazer

umentar o desemprego e conter o atual ciclo grevista, a fim de impor uma série de reformas antipopulares como a da previdência e a trabalhista.” (SINGER et al., 2016, p. 60).

Assim, o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff seguiu, marcado por uma contração impulsionada por cortes de gastos, aumento do desemprego (de 7,9% para 10, 2%), agenda econômica e política marcada por uma direita oposicionista fortalecida pelo escândalo do “Mensalão”, e por razões obviamente contrárias ao progresso da formalização do emprego estabelecido nos últimos anos pelo governo de esquerda, aquecimento do mercado de trabalho impulsionador da inflação dos serviços, aumento do consumo das massas invadindo espaços reservados até em então à classe média (aeroportos e shopping centers), e aumento de vagas nas universidades privadas e públicas a filhos de trabalhadores o que fez aumentar a concorrência por empregos com salários maiores que o mínimo (SINGER et al., 2016). Todos esses fatores levaram a uma insatisfação das classes médias tradicionais reacionárias o que eclodiu em uma onda de protestos⁵⁷. Além disso a elite capitalista financeira, industrial e agrícola ou seja a oligarquia brasileira não queria mais apenas concessões oferecidas pelo governo, mas sim governar diretamente com homens da sua confiança e anulando conquistas sociais dos últimos anos, aplicando a prática do golpe de estado.

Assim, o colapso da base de sustentação do governo Dilma Rousseff no Congresso Nacional é apenas a face mais visível de uma crise orgânica cujas raízes encontram-se na própria estrutura social de um país que vive há dois anos em recessão econômica. O modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado na criação de empregos precários e na desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do

prevalecer uma taxa de juros ‘real positiva’ e um tipo de câmbio real ‘real adequado’.” (SOARES, 2012, p. 14 grifo do autor).

⁵⁷ “Depois que os protestos contra a alta nas tarifas de ônibus e metrô tomaram o país, em junho de 2013, uma juventude que não costumava se manifestar nas ruas começou a aparecer nos jornais. Os novos integrantes, logo apelidados de “coxinhas” pela juventude esquerda, repudiavam as bandeiras vermelhas a pretexto de impedir a ‘partidarização’ do movimento, e assumiam o verde-amarelo ‘de todos os brasileiros’ [...]. Suas principais bandeiras eram contra a ‘roubalheira’ e contra ‘tudo isso que está aí’, paulatinamente substituídos por um simples ‘Fora PT’. A imprensa foi atrás de entrevistas com as novas lideranças, sem esclarecer sua origem. Alguns grupos eram fáceis de rastrear, como o Vem Pra Rua, de Rogério Chequer, ligado à juventude do PSDB e ao senador Aécio Neves. Ou o *Revoltados Online*, francamente autoritário, que pedia a volta da ditadura militar enquanto faturava com a venda online de camisetas e bonecos contra o PT. O mais obscuro deles era o Movimento Brasil Livre (MBL), que parecia ter brotado da terra para assumir a liderança daquele que se tornaria o movimento pro-impeachment nos anos seguintes. O líder público do MBL, Kim Kataguiri, então um estudante de economia de dezanove anos que fazia sucesso postando vídeos engraçadinhos no portal do Youtube, foi alçado à condição de celebridade. [...] A mídia não questionou a origem do movimento, descrito como espontâneo, tampouco a autenticidade da liderança de Kataguiri, hoje colunista da *Folha de S. Paulo*. [...] Em março de 2015, a agência Pública passou a investigar a origem do MBL, que alcançaria seu auge nas manifestações daquele mês pedindo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Três meses depois, a reportagem revelava que o MBL havia sido gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch [megaempresários americanos do setor petrolífero identificados com a extrema direita, sendo o pré-sal brasileiro um interesse iminente]. (SINGER et al., 2016, p. 49-50).

trabalho já não é capaz de garantir nem os lucros das empresas nem o consentimento dos subalternos. (SINGER, et al., 2016, p. 59).

Particularmente frente a um contexto que aponta na contramão da ampliação dos direitos sociais e do trabalho, diante de uma conjuntura histórica atual, em que vemos mais uma vez os trabalhadores e trabalhadoras pagarem a conta pela crise do capital. Temos que,

Quando os pobres se transformam em indigentes e os ricos em magnatas, sucumbem a liberdade e a democracia, e a própria condição do cidadão – verdadeiro fundamento sob o qual se apoia a democracia – se deteriora irreparavelmente. A liberdade não pode sobreviver onde o cidadão indigente está disposto a vendê-la por um “prato de lentilhas”, e um outro disponha da riqueza suficiente para comprá-la a seu bel prazer. Nessas condições a democracia se converte em um ritmo farsesco e se esvazia de todo conteúdo. Nessas condições a passagem do tempo pode convertê-la no “ovo da serpente” onde se incube a restauração plebiscitária da ditadura. (BORÓN, 1995, p. 71).

Eis, que temos um novo presidente do Brasil, Michel Temer, que assumiu o poder por um processo de impeachment ilegítimo⁵⁸ proposto contra a então presidenta Dilma Rousseff, encabeçado pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha⁵⁹ e apoiado por uma gama de deputados federais e senadores opositores ao governo de esquerda, pela burguesia oligárquica nacional e por uma mídia⁶⁰ conservadora que realizou uma propaganda ideológica contra um governo democrático eleito por 54 milhões de brasileiros.

O “golpe branco” (transvestido de legalidade), foi uma forma de efetivar uma transição pelo alto, favorável a burguesia com o dito ajustes fiscal com cortes de gastos que reflete em perda das conquistas democráticas (RODRIGUES, 2016).

A interrupção do governo Dilma, é parte de um fenômeno mais amplo de declínio de experiências progressistas, distintas entre si, no continente latino-americano⁶¹, mas que

⁵⁸ Para maiores informações ver livro “**Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016”.

⁵⁹ Cargo ao qual foi afastado em 5 de maio de 2016 pelo STF (Supremo Tribunal Federal), depois da votação do golpe na casa.

⁶⁰ A derrubada do governo democrático, ou seja o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em outubro de 2014, contou com uma mídia que enquanto aparelho privado de hegemonia exerceu uma atmosfera ideológica realizando uma propaganda partidária oposicionista no Brasil. “Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/*Veja*), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras como mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/*Istoé*) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontestável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff [...]. Foi o que algumas dessas famílias (os Marinhos e os Mesquita, por exemplo) já haviam feito para derrubar o governo João Goulart em 1964. E, antes disso, em 1954, contra Getúlio Vargas.” (SINGER et al., 2016, p. 120 grifos do autor).

⁶¹ “A presença destes dois elementos da geopolítica latino-americana na derrocada dos governos do PT não deve obscurecer a sensível diferença deste com as experiências progressistas na região. Diferentemente dos governos

refletem a restauração de forças conservadoras e neofacistas na região, em que pode-se tomar como exemplo, os golpes de estado que puseram fim aos governos de Zelaya, em Honduras, em 2009, e Lugo no Paraguai, em 2012, as derrotas de reeleição de Cristina Kirchner na Argentina, em 2005, e de Evo Morales na Bolívia em 2016, o recrudescimento de ações desestabilizadoras de uma oposição agressiva na Venezuela de Chávez e Maduro. As precipitações desses fatos cabe uma maior investigação acerca das estratégias utilizadas pelos Estados Unidos, no que diz respeito a reconquista de seu poder econômico e militar e fortalecimento da sua hegemonia sobre esta parte do mundo (RODRIGUES, 2016).

O presidente ilegítimo Temer, trouxe consigo um pacote de reformas ditas “modernas e inovadoras”, para o enfrentamento da crise no país. Tal proposta vem apresentando uma verdadeira radicalização do neoliberalismo. O documento produzido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do atual presidente ilegítimo Michel Temer, “Uma ponte para o futuro⁶²”, tem como essência o resgate pleno da agenda neoliberal. Isso vem sendo demonstrado através de propostas de privatizações como o Programa de Parcerias de Investimento (PPI), pacote que será responsável pela agenda de vendas, concessões e privatizações de ativos do atual governo nas áreas de infraestrutura, transporte e saneamento, proposta essa que vai ao encontro direto dos anseios do capital financeiro internacional num processo de concentração de renda, e entrega das riquezas nacionais. Será mesmo essa a salvação da economia brasileira? Como apregoam os defensores dessas medidas.

Essas propostas vem rebatendo diretamente na redução e dizimação de direitos da classe trabalhadora, com propostas antidemocráticas, antipopulares como a PEC 241 (promulgada como emenda Constitucional nº95), proposta de emenda à constituição que alterou o texto constitucional, estabelecendo um “Novo Regime Fiscal”, que limita e congela por 20 anos os gastos com políticas sociais como educação, saúde e assistência social.

de Chávez, Evo Morales e, até mesmo, dos Kirchner, os [mandatos] de Lula e Dilma não promoveram alterações constitucionais progressistas e de conteúdo anti-imperialista, nem tampouco se respaldam na mobilização popular. Os ganhos sociais para os mais pobres promovidos no Brasil, por mais inovadores e importantes que tenham sido, não confrotam os interesses do capital de dominância financeira.” (RODRIGUES, 2016, p. 41).

⁶² Os elementos dessa **Ponte**, “fazem coro com a agenda puro-sangue do neoliberalismo: a promoção do que se chama ali de uma ‘verdadeira abertura comercial’, o que implicará a busca de acordos comerciais de todos os tipos ‘com ou sem o Mercosul’ (leia-se, participação do país mesmo naqueles acordos do tipo Alca, até agora rechaçados, e redução da importância de espaços regionais e geopolíticos alternativos, como o ensejado pelos Brics), o aumento da participação da iniciativa privada em todas as áreas, por meio da transferência de ativos (leia-se, retomada forte do processo de privatização, mesmo que isso envolva um patrimônio estratégico como o da Petrobrás), a redução da interferência de ativos (leia-se, permissão para o câmbio flutuar livremente, mesmo que isso implique enorme aumento da volatilidade e novos movimentos de valorização do real lesivos à economia e à indústria nacionais) e, finalmente, na chave do ‘desregulamentar de modo geral a economia’, a concessão de maior liberdade às negociações trabalhistas consignados na CLT, como férias e 13º, desde que as convenções coletivas assim ordenem).” (SINGER et al., 2016, p. 75 grifos do autor).

O avanço da extrema direita busca medidas econômicas que favorecem aos interesses da classe burguesa. Assim, a proposta traz medidas como a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), até dezembro de 2023, deixando os 30% de taxas de contribuições sociais que devem ser destinadas a seguridade social nas mãos e intervenção do domínio econômico; a extinção de Ministérios como o Ministério da Previdência Social e a distribuição de seus órgãos no Ministério da Fazenda e no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, a extinção do Ministério da Cultura unindo-o ao Ministério da Educação, a extinção dos Ministérios das Mulheres e sua secretaria, e da Igualdade racial e dos Direitos Humanos que terão suas pastas e temas discutidos no âmbito do Ministério da Justiça e cidadania; a contrarreforma da previdência social; a proposta de contrarreforma dos direitos trabalhistas; as iniciativas de desestruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e a contrariedade a universalização do Sistema Único de Saúde, são sinais explícitos de que é a classe trabalhadora que vai mais uma vez sofrer com os rebatimentos da nova proposta do atual governo, demarcando um momento de forte tensão e deslegitimação de direitos.

Vemos um aprofundamento do desmonte da seguridade social impactando diretamente no SUAS, e nos trabalhadores e usuários dessa política. As ameaças se expressam de diversas formas como: aumento da idade mínima para acesso ao benefício de prestação continuada (BPC); desprofissionalização da política de assistência social e intensificação da precarização das condições de trabalho; desresponsabilização do estado perante a política de assistência social; aprofundamento dos programas de transferência de renda são algumas das medidas anunciadas pelo novo governo no que diz respeito a política de assistência social.

Cabe indagar o que a atual conjuntura representa para a sociedade em particular para a classe trabalhadora? Como o profissional assistente social irá lidar com o desafio entre a efetivação do seu projeto ético político diante da conjuntura atual do projeto societário hegemônico conservador e deslegitimador, presente na sociedade brasileira que está levando a um retrocesso e retirada violenta de direitos da classe trabalhadora? Como o profissional assistente social enquanto trabalhador do SUAS se vê diante do processo de desestruturação da política de assistência social e aprofundamentos da precarização do seu trabalho? Como isso o afeta enquanto ser que trabalha e lida diretamente com as expressões da questão social, como ser que sofre os reflexos das expressões da questão social aprofundados ainda mais com a crise econômica e política que se alastra no Brasil?

Nesta direção no próximo capítulo buscaremos a partir dessas indagações identificar e analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais que trabalham na Política de

Assistência Social do município de Teófilo Otoni. A partir daí buscaremos apreender como essas condições de trabalho tem incidido na efetivação do projeto ético político profissional do assistente social, e como isso afeta as ações cotidianas do seu trabalho profissional. Buscaremos entender também como o profissional se percebe enquanto trabalhador assalariado que é obrigado a vender sua força de trabalho (mercadoria) e como se percebe enquanto ser genérico (ser social que possui uma subjetividade).

3 TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NO BRASIL

Neste capítulo abordaremos a precarização do trabalho no Brasil, buscando mostrar como o processo de reestruturação produtiva, a flexibilização e a contrarreforma do Estado sob o advento do neoliberalismo, trazem a precarização do trabalho em sua forma extrema, alterando o perfil do trabalhador coletivo no país. Os novos padrões e a forma de gerir o trabalho associada a revolução técnico científica ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, trazem a redução da demanda de trabalho e o aumento do exército industrial de reserva. Ou seja, cresce a população sobrando, fazendo crescer a exclusão social, a miséria, a pauperização, aprofundando as expressões da questão social e o crescimento das demandas por serviços sociais repercutindo no mercado de trabalho do assistente social nas demandas e respostas da profissão Serviço Social (IAMAMOTO, 2010).

Nesta direção, este capítulo propõe analisar as características presentes na política de assistência social. Política esta que sofre um processo de expansão via a estruturação do seu sistema único de gestão, o SUAS, que põe essa política numa nova etapa de desenvolvimento na sociedade brasileira, permeada por avanços e retrocessos. Assim, cabe destacar que juntamente com a implementação do SUAS, temos um crescimento vertiginoso do contingente de assistentes sociais na política de assistência social tornando está um dos espaços sócio ocupacionais onde se encontra empregado(a) a maioria dos profissionais do Serviço Social do país. Tal processo nos leva a compreender e analisar em que condições de trabalho se encontram esses profissionais.

3.1 AS DETERMINAÇÕES E PARTICULARIDADES DO TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Trabalho ou ócio? Eis uma simples pergunta que nos coloca em um incrível dilema, se trabalho sou explorado, se não trabalho não tenho como atender as minhas necessidades básicas de sobrevivência. Segundo Antunes (2005, p.11 grifo do autor), “Desde o mundo antigo e sua filosofia o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. *Ergon e pónos*, trabalho e fadiga”.

Antunes (2005), traz em poucas palavras, mas de uma completa profundidade, como historicamente se cultuou o lado positivo, ora acentuava-se o traço negativo do trabalho. Assim temos que,

[...] Hesíodo, em *Os trabalhos e os dias*, uma ode ao trabalho, não hesitou em afirmar que “o trabalho, desonra nenhuma, o ócio desonra é” Ésquilo, em *Prometeu acorrentado*, asseverou que “quem vive de seu trabalho não deve ambicionar a aliança nem do rico nem do efeminado, nem do nobre orgulhoso”. Com o envolver humano, o trabalho se converteu em *tripaliare*- originário de *tripalium*, instrumento de tortura, momento de punição e sofrimento. No contraponto, o ócio tornou-se parte do caminho para a realização humana. De um lado, o mito prometeico do trabalho; de outro o ócio como liberação. O pensamento cristão, em seu longo e complexo percurso, deu sequência à controvérsia, concebendo o trabalho como martírio e salvação, atalho certo para o mundo celestial, caminho para o paraíso. Ao final da Idade Média, com São Tomás de Aquino, o trabalho foi com siderado moral digno de honra e respeito. Weber, com sua ética positiva do trabalho, reconferiu ao ofício o caminho para a salvação, celestial e terreno, fim mesmo da vida. Selava-se então, sob o comando do mundo da mercadoria e do dinheiro, a prevalência do negócio (negar o ócio) que veio sepultar o império do repouso, da folga e da preguiça. [...] Hegel escreveu páginas belas sobre a dialética do senhor e do escravo, mostrando que o senhor só se torna *para si* por meio do outro, do seu servo. Foi ainda pela escrita de outro alemão chamado Marx, também conhecido como Mouro, que o trabalho conheceu sua síntese sublime: trabalhar era, ao mesmo tempo, necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza. Mas, sob o império (e o fetiche) da mercadoria, a atividade vital metamorfoseava-se em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória. É conhecida sua referência ao trabalho fabril: se pudessem, os trabalhadores fugiriam do trabalho como se fuge de uma peste (ANTUNES, 2005, p.11-12).

Veremos que na formação sócio-histórica da sociedade brasileira o trabalho deixou de ser momento de interação homem/natureza e de pura liberdade quando os indígenas aqui viviam antes da colonização, para se tornar *tripalium*. Instrumento de tortura através da escravização, trabalho escravo, e depois transformado em trabalho assalariado, escravização moderna, compulsória e forçada em troca de um salário. O trabalho é necessidade eterna para sobrevivência mas, ao mesmo tempo, assume na sociedade capitalista o caráter alienante, e exploratório.

Segundo Antunes (2005), diante da dimensão dúplice do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena é nesse conturbado processo e diante das mudanças e rebatimentos frequentes no mundo do trabalho o desafio crucial é dar sentido ao trabalho, tornando a vida fora dele dotada de sentido. Se isso é possível nessa sociabilidade eis a pergunta que não quer calar, cabe pensar que o trabalho que cria pode destruir, mas também pode reconstruir. Como salienta Lukács (2013), o trabalho é posição teleológica primária possui a capacidade criativa que o sujeito lhe emprega, é ação

transformadora de toda práxis social. E, é justamente essa a capacidade do trabalho que deve ser ressaltada, recusando o trabalho que aliena, infelicita e explora o ser social.

A questão do trabalho se faz relevante, e deve ser questionada, pensada diante de toda sua complexidade, transversalidade e interconexos.

Assim, ao tratarmos do mundo do trabalho é imprescindível que salientemos a singularidade deste em nosso país, o Brasil. Um país situado no continente do labor, pois o continente latino-americano nasceu sob a égide do trabalho (ANTUNES, 2011). O marco histórico e estrutural traz características que demarcam a particularidade do desenvolvimento do trabalho na América Latina, onde antes mesmo da colonização europeia era habitada por indígenas nativos que trabalhavam em uma economia de subsistência, utilizando a pesca, a caça, o extrativismo agrícola para garantirem sua sobrevivência. Temos que o trabalho coletivo nessa fase era o pilar da produção (ANTUNES, 2011).

Foi aproximadamente no fim do século XV, que o processo de colonização marca a história do trabalho no continente, impulsionada pela expansão comercial que caracterizava a acumulação primitiva em curso na Europa. E a América Latina passa a ser cobiçada pela nascente burguesia mercantil (ANTUNES, 2011).

A América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI. A decadência dos países ibéricos, que primeiro se apossaram dos territórios americanos, engendra aqui situações conflituosas, derivadas dos avanços das demais potências europeias. Mas é a Inglaterra, mediante sua dominação imposta sobre Portugal e Espanha, que finalmente prevalece no controle e na exploração destes territórios. (MARINI, 2012, p. 47).

Marx (2013), ao analisar *A assim chamada Acumulação primitiva*, nos mostra como se deu esse processo histórico, onde o modo de apropriação capitalista demarca um momento histórico único onde não só a terra ou os meios de produção se tornam propriedade privada do capitalista, mas como o próprio trabalhador na personificação vital de seu trabalho, considerado formalmente livre, se torna mercadoria. A propriedade privada capitalista repousa na exploração do trabalho, portanto a acumulação e criação de mais valia também tem como base primordial a exploração do trabalho. Assim, Marx (2013, p.786 grifo nosso) diz que,

[...] A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho,

processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. **A assim chamada acumulação primitiva** não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Historicamente para converte-se em livre vendedor de força de trabalho, o trabalhador aparece como que sendo liberto das relações baseadas na servidão, mas a verdade é que esses recém-libertos foram expropriados do acesso aos meios de produção, sendo agora livre trabalhador assalariado e “desprovido” inclusive do acesso à terra. E essa “[...] expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (MARX, 2013, p.787).

A estrutura econômica da sociedade capitalista emerge da estrutura econômica da sociedade feudal ou do que sobrou dela, pois o capitalismo derrui as bases de sustentação feudais para erigir sua estrutura. Marx descreve assim o processo pelo qual milhares de camponeses foram expropriados, expulsos e exterminados de suas terras para garantir o direito da propriedade privada moderna, incorporando o solo ao capital e criando a oferta de proletários livres oferecidos a indústria urbana.

Começa-se uma corrida para o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista. Segundo Marx (2013), a nova manufatura se instalou nos portos marítimos exportadores e uma conseqüente disputa onde Inglaterra, Espanha, Portugal França e Holanda, repartem os diferentes momentos da acumulação primitiva “[...] dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista.” (MARX, 2013, p.821).

Marx (2013) indica a descoberta e importância da conquista das colônias para o desenvolvimento do capitalismo.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África uma reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem **momentos fundamentais da acumulação primitiva.** (p.821, grifo nosso).

O sistema colonial constituiu um meio para acumulação do capital, onde além da extração de riqueza das colônias, assegurou um mercado de escoamento dos produtos manufaturados da Europa, sem falar da escravização e assassinatos, “[...] Em geral, a escravidão

disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sansphrase* do Novo Mundo.” (MARX, 2013 p.829).

A colonização, segundo Caio Prado Junior (2011), se deu de forma diferenciada em relação à América do Norte e a América Latina, na América do Norte a colonização contou com a presença inglesa para criação de *colônias de povoamento*, ou seja, receberam a população europeia excedente que vinha migrando por motivos de guerras e disputas religiosas. Já a colonização ibérica (espanhola e portuguesa) na América Latina desde o início se caracterizou como *colônia de exploração*, voltada para o processo de acumulação primitiva do capital.

A principal forma de trabalho existente na sociedade colonial foi a utilização do *trabalho indígena* por meio do sistema de **encomiendas**, onde o colono se comprometia a garantir a subsistência do indígena apropriando-se do seu trabalho. Era também comum a exploração do trabalho indígena, modo de escravidão voltado para a extração de metais preciosos (ouro e prata). Outra forma de trabalho difundida nas colônias foi o *trabalho escravo africano*, resultado do comércio (tráfico) humano da África para a América Latina (ANTUNES, 2011).

Através do tráfico humano se instala uma modalidade de trabalho qual seja, o **escravismo colonial**, voltados prioritariamente para a produção agrícola (a *plantation*) e os engenhos de produção de açúcar voltados para a comercialização no mercado europeu (ANTUNES, 2011).

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas em um hibernáculo. As “sociedades *Monopolia*”⁶³(Lutero) foram alavancas poderosas de concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. (MARX, 2013 p. 823).

O ingresso das nações latino-americanas no sistema capitalista se dá como método estratégico para a acumulação primitiva em escala mundial, o que determina o seu processo de formação econômico-social e, portanto, o domínio externo sob a qual as nações da América Latina estão submetidas se deve desde a sua gênese na sua incorporação no mercado capitalista.

É fato que as nações latino-americanas são produtos do desenvolvimento do capitalismo mundial e de sua evolução, subsumindo as novas sociedades aos seus ditames.

⁶³Sociedades que detinham o monopólio legal para a exploração de certos ramos de indústria e comércio.

Segundo Marini (2005) as colônias produtoras de metais preciosos contribuíram para o aumento do fluxo de mercadorias tendo o ouro e a prata extraídos funcionando como meio de pagamento sustentando assim o capital comercial, bancário e o sistema manufatureiro europeu. E, principalmente após o processo de independência das colônias passando a ter uma relação direta com a Inglaterra para transações de bens primários em troca de manufatura de consumo.

Essas novas sociedades assim denominadas, a partir do processo de independência, trazem consigo marcas que permanecem impregnadas no esqueleto da sua conformação histórica, onde o processo de desagregação do sistema colonial deixou os traços do escravismo, concentração de terras e produção agrário-exportadora, voltada para o mercado externo. Nesse sentido, o rompimento com o estatuto colonial não significou a superação de suas bases, mas sua perpetuação que só fez aprofundar o processo contraditório nessas sociedades.

No decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, e concomitantemente à afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa – principalmente na Inglaterra -, a região latino-americana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia. A ruptura do monopólio colonial ibérico se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política, cujo ciclo termina praticamente ao final do primeiro quarto do século XIX, dando como resultado as fronteiras nacionais em geral ainda vigentes em nossos dias. A partir desse momento se dá a integração dinâmica dos novos países ao mercado mundial, assumindo duas modalidades que correspondem às condições reais de cada país para realizar tal integração e às transformações que esta vai sofrendo em função do avanço da industrialização nos países centrais. (MARINI, 2012, p. 47-48).

A partir desse momento a América Latina vai cumprir uma particularidade histórica, tendo sua inserção periférica e dependente no processo de acumulação capitalista em escala global, estruturando uma divisão internacional do trabalho. Pois, ao longo do século XIX, em um momento caracterizado pela expansão do capitalismo industrial, passa-se a exigir a ampliação do mercado consumidor e a introdução do trabalho assalariado no mundo colonial. “A diversificação das atividades produtivas e a constituição do mercado interno criaram as condições para a implantação do trabalho assalariado na América Latina.” (ANTUNES, 2011, p. 18).

Antunes (2011) destaca que, um traço particular da constituição da classe trabalhadora em nosso continente, em muito se difere dos países centrais hegemônicos, pois tais países tiveram uma transição que levou séculos, “[...] um longo processo que principiou com o artesanato, avançou para a manufatura e, posteriormente, para a grande indústria.” (p.19).

Na América Latina, esse trânsito foi muito mais rápido, pois em vários países saltou-se quase que diretamente do *trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial*. Ou seja, as experiências de trabalho artesanal e mesmo manufatureiro foram muito distintas daquelas vivenciadas na Europa porque nosso continente não conheceu a vigência do sistema feudal. (ANTUNES,2011, p.19 grifo do autor).

Quanto ao Brasil, Caio Prado (2011) identificou que, a transição da forma de trabalho escravo para o trabalho livre configurou na abertura para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. E vem carregado de um traço conservador, que não rompe com a origem arcaica de uma aristocracia agrária. Tanto no período do colonialismo, como no imperialismo, o desenvolvimento do país se deu com traços de dependência e subordinação ao mercado mundial, ou seja, desenvolveu-se uma economia voltada para o mercado externo. Pois, o comando da política e da economia continuou nas mãos de uma pequena parte de fazendeiros da monocultura do café que era a mercadoria que comandava a economia brasileira, neste determinado momento histórico. Assim, a transição do trabalho escravo para o livre abriu o mercado brasileiro para o capital externo, mas internamente a economia e a política continuaram sobre o mesmo viés, sobre o comando fechado da aristocracia da época que se rearticulou e permaneceu com o comando do poder.

Temos então, a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre que passou a ser assalariado. Segundo Prado (2011) houve a entrada de um avanço capitalista, mas se continuou propagando e aprofundando a exploração e subordinação dos trabalhadores, em relações onde ainda se perpetuava traços de uma relação escravista, e a permanência de um Estado sob a égide de um patrimonialismo. Numa relação estreita com a aristocracia burguesa, fincada numa economia agrária exportadora. Assim sendo, os privilégios da burguesia no campo político continuaram sendo mantidos pois, a política da época continuou a ser comandada pelas vontades e vicissitudes dos grandes fazendeiros que conferiam à política a característica de patrimonialismo devido aos favoritismos estamentais.

Outra característica apontada por Fernandes (1987), no que diz respeito à colonização brasileira, trata-se do desenvolvimento que aconteceu de forma desigual e combinada. Advindo de uma organização econômica fincada sob uma produção monocultora voltada para exportação, numa condição heteronômica (produção voltada para o mercado externo), e que apresentava uma fragilidade econômica, já que seu grau de produção estava literalmente condicionado às importações pelos países centrais. Podemos identificar no Brasil a dependência como base da economia brasileira que foi fortemente abalada durante a crise de 1929.

A composição entre passado e presente, moldando o futuro capitalista e burguês e a relação dialética entre orientação ideológica e política dos atores – sua visão social de mundo -, o aparato institucional e a inserção material que vão diferenciando e complexificando interesses na sociedade brasileira, são apanhados por Fernandes⁶⁴ como tensões e fricções históricas, como uma articulação singular e plena de sentido dos tempos discordantes, que delineiam uma sociedade e um Estado nacionais particulares. (BERING, 2003, p.95).

Assim Florestan (1987) define a sociedade brasileira levando em conta seus momentos históricos e particularidades que a conformam, onde busca explicar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em três fases:

➤ O primeiro momento para Florestan compreende o período que vai da abertura dos portos até meados da década de 1860. Behring (2003, p. 103) afirma que o momento “[...] desencadeia-se um enlace entre a economia interna e o mercado mundial, fundado em novas relações com a cidade e suas populações e articulado ao escravismo.”

Para o Fernandes (1987) nesse período tem-se a construção de um mercado capitalista moderno, sob a gênese de um modelo agroexportador baseado no trabalho escravo. Nessa perspectiva, de um desenvolvimento capitalista tem-se um rearranjo econômico para que a economia brasileira atendesse aos interesses do capital internacional. Nesse sentido, era necessário moderniza-lo institucionalmente.

➤ Assim, se tem segundo Florestan, a segunda fase do desenvolvimento do capitalismo brasileiro que compreende a década de 1860 à década de 1950, onde se tem a formação e expansão do capitalismo competitivo, pautado no trabalho livre, que vai definir novas configurações na cena histórica brasileira como retrata Fernandes (1987 apud BERING, 2003, p. 101). Nesta direção, vale ressaltar que;

A crise do poder oligárquico- escravista inaugura um processo de transição- “cinzento e morno” – que cria as bases de concretização para o poder burguês no país. Em vez de constituir instituições próprias nesse processo, ela converge para o Estado, procurando exercer pressão, orientar e controlar a aplicação de seu poder político, segundo interesses particulares. A burguesia brasileira não é ‘paladina da civilização ou instrumento da modernidade’. Portanto vai optar por mudanças graduais e adaptações ambíguas, polarizada por preocupação particularista em um “entranhado conservantismo sociocultural e político”.

Nesse sentido, se tem a constituição de um mercado nacional, sob a hegemonia de uma burguesia industrial, num país com traços fortemente agrários. A constituição do Estado no

⁶⁴ A autora se refere a obra de Florestan Fernandes intitulada, “A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de uma interpretação sociológico”. Guanabara, 1987.

Brasil se faz sem a incorporação de um consenso, o que se tem é a pressão do poder burguês que tenta controlar as ações do Estado ao seu bel prazer. Assim, o Estado vai se impor a serviço da burguesia sobre a classe operária, através da utilização de mecanismos de repressão cooptação e corrupção. Isso faz com que a democracia burguesa no país seja restrita e funcional somente para os que têm acesso a dominação. Outro fator que se pode presenciar nesse período é o de uma estruturação econômica que aparenta tomar decisões internas, mas que na verdade estava dependentemente vinculada aos movimentos das potências mundiais, adaptando a economia brasileira aos interesses internacionais.

➤ A terceira fase do desenvolvimento do capitalismo brasileiro para Fernandes (1987) consiste na adequação do capitalismo nacional ao capitalismo monopolista, que são acentuadas a partir da década de 1950, e só adquire estrutura após 64. Há uma grande articulação financeira e industrial através de operações comerciais. Mais uma vez se tem uma adaptação da realidade brasileira aos interesses do capital, onde o capitalismo monopolista não rompe com o padrão arcaico da sociedade brasileira, mas adéqua à sociedade brasileira as suas exigências a fim de manter a dependência, acirrando os traços de uma condição periférica. Assim, Behring (2003, p.106) define os traços que caracterizam a condição periférica da sociedade brasileira sendo:

[...] uma forte dissociação pragmática entre capitalismo e democracia; a extrema concentração da riqueza; a drenagem para o exterior de significativa parcela do excedente econômico nacional; a persistência de formas pré- capitalistas de trabalho e a depressão do trabalho assalariado. No que se refere à relação com o capital estrangeiro, Fernandes sublinha que a burguesia nacional associada à internacional quer “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e controle burguês sobre o capital se deteriore” (1987:294), consolidando a conjugação orgânica entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa.

Cabe, portanto apontar que, a forma como foi se consolidando o desenvolvimento da sociedade brasileira, sob uma mescla de passado e presente, foi uma situação favorável ao capital internacionalizado que extraiu vantagens dos traços da formação social, política, econômica e cultural do Brasil. E ainda manteve estrategicamente o país numa condição de dependência em relação aos países centrais.

Destacamos que a condição de subordinação da sociedade brasileira ao capitalismo internacional é um traço característico da dependência dos países latino americanos. A dependência é caracterizada por Marini (2005, p. 134), como, “[...]uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações

subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.”

A dependência caracteriza aqui, na relação de subordinação aos quais os países latino-americanos são conduzidos pelos países centrais, num processo e relações comerciais que se baseiam em trocas desiguais. Onde os países latino-americanos exportam produtos primários cujos preços são relativamente menores em relação aos produtos industrializados importados que possuem um preço maior.

É dessa maneira que os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é então apropriado no centro da acumulação mundial, sendo que tal dinâmica capitalista é garantida por uma maior exploração da força de trabalho na periferia, através da intensificação dos processos de extração de mais-valia. Esse mecanismo configura-se como uma atuação no sentido de produzir ainda mais valor, como resposta dada à depreciação de valor e da produtividade próprias aos países dependentes submetidos ao intercâmbio desigual. (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p.155).

Temos, pois os fundamentos que caracterizam a superexploração do trabalho nos países latino americanos. Segundo Marini (2000), a transferência de valor produzido na periferia com base na maior exploração do trabalho e intensificação da extração de mais valia para produzir ainda mais valor, dada a depreciação de valor e produtividade, é apropriado pelos centros capitalistas.

Cabe destacar que a condição de dependência dos países latino americanos se aprofunda, especialmente a partir dos anos 80 com uma inserção tardia do binômio do taylorismo/fordismo dada a particularidade da subordinação e dependência estrutural do capitalismo latino-americano em relação aos países centrais que se realizou “[...] sustentado em um enorme processo de *superexploração do trabalho*, que combinava, de modo intensificado, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de *mais-valia* para o capital.” (ANTUNES, 2011, p. 22 grifo do autor).

Perceberemos que traços históricos da nossa formação social veio sendo reforçados sob uma certa máscara de modernidade. Na sociedade brasileira o trabalho assume conotações particulares, pois ao desemprego resultante de novas tecnologias “[...] soma-se o persistente desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo” [sob roupagens modernas do assalariamento] (IAMAMOTO, 2010, p. 33).

O dito desenvolvimento da sociedade brasileira que fomenta as bases para a consolidação do taylorismo/fordismo, se apresenta tardiamente na sociedade brasileira, onde apenas na década de 1930, o capitalismo no Brasil tende a se integrar no processo da Segunda Revolução Industrial, sendo considerado um capitalismo hipertardio. Sob o governo Vargas temos a primeira reorganização do capitalismo industrial, e se tem a criação de uma legislação trabalhista que foi fundamental para o processo de industrialização do país. As lutas pelos direitos trabalhistas que vinham sendo travadas há anos pelos trabalhadores brasileiros, como direito a férias, redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, dentre outras reivindicações foram atendidas por Vargas, mas que procurou apresenta-las como dadas aos trabalhadores, conferindo um caráter populista e caritativo ao seu governo (ALVES, 2013).

A segunda reorganização capitalista do país se deu com a industrialização pesada e o desenvolvimento do capitalismo monopolista nas décadas de 1950/1960, o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek possibilitou a acumulação de capital no país, e aprofundou a abertura da economia ao capital estrangeiro, pronunciando um salto no processo de industrialização pesada (ALVES, 2000).

No Brasil, ocorreu uma mudança no eixo estratégico do seu processo de industrialização, com um redirecionamento do padrão de acumulação de capital no sentido da ampliação, não mais do setor de produção de capitais, mas do setor de consumo duráveis, de propriedade do capital estrangeiro [...] O setor de produção de bens de consumo duráveis, liderado pelo complexo automotivo, tornar-se-ia o polo “dinâmico” da nova industrialização brasileira. (ALVES, 2000, p. 105).

Esse processo de industrialização que se desenvolveu no Brasil, possibilitou erigir as bases para o complexo da reestruturação produtiva no país, voltado para a realização da grande indústria de características taylorista/fordista, acelerando a capacidade produtiva e realizando um salto qualitativo com respeito a tecnologia vinculada a segunda revolução industrial. Isso leva o país a promessa da modernidade urbano industrial. Temos também o crescimento do proletariado industrial vinculado à linha de montagem levando a constituição do trabalhador coletivo moderno no Brasil, que se tornou o suporte do sindicalismo de massa. Além do novo proletariado urbano destacam-se as novas classes trabalhadoras não operárias, como uma nova classe média, dedicadas a produção de serviços da nova matriz técnico –institucional da produção (ALVES, 2000).

O padrão de acumulação e amplos movimentos de expansão continuaram apontando índices de crescimento na economia brasileira. A fase do milagre econômico entre 1968 a 1973, alcançou seu êxtase apontando altos índices de crescimento e vinculando-se cada vez mais a

nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo mundial⁶⁵. “O país vivia, então sob os binômios ditadura e acumulação, arrocho e expansão” (ANTUNES, 2011, p. 60). Também foi no período da ditadura que a superexploração do trabalho assumiu a sua maior perversidade, articulando uma jornada prolongada de trabalho a uma intensidade extenuante do processo produtivo, além da utilização de operários não qualificados com alto grau de rotatividade na linha de produção, sem falar do despotismo do capital no local de trabalho (ALVES, 2000).

Segundo Alves (2014) foi no decorrer dos 30 anos perversos de 1980 a 2010, que vivenciamos dois fatos históricos “que incidiram sobre a forma de ser histórica da precarização do trabalho” (p.12). Temos o surgimento da maquinofatura⁶⁶ resultado da revolução tecnológica (informática e informacional) do capitalismo tardio, e depois a partir da década de 1970, temos a crise estrutural do capital que resulta no aumento da composição orgânica e da queda tendencial da taxa média de lucros. Neste processo, o capital na ânsia de retomar seus níveis de acúmulo de riqueza, se reorganiza e impulsiona sua reestruturação em nível estrutural e superestrutural, gerando mudanças nas diversas instâncias da vida social (política, cultura, psicologia, economia, comércio ideologia, tecnologia, sociabilidade, trabalho etc.) (ALVES, 2014). A crise estrutural de valorização do valor coloca a necessidade irremediável de desvalorização da força de trabalho como mercadoria, e a uma *precarização estrutural do trabalho* (ALVES, 2014).

[...] a afirmação da precarização *estrutural* do trabalho significa que, a precarização do trabalho não se reduz tão-somente à precarização salarial, característica do modo de produção capitalista, mas incorporou, como traços fundamentais do

⁶⁵ “Algumas indústrias ou cadeias produtivas localizadas no núcleo orgânico do capitalismo mundial, que utilizavam formas degradadas de trabalho, muitas delas na agricultura ou regiões mais atrasadas, se deslocaram, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, para regiões periféricas do mercado mundial, onde tal prática desumana era permitida ou invisível. Na verdade, as relações imperialistas no sistema-mundo do capital permitiram a exportação de formas primitivas de exploração do trabalho para bordas periféricas do mercado mundial” (ALVES, 2014, p. 43).

⁶⁶ “A maquinofatura como nova forma de produção do capital, produto do desenvolvimento da manufatura e grande indústria, surgiu como determinação da base técnica do sistema de produção de mercadorias nas condições históricas de duas importantes revoluções tecnológicas: a revolução *informática* e a revolução *informacional* (ALVES, 2011). A maquinofatura implicou irremediavelmente na constituição de uma nova relação homem x natureza. A técnica como tecnologia, ou ainda, a tecnologia como forma social da técnica, é uma mediação necessária do metabolismo social. [...] toda forma de produção do capital (manufatura, grande indústria ou maquinofatura) implica, como pressuposto da base técnica, uma determinada *forma organizacional do trabalho* ou gestão; e um determinado *modo de vida* adequado para a reprodução social (isso ocorre tanto na manufatura, quanto na grande indústria e maquinofatura). A maquinofatura, que se constitui a partir da nova base técnica (a tecnologia informacional), põe, como pressuposto efetivo, a “captura” da subjetividade da pessoa humana por meio do espírito do toyotismo, implicando de modo intensivo e extensivo, o processo de reprodução social do trabalho vivo. Desse modo com o surgimento da manufatura, alteram-se os termos do estranhamento social, dado pela relação tempo de vida/ tempo de trabalho e pela constituição de um novo modo de vida: o modo de vida just-in-time.” (ALVES, 2014, p. 13-15).

sociometabolismo do trabalho no século XXI, a precarização existencial e precarização do homem-que-trabalha. (ALVES, 2014, p. 13 grifo do autor).

Durante a década de 80 o padrão de acumulação centrado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional, começam a sofrer as primeiras alterações, pois se presencia os impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem novos padrões organizacionais e tecnológicos (ANTUNES, 2011). Assim, temos que o fordismo brasileiro começa a se abrir para os influxos do toyotismo e da acumulação flexível, e começa a estabelecer métodos participativos que propõe o envolvimento (sujeição), dos trabalhadores e trabalhadoras nos planos das empresas. Passa-se a estruturar ainda que de modo incipiente o processo de reengenharia industrial e organizacional das empresas. Segundo Alves (2000, p. 121), as principais determinações da reestruturação produtiva no Brasil nos anos 80 eram:

1. A crise do capitalismo industrial, cuja maior expressão é a crise da dívida externa. A recessão e seu “ajuste exportador” conduziram a um verdadeiro “choque de competitividade” nas principais indústrias do país.
2. O processo de luta de classes no país, caracterizado pela ascensão do “novo sindicalismo”, voltado para maior intervenção nos locais de trabalho, pondo portanto, em questão, o controle do trabalho.
3. As novas estratégias das corporações transnacionais nos anos 80, que implicaram a adoção- ainda que em caráter restrito (e seletivo) - por parte de suas subsidiárias no Brasil (no caso da indústria automobilística), de novos padrões organizacionais-tecnológicos, inspirados no toyotismo, o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital. O que não quer dizer que, no caso do Brasil dos anos 80, não se desenvolvesse ainda o fordismo, o que apenas indicaria, de certo modo, o caráter restrito do toyotismo [...]

É também nos anos 80 que se presencia a deteriorização do cenário da economia capitalista no Brasil promovida pela instabilidade econômica – hiperinflação, recessão, crise financeira e um complexo de reestruturação produtiva baseado em um “toyotismo restrito”, termo utilizado segundo Alves (2000, p.131-133),

[...] para caracterizar a particularidade do complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80, o que determinava, em maior ou menor proporção, os alcances da ofensiva do capital na produção. As novas estratégias de qualidade e produtividade tenderam a se adaptar, de modo passivo (e restrito), às particularidades da exploração da força de trabalho no Brasil [...] O toyotismo restrito tornou-se incapaz de constituir, em sua plenitude, a ‘nova subjetividade operária’. De certo modo predominava nos polos industriais mais desenvolvidos, no Brasil dos anos 80, a indiferença operária às novas técnicas de administração da produção e a oposição sindical conduzida pelo ‘novo sindicalismo’, tendo em vista que o toyotismo restrito apenas contribuía para reproduzir a superexploração do trabalho.

Nesse período ocorreu um verdadeiro estrangulamento da economia devido ao endividamento externo, que causou a queda no investimento interno bruto e nas importações. Logo agravou o processo inflacionário. O governo brasileiro passou a ser responsável pela dívida externa, que crescia cada vez mais. Para resolver o problema do recrudescimento da dívida, coube ao Brasil algumas estratégias, como diminuir gastos supérfluos, imprimir dinheiro e repassar títulos a preços tentadores. A burguesia percebendo a necessidade urgente de resolver o problema decidiu repassar títulos da dívida externa, acirrando assim a inflação, e sofrendo as consequências graves que irão se manifestar, principalmente no campo social. Conforme afirmam Behring e Boschetti (2008, p. 139):

Os efeitos da crise do endividamento foram muitos: empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; a crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição a não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas.

Todo esse período de crise econômica trouxe, portanto consequências graves para a sociedade no campo social, concorrendo assim para o aumento e acirramento das expressões da questão social, que vão se manifestar principalmente pelo desemprego e pela precarização do trabalho. Já no campo econômico, após a crise ocorreu uma mudança no processo de produção, onde os países centrais passaram a liderar a economia, enquanto os países periféricos sofriam os impactos da crise, que incidiu diretamente no campo da política social. Com isso, o Brasil chegou ao auge do processo inflacionário. E, apesar das medidas tomadas pelo governo, não se tornou possível uma reestruturação, abrindo assim as portas para o neoliberalismo, o que dificultou a implementação dos princípios democráticos e dos direitos a eles correspondentes.

A partir dos anos 80 se presencia uma significativa redução da capacidade de geração de emprego no país em um dos principais setores industriais – o automobilístico- devido a utilização de novas tecnologias microeletrônicas e novas modalidades de organização da produção. As empresas passam a investir mais em capital constante afim de baixar os custos de produção, o que possibilita produzir mais com menos operários, levando a uma intensificação do trabalho. Assim, se presencia estratégias de flexibilização do trabalho baseadas em “[...] racionalização de custos, desverticalização produtiva, especialização das atividades, especialização das atividades econômicas, subcontratação, uso de força de trabalho temporária, jornada de trabalho parcial e jornada de trabalho modulada, muitas vezes, negociadas com os sindicatos operários.” (ALVES, 2000, p. 156).

De forma geral, o virtuoso crescimento vivido pelo Brasil sobre a direção da tecnocracia-burguesa-militar conhecido por muitos como “milagre econômico” mostrou sua verdadeira face com o recrudescimento do endividamento externo, e no aprofundamento do foco social gerado pela má distribuição de renda. Somam-se a esses fatores a enorme explosão inflacionária e a queda na taxa de investimento público. Sobre esse fator podemos encontrar em Mestriner alguns apontamentos importantes:

As dificuldades econômicas acumularam-se nos seguintes governos autoritários. Os efeitos perversos do modelo econômico adotado, principalmente nas últimas décadas. O agravamento da interrupção dos fluxos externos de fenecimento das atividades nacionais, a diminuição do ritmo do crescimento ocorrido a partir de 1974, comprimindo ainda mais com a recessão de 1980, vão provocar um acúmulo de endividamento externo e interno, elevados índices inflacionários com um empobrecimento da população jamais visto no país. (MESTRINER, 2001, p.184).

É diante dessa situação da economia capitalista no país que se tem a terceira reorganização do capitalismo industrial no Brasil de acordo com Alves (2013), que emerge com o ajuste neoliberal e com a reestruturação produtiva na década de 1990. Tal processo se desenvolve intensamente através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível “[...] com a intensificação da *leanproduction*⁶⁷, dos sistemas *just-in-time* e *Kanban*⁶⁸, do processo de qualidade total e das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho.” (ANTUNES, 2011. p.121). Assim, Chesnais (1996, p.35), traz que,

[...] Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir a exploração no local de trabalho. Em cada fábrica e em cada oficina, o princípio de “leanproduction” isto é “sem gorduras de pessoal” (Womack et al, 1992) tornou-se a interpretação dominante do modelo “ohnista” japonês de organização do trabalho (Coriat,1992). O sistema “toyotista” de

⁶⁷“Para atender as exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor ‘qualidade’, é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. E a chamada ‘polivalência’ do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando ‘várias tarefas simples’ [...]” (ANTUNES, 2008, p. 33 grifo do autor).

⁶⁸ “[...] a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este que determina o que será produzido, e não o contrário; como se procede na produção em *série* e de *massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque) é garantido pelo *just in time*. O *Kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *Kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição de peças/ produtos. Daí o fato de, em sua origem, o *Kanban* estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda”. (ANTUNES, 2008, p. 33).

terceirização e o “just-in-time” foram adotados ainda mais rápida e facilmente. Mesmo no Japão, essas técnicas de organização na empresa haviam, desde a origem, servido aos grandes grupos, os que emitem pedidos, para fazer recair sobre as firmas “terceiras” os imprevistos conjunturais e para impor aos assalariados dessas firmas o peso da precariedade contratual, combinado a níveis salariais bem inferiores.

Temos, portanto, a agressão direta da flexibilização dos contratos de trabalho e a superexploração da força de trabalho com salários inferiores, e situações precárias de trabalho que afetam diretamente os assalariados. A partir dos anos 90 no Brasil ocorre um aumento significativo do desemprego, os locais de trabalho passaram por transformações no tocante à base tecnológica, à gestão e organização do trabalho.

Com a abrupta liberalização comercial, alterou-se o padrão da concorrência capitalista no País. Empresas privadas faliram ou sofreram fusão ou incorporação com outras empresas. Cadeias produtivas foram destruídas e empresas realocadas (como ocorreu, por exemplo, na indústria de calçados e inclusive indústrias têxteis) como forma de obter vantagens competitivas no mercado interno. O desemprego de massa cresce nas metrópoles. A mancha da precarização do trabalho assume dimensões sociais inéditas. Com o programa de desestatização dos governos Collor e Cardoso, importantes em empresas são privatizadas. Foram dissolvidos coletivos de trabalho e surgiu uma nova empresa reestruturada. (ALVES, 2013, p. 134-135).

Além da liberalização a política neoliberal instaura medidas capazes de atrair uma nova onda de investimentos de capitais no país, estabelecendo medidas para recuperação da economia e saída da crise. Impôs-se a Reforma do estado capitalista no Brasil para a sustentabilidade da reprodução interna do capital. Como salienta Behring (2003), a contrarreforma do Estado se caracteriza em alguns aspectos por:

[...] perda de soberania – com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos seus mecanismos de intervenção. Nesse sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego (Matosso, 1999); e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática. (BERHING, 2003, p. 213).

A “contrarreforma” do Estado carrega em seu interior uma gama de processos de privatização do público, aumentando, portanto o processo de pauperização e restringindo o acesso da população aos serviços sociais básicos. Ocorre o fortalecimento da relação público-privado, redefinindo a política social de acordo com os interesses capitalistas. Sobre esses processos Iamamoto (2010, p. 173), destaca que:

[...] presenciamos hoje no mundo contemporâneo uma transformação significativa dos padrões de produção e acumulação capitalista, com profundas alterações na dinâmica internacional do capital e da concorrência intercapitalista, implicando numa reestruturação dos Estados nacionais em suas revelações com as classes sociais. Transformações aquelas que vêm acompanhadas de uma clara reorientação do fundo público a favor dos grandes oligopólios em detrimento da reprodução da força de trabalho, pela retração dos investimentos estatais nas áreas de seguridade social, da política salarial e do emprego.

O que nos possibilita afirmar então, que esse momento de contrarreforma:

[...] se expressa nos “ajustes estruturais de orientação monetarista e neoliberal, nos planos econômico, social e burocrático-institucional, que os Estados nacionais, a partir fundamentalmente das atuais pressões e exigências das instituições financeiras internacionais de Bretton Woods (FMI, BM e Bird), tiveram que implementar como condição para receber os empréstimos e os investimentos produtivos dos capitais financeiros e das multinacionais. A realização desses “ajustes” é posta como o passaporte para a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 205).

A retração do Estado brasileiro em algumas áreas centrais via a sua reforma, expressa os avanços do neoliberalismo em potencializar ainda mais as ações do mercado no conjunto da vida social. O impulso da descentralização produtiva denominada terceirização, promoveu com maior amplitude a desconstrução do mundo do trabalho no Brasil, sendo um dos principais traços do novo complexo da reestruturação produtiva sob a era neoliberal (ALVES, 2000).

O neoliberalismo no Brasil de acordo com Alves (2014) é um exemplo contundente da modernização conservadora que caracteriza historicamente o capitalismo brasileiro.

Trata-se de uma tecnologia de poder que, como observou Paulo Arantes, destina-se a ‘garantir a segurança jurídica da plataforma de valorização financeira em que nos convertermos no quadro da atual divisão internacional do trabalho da acumulação’. – segundo ele, um regime de acumulação sob dominância financeira marcada pela discricionariedade, pelo compadrio e pelo privilégio. Como Estado neoliberal é um Estado político corrompido pelas próprias condições de acumulação capitalista nas condições históricas do capitalismo global, que envolve cada vez mais o Estado nas estratégias de espoliação (acumulação por espoliação). Nas condições de crise de valorização, a transferência de renda para setores parasitários rentistas por meio do Estado neoliberal tornou-se crucial para o grande capital – nesse caso, o Estado neoliberal apresenta-se como verdadeira ‘máquina de sugar fundos públicos’. (ALVES, 2014, P. 158).

Sob o avanço da ideologia neoliberal e sua expressão política o neoconservadorismo provoca o enfraquecimento do Estado e pode ser percebido com intensidade nos países da América Latina. Assim temos um Estado que estava,

[...] cada vez mais submetido aos interesses das classes dominantes e renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial, a grande burguesia transnacionalizada e suas “instituições” guardiãs: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico que gira em torno da supremacia do dólar. Por outro lado, a sua crise estrutural- seu raquitismo e regressividade tributária, a irracionalidade do gasto, a sangria da dívida externa, sua hipertrofia burocrática – se acrescenta **um discurso ideológico auto-incriminatório que iguala tudo o que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto que a “iniciativa privada” aparece sublimidade como a esfera da eficiência, da proibidade e da austeridade.** Essas imagens dicotômicas do “público” e do “privado” não resistem a menor análise, ainda que seja pelo fato elementar de que a outra cara da corrupção e da ineficiência do “estatismo” é o empresário privado que corrompe o funcionário estatal. Em todo caso, o amálgama da crise estrutural do Estado com o discurso satanizador do setor público diminuiu a capacidade deste para formular e executar políticas. (BORÓN, 1995 p. 78 grifo nosso).

Temos, portanto um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes, e sendo responsabilizado pelos infortúnios que afetam a sociedade, sendo considerado uma esfera ineficiente por não dar conta de resolver todas as mazelas sociais. Na contramão temos uma exaltação do mercado e da iniciativa privada como esfera da eficiência justificando a política das privatizações.

O neoliberalismo preconiza “[...] a desarticulação do poder dos sindicatos, como condição de possibilitar o rebaixamento salarial, aumentar a competitividade dos trabalhadores e impor a política de ajuste monetário.” (IAMAMOTO, 2010, p.34).

O que se percebe com a investida neoliberal no Brasil, especialmente a partir dos anos 90, é uma desregulamentação do trabalho onde podemos tomar como exemplo a Lei do Contrato Temporário de 1997, que demarca uma das características da flexibilidade estrutural do trabalho no Brasil. Sem contar o aumento do desemprego estrutural, desarticulação dos sindicatos, e conseqüente aumento das desigualdades sociais. A superexploração do trabalho no Brasil caracterizada pelo arrocho salarial resulta em perdas do salário real em virtude do crônico processo inflacionário, e pela nova rotinização do trabalho que no campo da produção industrial contribui para uma intensificação e degradação da classe operária (ALVES, 2000).

Temos que os ajustes neoliberais contribuíram para inserir o Brasil na nova ordem capitalista global da mundialização do capital integrando-se ao mercado financeiro internacional através da abertura, liberalização e desregulamentação do seu mercado nacional.

A mundialização não diz respeito apenas às atividades dos grupos empresariais e os fluxos comerciais que elas provocam. Inclui também a globalização financeira, que não pode ser abstraída da lista das forças às quais deve ser imposta a adaptação (irmã gêmea do ajuste estrutural) dos mais fracos e desguarnecidos. [...] O movimento da mundialização é excludente Com exceção de uns poucos “novos países industrializados”, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de

desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente a marginalização dos países em desenvolvimento. (CHESNAIS, 1996, p. 29-33).

Atualmente presenciamos e vivenciamos o processo dessa marginalização dos países subdesenvolvidos ou ditos em desenvolvimento, uma realidade resultante do processo reestruturativo do capital. Os países subdesenvolvidos do sistema capitalista foram praticamente obrigados a aderir a lógica dos ajustes e/ou enquadramento imposto pelos organismos internacionais (Banco Mundial, CEPAL⁶⁹, Fundo Monetário Internacional –FMI, e o governo dos EUA pelo Chamado Consenso de Washington⁷⁰) para atender ao processo de desenvolvimento e avanço da mundialização do capital. Assim, as políticas neoliberais e o novo complexo de reestruturação produtiva do capital promoveram alterações significativas na objetividade e subjetividade do mundo do trabalho no Brasil (ALVES, 2013).

De acordo com Oliveira; Motta (2010), com o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, o Brasil passa a seguir medidas de ajuste fiscal e de reestruturação produtiva como alternativa a superação da crise fiscal de Estado, garantindo o pagamento da dívida pública e o ingresso no competitivo mercado internacional. Assim, temos que,

Tais medidas resultaram no aprofundamento do processo de financeirização da economia, na centralização de capitais e na introdução da “prática generalizada da terceirização”, o que implicou, segundo Filgueiras, a articulação orgânica entre as frações do capital, “*tornando-as aliadas e sócias no processo de precarização das condições de trabalho e de flexibilização do mercado de trabalho*” (2006, p. 191; grifo nosso). Isto é, no âmbito da divisão internacional do trabalho, tais políticas aprofundaram a relação de dependência típica do capitalismo dependente e a manutenção da posição subordinada de exportador de produtos primários (commodities). (OLIVEIRA; MOTTA, 2010, p. 18 grifo do autor).

Devido a perversa realidade que se configurou com as políticas neoliberais, os mecanismos de alívio da pobreza desencadeados pelo Banco Mundial não deram conta de aplacar a fúria avassaladora do capitalismo baseado na concentração e acumulação de riqueza

⁶⁹ A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), foi um dos organismos internacionais responsável pelo processo de produção e difusão da ideologia do desenvolvimento nos anos de 1950- 1960, produzindo a base teórica para definição de políticas econômicas, juntamente com o Banco Mundial responsável por financiar os investimentos em infraestrutura visando à modernização dos setores produtivos, tidos como atrasados e também responsável por orientar reformas sociais (OLIVEIRA; MOTTA, 2010).

⁷⁰ Segundo Montañó e Duriguetto (2010) o Consenso de Washington surgiu em novembro de 1989, de uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BIRD, Banco Mundial, funcionários do governo americano e economistas e governantes latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina. As recomendações (impostas pelo FMI aos governos devedores) dessa reunião abarcaram dez áreas: 1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos, 3) reforma tributária, 4) juros de mercado, 5) regime cambial de mercado, 6) abertura comercial, 7) eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, 8) privatização, 9) desregulação das leis trabalhista, e 10) institucionalização da propriedade intelectual.

e aprofundamento exacerbado da pobreza e miséria da classe trabalhadora, resultando em aumento da desigualdade entre classes e países. Dessa forma o direcionamento dos organismos internacionais volta-se para novos mecanismos de intervenção política e social em abordagens neodesenvolvimentista. (OLIVEIRA; MOTTA, 2010).

Desta forma, na década de 2000, se tem um “novo” padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, intitulado neodesenvolvimentismo⁷¹. Alternativo à ortodoxia neoliberal que fracassou na América Latina da década de 1990, “[...] mas que permanece no interior do bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal no plano do sistema mundial do capital [...] o neodesenvolvimentismo é uma doce farsa que alimenta promessas de modernização burguesa no Brasil do século XXI.” (ALVES, 2014, p.52).

O neodesenvolvimentismo representa uma “nova pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005), como alternativa ao neoliberalismo ortodoxo, com a pretensa intenção de realizar um capitalismo com uma face mais humanizada (com políticas públicas focadas no alívio da pobreza num contexto de regressão de direitos), com estratégias ditadas por meio de orientações dos organismos internacionais, e “[...] condicionada aos empréstimos e à assistência técnica. E traz um profundo processo voltado para ‘educar o conformismo’ (Motta, 2007) e ocultar o conflito de classes por meio do apelo ao envolvimento ‘de todos’ em políticas sociais voltadas para ‘todos’.” (OLIVEIRA; MOTTA, 2010, p. 16).

Nos moldes de uma política de terceira via com um apelo a solidariedade dos indivíduos perante uma cooperação social em que todos devem assumir uma responsabilidade social no “combate às desigualdades sociais”. Joga-se a responsabilidade para a sociedade civil, mantendo o terceiro setor como mediador da relação público-privado, entre Estado e mercado, ocultando o poder do Estado como poder de classes,

Trata-se da execução de medidas persuasivas e convincentes que desqualificam o sentido de classe e desencadeiam um processo de inclusão forçada (Fontes, 2005) da extensa população de trabalhadores precarizados e empobrecidos como consumidores e dinamizadores do mercado interno, porém destituídos de seus direitos, sobrevivendo por sua sorte as intempéries do mercado. (OLIVEIRA; MOTTA, 2010, p. 20-21).

Uma nova leitura do modelo societal vigente é feita no intuito de assegurar as bases políticas e econômicas mundiais, realizando assim, um compromisso social mais duradouro

⁷¹“Entendemos ‘neodesenvolvimentismo’ como sendo um padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro alternativo a ortodoxia neoliberal que se constitui na década de 2000 no bojo da temporalidade histórica do capitalismo global. Em primeiro lugar, o neodesenvolvimentismo nunca teve veleidades de afirmação nacional ou reforma social no sentido de romper com a ordem capitalista no Brasil.” (ALVES, 2014, p. 51).

capaz de conter os antagonismos e administrar os conflitos de classe, mas dentro dos padrões aceitáveis da ordem capitalista.

Assim, a proposta dos organismos internacionais é que governo e sociedade civil se fortaleçam por meio de parcerias estabelecendo uma renovação da sociedade civil através de envolvimento do terceiro setor com propostas como: associativismo, educação empreendedora, organização dos arranjos produtivos locais, prevenção do crime baseado na comunidade e na família democrática, renovação comunitária em especial comunidades mais pobres por meio do aproveitamento da iniciativa local e da vocação produtiva. Para o Banco Mundial esses são mecanismos de autonomia dos pobres fortalecendo a capacidade local e reforçando o capital social dos pobres, considerada por esse organismo como sendo formas importantes que as pessoas podem usar para sair da pobreza. (OLIVEIRA; MOTTA, 2010).

Assim, temos uma moralização da questão social, responsabilizando os próprios indivíduos pela sua condição de pobreza, e reduzindo esta a um ideário reformista, ou seja, o intuito é minimizar as expressões da questão social, através de políticas de combate à pobreza e o envio ao terceiro setor para a execução das políticas sociais realizando uma desuniversalização e assistencialização das ações, sob o espectro do corte de gastos restando políticas reducionistas, fragmentadas, focalizadas, seletivas e precarizadas. Assim, temos que,

Os dois conjuntos de noções – no âmbito político, o investimento em capital social, e no âmbito econômico, o modelo novo-desenvolvimento –, que vão sustentar a ‘renovação social’ sobre as bases de um ‘capitalismo de face mais humana’, requerem um processo educativo de formação de homem de novo tipo –empreendedor e solidário; propositivo e não combativo; colaborador e não confrontador. (OLIVEIRA; MOTTA, 2010, p. 23).

Alves (2014), ressalta que o neodesenvolvimentismo no Brasil não é o neoliberalismo, mas outro padrão de desenvolvimento capitalista alternativo a ortodoxia neoliberal. Nascido no seio da crise neoliberal no começo da década de 2000, e apesar de se apresentar como alternativa à ortodoxia neoliberal da década de 90, o neodesenvolvimentismo não rompe com Estado neoliberal e sim preserva-o.

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva pelo partido dos trabalhadores (PT) demarcou a construção de um novo modelo de desenvolvimento capitalista (neodesenvolvimentismo).

Incapaz de romper com o “núcleo duro” da economia neoliberal visando, deste modo, acalmar os mercados financeiros e sinalizar, de modo claro, que o novo governo neodesenvolvimentista não tinha veleidades anticapitalistas, mas pelo contrário, mantinha-se aliado com o bloco histórico neoliberal, hegemônico do mercado

mundial. [...] O objetivo do novo governo pós-neoliberal era reorganizar o capitalismo no Brasil e não aboli-lo. Enfim, promover um *choque do capitalismo* nos moldes pós-neoliberais. (ALVES, 2014, p.131 grifo do autor).

Os projetos políticos do lulismo de acordo com Alves (2014), alternativo a ortodoxia neoliberal era o neodesenvolvimentismo, em que o Estado neodesenvolvimentista era *regulador* financiando grandes corporações de capital privado nacional oferecendo capacidade competitiva em que os fundos públicos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) e fundos de pensões de estatais cumpriram esse papel de financiador. E também era um Estado *investidor* que colocou a construção de grandes obras como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinados a atender demandas exigidas pelo grande capital. Tudo isso associado a disciplina fiscal e monetária a serviço do crescimento rápido da economia do país. Cabendo destacar que a legitimidade política e social do “novo projeto burguês”, foi obtida não apenas pela estabilidade monetária mas, também devido ao programam de transferência de renda para a classe trabalhadora e pobre em que “[...] A vasta camada social do subproletariado pobre se colocou veementemente à disposição da reprodução política da ordem burguesa do neodesenvolvimentismo.” (ALVES, 2014, p. 132).

Segundo Alves (2014), as políticas no período do governo Lula representam também os limites do neodesenvolvimentismo que se esbarra no sistema da dívida pública e sobre o orçamento público da união não rompendo com o ciclo de ferro do pagamento de juros e amortização da dívida pública subordinada aos interesses do capital financeiro.

A legitimidade do “novo” projeto burguês desenvolvimentista do país foi obtida não apenas com a estabilidade monetária alcançada desde o Plano real (1994), ou com o Estado investidor fortalecendo a economia do país, mas também e principalmente com o programa de transferência de renda (Bolsa –Família), para a classe trabalhadora e pobre do país, especialmente a partir dos anos 2000, mandatos de Lula/Dilma, em que se tem a expansão da política de assistência social tendo como carro chefe os programas de transferência de renda.

O crescimento da economia brasileira na década do neodesenvolvimentismo teve impactos no mercado de trabalho urbano, fazendo surgir a nova macroeconomia do trabalho caracterizada, principalmente, pela queda do desemprego total e o aumento da taxa de formalização dos contratos de trabalho. A oferta abundante de crédito incentivando o consumo e os novos programas sociais de transferência de renda e inclusão social (Bolsa- Família, por exemplo), contribuíram significativamente para a perspectiva de ascensão social das camadas mais pobres do proletariado urbano. O “milagre” da demanda agregada produziu a miragem da “nova classe média”, expressão do efeito estrutural da nova lógica (e ideologia) do novo desenvolvimento capitalista no país. (ALVES, 2014, p. 132).

Houve no período de 2002 a 2013 uma redução da pobreza extrema, aumento do consumo dos pobres com acesso a serviços públicos e bens duráveis, crescimento no número de trabalhadores assalariados de baixa renda com carteira assinada, gerando mudanças de renda e consumo na sociedade brasileira que alteraram a estratificação social, mas não a estrutura de classes no país (ALVES, 2014).

Apesar do “burburinho” do neodesenvolvimentismo no Brasil na década de 2000, “[...] existem dimensões ocultas da precarização do trabalho, oriundas da nova precariedade salarial que expõem as misérias sociais do novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil.” (ALVES, 2014, p. 145). A expansão do espaço de trabalho dos assistentes sociais, especialmente com a implementação do SUAS e do programa Bolsa Família (década de 2000), apresenta uma grande demanda de força de trabalho especializada, mas esse espaço de trabalho, da política de assistência social, não deixou de sofrer as refrações oriundas de uma lógica neodesenvolvimentista que fragmenta a política e precariza a força de trabalho presente nela.

Segundo Alves (2013), nos anos 2000, presenciamos novas condições de exploração da força de trabalho, uma “**nova precariedade salarial**”, pois “[...] a força de trabalho como mercadoria está imersa numa precariedade salarial que pode assumir a forma histórica de *precariedade salarial extrema* ou a forma histórica de *precariedade salarial regulada*.” (ALVES, 2014, p. 12). Essa nova precariedade salarial resulta como consequência histórica, da precarização do trabalho, que ocorreu na década de 1990, sob o impacto dos ajustes neoliberais e da reestruturação produtiva, fazendo emergir novos ambientes de trabalho reestruturados do capitalismo flexível. Isso provocou alterações nas condições de trabalho dos operários e assalariados estáveis comprometendo expectativas de realização pessoal de camadas de trabalhadores assalariados mais qualificados, trazendo consequências perversas na vida de homens e mulheres que trabalham.

Presenciamos como característica marcante da nova macroeconomia do trabalho no Brasil, na década de 2000, traços como a diminuição das taxas de emprego total nas metrópoles que afeta com maior intensidade os jovens. Onde, apesar de ter crescido a escolaridade entre os jovens na década de 2000, especialmente a escolaridade de nível superior o problema de inserção no mercado de trabalho ainda persiste, pois a maior escolaridade não abre as portas para as melhores ocupações urbanas devido a um processo de deterioração das chances de ocupação dos mais qualificados (ALVES, 2014).

A nova precariedade salarial no Brasil se manifesta não apenas pelo aumento da contratação flexível, mas também pela flexibilização da jornada de trabalho e da flexibilização

da remuneração salarial (ALVES, 2013). Sabe-se que o trabalho precário⁷² e a informalidade social caracterizam historicamente o mercado de trabalho no Brasil, com um amplo contingente de trabalhadores urbanos e rurais pobres, sem proteção social. Na contramão, temos um núcleo menor de trabalhadores assalariados urbanos inseridos no “mercado formal” com vínculo empregatício, cobertos pela legislação trabalhista e sindical, que com a nova precariedade salarial, deparou-se com novas opções de modalidades flexíveis de contratação, fazendo crescer a presença de trabalhadores assalariados precários “formalizados” nos locais de trabalho reestruturados (ALVES, 2013).

Entretanto, a precariedade do emprego no Brasil, nos anos 2000, tende a ser ocultada,

[...] por um lado, pelo alto índice de rotatividade da força de trabalho tendo em vista a demissão imotivada; e por outro lado, pela invisibilidade sócio estatística de amplo espectro da precariedade contratual do mundo do trabalho que ocorre por meio das relações de emprego disfarçada (contratação como pessoa jurídica – PJ, cooperativas de contratação de trabalho, trabalho estágio, “autônomos”, trabalho em domicílio e teletrabalho etc.). (ALVES, 2013, p. 148).

Outro ponto que cabe destacar é que os impactos das mudanças no mundo do trabalho conseguiram promover uma fragmentação na organização da classe trabalhadora. Alves (2002), destaca uma crise do sindicalismo refletida pela queda na taxa de sindicalização, mas também pela diminuição da eficácia da ação sindical que passa a assumir um caráter pragmático-neocorporativista, segmentado por setores ou por empresas, realizando uma descentralização das negociações coletivas. Os sindicatos demonstraram uma dificuldade histórica em lidar com o trabalho precarizado, parcelado e informal, ou seja, com o precário mundo do trabalho. Assim, greves gerais por categoria tenderam a serem evitadas, predominando negociações coletivas descentralizadas e por empresa demonstrando uma grande dificuldade de mobilização sindical diante de condições adversas de um precário mundo do trabalho, representando também “[...] uma debilidade política (e ideológica) das organizações sindicais e da sua capacidade de reagir à ofensiva do capital sob as condições objetivas de um novo regime de acumulação capitalista. (ALVES, 2002, p. 89).

⁷² “Trata-se, desse modo, do trabalho precário (ou emprego precário) propriamente dito, que se caracteriza pela insegurança no emprego, perda de benefícios sociais, salários baixos e descontinuidade nos tempos de trabalho. Como observa Sá, ‘o trabalho precário se caracteriza pela instabilidade (impossibilidade de fazer face aos ‘riscos sociais’ e de segurança as despesas econômicas do cotidiano- o surgimento dos ‘novos pobres’); e à alteração dos ritmos de vida (alteração nos horários de trabalho e da relação entre trabalho/desemprego)’ [...]” (ALVES, 2013, p. 148)”.

Dessa forma percebemos que o vácuo organizativo do mundo do trabalho no Brasil como salientado por Alves (2002), com uma organização sindical limitada e regressiva juntamente com uma flexibilização da legislação trabalhista (alterações na CLT, Leis que permitem a terceirização, alterações que dificultam o acesso a benefícios como seguro desemprego e outros benefícios previdenciários), contribuíram para novas formas de exploração da força de trabalho. Onde a nova precariedade salarial, no Brasil, mescla trabalhadores assalariados estáveis e trabalhadores assalariados precários. Assim temos que,

[...] Constitui-se, desse modo, um trabalhador coletivo do capital híbrido e heteróclito no plano contratual [...]. Os trabalhadores assalariados precários estão mais expostos que os “estáveis” a acidentes de trabalho e insegurança na saúde; por outro lado, os trabalhadores assalariados “estáveis” estão mais expostos à pressão do trabalho dominado e à presença de exército de reserva que a qualquer momento pode ocupar seu lugar [...]. Portanto, as duas características da nova precariedade salarial são, de um lado, a intermitência dos precários e, de outro, a ameaça da redundância para os estáveis. (ALVES, 2013, p.149).

Podemos afirmar, neste contexto que, nenhum trabalhador assalariado estável ou não foge das amarras e do destino traçado pelo capital, da sua condição de subalternidade que lhe inflige condições desumanas de sobrevivência advindas da precariedade do trabalho, nessa sociabilidade.

Segundo Alves (2013), os traços que se colocam nas novas relações de trabalho flexível que se impõe sobre os novos operários e empregados contratados são: **A remuneração flexível (PLR), jornada de trabalho flexível** (banco de horas) e **contrato de trabalho flexível** por tempo determinado/tempo parcial e terceirização. “A flexibilização da jornada de trabalho por meio do *banco de horas*⁷³ coloca o operariado ou empregado como “homem inteiro” à disposição da dinâmica laboral do capital.” (ALVES, 2013. p. 154). No Brasil o banco de horas foi regulamentado pela lei nº 9.601/98 que fez alterações no parágrafo 2º e acrescentou o parágrafo 3º no artigo 59 da Consolidação das leis trabalhistas (CLT).

Os contratos flexíveis colocam a disposição das empresas um leque de possibilidades para a exploração da força de trabalho. Tem-se a criação dos contratos por tempo determinado que são feitos através de acordo ou convenção coletiva entre as partes demarcando antecipadamente a data de início e término do contrato laboral. O contrato de trabalho por tempo

⁷³ “O banco de horas é o sistema pelo qual a empresa poderá flexibilizar a jornada de trabalho, diminuindo ou aumentando a jornada durante um período de baixa ou alta na produção, mediante a compensação dessas horas em outro período, sem redução do salário no período de redução, bem como não será devido pagamento das horas aumentadas. Segundo as empresas, esse sistema evita as demissões nos períodos de baixa produção e evita o pagamento da extraordinariedade das horas excedidas, em períodos de alta produção. A compensação deve ocorrer no prazo do acordo, que poderá ocorrer dentro de um ano.” (ALVES, 2013, p.154).

parcial, aquele que não excede 25 horas semanais contratados, com salário proporcional à sua jornada, em relação a empregados que cumprem a mesma função em tempo integral. E a terceirização onde uma empresa transfere à outra a responsabilidade para a realização de algumas das suas atividades, reduzindo custos e gastos com trabalhadores, já que não assume responsabilidade perante os trabalhadores, pois estes apenas lhe prestam serviços, mas são contratados por outra empresa que terceiriza os serviços.

Segundo Alves (2013), as empresas de grande porte são as que mais utilizam os contratos flexíveis e principalmente as do setor de serviços (72%), seguidas pelas empresas do setor industrial (70%). Cabe destacar que, todas essas formas de contrato flexível são meios de reduzir a remuneração direta do trabalhador e ao mesmo tempo explorá-lo ainda mais. Neste processo, “[...] o custo horário da mão-de-obra no Brasil está entre os mais baixos do mundo; que a rotatividade da mão-de-obra é de 37% uma das maiores do mundo, indicando não haver rigidez na fixação da mão-de-obra [...]” (IMAMOTO, 2010, p.46).

No que diz respeito, ao campo de trabalho dos profissionais assistentes sociais, a forma de contratação é um dos fatores que se manifestam no quesito precarização do trabalho. No que se refere à política de assistência social, por exemplo, nos municípios, a principal forma de contratação dos profissionais é por meio de contratos temporários de trabalho. Com prazos de 6 meses a um ano de trabalho, sem garantias trabalhistas os profissionais são superexplorados e vivem a tensão diária da possível condição de desemprego devido a fragilidade do seu vínculo empregatício. No quadro 2, podemos perceber as principais modalidades de contratos de trabalho no Brasil, que tendem a se tornar ainda mais precários, com a proposta de reforma trabalhista do atual governo brasileiro.

Quadro 2- Modalidades Especiais de contrato de Trabalho – Brasil

Jornada de Trabalho em tempo parcial (até 25 horas semanais)
Contrato de trabalho por prazo determinado e banco de horas (Lei nº.9601/98)
Trabalho temporário (Lei nº. 6019/74)
Trabalho por projeto ou por tarefa
Contrato por teletrabalho
Terceirização (Lei nº. 6019/74)
Cooperativa de Trabalho (Lei nº. 5764/71)
Suspensão temporária do contrato de trabalho – bolsa qualificação (lay-off)

Fonte: Chahad e Cacciamali, 2003 apud Alves, 2013, p. 156.

Além dessas mudanças nas formas de contratação do trabalho mencionadas e que podemos perceber no quadro, tivemos recentemente alterações na CLT, que reduzem os direitos trabalhistas e precariza ainda mais a força de trabalho, como a alteração na garantia do seguro desemprego (benefício pecuniário pago a quem está desempregado) com a lei 13134/15 que altera as leis referentes ao seguro desemprego. No que diz respeito a política de assistência social, a forma de contratação precária é um dos fatores que se manifestam no quesito precarização do trabalho. Nos municípios a principal forma de contratação dos profissionais é por meio de contratos temporários de trabalho (com prazos de 6 meses a um ano de trabalho), sem garantias trabalhistas nenhuma os profissionais ficam

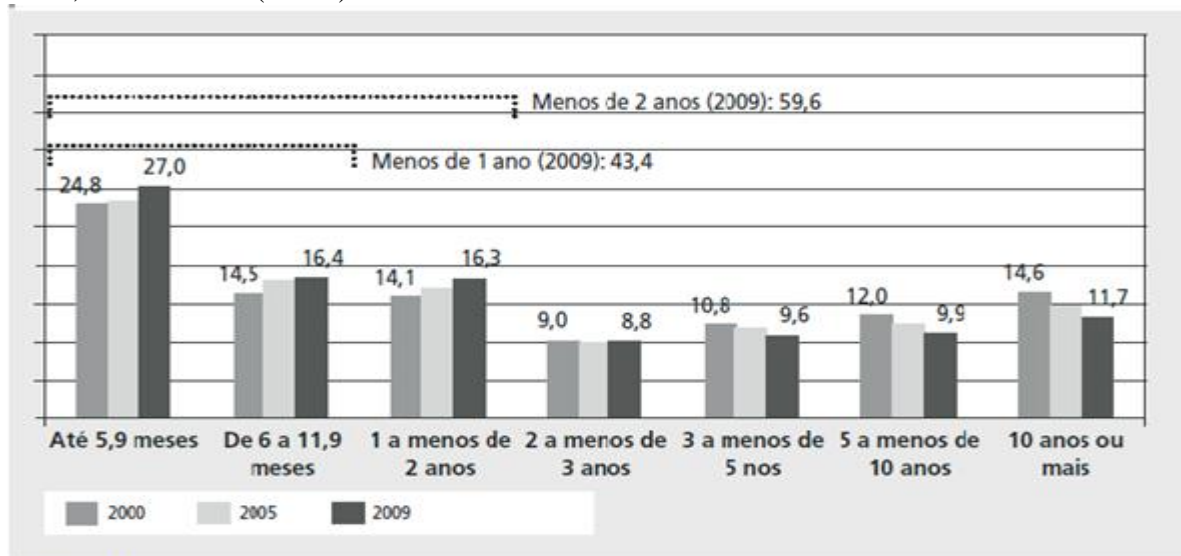
Antes da nova lei, o trabalhador formal de carteira assinada tinha o prazo de carência de 6 meses para a primeira concessão do seguro desemprego. Ou seja, podia solicitar o benefício com 6 meses de trabalho ininterruptos, desde que demitido sem justa causa. Com a mudança, quem está entrando no mercado de trabalho, ou seja, iniciando o primeiro emprego terá o prazo de carência alterado para 12 meses. Dessa forma, o trabalhador deve comprovar o recebimento de salários no mínimo 12 meses consecutivos ou não, dentro do limite de 18 meses anteriores à dispensa do trabalho. Assim, é preciso que tenha trabalhado registrado durante 12 meses dentro de 18 meses. Para a segunda solicitação de seguro desemprego o trabalhador deverá comprovar o recebimento de salários em pelo menos 9 meses consecutivos ou não, dentro do limite de 12 meses. Para a comprovação de uma terceira solicitação o trabalhador deverá comprovar o recebimento de salário pelo menos 6 meses consecutivos anteriores a dispensa.

Cabe destacar que as leis que regulamentam o trabalho vem se tornando a expressão da precarização deste no Brasil, pois a flexibilização das leis trabalhistas vem colocando trabalhadores em situação de restrição, perda de direitos e conseqüente aumento da pobreza e miserabilidade, pois vem ocorrendo a destituição de um direito que resguardava de certa forma, o trabalhador da intensa taxa de rotatividade da força de trabalho, que caracteriza a dinâmica do mercado no Brasil. Tal processo está associado a um vertiginoso crescimento dos contratos flexíveis de trabalho, especialmente a modalidade de contrato por prazo determinado.

Segundo o estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), “Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho”, constata que o total de contratos (vínculos) com duração inferior a dois anos, constitui a maioria dos vínculos, passando a representar aproximadamente 60% em 2009. E os vínculos inferiores a um ano representam 43,4%. Os índices ainda apontam que, o número de vínculos com duração inferior a 9 meses, apresentam um índice de 27,0%. “Dessa forma, tendo como parâmetro o

tempo de emprego de até dois anos, é possível constatar que os contratos com menor duração de tempo de emprego têm expressiva participação no mercado de trabalho brasileiro, quando considerado o *total de vínculos* na RAIS” (DIEESE, 2011, p. 53 grifo do autor). Segue gráfico que demonstra essa estatística.

Gráfico 1 – Distribuição do total de vínculos no ano por faixas de tempo de emprego Brasil-2000, 2005 e 2009 (em %)

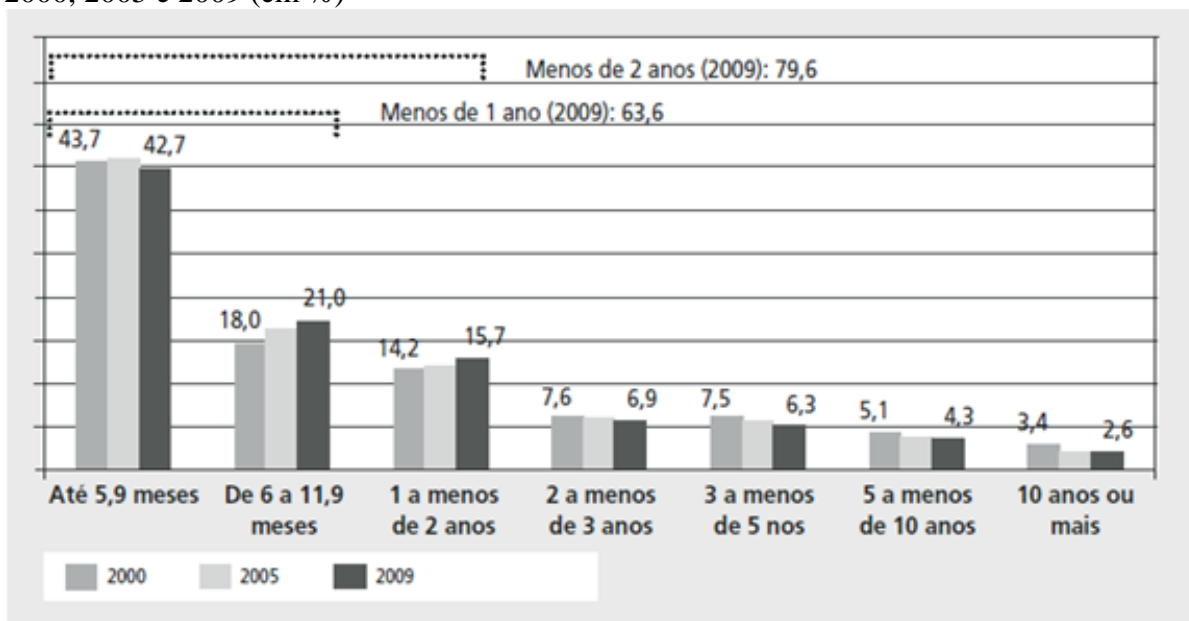


Fonte: MTE. RAIS
Elaboração: DIEESE
Obs.: A distribuição não inclui os vínculos com tempo de duração ignorado

Segundo o DIEESE, podemos perceber um aumento no processo de flexibilização dos contratos de trabalho percebido pelo número de desligamentos no ano. Onde em aproximadamente 63,6% dos contratos, o tempo de emprego sequer durou um ano. Podemos perceber no gráfico. 2, que foram desligados aproximadamente 43% dos trabalhadores nos anos de 2005 e 2009 com 5 a 9 meses de tempo de emprego, foram desligados aproximadamente 79,6% de trabalhadores no ano de 2009 com menos de 2 anos de tempo de emprego e, aproximadamente, 63,6% trabalhadores em 2009, com menos de 1 ano de trabalho.

Sendo assim, pode-se perceber uma indicação incisiva que apresenta a curta duração do tempo de emprego, entre os *desligados* do mercado de trabalho formal. “[...] Ou seja, no grupo de *desligamentos no ano*, em cada 100 *desligamentos*, de 76 a 79 casos foram com tempo de trabalho inferior a dois anos de contrato [...]” (DIEESE, 2011, p. 54 grifo do autor). Podemos observar esses índices no gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos desligamentos no ano por faixas de tempo de emprego Brasil-2000, 2005 e 2009 (em %)



A partir dos dados que o DIEESE nos apresenta, podemos perceber que no mercado de trabalho no Brasil há uma grande rotatividade da força de trabalho e um crescimento vertiginoso de contratos por tempo determinado, particularmente, devido ao grande número de desligamentos inferiores a um ano de trabalho.

Temos que a lei 13134/15, vem dessasegar uma gama de trabalhadores do direito ao benefício do seguro desemprego, tendo vista que, os vínculos de trabalho com duração inferior a um ano são expressivos. E trabalhadores que no primeiro emprego não comprovem 12 meses de vínculo empregatício não terão direito ao benefício. Assim como os trabalhadores que estão requisitando o benefício pela segunda vez, e que devem comprovar 9 meses de vínculo e na terceira vez 6 meses para ter direito ao benefício. Assim, os trabalhadores se encontram na perversa dinâmica da precariedade salarial e dos contratos flexíveis de trabalho, que coloca no mercado, uma larga oferta de força de trabalho à disposição para ser explorada pelo capital. E com o enfraquecimento da legislação trabalhista tal processo facilita o rompimento do contrato de trabalho e joga o trabalhador em condições de miserabilidade, quando se encontra fora do mercado de trabalho. Segundo Alves (2014) a alta rotatividade tende a atingir grupos específicos. Em especial, mulheres, jovens e trabalhadores menos qualificados, grupos mais vulneráveis da força de trabalho.

O projeto de lei (PL 6787/2016) que propõe uma “minirreforma” trabalhista, modificando a CLT, foi aprovado no senado no dia 11 de julho de 2017, seguindo para sanção presidencial, respondendo a uma agenda de desmontes, no intuito de desproteger a população para atender a agenda do capital no país.

De autoria do poder executivo esse projeto de lei representa um imenso retrocesso e perda no que diz respeito aos direitos trabalhistas. O projeto de lei estabelece a possibilidade de acordo entre sindicato e empresa de intervalo mínimo de meia hora com compensação para o empregado. Atualmente é obrigatório para jornada de trabalho acima de seis horas um intervalo de no mínimo 1 hora. Outra proposta é permitir o parcelamento das férias em até três vezes, com pagamento proporcional ao tempo trabalhado. E a permissão das empresas negociarem jornadas de trabalho de 12h de trabalho diárias dentro do limite de 48 horas semanais, incluindo horas extras. Sobre as negociações coletivas o projeto de lei estabelece um representante dos trabalhadores por empresa podendo ser ampliado por até cinco representantes. A proposta regulamenta o chamado home office (trabalho em casa). Será permitido contrato em que o trabalho não é contínuo (intermitente), o empregador deverá comunicar ao empregado com três dias de antecedência, o empregado terá um dia útil para responder ao chamado, e depois de aceita a oferta, o empregador ou o empregado que descumprir, sem motivos justos, o contrato, terá de pagar à outra parte 50% da remuneração que seria devida. Esse projeto de lei é mais uma prova de um governo de direita radical, que tenta a todo custo flexibilizar e retirar direitos da classe trabalhadora.

Percebemos que os efeitos da crise no país afetam diretamente e, principalmente, a classe trabalhadora que vê seus direitos retrocedendo. Todas as medidas adotadas pelo governo são sob a justificativa de corte de gastos para melhorar as contas e manter um superávit primário favorável, destinado especialmente para o pagamento de dívidas públicas.

A mudança na previdência social que incidiu sobre o tempo para o trabalhador se aposentar realizada em 2015 representa como o governo pretende economizar com a redução de benefícios. A lei 13.183/15 resultou em uma alteração no fator previdenciário, onde o trabalhador só terá direito a aposentadoria integral se a **soma** da idade + tempo de contribuição resultar em 85 anos (mulheres) e 95 anos (homens), respeitando 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres. Essa soma vai acrescentar 1 ponto de forma progressiva no final dos anos de 2018, 2020, 2022, 2024, 2026. A chamada regra 85/95 progressiva, limita essa progressão até 2026 quando a soma para mulheres deverá ser 90 (idade+ tempo de contribuição) e homens 100 (idade + tempo de contribuição). Caso o trabalhador decida se aposentar antes, a

aposentadoria será reduzida pelo fator previdenciário. Além da soma dos pontos é necessário o cumprimento do tempo de carência - mínimo de 180 meses de contribuição. Essas mudanças demonstram uma perda de direitos devido ao aumento no tempo para se aposentar que o trabalhador será obrigado a se submeter.

Estamos diante de uma nova proposta de reforma da previdência realizada pelo então governo Michel Temer, que visa um desmantelamento nos direitos alcançados no que se refere ao trabalho no país. O governo pretende economizar com a redução dos direitos dos trabalhadores. Tentando reduzir o falso rombo que se estabelece na previdência. Pois suas justificativas são que os benefícios pagos pela previdência social são maiores que sua arrecadação. Com a proposta de redução dos benefícios o governo conseguirá obrigar o trabalhador a aderir ao mercado da previdência privada, sendo o quinto maior do mundo, subordinando o atendimento das necessidades da população à lógica do mercado.

A proposta da reforma da previdência⁷⁴ do governo Michel Temer, através da PEC 287/2016, enviada recentemente ao congresso, prevê idade mínima para se aposentar aos 65 anos para homens e 62 para mulheres, mais 25 anos de contribuição. Atinge tanto os trabalhadores inseridos no serviço público, como no setor privado, apresentando diferenças apenas na transição no que se refere a idade e tempo de contribuição. Os trabalhadores rurais não terão idade diferenciada para se aposentar entre mulheres e homens. Ambos terão a idade mínima fixada em 60 anos, mais 20 anos de contribuição, o que rompe com o princípio intrínseco da equidade social, presente na constituição. Para professores e policiais a idade de transição para o novo regime previdenciário, caso seja aprovado, será de 50 anos se mulher e 55 anos se homem. E a idade para se aposentar será aos 60 anos, mais 25 anos de contribuição. Se essa reforma da previdência⁷⁵ for aprovada teremos um dos maiores retrocessos dos direitos sociais do trabalhador.

O governo Temer vem demarcando as características conservadoras de um governo de extrema direita, e que fará prevalecer um neoliberalismo voraz e radical, contrário às propostas populares. Estamos diante de um desmonte da seguridade social e do seu princípio de universalidade e equidade, extinção de direitos e redução da democracia, marcas da ascensão de um radical liberalismo econômico. Hoje mais do que nunca discutir o que é o trabalho nesse

⁷⁴ Aprofundaremos e retomaremos acerca deste debate ao longo deste trabalho.

⁷⁵ Informações de acordo com o novo texto do relatório final da reforma da previdência apresentado pelo relator deputado Arthur Oliveira Maia na terça feira dia 18 de abril de 2017, na comissão especial na Câmara para viabilizar a aprovação da proposta no Congresso o relatório trouxe mudanças ao texto original que havia sido enviado pelo governo em 2016.

país e as condições de vida e labor dos trabalhadores assalariados, se coloca na pauta iminente do dia a dia da classe que vive do trabalho nessa sociedade.

Por isso, nosso objeto de estudo, que se volta para a descrição e análise das condições de trabalho das/os assistentes sociais, particularmente no campo da política de assistência social torna-se uma pesquisa tão importante na atualidade. Tanto para a categoria profissional das/os assistentes sociais, que vem sofrendo essa precarização das contratações, salários, etc..., quanto para os próprios usuários das políticas sociais públicas que sofrem com os impactos da redução dos investimentos nos programas e projetos na área do trabalho, assistência social, entre outras políticas. Embora nos debruçaremos sobre essa questão de forma mais aprofundada no próximo capítulo, vale ressaltar aqui que, neste contexto, trabalhar na direção do projeto ético político, que o Serviço Social consolidou nas últimas décadas, vem nos colocando uma série de desafios. Visto que tal projeto se coloca na contramão do atual projeto conservador, elitista e privatizante do governo Temer.

Nessa direção, de redução dos investimentos nas políticas sociais públicas, outra proposta que aponta para a intensificação da precarização do trabalho no Brasil é o projeto de Lei 4.330/2004, que voltou a ser discutido e aprovado na câmara dos deputados. Esse projeto de lei pretendia abrir as portas para que as empresas, inclusive as instituições públicas, possam subcontratar todos os seus serviços em todos os ramos tanto das atividades-meio e alguns nas atividades-fim. Tal projeto seguiu para votação no senado como PL 30 e ainda se encontrava em tramitação. Mas devido à suposta morosidade da aprovação da lei no senado, foi aprovado como “substitutivo” a PL 4.302/1998 (mais conhecida como PL da terceirização, e ainda mais danosa que a 4.330), que foi tragicamente sancionada pelo presidente Michel Temer, no dia 31 de março de 2017, desferindo mais um ataque contra o trabalhador brasileiro. Revivendo um projeto que já estava morto, a Câmara dos deputados desferiu um golpe à CLT, pois a PL 4.302 permite a terceirização generalizada, em todas as atividades das empresas, inclusive nas atividades-fim, o que é vedado pela justiça do trabalho.

Essa proposta de lei também altera regras para o trabalho temporário, onde o tempo máximo de contratação de um trabalhador temporário passará de 3 meses para 6 meses, podendo haver prorrogação por mais 90 dias, onde o trabalhador que tiver cumprido todo o período inclusive a prorrogação, somente poderá ser contratado pela mesma empresa após decorridos 90 dias do fim do contrato. Outra permissão será a quarteirização, onde a empresa terceirizada terá autorização para subcontratar outras empresas para realizar serviços de contratação, remuneração e direção do trabalho.

Representantes favoráveis à proposta afirmam com veemência que essa medida permitirá a criação de novos empregos. Mas o que se percebe é que se trata de uma falácia. Tal proposta apenas beneficiará empregadores, pois o trabalhador sofrerá amargamente com a redução da proteção social, falta de estabilidade, redução drástica dos direitos trabalhistas, e intensificação da precarização das condições e relações de trabalho. A aprovação da PL 4.302/98 também representou um atalho para que a proposta de terceirização fosse aprovada mais rapidamente tendo vista que outra proposta de terceirização a 4.330 se encontrava em tramitação no senado.

Dentre as consequências que podem advir para o trabalhador com a aprovação desta proposta de lei, podemos apontar algumas, como o fato dos trabalhadores terceirizados terem o salário 24% menor do que a dos empregados formais, de acordo com DIEESE. Outro ponto é que os trabalhadores terceirizados trabalham em média 3 horas a mais por semana do que os trabalhadores que são contratados diretamente pela empresa de origem. Com o aumento das jornadas, a oferta de empregos será reduzida em todos os setores, portanto não haverá aumento de vagas de emprego. De acordo com o DIEESE se o processo fosse o inverso, se os trabalhadores terceirizados trabalhassem o mesmo número que os contratados diretamente pelas empresas seriam criadas 882.959 novas vagas.

Outro ponto a ser analisado é o crescimento que haverá no número de acidentes de trabalho, pois os terceirizados são os empregados que mais sofrem acidentes de trabalho. De acordo com o DIEESE, 80% dos acidentes de trabalho atingem os terceirizados. De dez acidentes de trabalho no Brasil, oito acontecem com trabalhadores terceirizados. Vale lembrar que, sete dos nove trabalhadores mortos nas obras dos estádios para a copa do mundo no Brasil de 2014, eram trabalhadores de empresas terceirizadas da construção civil, segmento que apresenta alto índice de terceirização e de acidentes do trabalho. Onde segundo dados do Instituto Humanitas Unisinos das 135 mortes de trabalhadores em 2013, 75 eram empregados de empresas terceirizadas.

Mais um ponto a ser destacado é que os terceirizados que trabalham em um mesmo local possuem padrões diferentes e são representados por sindicatos distintos. Isso afeta a capacidade de organização política dos trabalhadores, pois isolados possuem uma maior dificuldade de se organizarem e negociarem de forma conjunta.

Outro ponto a destacar é o aumento do número de trabalhos análogos ao trabalho escravo, pois a terceirização é utilizada por muitas empresas como forma de fugir das responsabilidades trabalhistas. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),

entre 2010 e 2014 cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos flagrantes de trabalho análogo ao escravo, eram trabalhadores terceirizados. Casos como estes foram detectados em setores da mineração, manutenção elétrica, confecções têxteis dentre outros.

Com a nova lei ficará mais difícil responsabilizar empregadores que desrespeitam as leis trabalhistas, pois a relação entre o empregado e empresa empregadora fica mais distante. Cabe destacar outro fator, que são as péssimas condições dos espaços físicos destinados aos terceirizados dentro das empresas onde prestam serviços, como refeitórios e vestiários muitas vezes inapropriados.

Essa proposta de lei, PL 4.302/98 (lei da terceirização), aprovada vai tornar ainda mais dura a vida dos trabalhadores piorando as condições de trabalho reduzindo salários, reduzindo o número de postos de trabalho, enfraquecendo a organização salarial, aumentando os riscos de acidentes e mortes no trabalho, e reafirmando mais uma vez que o capitalismo se baseia na escravidão assalariada.

Neste item analisamos a reestruturação produtiva no Brasil e o ataque neoliberal na sociedade brasileira no campo econômico político e social, que vem precarizando as condições de vida do trabalhador assalariado. Vimos o processo de superexploração da força de trabalho e as dimensões da precarização do trabalho no Brasil. No próximo item iremos analisar como a reestruturação produtiva rebate na profissão serviço social, e as implicações que coloca para o exercício profissional do assistente social diante de uma conjuntura de desmonte das políticas sociais, campo de trabalho dos assistentes sociais no Brasil.

3.2 O LIMIAR CONTÍNUO DA TENSÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Essas mudanças históricas que alteram a divisão do trabalho na sociedade e a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, e que levaram a novas formas de organização e gestão do trabalho, exige apreender os determinantes que atravessam as especializações do trabalho. Sendo o Serviço Social, uma especialização do trabalho, uma profissão inscrita na divisão social e técnica e (sexual) do trabalho, vemos tanto a profissão como seus profissionais sofrendo os rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho (IAMAMOTO, 2010).

Segundo Netto (2011), o surgimento do Serviço Social deve ser entendido nos marcos da consolidação do capitalismo monopolista. O Serviço Social ao ser requisitado para atender

as exigências do Estado na implementação de políticas sociais e atender as novas configurações do desenvolvimento do capital na sociedade brasileira, demanda por uma qualificação e uma teorização profissional.

A constituição e institucionalização da profissão Serviço Social, nasce atrelada a uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a regular e controlar os conflitos de classe advindos da relação capital x trabalho, acirradas pelo processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo que leva conseqüentemente ao processo de urbanização. A demanda profissional é criada quando o Estado passa a tratar a questão social não só pela coerção, mas pelo consenso (IAMAMOTO, 2010). Podemos, portanto perceber que “[...] as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho e na esfera estatal, em suas relações com a sociedade civil, incidem diretamente sobre os rumos do desenvolvimento dessa profissão na sociedade” (IAMAMOTO, 2010, p.23).

Segundo Iamamoto (2010) a profissionalização e desenvolvimento do Serviço Social são frutos do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, num largo ciclo expansionista da economia internacional, sob a liderança do setor industrial que tem suas bases na estratégia taylorista/fordista de organização do processo produtivo.

No Brasil, é a partir da década de 1960 que ocorre um reordenamento do capitalismo monopolista, o que possibilita uma ampliação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, operada pelos comandos do grande capital e do Estado autocrático burguês. Estado este, que passa por uma reorganização para gerenciar o desenvolvimento dos monopólios que avança no país. O Estado, enquanto palco principal das formulações das políticas sociais, abre um leque de expansão para atuação do assistente social, haja vista que, tais políticas eram voltadas para atender prioritariamente o grande capital, e não somente este, mas, especialmente toda a malha organizacional encarregada de planejá-la e executá-la. (NETTO, 2011).

A atuação do assistente social no mercado de trabalho, não se efetivou somente por essa reorganização do Estado, mas, para além desse quadro tem-se a inserção nos espaços empresariais. Tal inserção profissional nesse novo campo, de acordo com Netto (2011), acontece em detrimento das modificações sociais e políticas na sociedade nessa fase de expansão industrial, como forma de controlar a força de trabalho na esfera de produção. Nesse mesmo processo de expansão da profissão nos campos estatais e empresariais, há um aumento das demandas sociais decorrentes do desenvolvimento econômico da ditadura militar no Brasil, fazendo com que as organizações filantrópicas nesse momento histórico exigissem

profissionais do Serviço Social. A ampla requisição por profissionais do Serviço Social avançou concomitantemente com a refuncionalização do Estado e a expansão capitalista na sociedade brasileira, levando a um significativo aumento do ensino superior nesta área de atuação. A universidade brasileira incorpora, então, o Serviço Social para dentro de seu espaço de formação.

As mudanças no mundo do trabalho⁷⁶ repercutem no trabalho especializado do assistente social, que lida diretamente com as expressões da questão social. Alguns desses fatores são: a retração do Estado sua redução na responsabilidade com o campo social (cortes de gastos e diminuição no repasse de verbas orçamentárias), o que resulta na deterioração dos serviços sociais públicos. Tudo isso resulta em uma transferência para a sociedade civil, de iniciativas para o atendimento das sequelas da questão social, levando a uma tendência de refilantropização social, onde vemos empresas e outras instituições presentes na sociedade, com as Organizações Não Governamentais (ONGS) voltadas à gestão da pobreza. Sobre esse fator nos esclarece Iamamoto (2010, p. 43 grifo do autor)

[...] O que se presencia é uma filantropia do grande capital”, resultante de um amplo processo de privatização dos serviços públicos. Não mais aquelas ações levadas a efeito por “pessoas de boa vontade”, mas uma outra “filantropia”, estabelecida sob novas bases, não mais românticas, mas integradas ao desenvolvimento das forças produtivas. Dotada de alta eficácia, evocando a *solidariedade social* na parceria entre a sociedade civil e o Estado, é entretanto incapaz de deter, ou apenas encobrir, o outro produto daquele desenvolvimento, a reprodução ampliada da pauperização, que, no mundo contemporâneo, atinge níveis de barbárie social.

Cabe ao profissional, assistente social, que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, decifrar que a acumulação do capital jamais irá condizer com equidade, pois as desigualdades oriundas nessa sociedade são indissociáveis da concentração de riqueza, da propriedade privada e do poder. A reprodução ampliada da pauperização, da violência, da exclusão social, da discriminação são geradas no cerne da sociedade capitalista e a burguesia que se encontra no poder necessita camuflar através de ações filantrópicas as mazelas sociais.

A questão social conforma a matéria prima do trabalho profissional do assistente social, e este necessita pesquisar e conhecer a realidade, ou seja, seu próprio objeto de trabalho, devendo apreender como a questão social em suas múltiplas expressões se apresentam na vida dos sujeitos (IAMAMOTO, 2010). Os instrumentos de trabalho para pensar essa realidade vão além dos técnicos, como entrevistas, encaminhamentos, reuniões, mas as bases teórico

⁷⁶Assunto trabalhado no primeiro capítulo no item 2.2 e no segundo capítulo item 3.1.

metodológicas, o conhecimento são recursos essenciais para se fazer uma leitura da realidade, e para se entender o próprio significado da profissão. Pois, o Serviço Social interfere diretamente na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais oferecidos através das políticas públicas sociais como (saúde, educação, assistência social), que incidem nas condições de sobrevivência da classe que vive do trabalho. Logo, a profissão tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho (IAMAMOTO, 2010).

O Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de *consensos* na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2010.p. 69).

Assim, o assistente social pode ser requisitado tanto para trabalhar o consenso dentro das empresas e setores de serviços de um comportamento da força de trabalho para se adequar as metas de produtividade, padrões de qualidade ritmo e intensidade do trabalho. Como também é chamado para atuar na elaboração de políticas públicas e sociais, na implementação e execução destas âmbito, na viabilização de direitos dos idosos, deficientes físicos e mentais, crianças e adolescentes etc. Contribuindo, com a luta da classe menos favorecida, ao reforçar os direitos dos segmentos majoritários da coletividade. Pois o assistente social ao interferir na avaliação e gestão das políticas públicas e sociais, amplia o “[...] acesso a informações dos indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2010, p. 69).

Portanto, é um desafio para o assistente social transformar espaços de trabalho, especialmente no âmbito estatal, em espaços públicos que de fato contribuam para alargar o acesso e possibilidades de apropriação da coisa pública pela coletividade. Conforme Iamamoto, “[...] O assistente social atuando na esfera das políticas sociais, das organizações e movimentos sociais, pode interferir, no âmbito de sua área de competência, para ampliar a ingerência de segmentos da sociedade civil em questões que lhes são concernentes, compartilhando propostas e decisões” (2010, p.79).

Sabe-se que o assistente social firma-se socialmente como trabalhador assalariado e que apesar da profissão Serviço Social ser considerada liberal essa não é uma tradição da sociedade brasileira no que diz respeito a alocação dessa profissão no mercado de trabalho. O

assistente social se insere no mercado de trabalho por uma relação de compra e venda da sua força de trabalho, não dispondo, portanto de todos os meios e condições necessários para a efetivação do seu trabalho. A/o assistente social entrega ao seu empregador o seu valor de uso em troca de um salário pago pelo empregador que terá o direito de consumir essa força de trabalho durante a jornada estabelecida. Cabe destacar que, a/o assistente social se encontra alienado dos meios e condições necessárias para a realização do seu trabalho, pois quem dispõe dos meios necessários para efetivação dos programas e projetos é a entidade empregadora.

Assim, durante a jornada de trabalho a ação criadora da/o assistente social é submetida às exigências políticas, recursos, diretrizes da instituição empregadora que comprou o direito de utilizá-la, pois a força de trabalho é a única mercadoria que ao ser consumida gera valor e mais –valia (um valor a mais do que ela contém), sendo portanto fonte de criação (IAMAMOTO, 2010).

A existência, portanto de uma relativa autonomia por parte da/o assistente social pode ser preservada na forma de condução do seu atendimento a indivíduos e grupos com os quais trabalha com um direcionamento ético e políticos conduzidos pelo código de ética da profissão. A relativa autonomia do assistente social pode ser manifesta através da linguagem instrumento básico de trabalho, associado ao conhecimento, a leitura e formação teórico-metodológica, técnico- operacional e ético-política. Juntos essas dimensões dão bases para uma ação transformadora do trabalho, que permite pensar a realidade, os processos sociais e as relações em que se inserem os sujeitos sociais junto aos quais a/o assistente social atua. Essa relativa autonomia decorre da própria natureza da especialização do trabalho que é atuar junto com indivíduos sociais com o humano e não com matéria inanimada (IAMAMOTO, 2010).

O trabalho do assistente social situa-se no campo político-ideológico atravessado por tensões e interesses de classes, é requerido para exercer o controle social junto a segmentos subalternos, mas ao realizar seu trabalho tem a possibilidade de direcioná-lo para rumos distintos, com o propósito de efetivação de direitos, construção da cidadania, informação e acesso da classe subalterna a esfera pública. Essa contraditoriedade, expressa no movimento da profissão e da ação profissional remete a própria contraditoriedade das relações sociais que estruturam essa sociedade.

Cabe destacar ainda que, dispondo de uma relativa autonomia, a/o profissional assistente social é trabalhador assalariado especializado, ainda que resguardado pelo Código de ética profissional e regulamentação legal da profissão, o assistente social está submetido aos processos de trabalho com o conjunto dos assalariados. É o empregador que organiza o processo

de trabalho distribuindo funções e especializações requeridas pela divisão social e técnica do trabalho nessa sociedade, sendo assim,

[...] o assistente social é chamado a desempenhar sua profissão em um processo de trabalho coletivo, organizado dentro de condições sociais dadas, cujo produto, em suas dimensões materiais e sociais, é fruto do trabalho combinado ou cooperativo, que se forja com o contributo específico das diversas especializações do trabalho (IAMAMOTO, 2010, p. 107).

O caráter do trabalho coletivo baseado na cooperação e na divisão do trabalho tem como intuito o barateamento das mercadorias e redução do valor da força de trabalho. Na era do padrão de acumulação flexível, soma-se a inserção da ciência e da tecnologia potenciando a produtividade do trabalho, o ritmo da acumulação e centralização de capitais na tendência do capital de desenvolver forças produtivas reduzindo o trabalho vivo (capital variável), pelo trabalho morto das máquinas, macroeletrônica e microeletrônica (capital constante).

As funções e atribuições da/o assistente social vem sendo alteradas devido as mudanças no mercado de trabalho, que alteram as demandas, gestão do trabalho e os requisitos de qualificação profissional. Os impactos diretos da reestruturação política, social e econômica do atual estágio de acumulação flexível do capital evidenciado nas estratégias de reestruturação produtiva alteram as relações de trabalho. O setor público, por exemplo, o maior empregador de assistentes sociais através dos efeitos da Reforma do Estado, vem apresentando relações de trabalho precarizadas com redução de concursos públicos, demissão de funcionários não estáveis, terceirização, contratação precária, temporária, parcial, contenção salarial etc.

Obviamente o trabalho do assistente social sofre rebatimentos com essa precarização, pois, a/o assistente social historicamente tem sido um dos agentes profissionais que implementam políticas públicas e sociais, estando presente na execução e formulação de políticas públicas e na gestão das políticas sociais, devido a uma demanda do próprio mercado. (IAMAMOTO, 2010).

Behring (2010b) ressalta que, as políticas sociais em especial seu núcleo duro a seguridade social é onde está inserida a maior parte da/os assistentes sociais do Brasil - 78,16% de acordo com um levantamento realizado pelo CFESS, em 2004. E hoje, esse percentual deve ser ainda maior devido a implantação do SUAS.

A assistência social se apresenta hoje como uma das políticas sociais que mais absorve assistentes sociais no país. Reconhecida e instituída como política pública inserida no tripé da seguridade social, pela Constituição Federal de 1988 (Capítulo II, artigos 194 a 204) e

regulamentada pela Lei orgânica da Assistência Social (LOAS), tem suas ações sócio assistenciais regularizadas e organizadas em todo território nacional pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que representou uma ampliação de espaço ocupacional do trabalho profissional. Enquanto política de Seguridade Social a assistência social é atravessada por projetos distintos que envolvem as classes sociais, que a tencionam e a direcionam na dinâmica da sociedade burguesa e nas particularidades que marcam a formação histórica, social e política do Brasil no campo dos direitos à proteção social de assistência social.

Assim posta, uma política social se encontra intrinsecamente ligada à política econômica por meio da estratégia da intervenção estatal. Portanto, podemos constatar que, as políticas sociais e, especificamente a política de assistência social, ao estar inserida no processo de reprodução da vida social, no que diz respeito à reprodução das relações sociais, também abarca as contradições inerentes a essa sociedade. Ou seja, o conjunto das contradições sociais que perpassam o âmbito econômico, estatal e social. Configura-se assim, como um campo de disputa na ordem burguesa, pois os objetivos da política de assistência social dependem tanto das conquistas objetivas da classe trabalhadora, quanto das estratégias do capital frente ao trabalho, configurando-se assim em uma política que é nitidamente perpassada por disputas e correlações de forças presentes na sociedade.

A lógica macroeconômica do capital, que visa apenas superlucros, gera uma lógica desumanizante onde o campo da proteção social pública fica à mercê de uma política econômica perversa que não privilegia a universalização dos direitos. Pode-se perceber isso através da Desvinculação de Recursos da União (DRU) que favorece a política econômica ao retirar dinheiro que seria destinado à seguridade social para entregar ao mercado, tudo isso com a retórica do ajuste fiscal via superávit primário.

Conforme dados da ANFIP (2008), foram retirados do Orçamento da seguridade social, em 2007, mais de R\$ 38,8 bilhões destinados à composição do superávit primário, 11,3% das receitas deste orçamento. Revela, ainda, que mesmo após retirada a parte da DRU e as despesas da saúde, previdência social e assistência social, o resultado da seguridade social permaneceu positivo, fato este que explica o porquê da prorrogação da DRU, tendo em vista que o Orçamento da seguridade social é o principal alvo do ajuste fiscal. A DRU favorece, em grande medida, a política econômica e, em contrapartida, gera um enfraquecimento nas principais políticas sociais. “De 2000 a 2005 foi retirado R\$ 102 bilhões do orçamento da seguridade para entregar a quantia ao ‘mercado’” (ANFIP, 2008, apud DAVI et al, 2008). Diante desse contexto, a seguridade social vê-se dilapidada diante da clara subordinação da política social à política econômica de corte liberal (CRUZ et al., 2009, s/p).

O capital ao regular as relações econômicas na cena contemporânea tem no neoliberalismo sua base de sustentação político-ideológica, cujo objetivo é expandir a produção gerando altas taxas de lucros, visando ao favorecimento do mercado internacional. Para isso o neoliberalismo sustenta a tese de um Estado que interfira o mínimo possível na economia, ou seja, criando um Estado mínimo, com pouca autonomia e cada vez mais submetido aos interesses do capital internacionalizado.

Essas configurações que passam a ser preconizadas pelo neoliberalismo e incorporadas pelos Estados nacionais criam reflexos diretos nas políticas públicas. Isto porque, não podemos pensar em política pública sem considerarmos a primazia do Estado nesse campo, assim como também, investimento público-estatal. Neste processo, a orientação é a redução de gastos neste setor, o que reimprimi um caráter: seletivo, privatista, focalizado e precário das políticas públicas. Os fundos públicos devem ter por prioridade canalizar recursos para a manutenção do capital, o que contribui ainda mais para o acirramento das desigualdades sociais nos países periféricos, através de uma racionalização burguesa feita por intermédio do Estado.

Assistimos a um largo processo de desmonte das políticas sociais destinadas à reprodução social dos subalternizados ao capital, alargando-se a apropriação privada de parte do fundo público pelos rentistas, donos do capital que porta juros. E os mecanismos estratégicos para tanto são a transferência crescente de recursos sociais para a esfera financeira, de um lado, por meios das contrarreformas das políticas sociais e do repasse de recursos do fundo público para o pagamento da dívida -, e, de outro lado, os programas de transferência de renda que, além de alimentar o capital portador de juros por sua lógica, enfatizam a focalização das políticas sociais em detrimento das conquistas de universalização duramente alcançadas pela classe trabalhadora (SILVA, 2012, p.211).

No âmbito do Estado presenciamos uma articulação das forças sociais que são de ordem econômica, ideológica e política que o transforma no centro do poder político, e esfera de dominação num movimento fundamentalmente contraditório, na medida em que expressa as classes sociais e segmentos de classes em movimento.

Assim, se por um lado o Estado interventor e a política social apresentam-se como funcionais ao capital, por outro eles também atendem a interesses da classe trabalhadora. Esse movimento contraditório processa o limite e a possibilidade da ação política junto ao Estado, no aspecto geral, e à política social, especificamente, numa perspectiva de reformas no campo estatal (FILHO et al, 2012, p. 14).

Como afirma Iamamoto (2008), o Estado possui dois braços, um de “legislador” e o outro de “controlador”, ambos necessários para manter a ordem, assegurando a hegemonia. Temos que,

O Estado social participa direta e indiretamente na reprodução ampliada do capital e corporifica a função estatal de reprodução da força de trabalho e de manutenção da população não trabalhadora, por diversos meios, sendo os principais a garantia direta de benefícios e serviços, a criação do sistema de extração de impostos e a regulação estatal das atividades privadas (BOSCHETTI, 2016, p. 67).

Nesse sentido, o Estado assume o papel de mediador das relações sociais, organizando e administrando estrategicamente os interesses de classe, garantindo as condições para a manutenção do capital. Para Mandel (1982, p. 339) as funções do Estado são ampliadas no estágio do capitalismo tardio assim,

[...] não só no âmbito do planejamento econômico estatal como na socialização dos custos, no que define como ‘tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às condições gerais de produção que financia.

O Estado vai assumindo funções econômicas diretas e indiretas que contribuem para a reprodução ampliada do capital, como exemplo, a grande parte do orçamento público que serve para financiamento dos nichos especulativos do capital, e somente uma parcela bem reduzida é destinada para à reprodução da força de trabalho.

Temos um Estado social⁷⁷ restrito que pouco contribui para a redução das desigualdades sociais, advindas de um capitalismo periférico e dependente, que se sustenta em relações de superexploração da classe trabalhadora. E o Estado social contribui para o processo de acumulação do capital, estimulando a mercantilização de bens e serviços como a educação, saúde, previdência transporte, água e energia. O Estado social capitalista ao instituir a seguridade social, está se revela como resposta adequada ao capitalismo, pois não coloca em cheque a propriedade privada, e ao mesmo tempo garante a reprodução da força de trabalho (BOSCHETTI, 2016).

Ainda que seja um direito conquistado, fruto da luta de classe como mediação para garantir melhores condições de vida e de trabalho, a seguridade social não constitui um processo de socialização da propriedade, de redistribuição de renda, de

⁷⁷ “[...] a intervenção do Estado na regulação das relações capitalistas de produção sofreu enorme mudança desde a grande crise de 1929, quando o Estado passa a ser um ativo indutor das políticas Keynesiano-fordistas. Nos países capitalistas da Europa ocidental, a intervenção estatal passou a ser crucial na definição de normas e regras e na garantia de fundo público necessários ao surgimento e desenvolvimento de amplas políticas sociais, que passaram a constituir novos sistemas de proteção social, antes inexistentes sob essa forma e designação. [...] O que se denomina aqui de Estado social capitalista, portanto, é o Estado que, no capitalismo tardio (Mandel, 1982), assume importante papel na regulação das relações econômicas e sociais, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista, assentado em políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, saúde, previdência, habitação, transporte e assistência social” (BOSCHETTI, 2016, p.24-28).

desmercantilização dos serviços e tampouco de emancipação humana (BOSCHETTI, 2016, p. 105).

Temos que pensar as políticas sociais no contexto histórico da crise estrutural do capital do final dos anos 1970 até os dias de hoje, analisando os impactos da reestruturação produtiva e do ajuste neoliberal no trabalho e direitos sociais. A onda de estagnação do capitalismo em sua fase madura coloca novas condições que rebatem diretamente nas condições de trabalho, ou seja, na vida do trabalhador. Tal processo recoloca a necessidade de uma luta política, num jogo de correlação de forças que pende para o lado do capital, e que no seu anseio de retomada das taxas de lucro acarreta um rebatimento ofensivo com fortes impactos na seguridade social e na intensificação da exploração do trabalho pelo processo da reestruturação produtiva. Destacamos ainda a recomposição da superpopulação relativa, a fragilização na organização política dos trabalhadores, a queda e pressionamento da baixa dos salários e o redirecionamento do fundo público, que passa a ser canalizado de forma direta para alimentar o mercado financeiro, transferindo recursos das políticas sociais destinadas a classe trabalhadora para o pagamento de juros da dívida⁷⁸ (BEHRING, 2010b).

As novas condições de trabalho advindas do processo reestruturante do capital e o desvio do fundo público⁷⁹ apresentam impactos como o aumento do desemprego (ampliando o exército industrial de reserva), das desigualdades sociais e do pauperismo. O que temos é um aumento da pobreza, dos excluídos, e uma invocação da política de assistência social como solução para combater a pobreza⁸⁰, como um novo modo de tratar a questão social focando em programas que tem como centralidade a transferência de renda. Assim, temos que a política de

⁷⁸ “Um dos mecanismos fundamentais utilizados para ‘minimizar os impactos dos gastos com a dívida’ e ‘equilibrar as contas públicas’ – objetivos estes propostos pelas grandes agências multilaterais- é a Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 2000, com a qual a seguridade passa a ser a mais atingida já que permite a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas da seguridade social. O referido mecanismo transfere os recursos do orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal com a finalidade de facilitar a formação de superávits e pagar a dívida pública. O superávit primário produzido é destinado prioritariamente ao pagamento da dívida pública” (SILVA, 2012, p.220 grifo do autor).

⁷⁹ “Segundo Oliveira (1998), o fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual pela repartição do financiamento público. Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 174).

⁸⁰ A noção de pobreza e miséria por nos entendida é, portanto aquela fruto da lei geral de acumulação capitalista. “[...] A pobreza e miséria tem sido as mais perversas expressões da questão social que se apresentam na atualidade. Na América latina, [...] o número de pobres e indigentes cresce e apresenta índices alarmantes no início deste século. A desigualdade de renda, fruto da contradição entre a produção cada vez mais social e a apropriação privada desta, apresenta números elevados nas economias periféricas.” (SILVA, 2012, p.221).

assistência social vem sofrendo um processo de “*assistencialização*” como apontado por Mota (2008, 2010).

Cabe destacar que se teve um reordenamento da política de assistência social no Brasil, através de um significativo choque de gestão operado por meio de duas vias principais:

[...] a unificação e racionalização dos vários programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família (PBF), o que permitiu reduzir custos e otimizar resultados, e a constituição de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), descentralizado e assentado na construção de uma rede socioassistencial de baixa, média e alta complexidade.” (RODRIGUES, 2016, p.37).

Contudo, a retirada da assistência social de uma condição política residual, foi realizada sem reverter ou deter a mercantilização da saúde e da previdência social, onde pelo processo de crise contemporânea do capital, que gera uma degradação do trabalho e derruição dos direitos sociais vimos também a desestruturação da seguridade social. Temos assim, um mito de expansão da assistência social como salienta Mota (2010), pois o crescimento e expansão da política de assistência social, representa não uma ampliação dos direitos sociais ou fortalecimento da seguridade social como expressa na constituição de 88, mas sim, representa um indicador de “[...] construção de um padrão público de proteção social minimalista, orientado, predominantemente, para atenção aos segmentos populacionais mais empobrecidos.” (RODRIGUES, 2016, p. 44).

Nesta direção, a política de assistência tem como carro chefe, programas de transferência de renda que vêm sendo utilizados como uma via de substituição do trabalho para aqueles indivíduos excluídos do mercado de trabalho. Tal processo tem impacto no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre e vem gerando acesso ao consumo⁸¹. Temos que a assistência social é elevada a participar mais ativamente da reprodução da força de trabalho, ou seja, abarca todo o trabalhador que constitui a “[...] superpopulação relativa durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente, por meio dos programas assistenciais de renda mínima” (BOSCHETTI, 2016). E concebida como parte não contributiva da seguridade social, vem sendo tratada como a política organizadora das demais políticas de proteção social, “[...] voltada para suprir necessidades materiais, culturais e sociais de

⁸¹ “Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, divulgado em 2013, quando o Bolsa Família completou dez anos, reafirma, entre outros, esses pontos. O Bolsa Família representa apenas 0,5% do PIB, mas cada R\$ 1 gasto com o programa amplia R\$ 2,4 no consumo das famílias e adiciona R\$ 1,78 ao PIB. Da mesma forma, os Benefícios de Prestação Continuada da LOAS custam o equivalente a 0,6% do PIB, e geram, para cada real, R\$ 1,54 em consumo e agregam R\$ 1,19 ao PIB” (ANFIP, 2015, p.103).

segmentos dos trabalhadores que integram o exército industrial de reserva. De acordo com Rodrigues (2016) seus limites são a consequência de seu caráter compensatório, produto determinado pelas relações sociais de produção “[...] assentados no monopólio da propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho. Limites e caráter que permanecem inalterados, ainda que se possa declarar a assistência como um direito social ou que se pretenda ampliar seu objeto e objetivo. (RODRIGUES, 2016, p.44).

A seguridade social vem sendo reduzida à assistência social, onde as políticas que integram a seguridade social (saúde, previdência e assistência social), tem-se tornado unidades contraditórias, onde de um lado se tem um movimento de privatização da saúde e da previdência que vem se tornando nichos de investimentos do capital superacumulado. E no outro, a defesa da expansão da assistência social num processo de assistencialização da proteção social baseada na figura do cidadão-pobre. O que Mota (2010) denomina de um novo fetiche de enfrentamento da desigualdade social. Nessa dinâmica, a política de “[...] Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social” (MOTA, 2010. p. 144).

Isso demarca uma fissura que vem se tornando cada vez mais profunda na universalidade da seguridade social brasileira. Pois, esta não vem sendo articulada ao conjunto de políticas que a integra, aonde a previdência vem sendo destinada aos trabalhadores ativos empregados formalmente, e a assistência social vem sendo destinada aos pobres, desempregados, inaptos para o trabalho. Sem contar que os pobres que estão ativos possuem um emprego (informal), entretanto seu salário não é suficiente para suprir suas necessidades.

Assim, a seguridade social brasileira representou uma reforma democrática ao ser inserida na CF/88, mas a mesma vem, no curso do seu desenvolvimento, sendo limitada pelo ajuste fiscal e pela estratégia de controle e administração da pobreza (difundidos pelos documentos dos organismos internacionais como Banco Mundial, Consenso de Washington) sob os moldes do neoliberalismo no contexto das tendências do capitalismo maduro⁸².

⁸² Sobre capitalismo tardio ou maduro podemos entender através das perspectivas de Ernest Mandel uma interpretação das tendências do capitalismo em curso pós segunda guerra mundial e sua crise, remetendo ao aprofundamento das contradições fundamentais do capital e suas tendências de barbarização da vida social. Mandel identifica alguns elementos em curso do capitalismo e que remete a intensificação da extração da mais-valia e seus rebatimentos no mundo do trabalho como: “[...] o forte deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto; a perda ainda maior da importância do trabalho individual a partir de um amplo processo de integração da capacidade social de trabalho; a mudança da proporção de funções desempenhadas pela força de trabalho no processo de valorização do capital, quais sejam de criar e preservar o valor; as mudanças nas proporções entre criação de mais valia na própria empresa e aquela gerada em outra empresa; o aumento no investimento em equipamentos, a diminuição do período de rotação do capital; a aceleração da inovação tecnológica com fortes investimentos em pesquisa; e, por fim, uma vida útil mais curta do capital fixo e a consequente tendência ao

Temos, nesse quadro, uma seguridade social fortemente tensionada pelas estratégias de extração de superlucros, tais como: a flexibilização das relações de trabalho e diminuição dos encargos sociais; a disputa pelo fundo público, tendo em vista fortalecê-lo como pressuposto geral do capital, em detrimento do trabalho; da supercapitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, a exemplo da previdência social e da saúde; o desprezo para com o pacto social entre trabalho e capital monopolista dos anos de hegemonia social-democrata; e o fomento midiático cotidiano de um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista, que invoca o cidadão consumidor (Mota, 1995)- com capacidade de auferir renda e consumir- em detrimento do cidadão de direitos. Nesse contexto, a tendência é de redução de direitos e limitação das possibilidades preventivas e redistributivas das políticas sociais, colocando em curso o trinômio do neoliberalismo- privatização, fiscalização e descentralização (desconcentração e desresponsabilização) (BEHRING, 2010b, p. 157).

Nesse sentido, estamos diante de um desmonte da seguridade social, onde se tem na realidade uma não efetivação integral dos direitos e sim uma subtração de alguns direitos necessários à classe trabalhadora. A política social se adequa a lógica de requisição do capitalismo, aos reajustes impostos pelos organismos internacionais, onde a grande orientação é a focalização das ações, via programas de combate à pobreza. Nessa perspectiva, ela vem assegurando acesso apenas aos pobres que conseguem comprovar que vivem em extrema pobreza e a descentralização por meio da mobilização com apelo à solidariedade voluntária. Tem-se também a problemática da privatização, que gera uma dualidade entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, gerando uma lucratividade para o capital que transforma os serviços sociais em campos de investimento rentáveis e lucrativo. Aí se cria uma exclusão e se quebra com os princípios como: o da uniformidade na prestação dos serviços, a universalização e o caráter democrático.

Têm-se como tendência, traços presentes na assistência social hoje, que exemplificam o caráter que a política vem adquirindo na sociedade, transmutando o seu princípio de direito universal enquanto política pública consistente, parte da seguridade social, para um patamar de política fortemente focalizada de gestão da pobreza. E no governo Temer remonta ao desmonte total dos direitos sociais públicos, através do aprofundamento da privatização das políticas sociais e caridade.

planejamento (controle dos riscos). [...] Nesse sentido é que se coloca a questão da maturidade do mundo do capital, com um forte desenvolvimento das forças produtivas, em contradição cada vez mais intensa com as relações de produção. Nessas contradições residem os limites históricos para a onda longa de expansão e a entrada em um período de estagnação, a partir do início dos anos 1970” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 115).

A assistência social diante da conjuntura contemporânea de crise e ampliação do desemprego passa a assegurar especialmente, através de programas de transferência de renda⁸³, a reprodução da superpopulação relativa. Ou seja, da força de trabalho expulsa das relações formais e estáveis de empregabilidade na sociedade capitalista. O trabalho formal ou estável representa a garantia do acesso aos seguros sociais, onde só tem acesso o trabalhador que tem subtraído do seu salário um valor para assegurar um benefício monetário no futuro. Esse tipo de proteção é limitada e resulta da contribuição de empregadores e trabalhadores a seguridade social, no caso do Brasil se refere à previdência social que tem o caráter de ser contributiva, mas é um direito garantido somente ao trabalhador que se encontra nas relações estáveis de trabalho, e que esteja contribuindo.

Ocorre uma justaposição no âmbito da seguridade social no que diz respeito a previdência e assistência social, assim de acordo com Boschetti (2016, p.102),

Enquanto a previdência se destinaria aos trabalhadores “capazes” e em condições de exercer uma atividade laborativa, a assistência social, em tese, se destinaria àqueles que, por “incapacidade” ao trabalho (em decorrência de idade e/ou deficiência) ou por insuficiência de renda (ausência de trabalho ou baixa remuneração) não teriam acesso à previdência. São políticas destinadas a amparar aspectos ou manifestações diferentes de um mesmo fenômeno: a relação do homem com o trabalho. Essa justaposição, entretanto, produz uma dupla categorização: é a obrigação do trabalho (assalariado ou não) que garante o direito aos benefícios previdenciários de cobertura dos riscos sociais; e é a obrigação de se ter sérias razões que justifiquem o não exercício do trabalho que garante o direito às prestações assistenciais monetarizadas.

Os programas de transferência de renda atualmente também abrangem os trabalhadores capacitados ao trabalho, não se destinando apenas aos incapacitados. Mas ainda alimentam a culpabilização do indivíduo por sua condição de desemprego, ao exigir condicionalidades que levam o sujeito a demonstrar uma expressa ação de busca de emprego.

Cabe destacar que, as políticas redistributivas tem um importante papel no desenvolvimento humano, com expressiva redução da pobreza, da fome, da mortalidade infantil entre outras. Assim, de acordo com Behring (2010b) é importante que existam programas de transferências de renda, mas eles devem ser parte da política de assistência social, e não se fazer

⁸³As despesas com ações para combater a exclusão social que incluem os chamado mínimos sociais ou como costumamos denominar “programas de transferência de renda” veem crescendo em 2008 representavam 32% dos gastos em assistência social (MATTEI, 2012).

De acordo com a ANFIP, em 2014, o total de recursos alocados para os programas e ações da Assistência Social somou R\$ 7,0 bilhões, com um acréscimo de 13%, em relação a 2013 e 24%, frente a 2012. De acordo com a ANFIP as despesas com o programa bolsa família em 2014 foram de 26, 162 milhões. As despesas com o BPC em 2014 corresponderam a 35,942 milhões (ANFIP, 2015).

a política de assistência social. Outra questão é que programas como o bolsa família deveriam ser um direito adquirido, e não um programa de governo onde acaba se prestando ao clientelismo político e a critérios de acesso focalizados.

Outros critérios a serem observados nos programas de transferência de renda é que “[...] os valores deveriam ser mais consistentes e não submetidos a ajustes fiscais; os critérios de acesso universais; e a gestão deveria ser pelo FNAS e em articulação com o SUAS, que por sua vez deve estar conectado com a seguridade social.” (BEHRING, 2010b, p.169-170).

As tendências que os programas sociais vêm assumindo são de matizes de: combate à pobreza, redes de segurança e proteção dos excluídos e em situação de risco num cercamento dos pobres. Sem levar em conta os pilares da própria constituição dessa pobreza, que é resultado de uma desigualdade inerente ao capitalismo, e reflexos de uma superpopulação relativa atingida pela pobreza absoluta e relativa; transferências monetárias de renda (bolsas com condicionalidades); apelo à família e ao terceiro setor na chamada responsabilidade social; dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar por serviços num processo de contenção, limitação e desintegração da seguridade social, numa articulação entre assistencialismo e mercado (BEHRING, 2010). Diante da conjuntura da crise do capital e do neoliberalismo essas são as respostas que o Estado dá a questão social, não só no Brasil, mas no mundo.

Destaca-se nessa análise a tensa relação entre assistência social e trabalho, expressa numa “[...] tensão insolúvel na sociedade capitalista determinada pela exploração do trabalho como condição para extração da mais-valia.” (BOSCHETTI, 2016, p.76). O primado liberal do trabalho nessa sociedade é o de que, o homem deve manter a si e sua família com o seu próprio trabalho, sua honra moral. Assim, indivíduos que não trabalham são considerados pela moral social como vadios e preguiçosos. A ênfase está na capacidade de cada indivíduo de prover o sustento de sua família, vendendo a si mesmo como mercadoria, força de trabalho, em troca de um salário, muitas vezes insuficientes para seu próprio sustento que dirá para toda uma família. Numa compreensão que nega a análise da totalidade da vida social, marcada pelo desemprego estrutural, no contexto da dinâmica da produção e reprodução do capital.

A assistência social, nesse processo, ocupa um lugar na reprodução social num espaço tênue entre o não trabalho, (provendo o mínimo necessário para a reprodução daqueles trabalhadores que compõe os sedimentos da superpopulação relativa, onde segundo Marx (2013), todo trabalhador a integra nos momentos em que está parcial ou inteiramente

desempregado), e a sua efetivação enquanto política social estatal frente a garantia de direitos a classe trabalhadora mesmo que de forma reducionista.

[...] trabalho e assistência social vivem uma contraditória e, na minha opinião, insolúvel relação de atração e rejeição. Rejeição porque aqueles que têm o “dever” de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam da assistência social, mas não tem direito a ela. O trabalho, assim, obsta a assistência social. E atração porque a ausência de um deles impele a classe trabalhadora para o outro, mesmo que não possa, não deva, ou não tenha direito. Na sociabilidade capitalista, essa tensão levada ao extremo, conduz a pior das servidões, ou, como ressalta Castel, ‘a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade’ [...] (BOSCHETTI, 2016, p. 81 grifos do autor).

A assistência social se constituiu historicamente - da caridade religiosa e laica ao direito social- como uma forma de mediar a reprodução da superpopulação relativa, no limiar entre a capacidade e incapacidade para o trabalho (BOSCHETTI, 2016). A assistência posta como campo de política pública e social pela CF/88 fez ultrapassar o condicionamento histórico da assistência social como medida tuteladora, marcada pela ausência e compromisso do Estado, ausência de regulação pública e de direito de acesso, passando a se inserir no âmbito da seguridade social. Pelo disposto constitucional a assistência social se estabelece como dever do Estado e um direito de cidadania.

Mas se tomarmos a condição, de que nos países de capitalismo periférico não foi instituído um estado social ampliado, a tensão entre assistência social e trabalho é ainda mais agudizada, pois se tem um maior grau de desigualdade nessas sociedades, de pobreza, desemprego persistente e dificuldade de reabsorção no mercado de trabalho, miserabilidade e ausência ou redução da proteção vinculada ao trabalho (seguro-saúde, seguro-desemprego, pensões). E na contramão, uma maior necessidade e demandas por assistência social de vários segmentos da classe trabalhadora. Uma tendência como salienta Mota (et al., 2010), de tornar a assistência social central, como estratégia de enfrentamento as expressões da questão social em face do redimensionamento e agravamento da pobreza.

A política de assistência social situou-se num processo contraditório de ampliação de direitos sociais através da CF/88, como política de proteção social integrando a seguridade social, e logo em seguida ao ajuste neoliberal implanta medidas que reduz significativamente as ações do Estado perante o campo social. A assistência social se encontra em um campo de disputa política e econômica, que resultou em uma luta permanente para a sua consolidação enquanto política pública social.

Diante dessa disputa pode-se, elencar os avanços e conquistas legais e normativas da política de assistência social como: a Lei Orgânica de Assistência Social -LOAS (1993), a Política Nacional de Assistência Social -PNAS (2004), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS (2005/2012), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH/SUAS (2006), a Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais (2009), o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS (2009) e a Resolução N° 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social que delibera sobre os profissionais de nível superior que devem integrar o SUAS.

Cabe destacar, que as normativas legais como a NOB/SUAS-RH, que dispõe sobre a gestão e regulação do trabalho no SUAS apresenta um grande esforço no intuito de delinear os principais pontos de gestão pública do trabalho na política de assistência social. Tendo em vista que essa política não conta apenas com tecnologias para realizar diagnósticos, ações preventivas ou protetivas, pois a base essencial do seu trabalho são os recursos humanos, pois se constituem sujeitos prioritários no desenvolvimento da prática socioassistencial. Mas cabe destacar que esses avanços nas condições do trabalho na política de assistência social se esbarram com as redefinições do mundo do trabalho que preza pelas relações flexíveis e precarizadas de trabalho.

A implantação do SUAS, amplia o mercado de trabalho profissional para o/a assistente social, mas ao mesmo tempo presenciamos processos que aprofundam a precarização das condições de trabalho do assistente social nessa política. Particularmente devido às mudanças no mundo do trabalho, através das formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais em longo prazo, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional.

O desenho político-institucional que assume a Seguridade Social brasileira, a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através do seu novo mecanismo de gestão, via o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como forma de implementar programas, benefícios e serviços sociais pode conter uma clara tentativa de atribuir substância à Assistência Social, enquanto política pública e de Seguridade. Como também pode se constituir como forma de ajustá-la as novas requisições do novo ciclo da dinâmica capitalista.

Assim, no próximo item iremos analisar a dinâmica de desenvolvimento e consolidação da Política Nacional de Assistência Social, via implementação do Sistema Único de Assistência social descentralizado e participativo.

3.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS E A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NESSE ESPAÇO SÓCIO- OCUPACIONAL

Os anos 80 no Brasil é marcado por um cenário de forças sociais em disputa com uma política centralizadora e autoritária que veio perdendo espaço, uma política econômica que reprimia as forças sociais mais democráticas da sociedade brasileira, e uma população que se mobilizava pela estruturação de um Estado de direito, democrático e em defesa dos direitos de cidadania.

Caminhava-se para a estruturação de um sistema de proteção social no Brasil, cujo eixo deveria ser a efetivação de medidas de proteção social, via a criação de um regime de Seguridade Social pública, de forma descentralizada e com amplo controle social.

No entanto, cabe lembrar que o nascimento da Seguridade Social no país ocorre num contexto, em que internacionalmente, os seus marcos regulatórios já nascem arcaicos para os padrões do capitalismo, pois este, vem desmontando os pilares da proteção social, como a política do pleno emprego, a universalização no acesso aos serviços e ao estabelecimento de um teto salarial mínimo e digno de sobrevivência para a classe trabalhadora.

Por isso Behring (2003) considera que a análise de Soares (2000, p. 35) é rica na caracterização desse período no país ao afirmar que “o país foi pego a meio caminho na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem- Estar Social”. Acrescentando que o Brasil teve esse processo,

[...] atropelado pelo ajuste neoliberal, alimentado pelo drama crônico brasileiro tão bem apanhado por Fernandes (1987), em que a heteronomia e o conservantismo político se combinam para delinear um projeto antinacional, antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes, em que a seguridade social ocupa um lugar concretamente secundário, à revelia “neo-sociais” e dos solidarismos declarados (BEHRING,2003, p. 250).

De acordo com Couto, Yazbek e Raichelis (2010) a política social no Brasil tem como característica histórica a baixa efetividade social e a subordinação aos modelos econômicos dominantes, sob a concepção que ela é incapaz de alterar o quadro de desigualdade social e pobreza que perpassa a sociedade brasileira. No campo da Assistência Social podemos dizer que se trata de um quadro mais grave, uma vez que essa política tem suas protoformas baseadas no favor, no clientelismo, sendo caracterizado historicamente segundo (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010, p. 33), como “não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas”.

Mas cabe destacar que com a promulgação da Constituição Federal (1988) e da Lei Orgânica de Assistência Social (1993) tem-se uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, que a coloca num novo campo: “o campo da Seguridade Social e da Proteção Social pública” (COUTO, YAZBEK e RAICHELIS, 2010, p. 33). Trata-se de uma nova matriz com a,

[...] centralidade da responsabilidade do Estado na regulação, normatização, proposição, implementação das políticas públicas no âmbito da proteção social e a proposta de descentralização e participação da sociedade no controle das políticas sociais [...] a constituição de 1988 redesenha “de forma radical o sistema brasileiro de proteção social, afastando-o do modelo meritocrático-conservador e aproximando-o do modelo redistributivista, voltado para a proteção de toda a sociedade, dos riscos impostos pela economia de mercado. (YAZBEK, 2012, p. 302).

A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (nº 8.742/93) em 7 de dezembro de 1993, é resultado da forte mobilização e pressão da sociedade civil que articularam uma luta pela sua aprovação. Assim, finalmente a LOAS se torna lei, estabelecendo para a Assistência Social, definições, objetivos, princípios, diretrizes, organização da gestão, benefícios, serviços, programas, projetos e financiamento dessa política.

A LOAS instala de forma singular, no plano legal, o rompimento com ações clientelistas e assistencialistas, embora a lei incorpore, o caráter da seletividade em contradição com o direito universal.

A LOAS estabelece para a Assistência Social o rompimento do paradigma assistencial com ações incertas, eventuais e pontuais de filantropia. Garante a esta um status jurídico-institucional como política de Estado, no âmbito da Seguridade Social, embora tenha sido tardiamente regulamentada, ou seja cinco anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Desse modo cabe retomar que, de acordo com Couto, Yazbek e Raichelis (2010), a LOAS introduz **um cunho civilizatório**, o que significa que a Assistência Social deve ser concebida e executada **no âmbito das garantias de cidadania sob a vigência do Estado**. Para as autoras esse cunho civilizatório nos permite afirmar que a LOAS inova em três aspectos: ao instituir um novo desenho institucional para a Assistência Social, afirmando o seu caráter de direito não contributivo; ao definir a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos aos serviços sociais e por último ao propor o controle da sociedade na formulação, gestão e execução da política, indicando caminhos alternativos para a sua construção, o que mostra que essa política estará em espaço permanente de disputa,

especificamente devido à lógica internacional de reajuste fiscal, com cortes de gastos para o âmbito social, que apresentou então um quadro de retrocesso social acompanhado de uma pauperização das políticas sociais.

Assim, temos que, política de assistência social se recompõe na contemporaneidade no marco das particularidades da formação social capitalista no país e das tendências contemporâneas do capital internacional, frente a um processo permanente de disputa dos sujeitos sociais, no âmbito das classes por sua hegemonia. Portanto, estamos falando de uma dinâmica complexa que passa a se expressar na Assistência Social e que não pode ser tomada a partir de uma análise unilateral, sem conectá-la as tendências do capitalismo e das formas de resistências da classe trabalhadora.

O contexto histórico-social do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da sua convocação extraordinária para a IV Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2003, e das deliberações lá consagradas, que de acordo com Lopes (2006), define a trajetória sobre a qual esse governo deveria reescrever a história da Assistência Social no país.

Não se pode deixar de considerar que o “choque de gestão” materializado na política de assistência social pós-2003, representa um avanço promovendo um cenário inteiramente distinto ao longo de toda sua trajetória histórica no país. Realizando um corte com o tratamento conferido à assistência social durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que criou o programa “Comunidade Solidária”, delegado à sua esposa Ruth Cardoso, marcando o primeiro-damismo e o voluntarismo ao relegar a responsabilidade ao terceiro setor, acentuando elementos conservadores dessa política⁸⁴. (RODRIGUES,2016).

As inovações recentes na política de assistência social, promovidas durante o governo Lula, também traz limites, pois não se pode desconsiderar que a proposta neodesenvolvimentista do governo, influenciada por direcionamentos dos organismos internacionais como Banco Mundial, com políticas de ajustes fiscais que limitam a proteção pública e refirmam respostas minimalistas do Estado perante a questão social, limitando o investimento público nas demais políticas de seguridade social (mercantilizando serviços) e investindo num direcionamento da política de assistência voltada para o combate à pobreza. Dessa forma vemos o impedimento inclusive a construção de uma rede socioassistencial

⁸⁴ “Se é verdade que a era FHC acentuou traços do voluntarismo e primeiro-damismo, também deu, graças à pressão, à época, de forças políticas de oposição ao seu governo, continuidade à implementação de parte do que determina a própria LOAS: o BPC continuou sendo pago, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) funcionou como espaço político ainda que nem sempre respeitado em suas decisões. Por outro lado, foi FHC que deu início ao bolsismo, com o Bolsa Educação, o Vale Gás, unificados e ampliados em seu alcance por Lula no PBF.” (RODRIGUES,2016, p. 38).

efetivamente pública, com serviços e benefícios a cargo do Estado, como apregoa o próprio SUAS, tendo vista que os serviços de alta complexidade no âmbito do SUAS são mantidos majoritariamente por instituições privadas, filantrópicas ou ONGs. Assim, cabe notar que o forte investimento do governo Lula na política de assistência social, tem um direcionamento voltado especialmente para os programas de transferência de renda focados no combate a pobreza, segundo Boschetti e Salvador (2006), nos anos de 2004 e 2005, se teve um dos maiores crescimentos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), de 26%, em relação aos demais fundos, mas ao se analisar a aplicação dos recursos por programas, percebe-se que há um fortalecimento dos programas de transferência de renda como (BPC e PBF), e um crescimento pífio de recursos do FNAS, que não chega a 5%, para manutenção de ações socioeducativas e protetivas.

O tempo do SUAS, como define Lopes (2006), exige de nós entendermos o que muda com ele e os desafios impressos para todos que lutam cotidianamente pela defesa pública e intransigente da Seguridade Social no país. Desse modo, o desafio é entendê-la neste campo e não desmembra – lá, conforme nos impõe a agenda neoliberal.

É nessa dinâmica complexa que se move a Assistência Social, como resultados das lutas de sujeitos sociais, onde 11 anos após a aprovação da LOAS, teremos o nascimento de uma **nova matriz para a Assistência Social**, que expressa de acordo com Couto, Yazbek, Raichelis (2010), o objetivo à materialização das diretrizes da LOAS. Conforme preconiza o artigo 204 da CF/88, ao estabelecer as diretrizes para que o governo organize e execute a Assistência Social, sendo eles: a descentralização político-administrativa; a participação da população via controle social; a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

É neste contexto que, o governo federal convocou extraordinariamente a IV Conferência⁸⁵ de Assistência Social, em dezembro de 2003, com o objetivo de reescrever a trajetória da Assistência Social. Após um amplo debate e decisão coletiva dos sujeitos sociais que tem construído historicamente essa política, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a nova matriz para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que dispôs sobre a implementação de um novo modelo de gestão - o SUAS, regulamentado pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, de 15 de julho de 2005:

85 [...] as deliberações da IV Conferência de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003 [no governo Lula] se coloca na perspectiva da materialização das diretrizes da Loas e dos princípios enunciados na Constituição Federal de 1988, entendendo a Assistência Social como uma Política Social inserida no Sistema de Proteção Social brasileira, no campo da Seguridade Social (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2010, p. 38).

Cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção as famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (PNAS, 2004, p. 41).

O SUAS se constituiu num modelo de gestão pública, com vista a extensão e a universalização da proteção social aos cidadãos no campo da Assistência Social, sendo responsável por sua organização e seu funcionamento, através da NOB SUAS- 2005, modificada e aprimorada em 2012. Desse modo, a NOB/SUAS vai normatizar a oferta das medidas de proteção social no âmbito desta política, definirá eixos estruturantes e organizará os elementos essenciais para o processo de execução da política, o que representará avanços neste campo.

A Lei Orgânica de Assistência Social traz em seu art. 2º, que a assistência social tem como objetivos:

- I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos [...];
- II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 2016, p. 08).

A PNAS ao reafirmar a Assistência Social como política de proteção social estabelece a lógica de organização dos serviços, programas e benefícios sociais, a partir de dois níveis de oferta: proteção social básica e proteção social especial.

A proteção social básica refere-se a ações preventivas, que visam a convivência, socialização, acolhimento e inserção dos sujeitos; voltando-se principalmente para as famílias, uma vez que procura potencializar e fortalecer os vínculos familiares das populações em situação de vulnerabilidade social.

O órgão responsável e indicado pelo SUAS para prestar a assistência básica é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em área de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano.

“[...] O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário” (PNAS, 2004, p. 36). O CRAS deve ser a porta de entrada para o acesso à política, devendo congrega a articulação com a rede sócio assistencial e o caráter intersetorial da política.

A Proteção Social Especial tem como objetivo atender cidadãos que tiveram os seus direitos violados. E caracteriza-se por um serviço especializado e de caráter complexo.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004, p. 39).

Essa modalidade de proteção social especial se subdivide ainda em média e alta complexidade. Essas subdivisões correspondem ao nível de complexidade dos programas, projetos, benefícios e serviços, perante a apuração das prioridades da proteção social.

A proteção social de média complexidade é aplicada quando já houve violação de direitos, porém permanecem os vínculos familiares. Esse nível de proteção será prestado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), “junto a famílias, seus membros e indivíduos, em seu contexto comunitário, tendo por finalidade a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário, em atendimento especificamente provocado pela violação de direitos”. (SIMÕES, 2009, p. 318).

A alta complexidade trata-se de quando, além dos direitos terem sido violados, rompeu-se também os vínculos familiares. Nesse caso, se garante a proteção integral para aqueles indivíduos que se encontram em situação de ameaça e necessitam ser retirados do seio familiar. Esses serviços socioassistenciais serão prestados pelo Poder Público, através de “atendimento integral institucional; casa lar; república; casa de passagem; albergue; atendimento domiciliar; família substituta; família acolhedora; medidas socioeducativas e privativas de liberdade; trabalho protegido” (SIMÕES, 2009, p. 319).

Essa especificação dos tipos de proteção social compete não somente a política de assistência social, mas também as demais políticas, uma vez que o sentido de proteção social vai além da possibilidade de uma única política. Sendo necessário o conjunto delas para que os direitos sejam garantidos e as necessidades atendidas.

A PNAS traz em seu cerne conteúdos que identificam avanços para o âmbito da política de Assistência Social, mas, também reflete alguns retrocessos frente a lógica capitalista. Nesse sentido, para Couto (2010), a PNAS introduz os seguintes elementos:

- 1) os usuários da política de Assistência Social;
- 2) a incorporação da abordagem territorial;
- 3) a matricialidade sociofamiliar;
- 4) o financiamento
- 5) os trabalhadores e da gestão do trabalho no Suas
- 6) sistema de informação

Para as autoras Couto, Yasbek e Raichelis (2010) historicamente no que tange aos usuários, a política de assistência social foi marcada pela herança conservadora da identidade dos usuários dessa política; pela ausência do debate da classe social; pelo estigma da Assistência Social como uma política desorganizada, despolitizada e a margem de manobras eleitorais. A PNAS busca introduzir nesse campo, o paradigma do usuário enquanto sujeitos portadores de direitos, construindo parâmetros para que esses sujeitos adquiram condições políticas e sociais de pensar a sociedade e o seu lugar nela.

Quanto à abordagem territorial, se apresenta enquanto uma categoria fundamental para o planejamento e oferta dos serviços, programas e benefícios sociais previstos no âmbito da política. Essa abordagem

[...] propõe que as ações públicas da área da Assistência Social devem ser planejadas territorialmente, tendo em vista a superação da fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizar a vigilância social das exclusões e de estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e risco sociais (PNAS, 2004 apud COUTO et al., 2010, p. 50).

A compreensão da territorialidade nos leva a perceber uma descentralização da política onde decisões podem ser tomadas a partir dos municípios. Buscando quebrar com o mandonismo⁸⁶ na política e com as decisões advindas de cima para baixo (mas infelizmente

⁸⁶ Mandonismo designa uma característica da política brasileira que existe desde o período histórico do Brasil Colônia. E ainda se apresenta em algumas regiões do país. O termo deriva para designar o mandão, o chefe, o coronel, ou seja indivíduos que devido a algum recurso estratégico por exemplo, posse de grandes propriedades de terra, exerce sobre a população local ou regional um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado, a espaços culturais e à espaços políticos, ou a própria política da sociedade. Onde a população fica à mercê de mandos de algum ou alguns indivíduos que exerçam um poder político e/ou econômico e que se

ainda se presencia em muitos municípios traços marcantes do mandonismo em que a falta de Plano de carreira, cargos e salários (PCCS) como estabelece a NOB-SUAS/RH, o que acarreta em poucos profissionais de carreira o que leva ao interrompimento de ações e prestação de serviços, pois quando se muda o governo municipal a cada quatro anos, altera-se praticamente toda a equipe que trabalhava na política de assistência, outro fator é que a falta do PCCS levam a relações contratuais precarizadas de trabalho contribuindo para assédio moral em relação a trabalhadores da política de assistência social que muitas vezes se veem a mercê do mandonismo de muitos políticos que tentam desvirtuar a política de assistência em ações caritativas para a barganha de votos).

Mas é valido destacar que a possibilidade de planejar e monitorar a política nos municípios pode contribuir para o reconhecimento de determinações que consideram as particularidades históricas, sociais, políticas e culturais de cada território. No sentido de que seja fomentado ações concretas a partir do território.

Assim, a dimensão territorial, como um dos eixos da política de Assistência Social, representa um avanço potencialmente inovador, ainda mais porque incorpora um noção ampliada de território, para além da dimensão geográfica, concebendo-o como “espaço habitado”, fruto da interação entres os homens, síntese de relações sociais. (COUTO et al., 2010, p. 51).

Sabe-se, que o princípio da territorialização adotado pelo SUAS significou um avanço no sentido de uma maior proximidade do cidadão com a política, e de um maior conhecimento e intervenção das diversas situações que se apresentam nos territórios, gerando assim um espaço de potencialização de direitos. Porém, o vetor da descentralização nas políticas sociais públicas pode expressar também repasse das responsabilidades no trato com as expressões da questão social, para os municípios, sem o repasse das verbas. Embora não seja nosso tema de debate a abordagem da territorialidade é complexa e merece maior aprofundamento diante do atual contexto da dinâmica capitalista, de retração do Estado no campo das políticas sociais públicas.

Cabe ainda destacar que, as transformações urbanas advindas das tendências contemporâneas da questão social, produz o acirramento das mazelas sociais tais como o empobrecimento da população, o desemprego, o subemprego, além de outras consequências como o crime, a violência, aprofundando ainda mais as diferenças entre grupos e classes sociais.

utiliza deste poder de forma arbitrária. Segundo Leal (1975, p.39), “[...] o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: ‘para os amigos pão, para os inimigos pau’.”

Essa nova cartografia social da cidade expressa a emergência de um novo padrão de organização das diferenças no espaço urbano, que redefini os processos de interação social e de sociabilidade coletiva, promove acessos diferenciados a informação, à diversidade de oportunidades e aos equipamento e bens públicos, transformando as concepções de público e os parâmetros de convivência pública. (cf. Raicheles, 2006)⁸⁷. [...] A dimensão territorial da política de assistência social precisa considerar, portanto, as diferentes escalas territoriais, que podem está referidas tanto aos microterritórios quanto ao macroterritório nacional, passando pelas diferentes configurações territoriais regionais. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 52).

É preciso considerar ainda que o processo de territorialização não gere estigmas relacionados como: “o território mais pobre”, “mais perigoso”, dentre outros estigmas, fortalecendo em nome da política pública ações focalizadas no mais pobre, no mais miserável, ao invés de estabelecer políticas universais, e que garantam acessibilidade e igualdade entre os cidadãos. A territorialização se apresenta, portanto, como uma categoria importante no sentido de responder as necessidades sociais da população, via fundo público, mas também, pode ser perigosa a utilização inadequada dessa categoria, podendo, inclusive levar a segregação de regiões e dos usuários que lá habitam⁸⁸.

Outro aspecto diz respeito a matricialidade sociofamiliar. A PNAS tende a ampliar a concepção dos usuários da política,

[...] pois se desloca a abordagem do indivíduo isolado para o núcleo familiar, entendendo como mediação fundamental na relação entre sujeitos e sociedade. Aspecto polêmico, pois envolve desde a concepção de família (de que família está se falando?) até ao tipo de atenção que lhe deve ser oferecida. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 44).

Cabe destacar ainda que, a matricialidade sociofamiliar é uma abordagem importante, pois nos permite compreender uma mediação entre sujeitos e sociedade compreendendo, não de forma isolada, mas como parte constitutiva do núcleo familiar. O debate sobre a família é um foco da PNAS, uma vez que permite o seu fortalecimento no enfrentamento das necessidades sociais.

Na PNAS, a matricialidade familiar significa que o foco da proteção social está na família, princípio ordenador das “ações a serem desenvolvidas no âmbito do Suas, Mas, como afirma a NOB-Suas não existe família enquanto modelo idealizado e sim famílias resultantes de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes dessas famílias. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 54).

⁸⁷RAICHELES, Raquel. Gestão pública e a questão social na grande cidade. Lua Nova, São Paulo, n. 69, 2006.

⁸⁸ Para aprofundamento acerca deste debate ver ABREU, Maria Helena Elpídio. **Território, política social e serviço social**: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo. Campinas: Papel Social, 2016.

A política de Assistência Social ao estabelecer a abordagem do indivíduo para o centro familiar pode apresentar um avanço no sentido de não entender o indivíduo de forma individualizada, desfocado de suas relações sociais e de seu processo histórico. Por outro lado, deve minuciosamente ponderar a definição decorrente da concepção de culpabilização das famílias, onde se reproduz uma lógica moralista, de famílias desestruturadas, jogando a responsabilidade dos problemas sociais para a família, naturalizando as expressões da questão social. Cabe ressaltar que,

O reforço da abordagem familiar no contexto das políticas sociais, tendência que se observa não apenas na assistência social, requer, portanto cuidado redobrado para que não se reproduzam regressões conservadoras no trato com as famílias, nem se ampliem ainda mais as pressões sobre inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias pobres. (CAPACITA SUAS, 2008, v. 1. p. 59 apud COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 44).

Nesse sentido, não podemos considerar a “vulnerabilidade e risco social”, como responsabilidade dos indivíduos culpabilizando-os pelas mazelas sociais, e por sua condição de vida. A questão vai muito além de uma dinâmica baseada em uma análise de integração social, onde o usuário é considerado apenas em sua dimensão familiar e individual, deixando de lado a análise da contradição capital/trabalho e expropriação da força de trabalho, fatores estes resultantes de toda mazela e pobreza social produzida nessa sociedade.

Apoiados em Pereira (2005) apontamos uma crítica em relação à consolidação da PNAS, sobretudo naquilo que tange a “vulnerabilidade social”. Onde apesar de um avanço para a política de Assistência Social, tal política continua em uma perspectiva marcada pelo reducionismo naquilo que diz respeito a cobertura dos riscos sociais. Em especial, como já destacado acima, da vulnerabilidade social que não é reconhecida enquanto manifestação da “questão social”. Nessa direção nos apoiamos em Pereira (2005, p. 8) ao afirmar que a,

[...] política reducionista de cobertura de riscos e vulnerabilidades extremas, sem o necessário investimento nas suas potencialidades preventivas, tirando a capacidade da política de assistência de alçar-se à condição de política de inclusão Social e de reconhecimento de direitos.

Apoiados em Pereira (2005) compreendemos que o termo da vulnerabilidade social é muito maior que a simples falta de meios de subsistência. Na verdade consideramos que a questão da vulnerabilidade se encontra intrinsecamente ligada ao contexto social em que o sujeito se encontra inserido. Na maioria das vezes, o contexto em que os sujeitos estão inseridos,

pressupõe uma realidade que aproxima a noção de cidadania com a premissa do consumo. O “risco e vulnerabilidade” devem ser analisados como sendo manifestações da “questão social”.

O conceito de risco e vulnerabilidade social a partir da concepção teórica de Robert Castel passam a adquirir centralidade na fundamentação e no plano operacional da Política Nacional de Assistência Social brasileira. A PNAS (2004) coloca-se enquanto política protetiva em face de situações de risco, vulnerabilidade, exclusão e danos sociais. Adotando como eixo de intervenção a matricialidade sociofamiliar e o território (este é lócus de organização do serviço e ações socioassistenciais), tendo a proteção dividida em níveis de atenção básica e especial (média e alta complexidade), assegurando as seguintes seguranças socioassistenciais: Renda/autonomia; acolhida; convívio familiar.

Robert Castel (1998), parte da análise que o conceito de vulnerabilidade e risco está articulado aos processos de crise do capital que geraram um processo de acirramento do desemprego, exclusão social e do empobrecimento generalizado de parcela significativa da classe trabalhadora. Assim, frente as novas configurações do trabalho se tem uma inadequação dos sistemas de proteção social, pois as sociedades modernas são construídas sob o alicerce da *insegurança*, não possuindo a capacidade de oferecer proteção aos indivíduos, acarretando assim, em situações de vulnerabilidade social, segregação e desfiliação que colocam em risco a coesão social. Para Castel as mudanças ocorridas no mundo trabalho a partir da década de 70, geram uma desproteção social, pois o Estado se torna menos capaz de manter um equilíbrio social, esses fatores associados resultam em um acirramento do desemprego e do empobrecimento fazendo emergir uma nova questão social com prendida a partir do enfraquecimento da condição salarial.

Em sua compreensão, as regulações ao redor do trabalho passam gradativamente a perder seu poder de integração, reproduzindo-se com isso, a vulnerabilidade e o risco de uma fratura capaz de gerar a “desintegração social”, e por este motivo, situa como eixo central da “nova questão social”, o fenômeno da precarização do trabalho, desencadeado pela reestruturação do capital, que culmina com o processo de vulnerabilidade das massas e produzem o desemprego e a desfiliação”. (MIGUEL, 2015, s.p grifos do autor)

De acordo com Castel a insegurança que os indivíduos acabam sendo submetidos devido as mudanças socioeconômicas que geram fragilidades nos sistemas de seguridade social, é que gera o surgimento de uma nova geração de risco: riscos industriais, tecnológicos, sanitários, naturais, ecológicos, etc, que surgem ligadas a promoção da modernidade pelo

desenvolvimento das ciências e tecnologias que se voltam contra a natureza. Assim, a inquietação de Castel se refere a

[...] difícil manutenção da articulação indivíduo-coletivo que manteve o pacto social até o início dos anos 1970, no contexto de formação de novos modos de individualização marcados pela falta de proteção social e vínculos estáveis de trabalho que passam a exigir uma readequação dos sistemas de proteção social que responda a esta realidade (MIGUEL, 2015, s.p).

A crítica em relação a análise casteliana diz respeito ao fato de pensar a formulação das políticas sociais sob a perspectiva do controle dos riscos, que se dá não sob um empreendimento coletivo, mas uma estratégia individual, tratando as políticas no âmbito da individualização das proteções e não em uma articulação mais universalizante. “[...] a problemática da proteção se redefine em torno da figura do indivíduo moderno que experimenta sua vulnerabilidade” (CASTEL, 2005 apud MIGUEL, 2015, s.p). Assim, o novo sistema de proteção social exige,

[...] que se leve em consideração as situações particulares dos indivíduos singulares e suas carências, a exemplo da multiplicação de políticas locais de inserção e de assistência social focalizada, com destaque para a Renda Mínima de Inserção (RMI), que surge com o intuito de formatar um novo regime de proteção social. (MIGUEL, 2015 s.p).

Nesse sentido para Castel (1998),

[...] é possível identificar que a recorrência ao conceito de desfiliação social e em corolário o conceito de vulnerabilidade e risco social, são formulados na tentativa de explicar os determinantes históricos que finalizam um “contrato social” construído tendo como base o Estado Social, acarretando a degradação dos princípios de solidariedade e precarização do trabalho. Neste sentido, a questão social é apreendida sob o ponto de vista social de uma “inquietação”, quanto à capacidade de manter a ‘coesão social’ de uma sociedade. Os laços sociais e os riscos de fratura dos vínculos sociais e da coesão social são os elementos da maior relevância nestes estudos, sendo utilizados para caracterizar a emergência de uma suposta “nova questão social”, portadora de novos conflitos e determinações. Importante destacar a importância que estes pares conceituais passam a adquirir nas políticas sociais, especificamente a política de assistência social, atribuindo contornos, prescrições e ordenamentos para sua intervenção. (MIGUEL, 2015, s.p).

A noção de coesão social para Castel se insere para,

[...] enquadrar as expressões da questão social no quadro da problemática da integração ou da anomia, que deita raízes no arcabouço teórico das ideias positivistas de Émile Durkheim, que estabelece a integração dos indivíduos numa espécie de relação harmônica entre as partes e o todo social. [...] Com isso, temos diante de nós

pares conceituais que fundamentados em matrizes sociais de cunho conservadoras, mais obscurecem do que esclarece a totalidade das relações sociais em que o fenômeno está envolvido, e por isso, deixam de apreender as condições concretas que fazem do desemprego crescente, e da pauperização ampliada, parte constitutiva da dinâmica da acumulação capitalista.

Nesse sentido deve se estabelecer uma crítica ao conceito de vulnerabilidade social na concepção de Castel, que o atrela a um enigma de uma coesão social que vem sendo corrompida levando a risco de fratura dos vínculos a uma “nova questão social”, análise esta que não apreende as contradições concretas da sociedade capitalista baseada na exploração do trabalho e no acúmulo da riqueza socialmente produzida que deixa à margem uma gama de pauperizados, o que leva a uma tendência de naturalizar a “questão social” desassociando-a do processo de acumulação do capital do próprio modo de produção que a cria. Trata-se portanto de uma concepção teórica que desistoriza a questão social, convertendo-a numa questão de coesão social. Para Netto (2000),

A tese aqui sustentada – e, evidentemente, oferecida como hipótese de trabalho- é a de que inexistem qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. (NETTO, 2001, p. 48).

Concordamos com Netto (2001), quando este ressalta que devemos compreender a questão social como oriunda da contradição Capital x Trabalho, e portanto intrínseca a sociedade capitalista, em que a pobreza cresce na razão direta em que aumenta a capacidade social de produzir riqueza.

Retomando a análise dos eixos no âmbito da política de Assistência Social, outro que merece destaque refere-se as formas de financiamento. Nesse sentido passa haver uma articulação entre os três entes federativos do governo, visando uma articulação para o repasse de recursos, cujo objetivo é garantir o cofinanciamento dessa política, com vista a ampliação e a descentralização político-administrativa. Portanto, o financiamento deve ser fundo a fundo e a partir da coparticipação dos entes federativos nesse processo.

[...] a principal inovação é a ruptura com a lógica convenial e a instalação do cofinanciamento pautado em pisos de proteção social básica e especial e em repasses fundo a fundo, a partir de planos de ação. Em consonância com os princípios democráticos de participação e as prerrogativas legais da Política de Assistência

Social, que deve primar pela participação, transparência, descentralização político-administrativa e controle social, os fundos de Assistência Social são o lócus privilegiado para a gestão do financiamento da política pública nas três esferas do governo (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 44- 45).

Embora o financiamento da política de assistência social tenha representado um avanço para a política no sentido de regulamentar as transferências de recursos fundo a fundo, no âmbito das três esferas do governo, ao propor critérios de transferência de recursos, fundo a fundo, percebemos que muitas vezes há uma ausência de cofinanciamento por parte da esfera estadual. Na medida em que não é determinado um percentual mínimo de repasse dos recursos do governo estadual para o os municípios, este último fica com a maior parte da responsabilidade de financiar as ações no campo da política de assistência social. Presencia-se uma tensão entre planejamento e orçamento no SUAS, situação que tende a se agravar com o congelamento dos gastos públicos em políticas públicas e sociais por 20 anos, em medida adotada pelo governo Temer, como já salientado ao longo deste trabalho.

Assim, temos que

Os critérios ainda são acordos estabelecidos no âmbito das Comissões Intergestoras, campo das disputas pela direção da política e do seu financiamento na esfera estadual e sob as quais os conselhos municipais têm exercido “de forma frágil sua prerrogativa de controle social na gestão (ARAÚJO et al., 2010, p. 110).

Neste sentido, os recursos não podem ser utilizados pela esfera estadual para a realização de ações que não visem a garantia de benefícios e serviços assistenciais. Outro fator que se percebe é que devido a falha no sistema de gestão, pode se ter uma falta de transparência na destinação e utilização dos recursos disponíveis. E isso pode ser atribuído a uma falta de articulação e mobilização dos conselhos municipais que não exercem um controle social efetivo.

Os recursos destinados pelo Estado para o Município podem ser inferiores as demandas dos municípios, uma vez que não se é realizada uma análise histórica e processual sobre a amplitude dos reflexos da pobreza e suas manifestações no âmbito municipal.

Por outro lado, Araújo, (et al., 2010) aponta que em todos os municípios pesquisados⁸⁹, “a ausência de cofinanciamento por parte da esfera estadual, pode ser explicado pelo teor da

⁸⁹Essa pesquisa foi realizada sob coordenação da Prof.^a Maria Ozarina da Silva e Silva. A pesquisa foi realizada no período de 2005 a 2006, justamente nos anos iniciais de constituição do SUAS no país e compõe a publicação da obra COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010, sob o título Implantação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) nos estados do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados de pesquisa empírica.

Norma Operacional que, ao propor critérios de partilha de recursos, formas de pactuação e deliberação, não determina um percentual mínimo de transferência” (2010, p. 109).

Outro agravante no financiamento, que a pesquisa apontou, diz respeito a execução orçamentária e financeira, que não tem funcionado de acordo com as exigências previstas no âmbito do sistema. E prevê que cabe ao Secretário de Assistência Social ser o gestor do fundo. Desse modo, foi identificado que em muitos municípios quem assume a gestão do fundo é o Prefeito ou o Secretário de Finanças ou de Administração, com o argumento de que na Secretaria não existem pessoas qualificadas para tal ação. Isso parece nos reiterar, no campo da Assistência Social pública, “a lógica do mandonismo dos antigos coronéis, agora substituídos por empresários, políticos e donos de terras que funcionam de forma isolada ou através de alianças” (ARAÚJO, 2010, p. 123).

Essa lógica vai se articulando com a perversa lógica de redução do orçamento para o financiamento das políticas de Seguridade Social, compondo o cenário de que o Estado precisa ter zelo com as contas públicas, cortar custos e otimizar recursos.

A lógica que assume o financiamento em tempos do SUAS nos leva a problematizar outro mecanismo de gestão: o planejamento que envolve tanto os serviços socioassistenciais quanto o planejamento orçamentário. A maioria dos municípios não se encontrava capacitado para “coletar informações, sistematizá-las e elaborar diagnósticos tecnicamente bem fundamentados, ações necessárias ao desenvolvimento do planejamento” (ARAÚJO, 2010, p. 112). Assim como uma dificuldade de uma caracterização mais profunda da rede socioassistencial da própria vigilância socioassistencial no município.

Por outro lado,

Alguns gestores chegam a afirmar que não há orçamento para a Assistência Social no sentido de que não detêm as informações acerca do montante de recursos de que podem dispor. Isto é justificado pela dificuldade de definir o valor dos serviços prestados no âmbito dessa política para viabilizar o planejamento das ações. (ARAÚJO et al., 2010, 112).

Isso pode indicar que a questão social tende a se intensificar tão fortemente que não é possível na era do *capital mundializado*, prever formas de intervenção que não estejam nos limites da sociabilidade burguesa.

Desse modo, os planos municipais de Assistência Social passam a se constituir “em cumprimento às normativas do SUAS, como requisito de acesso aos recursos federais”

(ARAÚJO, 2010, p. 113). Isso nos leva ainda a outra questão: o SUAS vem sendo operado no território brasileiro, na grande parte das vezes, apenas com os recursos dos programas de transferência de renda que são repassados a sua execução para os municípios. O que indica que o cofinanciamento e as responsabilidades dos entes federativos no pacto de gestão da política de Assistência Social ainda precisam ser revistos. Isso ainda requer muitos avanços, tendo em vista garantir sua plena efetivação. Trata-se de um desafio que também se coloca para o exercício do controle social efetivo pelos diferentes sujeitos envolvidos na implementação do SUAS.

Podemos considerar que a participação social na nova arquitetura do SUAS é um elemento central para o seu funcionamento, embora seja carregado de muitos desafios. A PNAS estabelece os Conselhos enquanto espaços políticos de luta e disputas, espaço de negociação e mediação fundamental do processo democrático.

Por outro lado, esse campo ainda é marcado pela forte tradição de pouca participação efetiva no controle da política. Além da ausência de estruturas adequadas para o seu funcionamento, existe ainda a necessidade de política de capacitação efetiva dos conselheiros para que possam levá-los ao conhecimento, além dos aspectos normativos da política, ao conhecimento da função política que exerce o conselho, no âmbito da gestão do SUAS.

Quanto à questão dos trabalhadores e da gestão do trabalho no SUAS, a questão a ser destacada trata-se das formas, condições e organização em que esse trabalho deve se realizar no âmbito desse sistema. Esse elemento se apresenta como algo fundamentalmente inovador, mas totalmente paradoxal para as tendências contemporânea do capitalismo⁹⁰

Trata-se de *ressignificar o trabalho na Assistência Social*, de construir um perfil profissional que seja compatível com o caráter público e democrático da política, conforme preconizado nos seus marcos regulatórios. Para isto a NOB/SUAS-RH (2006), vai se constituir no instrumento normatizador e regulador nesse campo, ao prever a valorização do trabalhador, condições adequadas de trabalho, estabilidade, plano de carreira, política de qualificação permanente, remuneração adequada e que seu ingresso na carreira seja por meio de concurso público.

⁹⁰ “É preciso destacar que a desregulamentação e a precarização das relações de trabalho no Brasil a partir da década de 1990, tem sido um fenômeno amplamente estudado e debatido por vários autores, merecendo extensa literatura sob os seus diferentes ângulos e dimensões” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 59).

Envolve, também, nesse processo o domínio dos fundamentos teóricos, técnicos e operativos do SUAS, para que se possa estruturar práticas sociais que possam contribuir para o fortalecimento da política.

Nesses termos, a NOB/Suas-RH (2006) representou um esforço político significativo de pactuação federativa nos espaços intergestores estaduais e federal, consideradas as resistências e dificuldades políticas que tiveram que ser operadas para viabilizar sua aprovação. Nesse sentido, pode-se afirmar que a NOB-RH não é a definição ideal e acabada frente às necessidades de recursos humanos para o funcionamento adequado do SUAS, mas é resultado do viável histórico, dentro da correlação de forças políticas que participaram do processo de negociação. (COUTO; YASBEK; RAICHELIS, 2010, p. 58)

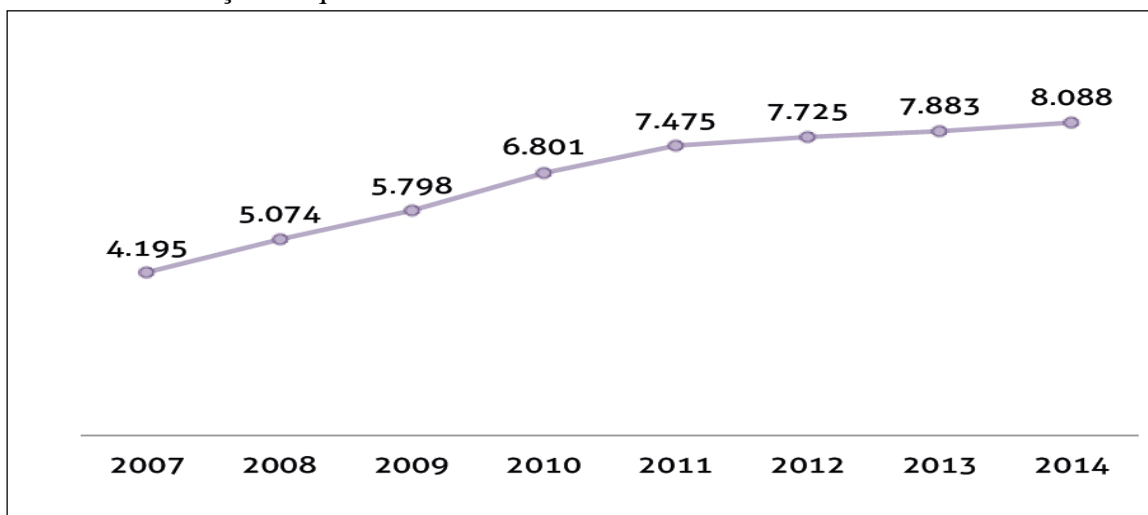
É sem dúvida um avanço estabelecer e pensar a qualidade dos serviços sociais públicos ofertados, no âmbito do sistema. Entretanto, é necessário qualificar o trabalhador dessa política, o que também, prevê o rompimento com as formas tradicionais e precarizadas de contratação. No entanto, a gestão do trabalho nessa política vem se dando de forma precarizada, diante da redução de recursos financeiros para a contratação de pessoal, dos retrocessos na consolidação das carreiras públicas por ser fortemente marcada pela rotatividade, desvalorização do funcionalismo público e precarização do trabalho. Elementos estes que, posteriormente na análise dos dados da pesquisa deste trabalho, iremos apresentar e discutir. Mas nessa direção de desmonte das políticas sociais, as referências bibliográficas numa perspectiva crítica já nos indicam que as tendências próprias do capitalismo contemporâneo avançam sob a política de Assistência Social.

Através da pesquisa realizada neste trabalho, dados serão apresentados no próximo capítulo, em que analisaremos as condições de trabalho dos assistentes sociais trabalhadores do SUAS no município de Teófilo Otoni. Neste contexto, foram identificados aspectos no cotidiano profissional que afetam as condições de trabalho da/o profissional assistente social e incidem diretamente no seu exercício profissional. Dentre tais aspectos destacam-se: trabalho constrangido pelas práticas clientelistas ainda muito presente nos municípios, e que se encontram também presentes no município em que a esta pesquisa foi realizada (ainda que com um viés camuflado). Tais práticas clientelistas desconsideram as diretrizes democráticas na assistência social; trabalho submetido a uma lógica produtivista, centrada nas metas quantitativas, nos controles burocráticos e gerenciais tecnicistas; equipes incompletas ou substituídas por profissionais sem formação qualificada no CRAS e CREAS; ausência e/ou insuficiência na capacitação das equipes de referência; ausência e/ou insuficiência de admissão

por concurso público, com número significativo de profissionais contratados por tempo determinado e com baixos salários; remuneração insuficiente dos trabalhadores; sobrecarga de atividades, considerando a demanda no território e a insuficiência de equipe; dentre outros.

Vimos um vertiginoso crescimento no campo de trabalho do assistente social, especialmente, devido a implantação do SUAS através dos equipamentos de execução da política de assistência social no nível de proteção social básica. Segundo dados do Censo SUAS em 2007 havia 4.195 equipamentos de CRAS implantados, em 2012 estavam implantados 7.725 CRAS. Já em 2014 os dados apresentam 8.088 CRAS implantados em 5.485 municípios o que corresponde à presença desse equipamento em 98,5% dos municípios do país de acordo com o Censo Suas 2014. No gráfico 3, poderemos perceber o crescimento da implementação dos CRAS nos últimos anos.

Gráfico 3- Evolução da quantidade de CRAS- Brasil 2007 a 2014.



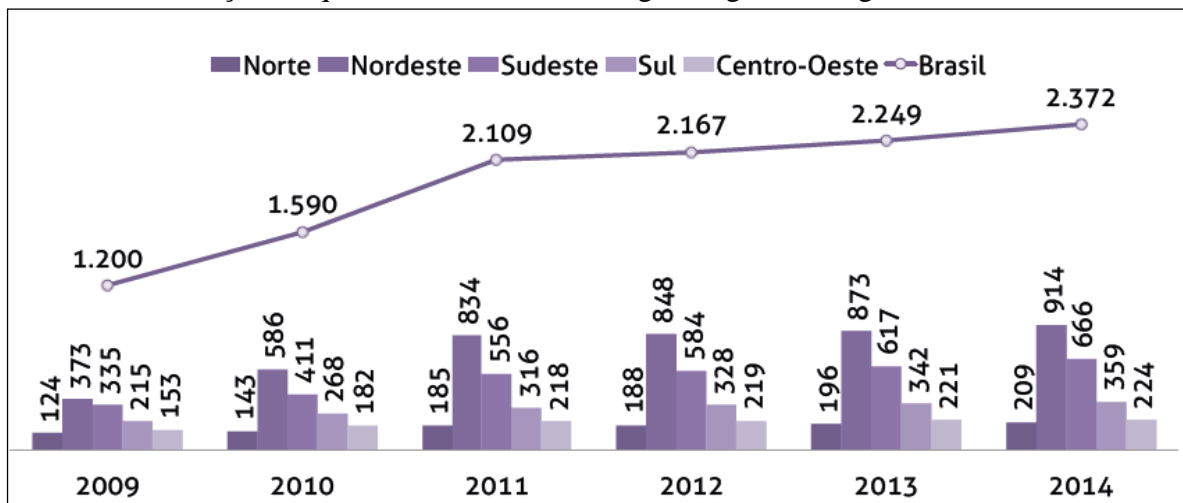
Fonte: MDS, CENSO SUAS, 2014.

Pela primeira vez o Censo Suas de 2014 traz a quantidade de equipamentos referentes aos Serviços de Convivência⁹¹ tendo 7.882 centros implantados.

⁹¹ “De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é realizado em grupos e deve ser realizado no CRAS, ou em Centros de Convivência referenciados ao CRAS, e é voltado ao atendimento de famílias, inclusive crianças, adolescentes e idosos. Esses Centros, onde o SCFV é executado, podem ser públicos ou privados (conveniados ou não), desde que referenciados ao CRAS. Os Centros de Convivência são unidades que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e podem ser de caráter público ou privado. Juntamente com os CRAS, compõem a rede de proteção social básica e ofertam serviços direcionados para grupos específicos, dentre eles crianças, jovens e idosos” (BRASIL, 2015, p. 74).

A tendência de crescimento também é presente no número de CREAS, em 2009, existiam 1.200 unidades. Em 2012, já eram 2.167 unidades, em 2014 são 2.372 CREAS implantados no Brasil. Segue gráfico 4 com dados estatísticos da quantidade de CREAS.

Gráfico 4- Evolução da quantidade de CREAS segundo grandes regiões-Brasil, 2009 a 2014



Fonte: MDS, Censo SUAS, 2014.

Percebemos que com o crescente número de unidades de CRAS e CREAS e consequente ampliação dos serviços, temos também um aumento no número de trabalhadores no SUAS. Segundo o Censo SUAS 2014 a maior parte dos trabalhadores do SUAS estão alocados nos CRAS, sendo um total de 95.325 trabalhadores e no CREAS um total de 22.082.

De acordo com a NOB-RH/SUAS, a equipe de referência que compõe os CRAS para a prestação dos serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Básica nos municípios devem ser as seguintes de acordo com o quadro 03.

Quadro 3- Equipe de referência dos CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB-RH/SUAS, 2006.

De acordo com a NOB-RH (2006), as equipes de referência dos CRAS devem contar sempre com um coordenador independente do porte do município e ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios assistenciais.

A equipe de referência que deve compor os equipamentos do CREAS, são as seguintes de acordo com o quadro 04.

Quadro 4- Equipe de referência do CREAS

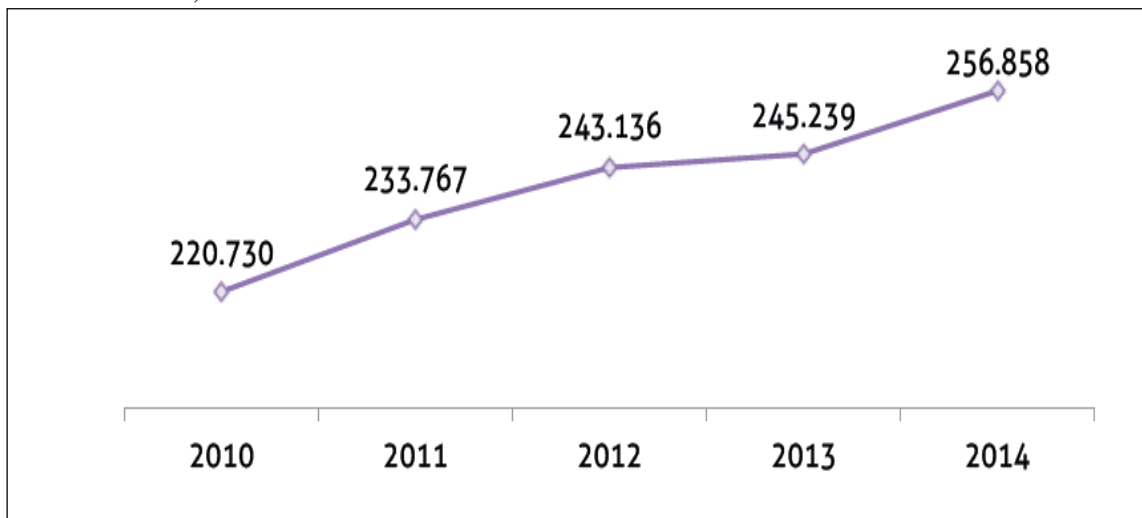
Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos
1 coordenador	1 coordenador
1 assistente social	2 assistentes sociais
1 psicólogo	2 psicólogos
1 advogado	1 advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

Fonte: NOB-RH/SUAS, 2006.

Mas o que presenciamos na maioria dos municípios principalmente de pequeno porte é que a composição da equipe mínima de referência não é seguida, muitos equipamentos da assistência social se encontra com a equipe desfalcada, soma-se a isso o alto índice de rotatividade nos equipamentos devido a contratos precários de trabalho e a falta de um Plano de carreira, cargos e salários e a não efetivação de concursos públicos. A não implementação da NOB-RH/SUAS na maioria dos municípios brasileiros leva a situações precárias de trabalho, e apesar da NOB-RH estabelecer que a qualidade dos serviços socioassistenciais depende da estruturação do trabalho, qualificação e valorização dos trabalhadores no SUAS, e que a gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve garantir a despreciação dos vínculos de trabalho e o fim da terceirização dos trabalhadores do SUAS, muito do que se vê é que a NOB-RH não vem sendo seguida nem implementada, como poderemos perceber pelos dados da pesquisa de campo apresentados neste trabalho no item 4.2. Assim, temos um grande contingente de trabalhadores no âmbito da política de assistência social sofrendo com precárias condições de trabalho.

Os dados do Censo SUAS (2014), mostram um gradativo crescimento no número de trabalhadores no SUAS, passando de 221 mil trabalhadores em 2010, para 256 mil, em 2014. Como mostra gráfico que se segue.

Gráfico 5- Evolução da quantidade de trabalhadores na Secretarias Municipais de Assistência Social – Brasil, 2010 a 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS, 2014.

Segundo o Censo SUAS (2014), ao longo desse período analisado pode-se perceber uma retração no percentual de servidores estatutários e um aumento de trabalhadores com outros vínculos nas Secretarias Municipais de Assistência Social. Segundo o Censo SUAS a maior parte dos trabalhadores se enquadrava na categoria “outros vínculos”, que contempla consultores, servidores cedidos, terceirizados, estagiários, etc. Isso indica a prevalência nas unidades de atendimento da assistência social de vínculos empregatícios precários o que pode impactar diretamente na oferta dos serviços.

Verifica-se de um lado um aumento significativo nos postos de trabalho para as/os assistentes sociais e demais trabalhadores no âmbito do SUAS. Mas, concomitantemente, percebe-se a precarização das condições de trabalho através das formas de contratação flexível, e demais inseguranças promovidas ao trabalhador nessa lógica perversa que assola o mundo do trabalho.

Vimos, então que a implantação da nova matriz para a política de Assistência Social foi marcada por um momento de possibilidades, que são definidas em uma conjuntura adversa, onde “os sujeitos comprometidos com sua feição pública buscam construir um projeto de resistência e de ruptura frente à implosão de direitos alimentada pelo ideário neoliberal” (COUTO; YASBEK; RAICHELIS, 2010, p. 59). E como em toda conjuntura adversa e marcada por um movimento dialético, se tem algumas questões que merecem ser refletidas, uma vez que representam acontecimentos incertos que devem ser debatidos e superados. Por exemplo, a herança conservadora da identidade dos usuários das políticas sociais assistenciais que os nega

enquanto cidadãos de direitos; a falta de debates acerca da classe social; a perda no processo de trabalho onde os salários são rebaixados e perde-se a qualidade do emprego; e a não problematização dos conceitos de vulnerabilidade social e risco. Portanto, faz-se necessário considerar que:

A constituição do SUAS, esse fenômeno tão recente, nos indica que estamos frente a algo extremamente paradoxal. Por um lado, um forte e inédito investimento do Estado na assistência social, o que implica num crescimento da visibilidade e importância estratégica dessa política setorial. [...] Contudo, esse investimento diz respeito a um fenômeno paradoxal, pois esse crescimento, que parece indicar, como já sinalizamos, uma resposta aos anseios dos setores progressistas da profissão e da sociedade, e a conquista da assistência como uma política de seguridade pública, contém também uma face não tão explícita que aponta numa direção de retrocesso e não exatamente de conquista, a saber: a assistencialização da seguridade social. (CFESS, 2011, p. 99-100).

Essa política se recompõe, na contemporaneidade, no marco das particularidades da formação social capitalista do país, e das tendências contemporâneas do capital internacional, frente a um processo permanente de disputa dos sujeitos sociais, no âmbito das classes por sua hegemonia. Portanto, estamos falando de uma dinâmica complexa que passa a se expressar na política de Assistência Social e que não pode ser tomada a partir de uma análise unilateral, sem conectá-la as tendências do capitalismo e das formas de resistências da classe trabalhadora.

O tempo do SUAS, como define Lopes (2006), exige de nós entendermos o que muda com ele, e os desafios impressos para todos que lutam cotidianamente pela defesa pública e intransigente da Seguridade Social no país. Desse modo, o desafio é entendê-la neste campo e não desmembra-la, conforme nos impõe a agenda neoliberal e governos antidemocráticos, como o qual nosso país conta agora. E que, através de propostas de emendas constitucionais como a PEC 241, vem buscando desestruturar as políticas sociais. Pensar o SUAS remete a analisá-lo na conjuntura atual que está promovendo a sua desestruturação.

A PEC 241 representou uma proposta de ajuste fiscal que foi encaminhada e aprovada no Congresso Nacional sendo promulgada e passando a integrar o ordenamento jurídico como Emenda Constitucional nº 95. A emenda propõe limitar as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior, corrigidos pelas inflações em crescimento real das despesas, que vigorará por 20 anos.

A premissa que sustenta a Exposição de Motivos é a de que a raiz do problema fiscal do governo está no crescimento da despesa pública primária, que tem implicado no crescimento da dívida pública federal, sendo necessário, portanto, estabilizá-la para conter o avanço desta dívida. Para enfrentá-lo, estabelece como objetivo conter o

gasto público: a partir de 2017, a despesa primária da União será limitada ao gasto realizado em 2016, sendo este teto corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até 2036. [...] Além disso, define que o método de correção dos limites só poderá ser alterado a partir do 10º ano de vigência. Especificamente para as áreas de saúde e educação, a PEC 241/16 estabelece alterações no cálculo do valor mínimo a ser aplicado por estas áreas, que deixarão de ser vinculadas às receitas da União. (PAIVA et al., 2016, p.06).

De acordo com o governo o objetivo da medida do novo regime fiscal (NRF) é conter os gastos das despesas federais. Estamos diante de um projeto que pretende não garantir o percentual mínimo referente às ações e serviços públicos de saúde e educação, desvinculando as receitas que deveriam ser destinadas para essas áreas. O que permitirá ao governo usar o fundo público da forma como bem entender e destinando dinheiro público para investimentos privados do capital.

A PEC 241 ou 55, promulgada como Emenda Constitucional nº 95, também afeta o servidor público através da justificativa de corte de gastos com pessoal, proibindo medidas que amplie despesas como: cortes de reajuste salarial; não criação de novos cargos ou funções; sem reestruturação de carreira; e sem realização de concursos públicos. Isso representará uma intensificação da precarização do trabalho e aumento da exploração da força de trabalho pela intensificação dessa força de trabalho, oriunda do enxugamento do número de trabalhadores no setor público.

Figura 1- O congelamento dos gastos com as políticas públicas e sociais no Brasil



Fonte: <http://oquetodomundoquerfalar.blogspot.com.br>

De acordo com dados da Nota técnica nº 27 do IPEA (2016), o novo regime fiscal do governo atual imporia uma drástica redução de gastos, e no que diz respeito à política de Assistência Social, já no primeiro ano de vigência, o teto estimado pelo NRF garantiria apenas R\$79 bilhões de recursos ao invés de R\$85 bilhões necessários para garantir a política socioprotetiva. Isso representa uma perda de 8% dos investimentos nesta política social. E essas perdas aumentarão em medida progressiva alcançando 54% em 2036. Na tabela abaixo poderemos perceber as estimativas criadas pelo IPEA, onde apresenta a partir de uma base de cálculo o quanto seriam as despesas com a política de assistência social daqui a 20 anos a partir do cenário atual. E como ficariam as despesas a partir da análise do cenário com a proposta do Novo Regime Fiscal. Isso demonstra o quanto seria a perda estimada para a política de assistência social daqui a 20 anos, caso o NRF seja aprovado. Vejamos na tabela que se segue os índices:

TABELA 1- Perdas estimadas para a Assistência Social caso o NRF seja implementado a partir de 2017- 2017 a 2036

<i>em R\$ milhões de 2016 (atualizados pelo IPCA médio)</i>					
Ano	Despesa Cenário Base (A)	Despesa Cenário NRF (B)	Perda estimada (C-B-A)		
			em R\$ milhões 2016 (C)	% (D=C/A)	
2017	85.646,38	79.052,09	- 6.594,29	-8%	
2018	87.657,64	79.297,59	- 8.360,05	-10%	
2019	90.239,05	79.462,35	- 10.776,70	-12%	
2020	93.094,06	80.088,05	- 13.006,01	-14%	
2021	96.710,01	80.088,05	- 16.621,95	-17%	
2022	100.510,11	80.088,05	- 20.422,06	-20%	
2023	104.492,43	80.088,05	- 24.404,38	-23%	
2024	108.672,08	80.088,05	- 28.584,02	-26%	
2025	113.042,91	80.088,05	- 32.954,85	-29%	
2026	117.617,91	80.088,05	- 37.529,86	-32%	
2027	122.403,08	80.088,05	- 42.315,03	-35%	
2028	127.391,18	80.088,05	- 47.303,12	-37%	
2029	132.567,22	80.088,05	- 52.479,16	-40%	
2030	137.912,70	80.088,05	- 57.824,65	-42%	
2031	143.434,45	80.088,05	- 63.346,39	-44%	
2032	149.139,74	80.088,05	- 69.051,69	-46%	
2033	155.023,83	80.088,05	- 74.935,78	-48%	
2034	161.096,52	80.088,05	- 81.008,46	-50%	
2035	167.360,76	80.088,05	- 87.272,70	-52%	
2036	173.820,55	80.088,05	- 93.732,49	-54%	
Perda acumuladas em 10 anos (2017 a 2026)			-199.254,17		
Perda acumuladas em 20 anos (2017 a 2036)			-868.523,66		

Fonte: Siga Brasil; Matriz de informações sociais (benefícios do Programa Bolsa família e valor médio do benefício); IBGE (estimativa da população e PIB); Anexo IV, 6 da LDO 2017 (projeção do IPCA, do PIB e do reajuste do salário mínimo).

Elaboração (PAIVA et al, 2016).

O novo regime fiscal proposto pela Emenda Constitucional nº 95 atua na contramão da continuidade ao enfrentamento da desigualdade social no país. Essa PEC afetará a descontinuidade dos serviços e afetará benefícios como, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), devido à restrição no financiamento ano a ano, o que levará ao encolhimento da cobertura e redução da efetividade da política de assistência Social (PAIVA et al, 2016).

É tempo de luta! Calar, jamais

*É tempo de luta, avante!
Diante de tanta agressão desferida contra o povo
Não se cale, cante!
Mais alto do que nunca
Porque é tempo de luta!*

*Direitos sociais, garantias essenciais estão sendo destruídas.
E o que fazer? Não se calar e seguir a lutar
E a gritar: chega de exclusão, abandono e segregação!
Queremos sim mais educação,
Mais saúde e menos interesses sórdidos
Metendo a mão no fundo público que pertence a toda uma população.
Para pagamento de uma dívida pública
Que não fui eu cidadão quem fiz não.*

*Querem cortar “gastos” raspando o tacho
Para investir na bancocracia, e na pujança do agronegócio.
E as conquistas populares,
Essas vão sendo diluídas pelas PECs da “vida” ou melhor dizer, da “morte”.
E como “eu trabalhador” fico, eim “caro senhor”?
Do meu mínimo, os impostos são tirados, indiretos eles vão.
E a seguridade social? Ah! Essa ninguém quer garantir não.*

*E nos rumos incertos desse Brasil, nosso grito ressurgiu e não é vil.
Sigamos a lutar, e a cantar
Nada a “TEMER”, nada de “TEMER”
Os caminhos obscuros estão,
Mas eis que através de muita luta,
Um dia clarearão. (Autoria própria).*

Outro ponto a ser destacado, e que reflete um ciclo perverso de desmonte de direitos da classe trabalhadora, pelo atual governo - Michel Temer é a proposta da PEC 287/2016, que propõe idade mínima obrigatória de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, que atualmente podem se aposentar aos 60 anos. Destaca-se também o aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. A transição as novas regras se dará com a idade de 55 anos se homem e 53 se mulheres - com aumento da idade a partir de 2020, onde a cada dois anos as idades mínimas serão aumentadas em 1 ano até atingir a idade mínima obrigatória. Além disso,

30% de pedágio sobre o tempo de contribuição que ainda falta, até atingir 35 anos de contribuição se homem, e 30 de contribuição se mulher.

Cabe destacar que, essa regra refere-se a mudança realizada no texto da reforma da previdência, em que no dia 18 de abril de 2017, uma comissão especial na Câmara dos deputados iniciou discussão do relatório final da reforma da previdência, apresentada pelo relator da reforma o deputado Arthur Oliveira Maia. Para viabilizar a aprovação da proposta no Congresso o relatório trouxe mudanças ao texto original que havia sido enviado pelo governo em 2016. Principalmente atrás dos votos da bancada feminina no Congresso, o relator propõe que brasileiras se aposentem aos 62 anos. Vale destacar que, na redação do texto anterior a proposta era aos 65 anos ambos os sexos.

Quanto aos servidores públicos a idade para se aposentar será 62 anos se mulher e 65 anos se homem, com a ressalva de que, para professores e policiais a idade para se aposentar será aos 60 anos mais 25 anos de contribuição. Para o parlamentar Federal a aposentadoria será aos 60 anos de idade subindo a partir de 2020 ao limite de (62 mulheres) e (65 homens) mais 35 anos de contribuição, incidindo 30% de pedágio sobre o tempo que faltar para atingir a exigência.

O trabalhador e trabalhadora rural, segurados especiais do regime geral de previdência social, atualmente podem se aposentar aos 60 anos de idade (homens) e 55 anos (mulheres). Para estes é necessário comprovar que atingiram a idade de aposentadoria e que realizam atividades no campo, podendo também contribuir com uma alíquota sobre sua produção. Com a nova proposta de reforma da previdência, a alíquota paga pelos trabalhadores rurais deverá ser individual e obrigatória, e precisará ter a idade mínima 60 anos⁹², tanto para homens como para mulheres⁹³ e mais 20 anos de contribuição direta para se aposentar. Esse fator desconsidera o fato do trabalhador e trabalhadora rural começar a trabalhar mais cedo, por isso teria o direito de aposentar mais cedo. Além de desconsiderar também os riscos e condições precárias de trabalho no campo, onde há superexploração do trabalhador do campo. Estes, na maioria das vezes, sequer tem sua carteira de trabalho assinada pelos empregadores que contratam por empreitada ou temporada, os trabalhadores rurais com contratos precários de trabalho sem garantias trabalhistas.

⁹² No texto original da reforma da previdência a idade para trabalhador rural se aposentar era aos 65 anos ambos os sexos, com a revisão do texto feita pelo relator da reforma, a idade mínima para os trabalhadores rurais se aposentarem, passou a ser 60 anos.

⁹³ A transição para a mulher trabalhadora rural se dará a partir dos 57 anos, aumentando a cada dois anos a idade até chegar ao 60 anos.

Quanto ao benefício de prestação continuada no texto original, antes de ser modificado pelo relator da reforma da previdência, o mesmo seria desvinculado do salário mínimo e a idade mínima para recebimento do benefício seria 70 anos. No texto atual será mantida a vinculação ao salário mínimo com idade mínima de 65 anos subindo a partir de 2020 até chegar aos 68 anos. Cabe destacar que, esse benefício é da assistência social, mas quem executa os procedimentos para liberação e recebimento do benefício é o INSS. O benefício é destinado a pessoas idosas e pessoas com deficiência que não tenham condições de exercer uma atividade laboral e que comprovem possuir renda familiar per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O BPC é um benefício que permite a essas pessoas terem acesso a condições mínimas de vida. O endurecimento do acesso e valores desse benefício irá resultar numa situação de vulnerabilidade e precariedade ainda maior para pessoas que dependem desse benefício.

Outro benefício que irá ser alterado com a nova proposta da previdência são as pensões por morte, estas no texto original estariam desvinculadas do salário mínimo, com impossibilidade de acumular aposentadoria e pensão. No texto atual será mantida a vinculação ao salário mínimo e a possibilidade de acumular aposentadoria e pensão no valor de até dois salários mínimos

Cabe destacar, que as mudanças realizadas no texto da reforma não minimizam os efeitos drásticos que irão penalizar o trabalhador, a mudança, diga-se de passagem, é apenas uma forma de ludibriar e driblar a população insatisfeita, e fazer com que essa proposta nefasta seja aprovada sem maiores impedimentos no Congresso conseguindo com isso, acelerar a tramitação para aprovação da mesma. Outro ponto a ser destacado é que com a nova redação do texto da reforma da previdência, a mulher trabalhadora será a mais afetada com o aumento da idade para se aposentar, tendo vista que a idade do homem para se aposentar foi mantida na aposentadoria urbana e rural. Representando uma desconstrução do direito da mulher adquirido através de muita luta, e que vem mais uma vez sendo negligenciado por uma sociedade patrimonial e sexista que superexplora e subalterniza a força de trabalho feminina, como já mencionado no item 2.3 do primeiro capítulo deste trabalho. Podemos imaginar os impactos na categoria dos assistentes sociais! Profissão predominantemente feminina.

Outro ponto nestas contrarreformas pronunciadas pelo atual governo, que impacta negativamente para os trabalhadores, é que no dia 19 de abril de 2017, aprovou-se na Câmara em caráter de urgência, o texto da reforma trabalhista, o PL 6.787/16 para acelerar a tramitação no Congresso. Essa reforma destrói direitos trabalhistas e significa mais um atentado contra a democracia. As mudanças desta reforma, já apontadas em outro momento neste trabalho, que

pretende alterar a CLT, somente tende a precarizar as relações de trabalho e submeter o trabalhador a condições indignas de trabalho. Pois, a flexibilização da jornada de trabalho, a fragmentação de férias, a remuneração por produtividade, regulamentação nas modalidades de trabalho por home office (trabalho em casa) e intermitente, no qual os trabalhadores são pagos por período trabalhado, a formação de banco de horas, a possibilidade de discussão de contratos de trabalho entre patrões e empregados e acordos coletivos com força de lei, nada mais representam do que a escravização moderna da força de trabalho com ares de uma falsa legalidade.

Em todo esse contexto da realidade brasileira, que coloca em cheque a própria vida humana, a justificativa para tal reforma é o déficit da previdência. Entretanto, é preciso publicizar que tal déficit não existe. O que vemos é a transferência de recursos do fundo público ao capital financeiro. Assim, temos que,

No capitalismo contemporâneo o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo. Ao mesmo tempo que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica. (SALVADOR et al., 2012, p. 125).

Diante dessa lógica onde os recursos públicos são utilizados, essencialmente, para o financiamento da própria dinâmica do capital, resgatamos no artigo 195 da CF/88, a preconização do financiamento da Seguridade Social brasileira.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre;

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar [...] (BRASIL, 2015a, p. 73).

Cabe destacar que parte do valor que deveria ser arrecadado para o financiamento⁹⁴ da seguridade social, como proposto pela CF/88, não é feito devido as diversas isenções fiscais concedidas as empresas. Outro fator que ocorre é que a Desvinculação de Receitas da União⁹⁵ (DRU) permite que os governos usem 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais dos recursos destinados as políticas de seguridade social. Cabe destacar que, os orçamentos aprovados depois de 2003 não explicitam os montantes relativos à desvinculação da DRU, o que impossibilita saber a quantidade de desvio que o orçamento da seguridade vem sofrendo. Dessa forma, parte da arrecadação de impostos e contribuições sociais são destinados para a composição do superávit primário os utilizando para pagamento de juros da dívida pública.

Tal fato expressa a não implementação do orçamento devido da seguridade social que ajuda a criar o caldo de cultura da crise da seguridade social (MOTA, 1995), e não o fato do sistema previdenciário brasileiro deficitário ser o causador do déficit público. Como vem sendo justificado na imprensa pelo governo e seus analistas, como motivação e necessidade de reforma da previdência. O Tribunal de Contas da União (TCU) salienta que, se não houvesse a DRU, a Seguridade Social teria um resultado positivo de R\$ 5,3 bilhões, em 2006, e R\$ 17,1 bilhões, em 2007 (SALVADOR, 2012).

Em nota elaborada para o Sindicato Nacional do auditores fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), Evilasio Salvador apresenta uma tabela com dados que comprovam que o saldo da seguridade social é positivo, não importando quais os critérios do desvio de recursos por meio da DRU, pois “[...] o saldo é positivo variando, conforme o órgão ou entidade, de R\$ 4,4 bilhões a R\$ 62,7 bilhões, no período de 2004 a 2007. Em 2008, o TCU apurou um superávit de R\$ 7,8 bilhões nas contas da seguridade social” (SALVADOR, 2010, s.p). A tabela 2, que

⁹⁴ “No Brasil, a seguridade social enfrenta dificuldades desde seu nascimento, em consequência, entre outros fatores, da não-implementação do orçamento para este fim, previsto na CF. A finalidade principal do orçamento da seguridade social era constituir-se em um espaço próprio e integrador das ações de previdência, saúde e assistência social, assegurando a apropriação dos recursos do orçamento fiscal. Entretanto, isso na prática não se consolidou; a área de assistência social foi virtualmente eliminada, e a saúde imprensada, de um lado, pelo Orçamento Geral da União e, de outro, pelo Ministério da Previdência” (BOSCHETTI; SALVADOR, s.a., s.p).

⁹⁵ “Em 1993, os economistas formuladores do Plano Real, com a pretensa defesa dos equilíbrios das contas públicas brasileiras, defendem a criação de um “Fundo Social de Emergência (FSE)”, que acabou sendo instituído por meio da Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994, permitindo a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas da seguridade social. Nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, por meio do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) (Emendas Constitucionais nos 10 e 17 e, posteriormente, Emenda Constitucional nº 27), que criou a Desvinculação das Receitas da União (DRU), permitiu a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais até o fim de 2003. Dando sequência à mesma política fiscal do governo anterior, a equipe econômica do Governo Lula, sob alegação de que a “economia brasileira ainda requer cuidados”, manteve no âmbito da Emenda Constitucional nº 42 (reforma tributária) a prorrogação da DRU até 2007. A EC nº 56, aprovada em 2007, voltou novamente a prorrogar a DRU, desta vez até 2011” (SALVADOR, 2010, s.p).

se segue traz informações sobre a receita da Seguridade Social com e sem a DRU, durante os anos de 2004 a 2007.

TABELA 2- Projeção do Orçamento da Seguridade Social no Brasil em R\$ bilhões 2004-2007

Entidades/órgãos	2004		2005		2006		2007	
	Saldo com DRU	Saldo sem DRU	Saldo com DRU	Saldo sem DRU	Saldo com DRU	Saldo sem DRU	Saldo com DRU	Saldo sem DRU
ANFIP	17,6	42,5	24,7	62,7	17,0	50,9	21,8	60,9
IPEA	0,3	27,7	0,1	27,7	1,6	33,5	nd	nd
TCU	-18,3	12,2	-14,1	19,1	-28,6	5,3	-22,0	17,1
Tesouro Nacional (1)	-	-	-14,4	17,6	-29,4	4,4	-23,4	15,2

Fonte: ANFIP, IPEA, TCU e SNT.

Elaboração: Evilasio Salvador (2010)

Obs: O Tesouro Nacional divulga as receitas, as despesas da seguridade social e as desvinculações da DRU, mas não apresenta o saldo da seguridade social. As contas apresentadas são elaborações próprias.

Existe uma falta de transparência na divulgação das informações orçamentárias, pois o governo não evidencia nem divulga a quantidade de recursos que são desvinculados da seguridade social pela DRU. Outro ponto a ser destacado é que não se discute o passivo de grandes empresas com a seguridade social, querem penalizar apenas os trabalhadores de forma que os pequenos paguem as contas dos grandes. A procuradoria- Geral da Fazenda Nacional lançou uma lista⁹⁶ com as 500 maiores empresas em debito com a previdência social dentre elas citamos algumas como: a JBS S/A com um saldo devedor de R\$ 1.837.489.343,08, Caixa Econômica Federal deve cerca de R\$ 549.540.360,90 a previdência social; Banco Bradesco SA deve R\$ 465.249.669,73; Banco Do Brasil S.A, deve R\$208.255.682,71; OI S.A, deve cerca de R\$ 126.589.317,62; Volkswagen do Brasil Industria de Veículos, deve cerca de R\$ 111.382.542,62; VALE S.A, deve cerca de R\$ 275.842.668,86; Varig Logística S.A que se encontra em recuperação judiciária, deve 83.322.633,76; Fundação Oswaldo Cruz, deve cerca de R\$ 78.391.533,65; Lojas Americanas S.A com um saldo devedor de R\$ 166.028.853,64.

Se fossem respeitadas as fontes de financiamento da seguridade social, as receitas dariam para cobrir tranquilamente todas as despesas, o fato é que a justificativa do déficit da previdência é uma alternativa mais fácil de ludibriar a população, e não esclarecer realmente que o problema da falta de saldo positivo na balança da previdência é resultado do desvio de

⁹⁶ A lista na integra pode ser acessada no site [Http://www.pgfn.fazenda.gov.br](http://www.pgfn.fazenda.gov.br)

recursos do fundo público da seguridade social, para valoração do capital vinculado a dívida pública.

Figura 2- Será que existe mesmo déficit na previdência brasileira?



Fonte: <<http://www.brasilefato.com.br>>

A seguridade social brasileira se encontra em risco. Vemos diariamente o desmonte da saúde, previdência e assistência social, sem falar da política pública de educação que também vem sofrendo com os rebatimentos das propostas de emendas constitucionais do atual governo. E já agora, em 2017, já vivenciamos concretamente os cortes e efeitos da PEC 55. Imagina o que isso significará em 2036?!!

Percebe-se que o sistema único de assistência social se encontra em risco diante da tendência de uma agenda neoconservadora do atual governo Michel Temer, pois as primeiras iniciativas desse governo demonstraram reais tendências de desmonte do SUAS. A manutenção do que se conquistou nos últimos dez anos na jornada pela efetivação da política de assistência

social como direito não encontra coerência diante das propostas anunciadas o/u implantadas por decreto pelo atual governo.

A descontinuidade dos repasses obrigatórios de recursos fundo a fundo, está trazendo insegurança aos municípios na questão do planejamento e manutenção do funcionamento das unidades públicas dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Referências Especializados da Assistência Social (CREAS), que atende a uma gama de pessoas em situação de vulnerabilidade, miserabilidade e direitos violados em todo o país.

A atual conjuntura coloca em evidência uma agenda regressiva com evidente avanço do conservadorismo, como a proposta do programa “Criança Feliz”, voltado à primeira infância, que desconsidera a proteção social básica da tipificação dos serviços socioassistenciais da rede da política de assistência social implantados, assim como as condicionalidades do programa bolsa família. O programa traz a característica do primeiro-damismo e um reforço do papel tradicional da mulher em uma sociedade patriarcal⁹⁷ (reforçando uma suposta responsabilidade do cuidado devido ao instinto feminino), tendo a primeira-dama como embaixadora voluntária do programa. Isso traz à tona a filantropia, o voluntariado, a solidariedade e a desconstituição do direito social e desprofissionalização das políticas sociais. Assim, “Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades” (CAZUZA).

Entretanto, apesar dos avanços no campo da política de assistência, a implantação de visitantes sociais traz uma visão higienista onde com roupagens da medicina social nos faz lembrar medidas da década de 30 para controle materno infantil dos pobres. Sem falar que, a contratação precarizada desses visitantes sociais reforça a tendência de desmonte da gestão do trabalho e das equipes para atuação na assistência social como preconiza a NOB-SUAS/RH. O que veremos é uma evidente desqualificação do trabalho especializado na assistência social.

Negar o processo democrático que levou a construção do SUAS combina com a cultura política conservadora que nega os direitos humanos e restringe as políticas sociais públicas.

Além da proposta de subordinação da política social aos ajustes fiscais, da proposta de desestruturação do SUAS, outras medidas drásticas neoliberais vem sendo elaboradas e efetivadas de forma muito rápida pelo atual governo, como a mercantilização do SUS,

⁹⁷ De acordo com Saffioti (2015, p.47) o patriarcado ou sistema patriarcal “[...] é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Representa um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais sendo uma relação civil e não privada. O sistema patriarcal e sua ideologia impregnam a sociedade e o Estado e se baseia na existência de uma organização sexual da sociedade. A ordem patriarcal de gênero, pratica e reproduz uma violência tendo como base a exploração-domação ou dominação-exploração concebendo o processo de sujeição de uma categoria social.

precarização do sistema público de ensino através dos cortes de gastos e as medidas das reformas trabalhista e da previdência social.

A Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, enviada ao congresso e infelizmente aprovada, prevê um enxugamento dos currículos pedagógicos do ensino médio através da supressão de várias disciplinas que passarão a ser consideradas menos relevantes. Especialmente da área de humanas como: filosofia, sociologia a disciplina de artes e até educação física, que passarão a não ser consideradas obrigatórias. Estas disciplinas passam a não ser mais obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira. Compreendidos como temas transversais, serão tratados de acordo com o proposto pela Base Nacional Comum Curricular.

A proposta é destinar o ensino para formação técnica com aumento da carga horária de ensino, mas sabemos que o aumento das horas de ensino por si só não significa ter uma educação de qualidade nesse país. Sem falar que a nova proposta não exige a formação do professor na disciplina a qual ele pretende lecionar. Segundo a proposta os professores de notório saber poderão lecionar em qualquer disciplina. Esse projeto empobrece e fragmenta a formação abrindo caminho para a privatização, pois a proposta prevê a transferência de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, estimulando parcerias público-privado.

Na mesma direção, o ensino fundamental também foi afetado sofrendo mudanças, especialmente pelo fato da nova medida provisória 746, alterar o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Onde não é mais garantida a universalidade do ensino básico, e nem a gratuidade do ensino público básico tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, desresponsabilizando o Estado pelo acesso e gratuidade a educação para todos.

Outro ponto a ser destacado é o movimento da “escola sem partido” que contou com uma enquete do senado sobre a proposta do projeto de lei 193/2016 do senador Magno Malta. O referido PL pretende incluir o programa “escola sem partido” nos Planos curriculares nacional de educação, e assim alterar a lei de diretrizes e bases da educação (LDB). Essa proposta pretende afixar nas salas de aulas cartazes onde estão escritos os deveres dos professores. Sendo proibidos o que os defensores da proposta chamam de “doutrinação religiosa ideológica e política”, sendo proibidas discussões de gênero e sexualidade, por exemplo. O estado do Alagoas aprovou uma lei estadual no início do semestre de 2016, que institui o programa “escola livre”, embasado no movimento escola sem partido.

O que se percebe é um retrocesso, um aprisionamento de ideias e do desrespeito a pluralidade, a diversidade. Os professores serão amordaçados e restringidos no seu trabalho, sendo obrigados a não formar sujeitos pensantes e críticos capazes de analisar a realidade social

a qual se encontram, mas apenas assistir a reprodução de ideias morais, preconceituosas e conservadoras de uma ditadura disfarçada de democracia que se alastra nessa sociedade. E que fere princípios constitucionais como a “liberdade de expressão e opinião”.

Estamos diante da subordinação da política social em detrimento da política econômica, estamos vivendo um momento crítico e nebuloso no Brasil de total desrespeito a dignidade da pessoa humana.

Tempos sombrios estes em que vivemos, tempos em que o que há de pior na política depõe a presidente da República para impor a uma nação inteira quase cem anos de retrocesso. Somente um golpe é capaz de conduzir o país a tamanho atraso. Assistimos atônitos, à luz do dia, a movimentos rumo ao desmonte do Estado. Proposta de privatização do patrimônio público e desvinculação constitucional dos gastos sociais obrigatórios visam instituir um Estado mínimo no Brasil, com todos os prejuízos que isso traz para as políticas públicas de proteção social (SINGER, et al., 2016, p. 9).

É diante das conjunturas atuais que somos chamados a pensar a realidade que se coloca para nós. É diante dos desafios e dificuldades que se apresentam que somos chamados a luta pela garantia de direitos básicos que foram conquistados e que vem sendo suprimidos. É preciso reafirmar o direito e as conquistas de nossa democracia que é tão recente, final da década de 80, e que já vem sendo ameaçada. É tempo de luta e de resistência precisamos nos organizar politicamente em uma mobilização coletiva de toda classe trabalhadora.

Neste contexto, o direcionamento da profissão Serviço Social através do seu projeto ético político, nos leva enquanto assistentes sociais a pensar essa sociedade e a questioná-la. Isto nos exige compreender a tensão posta à profissão e ao fazer profissional, entre o projeto ético político e projeto conservador do capital, onde é central desvendarmos as forças sociais hegemônicas e contra-hegemônicas que se fazem presentes no cotidiano profissional, e que afeta o nosso cotidiano, para refletirmos a intervenção profissional do assistente social no campo não só da política de assistência social ou das políticas sociais, mas dos próprios rumos estratégicos políticos que queremos continuar a construir, enquanto sujeitos históricos.

No próximo item iremos analisar as características da região onde se situa o município de Teófilo Otoni, município onde foi realizada a pesquisa. O objetivo é que possamos ter um olhar sobre a realidade onde se encontram os assistentes sociais que trabalham no âmbito da Política de Assistência Social. Neste sentido, abordaremos sobre a política de assistência social no município, o que permitirá identificar alguns aspectos que se apresentam no cotidiano profissional.

3.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO MUCURI E DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI

Figura 3 - Pinturas de Gildásio Jardim⁹⁸



Fonte: <http://blogdobanu.blogspot.com.br/2013/05/a-forca-poesia-de-gonzaga-medeiros-em.html>

O município de Teófilo Otoni se situa no Estado de Minas Gerais e pertence a mesorregião do Vale do Mucuri⁹⁹. Minas Gerais, segundo dados do IBGE (2010), é o segundo estado mais populoso do Brasil, sendo o primeiro em quantidade de municípios, possuindo 853 no total. O Estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões¹⁰⁰. E cada mesorregião é dividida em microrregiões. A mesorregião do vale do Mucuri situado na região nordeste do estado, é composto por 27 municípios sendo Teófilo Otoni sua cidade polo.

O Vale do Mucuri é formado pela união de 27 municípios agrupados em duas microrregiões: Nanuque e Teófilo Otoni. As cidades que compõem o Vale do Mucuri são: Teófilo Otoni, Nanuque, Carlos Chagas, Águas Formosas, Malacacheta, Ladainha, Poté,

⁹⁸ Vive em Padre Paraíso, no médio Jequitinhonha nordeste de MG. Suas pinturas são feitas a partir de uma técnica inusitada e criativa sobre tecidos estampados (chitas). Suas obras são consideradas um novo estilo técnico nascido nos vales que revela a beleza da cultura, do trabalho, da vida do povo da região dos Vales.

⁹⁹A região do Mucuri ainda é pouco estudada, há uma escassez de material e produções bibliográficas. Cabe destacar que os dados sempre aparecem nos poucos estudos atrelados a região do Jequitinhonha, devido à proximidade geográfica e aos indicadores históricos e sociais também muito próximos. Na maioria dos materiais pesquisados os índices da região aparecem juntos sem separação. Temos não o Vale, mas sim os Vales.

¹⁰⁰Mesorregiões do Estado de Minas Gerais: Noroeste de Minas; Norte de Minas; Jequitinhonha; Vale do Mucuri; Triângulo/Alto Paranaíba; Central Mineira; Metropolitana de BH; Vale do Rio Doce; Oeste de Minas; Sul/Sudoeste de Minas; Campos das Vertentes; e Zona da Mata.

Ataléia, Itaipé, Setubinha, Novo Oriente de Minas, Pavão, Serra dos Aimorés, Machacalis, Crisólita, Santa Helena de Minas, Ouro Verde de Minas, Frei Gaspar, Franciscópolis, Fronteira dos Vales, Catuji, Umburatiba, Bertópolis, Campanário, Caraí, Itambacuri, e Pescador. Seu nome é dado ao fato de o vale ser percorrido pelo Rio Mucuri (IBGE, 2010).

Figura 4 - Mapa das mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: <http://www.aspprev.com.br/teofilootoni/?page_id=32>

Segundo dados demográficos do ano de 2010 a área territorial que corresponde ao Vale do Mucuri possui uma área de 23.514,36 km²; uma população total de 438.257 habitantes, sendo 289.144 habitantes que residem na área urbana e 149.113 habitantes que residem na área rural (IBGE, 2010).

Cabe apontar que o Vale do Mucuri apresenta um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) menos significativo do Estado de Minas Gerais, entre 0,568 a 0,707 (IBGE, 2010). Sendo uma das regiões que apresenta no estado um dos piores indicadores sociais e econômicos, estando entre uma das mesorregiões que apresentam os piores índices de desigualdade de renda do Estado. “No Norte de Minas e nos Vale do Jequitinhonha/Mucuri estão as menores rendas *per capita* de Minas, respectivamente, R\$455,33 e R\$431,75” (SANTOS; PALES, 2012, s.p).

A partir de uma análise dos municípios listados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, foi identificado que 12 dos 27 municípios do Vale do Mucuri estão entre os municípios com menor IDH do estado de Minas Gerais. São eles: Catuji, Ladainha, Setubinha,

Itaipé, Novo Oriente de Minas, Carai, Santa Helena de Minas, Crisólita, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Bertópolis e Ouro Verde Minas.

A região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri apresenta um dos mais baixos Produto Interno Bruto (PIB) per capita dentre todas as regiões do Estado o equivalente a 5.219, 05 bilhões. Já a região do Triangulo Mineiro apresenta o maior PIB per capita 21.034, 56 bilhões de reais (SANTOS; PALES, 2012). A região também apresenta o menor índice do Estado em criação de empregos formais (PAD, 2011). Neste contexto, cabe apontar o crescimento vertiginoso de contratos flexíveis e temporários de assistentes sociais na região, sem abertura de concursos públicos. Identifica-se que a maioria dos profissionais assistentes sociais na região são,

[...] contratados(as) por frágeis vínculos — como RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) —, como também tem ocorrido em diferentes municípios, em especial nos estados do Centro-Oeste e em Minas Gerais, a contratação de assistentes sociais por pregão, em que, por meio do oferecimento do menor preço (leia-se menor salário), assistentes sociais (e não apenas esses) são ‘contratados(as)’. (MATOS, 2015, p. 687 grifo do autor).

Cabe ressaltar que, nessa região as características das expressões da questão social objeto de trabalho do assistente social, possui particularidades marcadas por uma profunda desigualdade social, o que representa um desafio para os profissionais da região. Temos que o próprio desenvolvimento da profissão Serviço Social e o fazer profissional, aqui nos vales, diante das expressões da questão social e políticas sociais possuem características muito próprias que são reflexos da particularidade da formação sócio histórica da região, dentro do desenvolvimento interno do capitalismo no Brasil, num desenvolvimento desigual e combinado, como salienta Florestan Fernandes (1987).

De acordo com Gunder Frank (1971), em um processo de desenvolvimento próprio do capitalismo, que se dão internamente nos países, temos regiões locais, que se tornam periféricas para servir como suporte para o desenvolvimento de outras regiões metrópoles.

Os vales tem essa característica histórica e serviram como um trampolim para o desenvolvimento de outras regiões, aonde o desenvolvimento que aqui chegou veio sugar e extrair as riquezas dessa região - da extração de minérios, pedras preciosas e semipreciosas à plantação e extração do eucalipto, atualmente a principal atividade econômica da região onde o plano Agrícola de 2012-2015, destinou para a região do Mucuri e Jequitinhonha 1,55 bilhões de reais para o plantio de eucalipto na região. Em contrapartida, o recurso total que estava previsto para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa é de R\$ 61.420 (sessenta e um

mil e quatrocentos e vinte reais), para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, conforme o Plano Plurianual de Ação Governamental de MG 2012- 2015.

Os Vales além de sofrer com o processo de desigualdade, inerente a essa sociedade capitalista, sendo ainda hoje, uma das regiões que possui municípios com um dos IDH mais baixos do Estado, e que historicamente foi considerada uma das regiões mais pobres do país, ainda apresenta traços históricos de um aparato político embasado no mandonismo, patrimonialismo e coronelismo¹⁰¹. Atuar como assistente social na região é um desafio, viver nela mais ainda.

Vales de luta, Vales de vida

*Nesses rincões esquecidos
Vive um povo sofrido
Que luta em constante labuta
Vivendo a cantar, encanta ao viver
Nesse labor cotidiano seu hino entoa
Por essas montanhas e vales dos “Vales”
O seu grito ecoa*

*E quem escuta o seu clamor?
O brilho do ouro um dia nessas terras brotou.
Mas foi levado pra longe
Ah! Sim meu senhor.*

*Nossas terras, essas, uns poucos tomou
E nossos votos, num mandonismo de patrão
Vão dizendo: se aquiete gente e num reclama não!
E o que restou? Lhe pergunto cidadão
Resta uma gente que move, que luta e que é feita de ação
E, se “calar”? Isso esse povo oprimido não quer não.*

*É assim que por todos os cantos desses Vales se canta
E se vê!
Nesses Vales vale cantar, vale lutar e vale viver! (Autoria própria).*

¹⁰¹ O coronelismo foi uma experiência típica dos primeiros anos da república brasileira. A construção de uma sociedade vinculada com bases na produção agrícola latifundiária, desde os tempos da colônia, era marcada pela figura do coronel, título conferido aos grandes proprietários de terra. Assim, a o controle dos grandes espaços de representação política se sustentava nas ações do coronéis, os pilares de exclusão política também. Na esfera local, a figura do coronel era tida como autoridade quase inquestionável, este utilizava de força policial para manutenção da ordem. Durantes as eleições, os favores e ameaças, o voto de cabresto (compra de votos pelo abuso de autoridade) tornavam-se instrumentos de retaliação da democracia no país. Assim, Leal (1975), nos diz que concebe “[...] o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e decadente influencia social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra.” (LEAL, 1975, p.20 grifos do autor).

A poesia nos traz um pouco do sentimento, e do sentido de viver nos vales. Como podemos perceber os dados estatísticos nos apresentam um significado expressivo da questão social na região, e nos remete ao cotidiano dos profissionais e usuários das políticas sociais nos vales.

Os Vales do Jequitinhonha e Mucuri apresentam uma população feminina significativa que sofre violência doméstica. De acordo com dados do Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, produzido pelo Centro Integrado de Informações de Defesa Social (Cinds), entre os anos de 2013 e até o primeiro semestre de 2015, as regiões apresentaram um número expressivo de mulheres que são vítimas de violência, ficando acima da média estadual. Teófilo Otoni possui a média de registro de ocorrência dos casos de violência contra a Mulher 8,70, enquanto que a média do estado de Minas Gerais é de 5,9.

A região do Vale do Mucuri e Jequitinhonha possui o maior percentual de analfabetos do Estado de Minas Gerais “[...] com 26,57% de sua população sem saber ler e escrever, ao passo que o percentual de analfabetos nas regiões Sul, Triângulo e Central é bem menor, gira em torno de 14%” (SANTOS; PALES, 2012, s.p).

Em Minas Gerais, a população de idosos em 2011 representava 11,8% da população total. Segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD 2011), da fundação João Pinheiro (FJP), o vale do Jequitinhonha e Mucuri apresenta a segunda maior população idosa de Minas Gerais com 13,2%, e a menor probabilidade de sobrevivência da população idosa. O Jequitinhonha e Mucuri são as únicas regiões que possuem mais de 50% de seus idosos analfabetos, representando 51,1% e 56,6%, respectivamente (PAD, 2011). Em relação às disparidades regionais, denota-se que, enquanto na Região Metropolitana de Belo Horizonte 20,5% das pessoas idosas são analfabetas, já na região do Jequitinhonha/Mucuri, essa porcentagem chega a 56,6% (PAD, 2011).

A região também apresenta um dos maiores percentuais de domicílios beneficiados pelo programa Bolsa Família do estado de Minas Gerais, 24, 2% das famílias são beneficiadas.

TABELA 3 – FAMÍLIA BENEFICIADA DO PBF POR MACRORREGIÃO EM PERCENTUAL

Região de Planejamento	Sim	Não	Total
Triângulo	8,9	91,1	100,0
Sul	10,1	89,9	100,0
Centro-Oeste	11,1	88,9	100,0
Alto Paranaíba	11,7	88,3	100,0
Zona da Mata	12,3	87,7	100,0
Central	13,7	86,3	100,0
Rio Doce	17,4	82,6	100,0
Noroeste	18,7	81,3	100,0
Norte	22,3	77,7	100,0
Jequi/Mucuri	24,2	75,8	100,0
Total	14,5	85,5	100,0

Fonte: PAD- MG 2009, apud SANTOS; PALES, 2012.

Outro ponto a ser destacado no que se refere à região é que a partir dos anos 2000 a educação em nível superior veio se alastrando na região do Mucuri, devido à inserção de instituições de ensino superior privadas situadas na cidade de Teófilo Otoni, que continham o curso de Serviço social. Em 2004 se teve a inserção de mais uma faculdade privada, e nesta também havia o curso de Serviço Social. E, em 2006, se teve a criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, com a constituição de mais um curso de Serviço Social na região, porém o primeiro em uma instituição pública, o que representou um salto significativo para a profissão nessa região. Até meados da década de 2000, quatro escolas ofertavam o curso de Serviço social na modalidade presencial e uma na modalidade a distância (CHAVES; CAMARGO; NEPOMUCENO, 2016). Atualmente, uma das instituições privadas encerrou suas atividades referentes ao curso de Serviço Social, e outras duas estão começando a transição do curso de Serviço Social para a modalidade semipresencial. Sendo assim, apenas o curso de Serviço Social da UFVJM se encontra na modalidade presencial¹⁰².

¹⁰² “Nos últimos anos verificou-se um impulso à mercantilização do ensino superior, atestada pelo Banco de Dados do Mec. Informações recolhidas por Lima e Pereira em junho de 2009, acusavam-se a existência de trezentos e trinta e oito cursos de Serviço Social, dos quais quatro categorizados como em extinção. Totalizava-se, portanto, 334 cursos em funcionamento, 91% dos quais são de natureza privada e apenas 9% são públicos, expressando o amplo processo de privatização do ensino superior” (CFESS, 2012, p. 132).

A partir de 2005, na região do Mucuri, pode-se perceber um aumento significativo no número de assistentes sociais impulsionados tanto pela presença das escolas de Serviço Social na região como pela implementação do SUAS (CHAVES; CAMARGO; NEPOMUCENO, 2016).

[...] até o ano de 2001 existia na região uma média de 24 assistentes sociais, alocados nas seguintes cidades: Teófilo Otoni 11, Itambacuri 01, Itaobim 1, Novo Cruzeiro 01, Poté 01, Carlos Cargas 02, Nanuque 03, Monte Formoso 01, Nova Módica 01, Pavão 02. Sendo, que os demais municípios das três mesorregiões até o ano de 2001, não possuía nenhum profissional de Serviço Social. No ano de 2008, o CRESS-MG já registrava 185 Assistentes Sociais vinculados ao conselho (CHAVES; CAMARGO; NEPOMUCENO, 2016, s/p).

Atualmente de acordo com Chaves; Camargo e Nepomuceno (2016) a região do Mucuri conta com 190 assistentes sociais, sendo que a microrregião de Nanuque possui 47 assistentes sociais e a microrregião de Teófilo Otoni 143. Noventa e três (93) assistentes sociais estão presentes somente na cidade de Teófilo Otoni. As áreas que estão inseridas os assistentes sociais na região do Vale do Mucuri são as seguintes:

[...]Assistência Social com 52,41%, Saúde 20,81%, Associações privadas sem fins econômicos 8,17%, INSS 1,85%, sócio jurídico 7,80%, magistério superior 6,31%, demais áreas 2,60% (aqui estão incluídos área como saneamento básico e habitação, assessoria e consultoria, Câmara Municipal de Vereadores, dentre outros) (CHAVES, CAMARGO, NEPOMUCENO, 2016, s/p).

Quanto aos números de CRAS e CREAS segundo a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), dos 853 municípios mineiros, 646 municípios, ou seja, 83% tem hoje um CRAS cofinanciado pelos governos estadual e/ou federal, e 214 municípios possuem CREAS.

Na região do Vale do Mucuri de acordo com Chaves; Camargo e Nepomuceno (2016) são encontrados 36 CRAS e 8 equipamentos do CREAS. Acresce-se a essa informação a criação de um equipamento do CREAS Regional¹⁰³ na região do Mucuri, que foi inaugurado em março de 2017, sendo sua sede na cidade de Águas Formosas-MG.

¹⁰³ O CREAS Regional do Mucuri foi um dos primeiros equipamentos implementados fruto de um “Plano Estadual de Regionalização¹⁰³ dos Serviços de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, com a perspectiva de atender especialmente municípios de pequeno porte que devido a sua especificidade não contam com CREAS municipais. O CREAS Regional do Mucuri atende as demandas dos seguintes municípios áreas de abrangência: Águas Formosas, Fronteira dos Vales, Umburatiba, Bertópolis, Crisólita, Santa Helena de Minas. Ainda dentro do Plano de Regionalização há a perspectiva de implementação do “Programa Família Acolhedora”, no Vale do Mucuri, que se situará na cidade de Itambacuri. A oferta regionalizada da Proteção Social Especial “Visando aumentar a cobertura da Proteção Social Especial nos territórios mais vulneráveis, a regionalização da oferta de

A região territorial do município de Teófilo Otoni inserida na mesorregião do Vale do Mucuri ofereceu uma rica base empírica para esta pesquisa, pois ao trabalhar com essa cidade e seu contexto regional, político e econômico privilegia-se a análise de uma das regiões mais pobres e menos estudadas do país (PEREIRA; LEMOS, 2005). O estudo demonstra que, a partir de um recorte territorial, a cidade de Teófilo Otoni, é a maior¹⁰⁴ da mesorregião do Mucuri.

O estudo permitiu perceber o desenvolvimento da política de Assistência Social na região, suas características e especificidades impingidas nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Essa análise também permitiu ter uma visão da divisão territorial e social do trabalho na região e de como esse vem sendo cada vez mais remodelado, devido às estratégias de reprodução do capital que articula escalas diferenciadas de exploração do trabalho em determinadas regiões.

Conforme salienta Marx (2013), a sociedade capitalista em seu processo de produção e reprodução, realiza a concentração de renda e riqueza. Tem-se assim, o privilegiamento de determinados espaços tanto no âmbito mundial como internamente, criando diferenças entre as porções territoriais dentro dos países, onde se encontram o desenvolvimento desigual entre as regiões, marginalizando determinados espaços.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Teófilo Otoni é um município brasileiro no interior do Estado de Minas Gerais, que pertence à mesorregião do Vale do Mucuri e localiza-se a nordeste da capital do estado. Sua população, segundo dados do IBGE, foi estimada, em 2013, em 140 067 habitantes, sendo então o 18º município mais populoso do estado.

serviços socioassistenciais especializados surge como uma responsabilidade dos entes estaduais que devem organizar e implantar esses serviços em municípios de pequeno porte que, dadas as suas especificidades, não demandam a implantação do serviço municipal. Requer, além disso, a articulação entre municípios e estados para garantir proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, contando com o cofinanciamento de estados e União” (SEDESE, 2015, p.25). A regionalização dos serviços conta com um desenho da oferta da proteção social especial em todo o Estado a partir da criação dos territórios de desenvolvimento que são 17 ao todo, a intenção é que em cada um desses territórios seja implantado serviço regionalizado. Os serviços regionalizados pelo Estado são CREAS, Programa Família Acolhedora e Casa de Passagem (acolhimento para famílias e adultos), cada serviço a ser implementados nos territórios foram pactuados com os municípios que irão receber tais serviços. Para acesso a mais informações ver Plano de Regionalização dos Serviços de proteção especial de média e alta complexidade disponível em: [HTTP://www.social@mg.gov.br](http://www.social@mg.gov.br)

¹⁰⁴Esse município é cidade polo da região do Mucuri e “[...] acolhe uma população flutuante advinda de 67 municípios dos Vales: do Mucuri e Jequitinhonha, além do sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, como também do vale do Rio Doce, especialmente em cidades localizadas nessas proximidades. Teófilo Otoni é referência, na região, na área da saúde, educação, no comércio varejista, atacado e de serviços. Além de ser sede da microrregião Vale do Mucuri e o principal município dessa área (CHAVES; CAMARGO; NEPOMUCENO, 2016, s/p).

Figura 5- Mapa da cidade de Teófilo Otoni no Vale do Mucuri



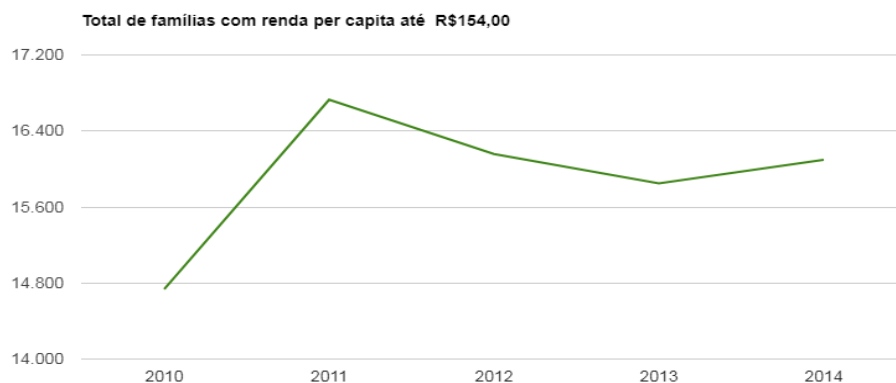
Fonte: <http://blogdobanu.blogspot.com.br/2014/02/vale-do-mucuri-sempre-elegeu-deputados.html>

No ano de 2003 a incidência da pobreza em Teófilo Otoni medida pelo IBGE, era de 37,80%, o limite inferior da incidência de pobreza era de 29,85%, o superior era de 45,74% e a incidência da pobreza subjetiva era de 34,76%. De 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu em 46,0%. Em 2010, 81,3% da população vivia acima da linha da pobreza, 12,2% encontrava-se na linha da pobreza e 6,5% estava abaixo. Em 2000, a participação dos 20% da população mais rica da cidade no rendimento total municipal era de 65,4%, ou seja, 33 vezes superior à dos 20% mais pobres, que era de 2,2%. Também em 2000, segundo a prefeitura, havia registros de favelas e palafitas, além de ocorrências de loteamentos irregulares (IBGE, 2010).

De acordo com dados do Sistema de Indicadores Mineiros de Responsabilidade Social (IMRS)¹⁰⁵, o município de Teófilo Otoni em 2014 tinha um total de 16.096 famílias com renda per capita até R\$154,00, como podemos notar no gráfico que se segue:

¹⁰⁵ Disponível em <http://www.imrs.jjp.mg.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

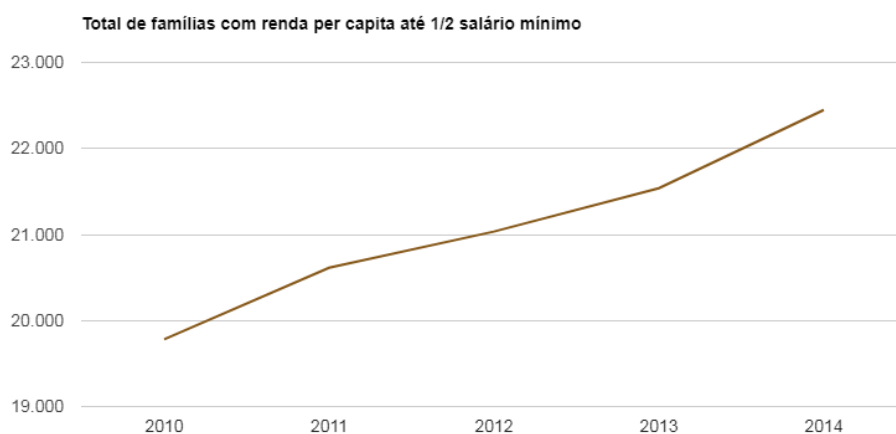
Gráfico 6 – Total de famílias do município de Teófilo Otoni com renda per capita até R\$ 154,00 no período de 2010 a 2014



Fonte: MDS;IBGE
Elaboração: FJP/CEPP

De acordo com dados do IMRS, o total de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo em 2014 é de 22.448 famílias, conforme podemos perceber no gráfico que se segue:

Gráfico 7 – Total de famílias com renda até 1/2 salário mínimo na cidade de Teófilo Otoni no período de 2010 -2014



Fonte: MDS; IBGE
Elaboração: FJP/CEPP

A cidade de Teófilo Otoni se encontra no rol de municípios considerados subdesenvolvidos, com uma economia baseada na agricultura, pecuária, fabricação de produtos

de madeira, produção de minerais não metálicos do tipo pedras preciosas e semipreciosas, e alguns setores de serviços com concentração relevante em: assistência social, publicidade e pesquisa de mercado, atividades de vigilância, segurança e investigação (PLANO, 2014).

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2016) em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município de Teófilo Otoni 10,67% trabalhavam no setor agropecuário, 0,23% na indústria extrativa, 6,17% na indústria de transformação, 9,49% no setor de construção, 0,94% nos setores de utilidade pública, 21,42% no comércio e 47,16% no setor de serviços. Sendo o setor de serviços o que mais concentra e emprega mão de obra no município.

Ainda assim, a cidade de Teófilo Otoni por ser a cidade polo da mesorregião vale do Mucuri, tem que sua prestação de serviços abrange todo o vale Mucuri, e exerce influência sobre o baixo Jequitinhonha. Assim sendo, os serviços básicos do município, incluindo os de saúde se encontram saturados devido à grande demanda advinda de toda sua área de influência (PLANO, 2014).

O subdesenvolvimento local ou regional é entendido por Gunder Frank (1973) como gerado pelo mesmo processo histórico que gera o desenvolvimento econômico, ou seja, o desenvolvimento do próprio capitalismo. Assim, o desenvolvimento das metrópoles provoca simultaneamente o subdesenvolvimento dos satélites subordinados. Para Frank (1973) esse processo de subordinação e de disparidade ocorre também internamente nos países, assim setores avançados dos países latino-americanos não conseguem estender seu desenvolvimento a setores atrasados da sua própria economia, repetindo uma formação metrópole-satélite dentro das próprias periferias.

O capitalismo deve ser visto como um sistema único que estabelece em sua própria dinâmica a contradição entre países exploradores e países explorados. Assim, ele joga por terra a teoria da superação do subdesenvolvimento, apenas estendendo o modernismo ao setor mais arcaico, como se levando o desenvolvimento a essas regiões consideradas atrasadas, economicamente falando, fosse resolver sua condição arcaica (FRANK, 1973).

O processo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento é dialeticamente construído e integrado no sistema capitalista mundial. Isso permite a Frank (1973), analisar que os recursos das regiões subdesenvolvidas são drenados pelas metrópoles externas, e internamente as regiões do país consideradas desenvolvidas, realiza o mesmo processo com regiões consideradas subdesenvolvidas, filtrando os recursos daquela localidade e deixando a população ali existente,

marginalizada, destituída de suas terras e de seu meio de vida se tornando, portanto, mão de obra barata, extorquida e explorada intensamente pelo capital.

Essa é a contradição interna essencial do capitalismo, pois permite o desenvolvimento relativo de alguns e reproduz e mantém o subdesenvolvimento da maioria em nível internacional, nacional, regional e local (FRANK, 1973). O modo de produção capitalista, colonialista/imperialista, se expande na medida em que instala uma estrutura que divide os países, as regiões e os locais entre metrópole-satélite/explorador-explorados. Sendo o capitalismo responsável pelo subdesenvolvimento, o criando e recriando, pois como salienta Marx, a produção capitalista é produção de riqueza na mesma proporção da pobreza (FRANK,1973).

Assim, cabe dizer que essas regiões denominadas de menos desenvolvidas são funcionais ao direcionamento estratégico do capital, num desenvolvimento “desigual e combinado” (FERNANDES, 1987).

Florestan (1968,1972,1987), realiza uma investigação histórica com uma análise crítica sobre as características históricas estruturais e sociais da sociedade brasileira. Assim, ele analisa o desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, que apresenta um modelo de desenvolvimento dependente e subdesenvolvido (com uma heteronomia externa: de dependência econômica, social, política ideológica e moral, e interna; através do sistema das classes sociais, nas relações de apoio a dependência e cooperação ou de luta entre as classes sociais). Para Florestan o capitalismo possui a sua própria lógica econômica se apoiando na articulação de mecanismos que se dão de fora para dentro (dos centros hegemônicos para as periferias) e de dentro para fora (das periferias para os centros hegemônicos), em que neste último apenas uma pequena minoria, ou seja a classe dominante se beneficia dos ganhos do progresso econômico e social nas periferias, sendo a burguesia local parceiras da burguesia hegemônica. A dominação externa é abastecida pela dominação interna sendo exercida sobre o trabalho e massa da população.

[...]o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização

do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas. (FERNANDES, 1972 p. 45).

O capitalismo dependente (pensado enquanto forma periférica e dependente do capitalismo monopolista, ou seja é uma forma específica de uma das fases do desenvolvimento do capitalismo) se desenvolve não apenas no Brasil, mas, em todos os países da América Latina, respeitando as fases específicas de seu desenvolvimento, bem como as diferenças e particularidades de cada nação. Segundo Florestan, o subdesenvolvimento é uma condição da reprodução de um tipo de desenvolvimento capitalista em países típicos de condições heteronômicas ou dependentes, em relação as nações centrais desenvolvidas.

O desenvolvimento capitalista está longe da ideia de universalização. Florestan portanto, nega as explicações correntes do subdesenvolvimento como “atraso” da urbanização ou industrialização, negando portanto, as explicações de que a superação do subdesenvolvimento virá através da aceleração do crescimento econômico. Países subdesenvolvidos são funcionais a lógica de dominação do capital. Não é objetivo do capital um desenvolvimento equilibrado, o desenvolvimento do capitalismo nas economias dependentes, como é o caso do Brasil, combina segundo Florestan o “velho e o novo”, unindo o arcaico (origem colonial, latifúndio, monocultura, dominação política de cunho autoritário com base no mandonismo e clientelismo, elementos atrasados nas relações contratuais de trabalho o que permite uma maior exploração da força de trabalho), ao moderno, às mudanças econômicas e tecnológicas em alguns ramos produtivos que servem como nichos especulativos do capital e que se estabelecem em determinadas regiões do país, seja para extração da matéria-prima ali existente ou outro atrativo pontual necessário ao capital, o que resulta em uma modernização conservadora combinando desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Assim, o autor (FERNANDES, 1987), traz para o debate, elementos importantes e fundamentais que marcam traços característicos da formação brasileira, e que ainda se encontram presentes em alguns municípios, como o patrimonialismo e o clientelismo. Como salienta Raichelis (2010), essa cultura se encontra ainda presente na política de Assistência Social e, para nós, o município estudado traz esses traços em suas características. A esses elementos soma-se o aumento significativo de profissionais assistentes sociais nas várias regiões do país, a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). E com a posterior implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vem levando a refletir que o

contingente de profissionais aumentou significativamente. Portanto, se faz necessário refletir em que condições esse trabalho se realiza. Como afirma Raichelis (2010, p. 751).

A implantação do Suas e sua rápida expansão por todo o território nacional vem ampliando consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais atuantes nessa área. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos, os trabalhadores assalariados em seu conjunto.

Foi pensando em analisar a precarização do trabalho e as condições de trabalho, especificamente na relevância de se analisar as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional na política de assistência social do município de Teófilo Otoni, e na tentativa de buscar desvendar o cotidiano profissional, que essa pesquisa com base empírica se fundou. Sendo assim, trarei no próximo subitem alguns dados relativos a política de assistência social no município especificado e no capítulo posterior os dados da pesquisa que expressa as condições de trabalho desses profissionais no âmbito da política de assistência social.

3.4.1 O SUAS no município de Teófilo Otoni

O município de Teófilo Otoni é classificado de acordo com o Censo do IBGE de 2010, como de grande porte, e seu nível de habilitação no SUAS é de Gestão Plena das ações socioassistenciais.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) é o órgão responsável, em nível municipal, pela implantação de programas, projetos e serviços de assistência social às famílias, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, mulheres e minorias em situação de vulnerabilidade social. Estes visam a redução de danos, ameaças e prevenção a incidência de riscos, atuando no combate e enfrentamento a pobreza.

Cabe destacar que a Secretaria de Assistência Social do município de Teófilo Otoni é vinculada à Secretaria de Habitação, sendo, portanto denominada de Secretaria de Assistência Social e Habitação. Um fator relevante a ser destacado é que o gestor municipal da assistência municipal não possui formação acadêmica na área social, nem mesmo conhecimento na área¹⁰⁶. Mesmo assim, se encontra a frente da SEMAS. Percebe-se forte influência política no

¹⁰⁶ A gestora da Secretaria de Assistência Social período (2013-2016), possui formação em Pedagogia.

município perpassada pela cultura tradicional do toma lá dá cá, baseado no favoritismo resultado de relações de influências muito presentes na região. E que se apresenta fortemente, e, principalmente nas designações do governante municipal, no que diz respeito aos cargos de gestão nas secretarias municipais.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Teófilo Otoni foi criado em 05 de janeiro de 1996, através da lei municipal nº 3930/96, juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social de Teófilo Otoni (CMAS/TO) composto por 12 membros sendo, 6 representantes governamentais (designados pelo prefeito municipal), 6 representantes da sociedade civil.

A gestão das ações e aplicações de recursos do SUAS são negociados e pactuados na Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e nas Comissões Intergestoras Bipartites (CIBs). Os procedimentos são acompanhados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A SEMAS está inserida na CIB e quem representa o município é o próprio gestor da Assistência Social como definido pela NOB/SUAS.

De acordo com dados gerais, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)¹⁰⁷, o município de Teófilo Otoni é de grande porte, e se encontra no nível “Pleno” de gestão do SUAS (Nível de habilitação do município no SUAS).

No que se refere ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de acordo com dados referentes a outubro de 2016, há neste município um quantitativo de 6 (seis) CRAS (cofinanciados). E, a capacidade de atendimento real (famílias ano/NOB-SUAS) pelo CRAS/PAIF destes municípios é da faixa de 6.000 famílias. E a quantidade de famílias referenciadas ano/ NOB-SUAS foi de 30.000. A previsão de repasse anual gira em torno de R\$ 864.000,00. (MDS/SAGI, 2016).

A capacidade de referenciamento de um CRAS está relacionada, de acordo com a NOB- SUAS (2012), ao número de famílias do território; à estrutura física da unidade e à quantidade de profissionais que atuam na unidade. Os CRAS, de acordo com a NOB-SUAS (2012), serão organizados conforme o número de famílias a ele referenciadas seguindo a seguinte divisão: I) até 2.500 famílias; II) de 2.501 a 3.500 famílias; III) de 3.501 até 5.000 famílias.

¹⁰⁷ O Ministério de Desenvolvimento social e Combate à Fome, sofreu algumas alterações propostas pelo atual governo brasileiro (Michel Temer), agora o MDS, se denomina Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDA).

Como demonstram dados do Censo SUAS no ano de 2008 o município de Teófilo Otoni contava com 6 CRAS. Cabe ressaltar que, nos anos de 2010 e 2011 a quantidade de CRAS era maior, num quantitativo de 7 CRAS, em 2012 o quantitativo reduziu para 6 CRAS permanecendo esse número atualmente. (MDS/SAGI, 2016).

No que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, este município possui como capacidade de atendimento de referência um quantitativo de 1.100 usuários. O quantitativo de usuários registrados no SISC¹⁰⁸ atinge um número de 2.564, apurado em 20/12/2015. O valor referência do ano do piso básico variável¹⁰⁹ é de R\$ 660.000,00, e foi repassado no primeiro trimestre de 2016 (jan./mar), um total de R\$ 165.000,00. (MDS/SAGI, 2016).

No que se refere ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI), há no município de Teófilo Otoni, um quantitativo de 1 (um) CREAS (cofinanciado). A capacidade de atendimento referenciada é de 80 atendimentos, e o valor de repasse do piso fixo de média complexidade¹¹⁰ do mês de referência de dezembro de 2015 foi de R\$ 13, 000,00. Em relação ao Serviço especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), o município conta com 1 (um) equipamento, tendo sua capacidade de atendimento referenciada em 80 atendimentos. E o valor do piso fixo dos equipamentos de média complexidade, do mês de referência de dezembro de 2015, foi de R\$ 13.000,00.

Quanto ao bolsa família e cadastro único, no município de Teófilo Otoni, o total de famílias inscritas no cadastro único em junho de 2016, de acordo com o SAGI (2016), era de 17. 669 famílias. E a quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em setembro de 2016 era de 8.268. O valor total de recursos financeiros pagos em benefícios as famílias inscritas no programa, em setembro de 2016, foi de R\$ 1.381.156,00.

¹⁰⁸ Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

¹⁰⁹ As ações e serviço do CRAS são cofinanciadas pelo FNAS através do piso básico fixo destinado ao custeio ao atendimento à família e seus membros por meio do serviço PAIF. O piso básico Variável destina-se de acordo com a NOB-SUAS 2012, ao cofinanciamento dos serviços complementares inerentes ao PAIF, ao financiamento de outros serviços complementares mais oneroso e ao atendimento de demandas específicas do território ou outras prioridades e metas pactuadas nacionalmente.

¹¹⁰ De acordo com a NOB-SUAS (2012), o cofinanciamento da proteção especial tem como componentes o piso fixo de média complexidade, o piso variável e o piso de transição de média complexidade. O piso de média complexidade se destina ao cofinanciamento dos serviços que são prestados no CENTRO POP e no CREAS como o serviço do PAEFI. Já o serviço variável de média complexidade se destina ao cofinanciamento do Serviço Especializado em Abordagem social, Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias, Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à comunidade e outros que venham a ser instituídos. O piso de Transição de média complexidade é regulamentado pela portaria nº 440/2005 art. 2º que trata deste assunto.

O Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017) do município de Teófilo Otoni faz referência a rede de serviços de proteção básica e especial, projetos e benefícios a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco, existentes neste município. Podemos perceber os serviços e benefícios da assistência social oferecidos pelo município de Teófilo Otoni de acordo com o quadro 5:

Quadro 5- Serviços e Benefícios da Assistência Social do Município de Teófilo

SERVIÇOS		BENEFÍCIOS
Proteção. Social Básica	Proteção Social Especial	-Programa Bolsa Família. - BPC. -Benefícios eventuais. - BPC na escola
	<p><i>Média Complexidade</i></p> <p><i>Alta Complexidade</i></p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro único (PBF) - CRAS (PAIF) - SCFV¹¹¹ (crianças e adolescentes de 6 a 15 anos). - SCFV (adolescentes de 15 a 17 anos). - SCFV (pessoas idosas a partir de 60 anos). - Centro de Atendimento Sócio Infantil- Casi - Programa Poupança Jovem. - Subvenções a entidades sociais. - Acessuas Trabalho (PRONATEC). 	<ul style="list-style-type: none"> - CREAS (PAEFI) - PAIR¹¹² - Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência. - LA¹¹³ e Prestação de Serviços à comunidade. - Centro Pop. - Ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil. 	<ul style="list-style-type: none"> -Serviço de Acolhimento Institucional- Criança e adolescente. - CEVIDA (Centro de Valorização da Vida) / Casa de passagem. - Serviço de Acolhimento Institucional Abrigo (ILPIs)¹¹⁴. - Projeto Amai-vos¹¹⁵. - Família Substituta/ solidária. - Centro POP/Institucional.
<p><u>Outras Ações da Assistência Social no município de Teófilo Otoni</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento do Controle Social- Conselhos Municipais - Apoio às ações dos Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente¹¹⁶ - Carteira do idoso. - Carteira da Pessoa com Deficiência interestadual. - Carteira do idoso e da pessoa com deficiência Intermunicipal. -Programa um Leite pela vida 		

Fonte: Elaborado pelo autor

Dados: Plano Municipal de Assistência Social (2014- 2017) do município de Teófilo Otoni- MG

¹¹¹ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

¹¹² Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto- Juvenil

¹¹³ Serviço de Proteção Especial a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida.

¹¹⁴ Instituição de Longa Permanência para idosos.

¹¹⁵ Apoio Psicossocial a Pessoas com Deficiência e com Vínculos Familiares Fragilizados ou Rompidos.

¹¹⁶ O conselho tutelar do município conta com uma assistente social em sua equipe disponibilizada e contratada pela SEMAS.

Assim, como demonstrado no quadro, temos no município de Teófilo Otoni- MG diversos serviços e benefícios ofertados pela política de assistência social de acordo com o plano de assistência social do município. Segue descrição de cada benefício e serviço ofertado no município para melhor compreensão da conformação da assistência social nessa região.

- **Programa Bolsa Família:** Programa de transferência de renda direta com condicionalidades a serem cumpridas pelas famílias. É destinado a famílias pobres com renda mensal per capita de R\$85,00 a R\$ 170,00, e extremamente pobres com renda mensal per capita de até R\$ 85,00. O programa tem como desafio contribuir com a redução da pobreza e da fome no país. Atualmente no município de Teófilo Otoni 8.268,00 famílias são beneficiadas.

- **Benefício de Prestação Continuada (BPC) e BPC na escola:** O BPC é previsto nos artigos 20 e 21 da LOAS, é provido pelo governo federal e consiste no repasse de um salário mínimo mensal ao idoso (65 anos de idade ou mais) e a pessoa com deficiência que comprove não ter meios para suprir sua sobrevivência ou tê-la suprida pela família, e que não exerça atividade laboral remunerada. Dessa forma, a renda familiar deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ por pessoa componente da residência familiar. O BPC na escola (criado pela portaria n° 18 de 2007) tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais envolvendo as políticas de educação, assistência, saúde e direitos humanos. Visando garantir o acesso e permanência na escola da criança e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos, que sejam beneficiários do BPC. O BPC contou no município com um recurso anual federal (referência ano 2014) de acordo com o plano municipal no valor de R\$ 6.040,00.

- **Benefícios eventuais:** São tratados no artigo 22 da LOAS. Referem-se a provisões gratuitas implementadas em espécie ou pecúnia, visando cobrir determinadas necessidades temporárias relativas a situação de vulnerabilidades temporárias. O município de Teófilo Otoni presta o auxílio-funeral a famílias em situação de vulnerabilidade social, com o fornecimento de urnas funerárias. O serviço é executado cofinanciado pelo governo estadual e municipal atendendo em média 20 usuários por ano.

- **Centro de Referência da Assistência social/CRAS:** Unidades públicas estatais responsáveis pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social assegurando às famílias de cada território onde a unidade se situa serviços e direitos. O município de Teófilo Otoni conta com seis territórios de referência que são: Território Sul, Sudeste, Oeste, Norte, Nordeste e Noroeste. Sendo seis CRAS instalados em cada território do município, com uma extensão do CRAS Sul, no bairro Vila Solidariedade e um CRAS na zona rural, instalado em Topázio. A viabilização do referido serviço referência 30.000 famílias por ano. Cabe destacar

que em cada CRAS é ofertado o Serviço de proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), e o serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos que é referenciado nos CRAS, e articulado com o PAIF.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** É um serviço socioassistencial e socioeducativo, em que se propõe prestar apoio efetivo à família, através da inclusão em programas de transferência de renda e na rede de serviços para acessar os direitos básicos de cidadania, prevenir a ruptura dos vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida. É ofertado necessariamente nos CRAS e tem como público crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade e pessoas idosas. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV é resultante do reordenamento disposto na Resolução CIT nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, que unificou os Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Projovem Adolescentes e Programa de atendimento em Grupos para Pessoa Idosa. As ações não devem possuir caráter terapêutico. A oferta do SCFV é ofertada em 33 unidades na rede socioassistencial atendendo 3.934 usuários na faixa etária de 0 a 17 anos maiores, de 60 anos e seus familiares (TÉOFILO OTONI, 2015).

- **Centro de Atendimento Sócio- Infantil- CASI:** é um equipamento para atender crianças e adolescentes de seis a quinze anos, garantindo espaço adequado para práticas de atividades culturais e esportivas, recreativas e pedagógicas. As ações funcionam de forma articulada com o PAIF e o SCFV.

- **Programa Poupança Jovem:** O programa faz parte do eixo de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais denominado “Protagonismo Juvenil”. Pensado para atender jovens alunos do ensino médio, matriculados nas escolas estaduais, objetiva contribuir para quebrar o ciclo de perpetuação da pobreza, e que muitas vezes impede os adolescentes e jovens de prosseguirem com os estudos. As intenções do programa são: 1) Incentivar o aluno a permanecer na escola até que termine o ensino médio, por meio do pagamento, quando da conclusão desse ciclo educacional, de uma bolsa no valor de R\$ 1.000,00 para cada um dos três anos nos quais foi aprovado; 2) proporcionar ao aluno atividades extracurriculares que garantam acesso a ativos que ele não teria oportunidade de ter sem a ação do Estado. Trata-se uma política pública que busca a inclusão dos alunos a serem atendidos. (TÉOFILO OTONI, 2015).

- **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho- Acessuas Trabalho/ PRONATEC:** O Programa Acessuas Trabalho, de acordo com o Plano Municipal de Assistência social do município de Teófilo Otoni, busca por meio do incentivo a mobilização, a integração ao mercado de trabalho às famílias usuárias da política de assistência social. Propõe

ações e atividades articuladas ao Plano Brasil sem Miséria (BSM)- PRONATEC, com um caráter educativo, informativo ou de orientação social que movimentem e circulem informações ao acesso de direitos, promovam a autonomia e melhoria da qualidade de vida da população beneficiada. O Programa Acessuas Trabalho ofertou via PRONATEC 1.308 vagas, nos anos referentes a 2014 e 2015, e recebeu um valor total repassado de recurso de R\$ 140.502,00.

- **Centro de Referência Especializado de Assistência Social:** Unidade pública estatal de prestação de serviço especializado e continuado a indivíduos e famílias com seus direitos violados, objetiva promover a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários. Envolve um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado. O CREAS deve articular os serviços de média complexidade e operar a referência e a contra referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, e demais políticas públicas (TEÓFILO OTONI, 2016).

- **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI):** Esse serviço oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, negligência, abuso e/ou exploração sexual e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões a situações que provocam danos e agravos à sua condição de vida). Vale ressaltar que, esse serviço é ofertado no CREAS.

- **Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência sexual Infanto- Juvenil (PAIR):** O presente programa é da Secretaria Especial de Direitos Humanos/UFMG, e tem por objetivo apoiar a implementação da Política de Enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil por meio do desenvolvimento de ações de fortalecimento da rede de proteção da infância, da adolescência e juventude, em parceria com o governo do Estado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE). O plano municipal de enfrentamento é fruto da parceria com esse programa e foi um importante passo para a organização das ações no município.

- **Serviços de Proteção Social para pessoas com deficiência:** São serviços continuados que oferecem acolhida, apoio e acompanhamento profissional a pessoas com deficiência e suas famílias. Os serviços são oferecidos na forma de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência; atendimento de reabilitação na comunidade; atendimento domiciliar. O cofinanciamento federal deste serviço se dá por meio da transferência de recurso da FNAS para os fundos municipais de assistência social, compondo o piso de transição de média

complexidade. Em Teófilo Otoni o recurso recebido pelo FNAS é repassado para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para atividades de habilitação e reabilitação de 190 pessoas.

- **Serviço de Proteção Especial a Adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas, de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade:** Essas medidas estão previstas na política de atenção à criança e ao adolescente como especificada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Visam o atendimento e acompanhamento socioassistencial sistemático aos adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 17 anos, autores de atos infracionais e suas respectivas famílias. Os serviços de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade são ofertados no CREAS, que atende e acompanha anualmente a 54 usuários.

- **CENTRO POP para população de rua:** É uma unidade pública estatal de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, e deve ofertar o serviço de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

- **Ações estratégicas do programa de erradicação do trabalho infantil:** As ações do PETI são desenvolvidas pela rede socioassistencial do SUAS, articulada as demais políticas públicas sendo estruturada em cinco eixos: 1) Informação e mobilização nos territórios a partir das incidências de trabalho infantil, visando propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação; 2) Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; 3) Proteção social para crianças e adolescentes em situações de trabalho infantil e suas famílias; 4) Apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; 5) Monitoramento das ações do PETI (TEÓFILO OTONI, 2016).

- **Serviço de Acolhimento Institucional Abrigo:** Os serviços de proteção social especial de alta complexidade oferecem atenção a indivíduos e famílias sem referência e/ou em situação de ameaça ou violação de direitos. Necessitando de ações protetivas especiais temporárias fora do seu núcleo familiar ou comunitário, devendo oferecer acolhimento e desenvolver atenção especializada para possibilitar a reconstrução dos vínculos familiares e sociais. Esses serviços são cofinanciados pelos governos federais, estaduais e municipais que se dá pela transferência de recursos da FNAS para os fundos municipais de assistência social compondo o Piso de Alta complexidade I, conforme serviços tipificados nacionalmente. O município de Teófilo Otoni repassa os recursos recebidos através de convênios, as seguintes entidades privadas de assistência social:

- A entidade Apoio a Mulher a Criança e ao Adolescente (AMCA) que acolhe institucionalmente 20 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 14 a 21 anos incompletos, que tiveram os vínculos familiares rompidos.
 - Sociedade Beneficente Frei Dimas, que presta atendimento a 55 idosos independentes e 15 dependentes (pessoas acamadas).
 - Instituição O NINHO/ Casa das meninas com 30 beneficiários do sexo feminino.
- **CEVIDA/ Centro de Valorização da Vida (Casa de passagem):** Serviço de proteção especial referenciado no CREAS que atende a pessoas em processo migratório, caracterizado pela saída de sua cidade de origem em busca de trabalho e melhores condições de vida em outra região. A equipe do CEVIDA realiza também o Serviço Especializado para pessoas em Situação de rua (Centro Pop), por meio do cofinanciamento municipal e estadual, onde o Estado cofinancia as despesas de custeio referente às ações do serviço de Atendimento à população migrante e indivíduos em situação de rua, com concessão de passes para auxiliar o migrante ao retorno de seu lugar de referência, assim como encaminhamento para acolhimento e/ou abrigamento quando necessário. O atendimento ao migrante representa um fluxo de 120 usuários por mês (TEÓFILO OTONI, 2016).
- **Projeto “Amai-vos” - Apoio Psicossocial a Pessoas com deficiência e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos:** Este programa é destinado a pessoas com deficiência, entre elas doentes mentais, idosos e deficientes físicos que se encontram em situação de rua com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Para a execução desse programa o município de Teófilo Otoni através da SEMAS, mantém um cofinanciamento com a entidade executora AMCA para a realização do serviço de atendimento a 30 usuários.
- **Família Substituta Solidária:** O município por meio da SEMAS mantém um cofinanciamento com a entidade Aprender Produzir Juntos (APJ), com o projeto de família substituta, de nome família solidária. Este é destinado a prover o direito à convivência familiar e comunitária a adolescente com vínculos familiares rompidos, sem perspectivas de reinserção em sua família de origem. E, ao se aproximarem da adolescência sem perspectivas de adoção, o projeto realiza ações de mobilização e sensibilização de famílias para acolhimento dessas crianças e adolescentes.

A Secretaria de Assistência Social e Habitação do município de Teófilo Otoni também realiza ações de fortalecimento e suporte as atividades dos Conselhos municipais de Assistência social; dos direitos da criança e do adolescente; emprego e geração de renda; do idoso; d mulher de segurança alimentar sustentável e nutricional; da pessoa com deficiência; de igualdade racial

e antidrogas. Realiza a manutenção da casa dos conselhos e participação no Conselho Municipal de Assistência Social. A SEMAS também oferece apoio as ações dos Conselhos Tutelares do Direito da Criança e do Adolescente, dando suporte à composição, manutenção de estrutura e ao funcionamento dos Conselhos Tutelares Norte e Sul do município.

Outra ação da SEMAS é a expedição da carteira do idoso que dá direito à gratuidade e desconto no valor das passagens intermunicipais e interestaduais nos transportes ferroviários, rodoviário e aquaviário, conforme direito assegurado no Estatuto do Idoso. Também é de responsabilidade da SEMAS a expedição do passe livre para pessoas carentes, com deficiência para passagens interestadual, e também a carteira passe livre para transporte coletivo intermunicipal, para pessoas com deficiência e com renda inferior a dois salários mínimos, conforme lei estadual 21.121/14.

Outra ação da Secretaria de Assistência Social do município de Teófilo Otoni é o programa leite pela vida, que é realizado em parceria com o MDS e o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG) e Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). E parceria com voluntários, instituições religiosas, universidades dentre outros que realizam a distribuição de leite para famílias do Norte e Nordeste de Minas Gerais como parte de uma política integrada. O objetivo do programa é gerar renda e combater a desnutrição e trabalho infantil. O público alvo do Programa são gestantes, crianças de 2 a 7 anos de idade, nutrizes de até 6 meses após o parto e idosos acima de 60 anos.

Quanto ao recebimento de recursos para a realização de ações, serviços e benefícios no âmbito da assistência social, no ano de referência de 2014, o município recebeu do governo estadual o repasse de R\$ 1.278.650,50. Do governo federal R\$ 2.316.191,90, e do governo municipal investiu com recursos próprios em serviços e programas R\$ 2.456.036,51. Cabe destacar, que o repasse fundo a fundo será terrivelmente afetado em todos os municípios brasileiros, no que diz respeito não só a política de assistência social, mas as políticas públicas sociais no geral. Pois, devido à aprovação da PEC 55, os municípios sofrerão com o congelamento dos gastos e falta de recursos para gerir as políticas públicas sociais, tendo em vista que, os recursos próprios dos municípios (especialmente os municípios mais pobres de pequeno e médio porte), devido à baixa arrecadação de impostos esses são insuficientes para executar os programas e serviços necessários à população. Assim temos que,

O comportamento da alocação de recursos para as políticas sociais mais globalmente, e de modo específico para a seguridade social, tende a ser “pró-cíclico e regressivo” (Soares, 2000:75), ao invés de se constituir como anticíclico, conforme o padrão Keynesiano, o que permite apenas a existência de mecanismos compensatórios que não alteram profundamente a estrutura das desigualdades sociais. Com poucos investimentos, cai a qualidade das políticas sociais e ocorre o que Soares chama de uma “ritualização” (2000:76) dos ministérios da área social, impossibilitados que são de implementar políticas universais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 164).

Essa tendência, regressiva das políticas sociais no Brasil, é algo que já trabalhamos no item anterior, mas que vale a pena destacar aqui, pois todos são afetados por essa dinâmica.

Quanto ao financiamento de algumas ações e serviços, o município de Teófilo Otoni realiza o cofinanciamento através de algumas entidades privadas de assistência social. Conforme quadro abaixo seguem as entidades e valores recebidos pelas mesmas no ano de referência de 2014:

Quadro 6- Financiamento das Instituições privadas de Assistência Social do município de Teófilo Otoni

INSTITUIÇÃO	VALOR ANUAL REPASSADO
Creche Cantinho da solidariedade	R\$ 9.213,40
O Ninho- Centro de Acolhimento e defesa da criança e do adolescente (04h/dia)	R\$ 36.177,96
O Ninho- Centro de Acolhimento e Defesa da criança e do adolescente(24/h)	R\$ 282.000,00
APJ Família Solidaria	R\$ 48.818,16
AMCA Casa Nazaré	R\$ 29.061,72
AMCA Programa Amai-vos	R\$ 73.309,08
Associação Espaço Adolescente	R\$ 9.425,40
Total	R\$ 488.005,72

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social do município de Teófilo Otoni (2014-2017)

Essa tendência de transferência da responsabilidade dos serviços públicos para o setor privado se apresenta especialmente a partir da década de 1990, quando há uma forte influência a enfatização do mercado, via planos privados e a transferência da responsabilidade social para a esfera da sociedade civil. E expressa a tendência do Estado no crescimento das parcerias público-privado, no âmbito das políticas sociais públicas. Isso afeta, especialmente, a política de assistência social, pois há sempre uma tentativa de desmaterialização dessa política devido a uma lógica ideológica de reforço ao caráter filantrópico, com forte presença de entidades privadas na condução de diversos serviços. E com ênfase e permanência de apelos e ações

clientelistas. O que se percebe de acordo com Behring (2000) é uma profunda despolitização da questão social, um deslocamento das respostas à questão social para a esfera da sociedade civil, num processo de refilantropização do social não o admitindo como direito do cidadão o acesso às políticas sociais públicas.

Isso explica o retorno à família e as organizações sem fins lucrativos – o chamado “terceiro setor”, categoria desmistificada por Montão (2002) – como agentes do bem-estar, substituindo a política pública. Ao não se constituir como uma rede complementar, mas assumir a condição de “alternativa eficaz” para viabilizar o atendimento das necessidades, esse apelo ao “terceiro setor” ou à “sociedade civil”, aqui mistificada, configurou-se como um verdadeiro retrocesso histórico. Trata-se do que Yasbek (1993 e 200) denomina refilantropização das políticas sociais, que implica uma precipitada volta ao passado sem esgotar as possibilidades da política pública, na sua formatação constitucional (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 162 grifo do autor).

Cabe destacar, que estamos vivendo um processo de retrocesso de não reconhecimento dos direitos sociais e de uma tentativa sarcástica de refilantropização da assistência social no Brasil, onde temos como exemplo o primeiro-damismo da proposta do atual programa do governo “Criança Feliz”.

Quanto ao número de trabalhadores assistentes sociais no município de Teófilo Otoni que estão à frente dos programas e serviços da política de assistência social, segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)¹¹⁷ o quadro atual de profissionais assistentes sociais no âmbito do SUAS no município de Teófilo Otoni é de 30 profissionais. Na atenção básica, nos CRAS catorze (14) profissionais dentre estes cinco são coordenadores de CRAS. O Bolsa Família tem quatro (4) profissionais, o Serviço de Convivência quatro (4) profissionais, um (1) profissional no Conselho Tutelar, mas que compõe o quadro de profissionais da assistência e um (1) profissional no SEMAS. Na atenção especial que compreende: o CREAS com três (3) profissionais e o CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua com dois (2) profissionais.

Identificamos que há uma rotatividade grande de profissionais devido as condições de trabalho no município. Sendo assim, no âmbito da atenção básica atualmente os CRAS atuam com 4 profissionais a menos, que foram desligados, e os cargos não foram preenchidos

¹¹⁷ Informação Verbal fornecida inicialmente pela então secretária municipal de Assistência Social do município de Teófilo Otoni, a senhora Eliana Vieira do Amaral (período de gestão 2013-2016), e confirmada através da pesquisa de campo realizada no município de Teófilo Otoni com assistentes sociais do SUAS, no período compreendido de julho a setembro de 2016.

novamente. No âmbito da atenção especial, o CREAS se encontra com 1 profissional assistente social a menos, e no CEVIDA no momento se encontra sem o profissional de Serviço Social.

A partir desse levantamento, foi possível identificar o quantitativo de profissionais trabalhando atualmente no SUAS no município, e foi através desses profissionais que a pesquisa empírica buscou um contato mais próximo com a realidade. No sentido de identificar e compreender as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais que trabalham na política de assistência social, especificamente no município de Teófilo Otoni. Assim, Raichelis (2010, p. 760-761), aponta que,

A questão do trabalho e dos trabalhadores no Suas é um dos grandes desafios a ser enfrentado, se o objetivo for a implementação da política de Assistência Social voltada para o atendimento de necessidades sociais e comprometida com a ampliação e a consolidação de direitos das classes subalternas. Se este é um desafio para toda a administração pública brasileira, em função das questões que atingem o mundo do trabalho, o Estado e as políticas públicas na contemporaneidade, inegavelmente assumem características específicas na assistência social, pelo seu histórico de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas e descontínuas, do qual são expressões emblemáticas a cultura autoritária, patrimonialista e clientelista e o primeiro-damismo persistente e (re)atualizado nesta área, indicando possivelmente a adoção de novas estratégias de (re)legitimação desse instituto.

Segundo Raichelis (2010), a maioria dos municípios brasileiros de pequeno porte conta com frágeis estruturas de gestão, com quadro de profissionais reduzidos e insuficientes. E, em geral, com grandes defasagens teóricas e técnicas. Somam-se a isso as péssimas condições de trabalho e uma rotina exaustiva pelo aumento consubstanciado da produtividade. Cabe destacar que, as situações e condições de trabalho dos profissionais assistentes sociais não se encontram isoladas, mas, faz sim, parte de todo um complexo e emaranhado “status” de trabalhador assalariado na sociedade capitalista, particularmente, diante da complexificação das relações de trabalho nos últimos anos.

Assim, no próximo capítulo buscaremos analisar os desafio da efetivação do projeto ético político diante da conjuntura atual das condições de trabalho dos assistentes sociais, e através das análises dos dados da pesquisa com assistentes sociais inseridos na política de assistência social no município de Teófilo Otoni, buscar entender quem são os sujeitos inseridos nessa política quais suas dificuldades, desafios diante das condições de trabalho, e como isso afeta seu trabalho profissional e sua vida, entendendo que esse indivíduo é um ser que sofre os rebatimentos do trabalho em aspectos físicos e psicológicos pois o trabalho é ontológico ao ser social como afirma Lukács.

4 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESAFIOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONIMG

Sonho Impossível

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar este mundo, cravar este chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz

E amanhã se este chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu
Delirar e morrer de paixão

E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão

(CHICO BUARQUE & RUY GUERRA)

Diante da atual conjuntura, na qual se encontra a sociedade brasileira, os versos acima se tornam apropriados para expressar a luta constante contra o retrocesso e conservadorismo que vêm, veementemente, tomando força no seio da sociedade brasileira. Vivemos num tempo impulsionados pela aproximação política com forças regressivas em tempos de radicalização da ideologia neoliberal.

A proposta de afronte aos direitos sociais e às conquistas da classe trabalhadora estão trazendo uma onda de intensificação da vulnerabilidade social, pois o enfrentamento da “crise” vem sendo tomado pela diminuição do valor real do salário mínimo, pela corrosão dos direitos trabalhistas, terceirização e flexibilização do trabalho, pelas propostas de redução dos direitos à educação, saúde e assistência social. Enfim, quem está sendo prejudicado e sofrendo os reflexos dos ajustes e propostas tomadas pelo atual governo brasileiro é o povo, é o trabalhador.

Ao longo desta pesquisa, vimos a partir da centralidade do trabalho e dos trabalhadores, o movimento da sociedade capitalista e seu processo de produção de riqueza, que tem como base a exploração e superexploração do trabalho, ou seja, do ser que vive do trabalho. Vimos como o assistente social, enquanto trabalhador assalariado, sofre os rebatimentos da precarização do trabalho. Tendo em vista que, esta pesquisa tem como objetivo central analisar as condições e relações de trabalho no cotidiano profissional do assistente social, inseridos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de Teófilo Otoni- MG no ano 2016. Neste capítulo, iremos mostrar como o assistente social enquanto trabalhador assalariado, mas ao mesmo tempo, enquanto profissional que atua com e pela classe que vive do trabalho, se volta diante e perante um projeto ético-político profissional para a afirmação dos direitos desta classe. Atuando no reconhecimento das necessidades dos sujeitos sociais, na defesa do trabalho e dos trabalhadores do acesso à terra para a produção dos seus meios de vida, assim, como luta pela afirmação de uma democracia que viabilize acesso e direitos a toda uma população e que contribua com um direcionamento para a superação das desigualdades sociais.

Portanto, torna-se necessário compreender o projeto-ético-político do Serviço Social e sua importância, por se vincular a um projeto societário que visa a construção de uma nova ordem social sem exploração, dominação de classe, etnia e gênero, a defesa intransigente dos direitos humanos “Numa palavra este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras tem raízes efetivas na vida social” (NETTO, 1999, p.18).

Cabe destacar que, diante das condições adversas que se encontra a sociedade brasileira esse projeto político se encontra ameaçado. Nesse sentido, a preservação deste projeto depende da vontade do corpo profissional e do fortalecimento democrático e popular, onde a organização dos movimentos sociais populares, e a união de toda uma classe trabalhadora sofrida se faz necessária para o fortalecimento deste projeto, que aponta para o combate ideológico, teórico político e prático do neoliberalismo.

Numa conjuntura de ameaça às políticas sociais, a assistência social se encontra em um patamar também desfavorável, onde o corte de gastos no âmbito dessa política, a falta de capacitação profissional, falta de segurança e estabilidade no trabalho dos assistentes sociais, a exploração, fragmentação e rotatividade desses trabalhadores acabam por afetar não somente seu fazer profissional, mas também sua subjetividade, sua vida na totalidade.

Assim, neste capítulo, buscaremos trazer os desafios da implementação do projeto ético político diante de uma conjuntura de precarização e superexploração do trabalho do assistente social. Buscamos a partir de uma análise empírica realizada com profissionais assistentes sociais do município de Teófilo Otoni, entender a realidade posta a estes profissionais suas condições e relações de trabalho diante de intermitentes ameaças ao projeto ético político da profissão e de intensos golpes que vem sendo desferidos contra a classe trabalhadora.

4.1 O DESAFIO DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DIANTE DA CONJUNTURA ATUAL DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Figura 6- Quadro do pintor Gildásio Jardim



Fonte: <http://gildasio-35.blogspot.com.br/>

A construção do denominado projeto ético-político do Serviço Social, se assenta no quadro conjuntural na transição da década de 1980 a 1990, período que marca um importante momento do desenvolvimento do *projeto de ruptura*¹¹⁸, como processo do Serviço Social no

¹¹⁸ “A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais

Brasil. A *renovação*¹¹⁹ crítica do Serviço Social é fruto de um amplo movimento de lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, a ascensão do movimento político das classes trabalhadoras, com forte presença das lutas operárias/sindicais, dos movimentos populares, movimentos estudantis e uma esquerda cristã da igreja católica ligada a Teologia da Libertação que impulsionaram a crise da ditadura. Esse contexto fez com que a categoria profissional, dos assistentes sociais, se reposicionassem por diferentes segmentos da sociedade civil. Alguns capturados pelo artilho da autocracia burguesa ditatorial, outros se impulsionaram por um redirecionamento crítico de resistência e lutas.

O próprio Netto (1999) ressalta que, o projeto profissional constitui um universo heterogêneo, pois os membros que compõem a categoria profissional são indivíduos diferentes. Assim sendo, o corpo profissional é uma unidade de diversos nele estão presentes projetos individuais e societários diversos. Dessa forma temos que,

[...] todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão- enfim, pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquise a hegemonia nunca será exclusivo (NETTO, 1999, p. 5).

Assim, para a construção do novo projeto ético político da profissão Serviço Social, muitas discussões, recusas e crítica ao conservadorismo¹²⁰ profissional foram feitas, dentro da própria categoria de assistentes sociais.

da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las. Entendida numa dimensão processual, essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes” (IAMAMOTO, 2004, p. 37).

¹¹⁹ “Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. Trata-se, como infere, de um processo global, que envolve a profissão como um todo – as modalidades da sua concretização, em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, *perspectivas diversificadas*: a renovação implica a construção de um *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem. [...] É próprio do processo de renovação a coexistência de legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição. Nesta ótica, a renovação do Serviço Social aparece, sob todos os aspectos, como um avanço: mesmo nas vertentes em que as concepções herdadas do passado não são medularmente postas em causa, registra-se uma articulação que lhes confere uma arquitetura que procura oferecer mais consistência à ordenação dos seus componentes internos” (NETTO, 2009, p. 131).

¹²⁰ Segundo Netto (1999) a recusa ao conservadorismo do Serviço Social foi um processo onde desde a metade dos anos sessenta, impulsionados pelo Movimento de Reconceituação fez com que o Serviço Social na América

Como todo universo heterogêneo, o corpo profissional não se comportou de modo idêntico. Mas as vanguardas, na efervescência democrática, mobilizaram-se ativamente na contestação política – desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979, conhecido como “o Congresso da Virada”), os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dinâmica do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do conservadorismo, conseguiram instaurar na profissão o *pluralismo político*, que acabou por redimensionar amplamente não só a organização profissional (dando vida nova, por exemplo, a entidades como a ABESS- depois renomeada ABEPSS- e, posteriormente, ao CFESS), como, sobretudo, conseguiram inseri-la, de modo inédito, no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros [...] (NETTO, 1999, p. 11).

Segundo Iamamoto (2012), nessas três décadas o Serviço Social construiu um projeto profissional, que se encontra expresso na Lei de Regulamentação da profissão, no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares. Netto (1999) ressalta que apesar do projeto profissional requerer uma fundamentação ética que se expressa no Código, não se esgota nele pois, “[...] a valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não se constituindo um mero segmento particular dele” (p.08). Netto (1999) ressalta também que, os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam as normativas morais ou prescrições de direitos e deveres, mas envolve opções teóricas, ideológicas e políticas profissionais devendo a indução ética do projeto ser combinada com uma direção político- profissional.

O projeto profissional do Serviço Social que tem como ideário a liberdade, igualdade, direito à cidadania que visa a construção de uma sociedade não submetida aos ditames do capital, supõe um longo processo de construção histórica, pois a ordem burguesa contraditória na qual estamos inseridos ao mesmo passo que fornece bases históricas para o desenvolvimento de reivindicações impede e bloqueia sua realização (IAMAMOTO, 2012).

O projeto profissional do Serviço Social sofre tensões derivadas do trabalho assalariado. Assim, os assistentes sociais vivem a tensão entre a efetivação do projeto profissional e a alienação do trabalho que é indissociável da condição salarial (IAMAMOTO, 2012). O assistente social como trabalhador assalariado ao se inserir no mercado de trabalho se incorpora a parâmetros institucionais e trabalhistas presentes nas relações e condições de trabalho. Os empregadores, além de deter os recursos financeiros e técnicos, também realizam o recorte das expressões da questão social que são pré-estabelecidos pelas instituições

Latina se estremecesse. A resistência à ditadura, a mobilização dos trabalhadores e a revitalização e organização sindical, os movimentos populares e democráticos, reafirmação de posições democráticas por segmentos da igreja católica, papel progressistas desempenhados por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil e a associação Brasileira de Imprensa (AIB), tudo isso de acordo com Netto (1999) colocou na ordem do dia para a sociedade brasileira profundas transformações políticas e sociais.

contratantes, em qual área de manifestação da expressão da questão social aquele assistente social irá trabalhar e intervir via instituição.

O projeto ético político representa um desafio de enfrentamento ao neoconservadorismo. As configurações do capitalismo mundializado e as funções desempenhadas pela ideologia neoliberal de mercantilização das relações humanas incidem sobre o comportamento ético-moral dos indivíduos, motivando suas escolhas e direcionando ideologicamente seus valores que passam a ser baseados na acumulação e no consumo.

O individualismo exacerbado, a extrema valorização da posse privada de objetos em lugar da valorização das relações humanas, a fetichização do mercado e a subjetivação da história caracterizam o ethos dominante na sociedade contemporânea: a sua igreja é o shopping; seu reino é o mundo virtual; seus mitos são as imagens que – fetichizadas em um espaço imaginário- desmaterializam o mundo real, criando uma segunda vida, onde desejos consumistas podem ser satisfeitos sem a presença do outro: o eterno empecilho à liberdade individualista (BARROCO, 2012, p. 140-141).

A ideologia pós-moderna é uma justificação das transformações operadas pelo capital na vida social. O neoconservadorismo busca legitimar-se pela repressão a trabalhadores, pela criminalização a movimentos sociais e formas de repressão que implicam em violência contra o outro, mediadas moralmente e valorizadas por meio de hierarquias e autoridade. Assim, diferentes manifestações contemporâneas expressam componentes discriminatórios, irracionais e neofascistas como: estupros coletivos, genocídios, intolerâncias religiosas, torturas, discriminação e preconceito étnico raciais, de classe e gênero.

O cenário atual vem revelando um momento propício à objetivação de ideias e práticas conservadoras. E apoiados por uma extrema direita, onde tomamos como exemplo a vitória na última eleição (2016) para presidente dos Estados Unidos, que elegeu Donald Trump, um retrato fiel e personificado do capital, uma figura reacionária, neoconservadora, individualista, preconceituosa e capitalista comandando uma das maiores hegemonias do mundo.

A reatualização de projetos conservadores vem se apresentando mundo afora, e no Brasil vemos o neoconservadorismo buscando legitimação ao reprimir a classe trabalhadora tentando minar suas condições mínimas de sobrevivência (moradia, escolas, saúde, alimentação), seja pela exploração do trabalho, com redução brusca do salário real, seja pela redução e retração de direitos conquistados e pela repressão a manifestações e organizações dessa classe, um exemplo disso, é a forte repressão a estudantes e trabalhadores que vem se manifestando contra as PECs e corrupções, sendo tratados de forma violenta por repressão policial.

Assim, o enfrentamento ao neoconservadorismo supõe dimensão teórica e política. É preciso, de acordo com Barroco (2012), que nossa organização política do ponto de vista profissional esteja fortalecida e renovada “[...] supondo o trabalho de base, junto à categoria, com as entidades de representação, as unidades de ensino, os profissionais e alunos” (p.146). É fundamental a articulação com partidos, sindicatos e entidades da classe trabalhadora, movimentos populares e democráticos, pois o avanço político do projeto ético-político da profissão está associado ao avanço dessas forças sociais (BARROCO, 2012).

De acordo com Barroco (2012), a precarização das condições de trabalho e da formação profissional (falta de preparo técnico e teórico) fragiliza a formação de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e mecânicas num contexto imediatista que fragmenta as expressões da questão social. Pois a categoria profissional não está imune aos processos de alienação. O conservadorismo possui raízes históricas, tanto na profissão, quanto na conjuntura societária. Se tomarmos que tem diversas formas de expressão, e que se irradia nas instituições societárias que são “[...] pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo que não favorece atitudes críticas e posicionamento político” (BARROCO, 2012, p.147).

Nessa direção, a sociedade capitalista apresenta um discurso dominante de naturalização e moralização da questão social. Assim, é necessário conhecer essa realidade dada e aparente para que não sejamos meros reprodutores de mitos e ideologias. O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar esse discurso. E isso exige pesquisa e estudo das configurações da sociedade contemporânea e brasileira, com direcionamento teórico e político a partir de uma dimensão ética, para não reproduzir o conservadorismo e não permitir que ele se incorpore em ações profissionais. Esse é um grande desafio, e representa um enfrentamento ético-político que pode ser viabilizado por meio de “[...] estratégias coletivas de capacitação e organização política, de discussão nos locais de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária” (BARROCO, 2012, p. 148).

No desenrolar da história brasileira vemos velhas formas com novas roupagens do clientelismo e primeiro-damismo¹²¹, o incentivo ao voluntarismo e práticas solidárias, num

¹²¹ O que dizer do programa Comunidade solidaria de 1995 que foi presidido por Ruth Cardoso primeira dama do governo Fernando Henrique Cardoso. As ações desenvolvidas pelo governo FHC, com ênfase ao Programa Comunidade Solidaria, eram assistencialistas, restritivas e focalistas, não levando em conta nas suas decisões governamentais no que se refere ao âmbito social a visão da Assistência Social como política pública, pois

processo de desmonte de direitos, num mundo social que globalizou-se com o processo de produção flexíveis - avanços tecnológicos, informacionais e robótica. Essa realidade traz novas formas de organização do trabalho, onde a classe trabalhadora experimenta a radicalização de sua exploração e expropriação.

O assistente social convive cotidianamente com as expressões da questão social, lidando com as consequências e repercussões da crise, na vida da população com a qual trabalha. O profissional se coloca no enfrentamento da desigualdade social brasileira e defendendo direitos como mediação para alcançar mudanças nessa sociedade. Dessa forma, a reafirmação do projeto ético-político seus valores e objetivos devem estar sempre presentes no cotidiano profissional. Pois o mesmo, não está pronto. Ele vem sendo construído no dia a dia, no trabalho com os usuários, com os movimentos sociais, com as políticas públicas e sociais. Pois o assistente social é um profissional habilitado. Há uma lei que regulamenta a profissão e o exercício profissional, com competência para propor, elaborar executar ações, programas, projetos, políticas e serviços junto à população que dele necessita. Apoiando as lutas da classe trabalhadora e acesso a direitos.

Um importante ponto a ser destacado é o desafio da formação profissional. A qualificação crítica é uma arma essencial na ruptura com o conservadorismo sendo uma alavanca para avançar na construção do projeto profissional. Pois, a melhor forma de enfrentar as questões que se colocam no cotidiano profissional, é através da unidade da prática ao domínio do conhecimento da teoria, que possibilita, ao assistente social, a construção de um trabalho profissional qualificado. A qualificação crítica se faz essencial e necessária para o exercício profissional, de forma permanente e continuada, para além da formação na instituição de ensino. Logo, cabe ressaltar que, a formação deve ter um viés embasado num direcionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, onde essas três dimensões são essenciais. Inclusive para o enfrentamento do neoconservadorismo profissional, cuja defesa é a formação voltada apenas para a prática que se coloca “[...] por meio da cobrança da eficiência, da eficácia, da operatividade, no sentido de propor e exigir capacidade propositiva e não crítica, da profissão” (CFESS, 2012, p. 172).

Outro ponto que se coloca como desafio para efetivação do projeto ético político são as condições objetivas e subjetivas de trabalho, onde o profissional se depara e vivencia

propunha o desenvolvimento de ações focalizadas na pobreza com cunho clientelista e filantrópico. Vemos em 2016 a história infelizmente se repetir com a proposta do programa criança feliz sob direção da atual primeira dama do governo (ilegítimo) de Michel Temer, que traz uma proposta de cunho solidário e caritativo.

cotidianamente situações de baixos salários, precarização do trabalho, rotatividade, flexibilidade, insegurança, dificuldades das mais diversas possíveis, que nos afetam enquanto profissionais, mas também como cidadãos e cidadãs no acesso a direitos, a serviços e tudo que se faz necessário para a reprodução da vida de forma ampliada.

Entretanto, como direção de mudança e de enfrentamento de luta e resistência “[...] temos que continuar na perspectiva da busca de um trabalho qualificado, porque é pelo trabalho, fundante da vida, que podemos construir, ou seja, ir além do trabalho imediato e reiterativo, do trabalho que, as vezes nos oprime e nos explora, mas que, pela nossa condição, devemos tentar transformar” (CFESS, 2012, p.191).

A luta por direitos do trabalho e dos trabalhadores/as é um desafio por condições de trabalho dignas, condições técnicas, éticas e direitos relativos ao trabalho, especialmente diante da conjuntura atual de retrocessos e contrarreforma de ataque direto aos direitos dos trabalhadores que vivenciamos imposta pelo atual governo ilegítimo brasileiro. Essa luta perpassa o projeto ético político, e é um compromisso pela defesa intransigente dos direitos, não só para a categoria profissional, mas para toda classe trabalhadora.

O projeto ético político profissional ao estar vinculado aos projetos sociais, estabelece uma profunda relação no que diz respeito à própria vida do homem e suas condições de existência no processo de sociabilidade, pois a profissão “[...] constrói, historicamente, uma identidade e adquire uma legitimidade social tanto a partir da explicitação da função social da profissão quanto dos contornos éticos que assume o trabalho profissional” (BRITES; SALES, 2007, p. 9).

Os assistentes sociais, enquanto sujeitos sociais inseridos em uma sociedade, estão sempre em contato com os valores que norteiam as relações sociais. A adesão do assistente social ao projeto profissional implica em uma escolha repleta de responsabilidade e compromisso com a categoria profissional. E isso requer um posicionamento e consciência crítica, pois a profissão é produto histórico das relações sociais burguesas não sendo isentas das configurações alienadas da vida social. É por isso que,

[...] aqueles assistentes sociais que atuam segundo um projeto profissional crítico tem muito mais possibilidades de alcançar a clareza de seus compromissos éticos e políticos, posto que o projeto possui uma dimensão crítico-reflexiva. Este se pauta em um conjunto de valores e numa direção estratégica, o que lhe faculta a condição de meio para os profissionais refletirem sobre seus valores, sobre suas decisões e as implicações das ações e posturas profissionais adotadas. Isso permite-lhes escolher com responsabilidade suas estratégias e táticas, sabendo que o que fazem encontra-se dentro de limites dados pela sua condição de trabalhador assalariado. Ao mesmo tempo, não permite que tais condições cerceiem sua autonomia relativa dada pela sua

condição de sujeito de razão e de vontade e, portanto, como sujeito ético (GUERRA, 2007, p. 26).

O direcionamento profissional é permeado por escolhas onde os sujeitos profissionais podem vincular sua ética profissional a projetos sociopolíticos com direcionamentos que levem a uma luta contra hegemônica. Isso requer do profissional assistente social a necessidade de fazer a crítica ao cotidiano ao qual se encontra inserido, e no qual os sujeitos a quem presta seus serviços e compromisso se encontra inserido. Deve-se ultrapassar a lógica de uma prática imediatista, manipulada pela moral, senso comum e sem direcionamento sociopolítico, e sim basear-se em uma prática com um olhar crítico. Nessa direção, o aporte teórico embasado no método do materialismo-histórico-dialético é central, e o único que nos permite ir além da imediatividade cotidiana, numa escolha compromissada com os interesses da classe trabalhadora.

Isso reforça a dimensão intelectual do projeto profissional que demanda um profissional que tenha um rigoroso domínio teórico-metodológico e que adote uma postura investigativa visando apanhar as tendências do desenvolvimento histórico. Para tanto, deve pautar-se numa teoria crítica e inclusiva que busque compreender a sociedade capitalista para além da sua aparente naturalidade, suposta liberdade e igualdade formal de condições, como o único e último modo de produção social, mas ao contrário, que faça a crítica ontológica do cotidiano: apreenda sua crise estrutural e possibilidades de sua transformação social, do que decorre a necessidade de se estabelecer uma intervenção consciente e sistemática nas contradições geradas pelo movimento da realidade pela via das suas mediações (GUERRA, 2007, p. 16).

É na articulação da dimensão teórica e ética que iremos encontrar elementos para enfrentar o caráter tradicional e conservador que permeiam as estruturas sociais vigentes. E ainda teimam em aparecer na prática, no cotidiano profissional. O projeto ético-político do serviço social articula elementos constitutivos dos quais os profissionais assistentes sociais podem se apropriar para legitimar sua prática, suas ações interventivas profissionais cotidianas individuais e coletivas.

Assim, de acordo com (BRAZ, 2005) os elementos que dão materialidade ao projeto ético-político são: **A dimensão da produção de conhecimento** – Expressa a dimensão investigativa da profissão e sua afinidade com as tendências teórico-críticas. **A dimensão político- organizativa da profissão** – É onde se apresentam as entidades representativas da profissão e onde são geridos os traços gerais do projeto, num espaço aberto e democrático em construção. Assim, temos o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, DA's e CA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social). **A dimensão jurídico-**

política da profissão – Essa dimensão envolve também um conjunto de leis, resoluções, documentos, textos políticos. Podemos tomar como exemplo o Código de ética da profissão, a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93), as Diretrizes Curriculares, as diversas resoluções do CFESS/CRESS e leis mais abrangentes que faz parte do cotidiano profissional e pode funcionar como instrumento viabilizador de direitos como a CF/88, o ECA, Estatuto do Idoso do Deficiente físico, dentre outras.

Essas dimensões articuladas compõe o corpo material do projeto ético político pedagógico da profissão. E essa materialidade oferece uma rica substância para que os profissionais tenham um respaldo para operar com legitimidade e operacionalidade nas suas ações cotidianas (BRAZ, 2005). É evidente que não se trata de uma tarefa fácil. E que não quer dizer que, de forma mágica, iremos avançar amplamente na direção do projeto e ações que respaldam a nossa profissão. Pois a própria teoria marxiana é fundamental para compreendermos a realidade capitalista vivenciada por nós cotidianamente. Entretanto, esse conjunto de referências teóricas e ético-políticas, permitem que os profissionais concebam as funções do Estado e das políticas sociais e cobrem deste aparato uma intervenção direta nas expressões da questão social via política social pública. Nesta perspectiva, consideramos um direito, já que resulta da conquista dos trabalhadores. Nesse direcionamento, se faz um posicionamento contra a ideia de ajuda, clientelismo, populismo, benemesse, favor, filantropia e privilégios.

Ao se posicionar pelos princípios que regem seu código de ética, nossa intervenção caminhará na perspectiva da defesa intransigente dos direitos humanos, no enfrentamento de todo tipo de preconceito e dominação, seja de raça, credo, etnia gênero, classe, religião, orientação sexual dentre outros. Contra a exploração do trabalho, contra o autoritarismo, contra a mercantilização da força de trabalho, contra a concentração de renda, a favor da equidade, justiça social e aprofundamento da democracia dentre outros. São esses posicionamentos que colocam o assistente social em confronto com o projeto conservador neoliberal.

Guerra (2007) destaca que a dimensão política da profissão se realiza na medida em que os profissionais vão assumindo conscientemente seus compromissos sociopolíticos, pois quem faz a profissão são os sujeitos que a ela estão vinculados. Se esses sujeitos assumem a postura de enfrentamento da falta de recursos institucionais que muitas vezes condiciona seu trabalho, perante o enfrentamento a precarização e desmonte das políticas públicas, as suas próprias condições de trabalho, baixos salários e falta de reconhecimento profissional. São nessas condições reais e materiais do cotidiano profissional, que se realizam as possibilidades

do assistente social criar estratégias de intervenção sociopolítica em sintonia com os interesses da classe trabalhadora.

É no âmbito da consciência que reflete a realidade como afirma Lukács (2012), que se faz possível entender a realidade e ao compreendê-la buscar meios de agir nesta realidade. É na crítica sobre as condições e relações de trabalho e do seu próprio exercício profissional que o assistente social consegue desenvolver uma consciência que se apropria da ética como reflexão crítica. Tornando possível, portanto, estabelecer escolhas e estratégias que permitam uma organização política, uma articulação com profissionais e trabalhadores “[...] visando a uma sociedade mais justa e equitativa, o que passa pela defesa da vida humana” (GUERRA, 2007, p.27). O projeto profissional, portanto oferece a base e os valores para clarificar os objetivos profissionais direcionando o exercício profissional.

É neste intuito que, no próximo item, iremos analisar como vem se dando o direcionamento profissional dos assistentes sociais inseridos na política de assistência social do município de Teófilo Otoni, seus posicionamentos sociopolíticos, suas condições de trabalho. Assim, buscamos identificar aspectos que afetam o cotidiano profissional do assistente social, e sua vida *sui generis*, enquanto trabalhador assalariado. Esse olhar sobre o profissional nos permitirá entender como as condições de trabalho vêm afetando o cotidiano e o exercício profissional dos assistentes sociais trabalhadores do SUAS. Assim, entender quais os desafios postos para a efetivação do projeto ético-político, os limites e possibilidades no fazer profissional, que se manifestam cotidianamente nas condições e relações de trabalho dos profissionais assistentes sociais trata-se do objetivo central desta pesquisa.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA COM OS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NO SUAS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI

É no intuito de pensar o sujeito assistente social, entendendo que esse é composto de objetividade e subjetividade (herança social, gênero, classe, etnia, história de vida), que é imprimido na objetivação do seu trabalho um conjunto de fatores que formam a imagem social da profissão. Cabe considerar que a profissão é construída por atores sociais quais sejam, os assistentes sociais que estão no cotidiano do trabalho construindo a profissão Serviço Social. Foi no intuito de pensar o sujeito profissional, suas condições de trabalho – materiais de trabalho (objetivas), mas também suas condições reais de vida (subjetiva), que essa pesquisa se direcionou.

Entendemos que trabalho e realidade social são intrínsecos, pois é pelo trabalho que o homem se afirma como ser criador sujeito consciente, racional, pensante que ao objetivar sua ação, transforma a realidade ao seu redor, e transforma a si mesmo, nesse processo de auto criação humana.

Assim, entender como se dão as condições de trabalho dos assistentes sociais nos permite compreender como esses indivíduos se recriam nesse processo, quais as implicações do trabalho na sua vida, na sua profissão, nas suas ações cotidianas. Pois,

[...] Todo trabalho implica um certo saber sobre os homens em suas relações sociais e pessoais, como condição de induzir o sujeito a efetuar os propósitos desejados. Saber este que assume as formas de costumes, hábitos, tradições desdobrando-se em procedimentos racionalizados (Lukács, 1978). O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de ideias e concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real. O ser que trabalha constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objetos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso. Assim, o trabalho objetiva conjuntamente valores e o dever ser, o comportamento do homem orientado para finalidades sociais (IAMAMOTO, 2008, p. 42).

Como todo trabalho implica certo saber sobre os homens que o construiu, podemos dizer, portanto, que se faz necessário entender como o trabalho se desenvolve no interior da profissão, para se conhecer sobre os sujeitos que o cria. Dessa forma, cabe afirmar que se faz necessário também conhecer os sujeitos que imprimem esse trabalho, para que se torne possível entender a profissão na qual esse trabalho se materializa.

No decorrer desta pesquisa, partimos da análise teórica e da ótica de que o trabalho não se encerra em si mesmo, mas possui uma dimensão histórico-social, e o sujeito é em si mesmo um produto histórico- social, a partir das relações que estabelece no processo de trabalho. Logo, o trabalho existe no sujeito e só é materializado pela capacidade criativa e ações do mesmo.

Dessa forma, a análise das particularidades e singularidades presentes na dimensão técnico-operativa, no campo profissional do assistente social, os objetos (matéria-prima) no qual incidem a ação profissional, os meios de trabalho (recursos intelectuais, instrumentos técnicos etc.), e o produto-resultado deste trabalho, com suas implicações políticas, econômicas, ideológicas e materiais foram elementos de análise essenciais para entender o processo de trabalho e as condições e relações sociais em que circunscrevem e condicionam o trabalho profissional do assistente social. Assim,

Constata-se que as pesquisas e as produções no Serviço Social têm se direcionado especialmente às dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão, em detrimento da dimensão técnico-operativa. Corroborando com tal afirmativa, Sarmiento (2010) ressalta que o Serviço Social apresenta significativa conquista teórica no campo da tradição marxista, sem, no entanto, demonstrar o mesmo vigor e dedicação à intervenção profissional, em especial, ao instrumental técnico (FAERMANN, 2014, p. 316).

Nesse sentido, a pesquisa procurou analisar especificamente como as condições de trabalho contemporâneas tem incidido no projeto profissional do assistente social e na sua prática profissional, identificando as tensões entre projeto profissional e alienação do trabalho assalariado. O fio condutor de toda essa pesquisa voltou-se para dois elementos: o primeiro onde buscamos caracterizar as condições objetivas (documentos contratuais, salários, ambiente de trabalho, tempo de trabalho dentre outras), do assistente social inserido na política de Assistência Social no município de Teófilo Otoni, como trabalhador assalariado, analisando os reflexos dessas condicionalidades no cotidiano de trabalho. O segundo elemento, intrinsecamente articulado ao primeiro, buscamos analisar as condições subjetivas do trabalho da/o assistente social (enquanto ser social que é dotado de humanidade refletida em emoções, identidade, aspectos psicológicos), a partir da visão desses sujeitos a respeito de suas condições de trabalho.

O campo de intervenção profissional está em permanente movimento, pois o trabalho do assistente social encontra-se sujeito às relações que o circunscrevem na realidade social. Por isso é importante “[...] ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo, para situá-lo no contexto das relações sociais mais amplas, que o condicionam e lhe atribuem características particulares” (YAZBEK, 2006, p.13).

Como já apresentado na introdução deste trabalho, a pesquisa teve como sujeito os/as assistentes sociais que trabalham na política de Assistência Social no SUAS do município de Teófilo Otoni. O lócus da pesquisa, portanto foi o município de Teófilo Otoni, situado no nordeste do Estado de Minas Gerais, no vale do Mucuri.

As entrevistas realizadas com os 25 profissionais assistentes sociais que trabalham no SUAS no município especificado, tiveram como propósito coletar dados sobre as relações e condições de trabalho nesse espaço sócio ocupacional, os tipos de vínculo empregatício, formas de inserção desse profissional no SUAS, as condições de vida desse trabalhador dentre outros elementos necessários para apreensão do objeto.

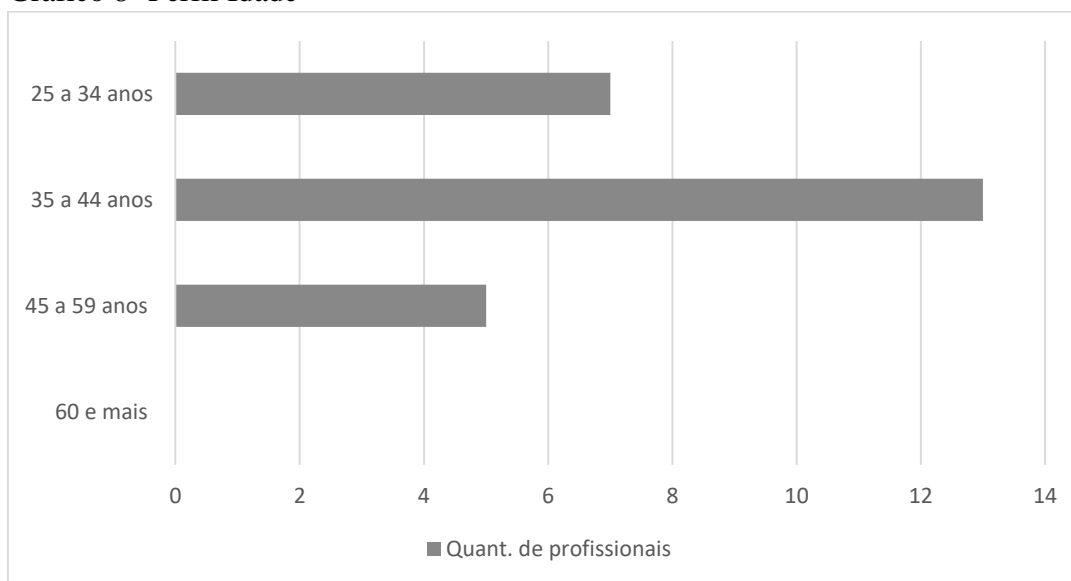
No intuito de identificar e compreender as condições e relações de trabalho das/os assistentes sociais na política de assistência social no município de Teófilo Otoni, a pesquisa de campo foi conduzida a partir de alguns eixos que subsidiaram os dados coletados através da entrevista semiestruturada. Eixo 1: Perfil profissional; Eixo 2: Determinações contratuais; Eixo 3: Condições e meios de trabalho; Eixo 4: Intensificação e precarização do trabalho; Eixo 5: Constrangimento ético-político e assédio moral; Eixo 6: Penosidade do trabalho e seus impactos na vida do trabalhador.

4.2.1 Perfil Profissional

Dos 25 assistentes sociais entrevistados 24 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Isso demonstra um perfil feminino do profissional. Perfil esse que se apresenta nas características históricas da profissão, e que teve em seu surgimento um núcleo feminino abastado composto por moças e senhoras da sociedade, que se inseriram em sistemas de ensino mantidos pela igreja católica. A feminilização da profissão hoje apresenta uma dupla face. De um lado, temos que as mulheres conquistaram maior escolaridade. Como pode ser comprovado através de vários índices de pesquisa como por exemplo, IBGE-2010, mas ainda recebem menores salários em relação aos homens no mercado de trabalho. De outro lado, temos que a busca por profissões predominantemente femininas ajuda a ampliar o exército de reserva, com profissionais com remunerações inferiores, além de oferecer uma superexploração da mão de obra feminina que recebe um salário inferior ao valor da sua força de trabalho.

Dos assistentes sociais entrevistados, os dados mostram que prevalecem as idades entre 35 a 44 anos (13 entrevistados) e 25 a 34 anos (7 entrevistados), como mostra o gráf. 08.

Gráfico 8- Perfil Idade



Fonte: Elaboração própria- Pesquisa de campo (2016)

Quanto à raça/cor 7 assistentes sociais se consideram brancas (os), 3 negras (os) e 15 pardas (os).

Com relação às instituições de formação acadêmica, diversas foram informadas sendo elas: Universidade Unificadas Doctum - Campus Teófilo Otoni, Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Instituição de Educação Superior São Francisco de Assis de Teófilo Otoni (IESFATO), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Dentre os 25 participantes da pesquisa apenas 1 se formou em universidade pública, o restante em instituição privada.

Compreendemos que o fato da maioria das instituições de ensino superior informadas pelos participantes se referir a instituições privadas, expressa o reflexo de um intenso processo de expansão dos cursos de graduação em serviço social no âmbito privado. Resultado da mercantilização do ensino superior e também de uma intensificação do crescimento da educação à distância.

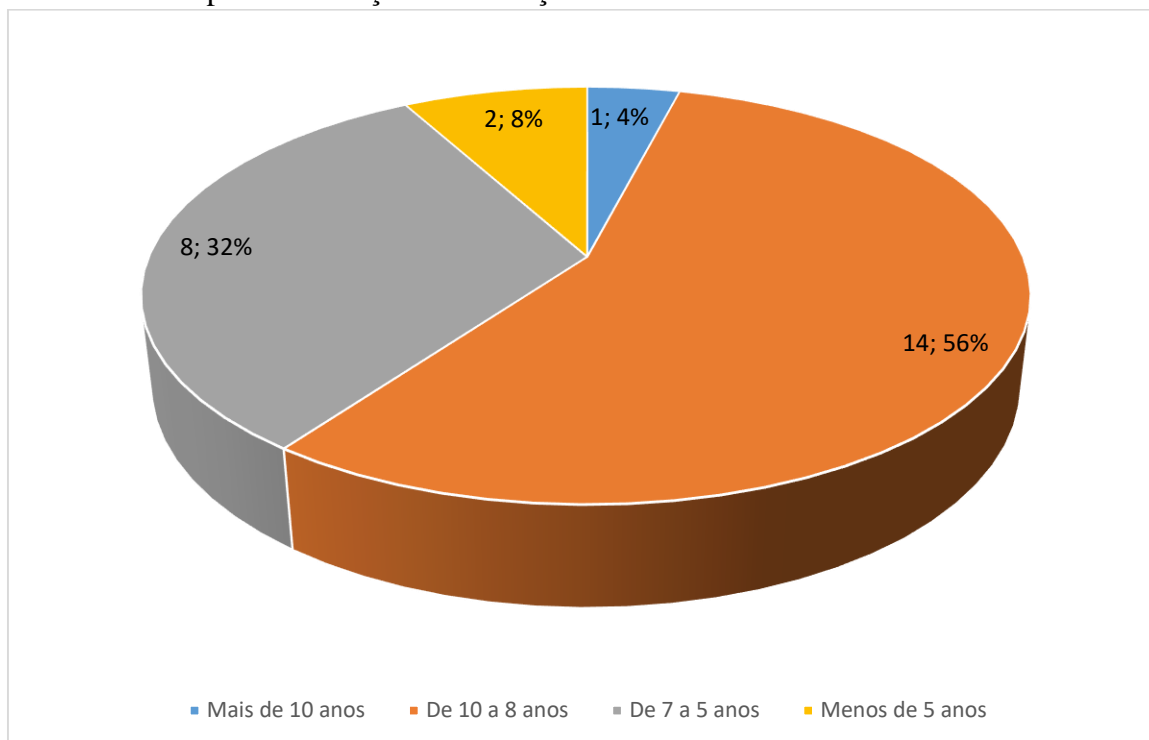
[...] Informações recolhidas por Lima e Pereira em junho de 2009, acusavam a existência de trezentos e trinta e oito cursos de Serviço Social, dos quais quatro categorizados como em extinção. Totalizava-se, portanto, 334 cursos em funcionamento, 91% dos quais são de natureza privada e apenas 9% são públicos, expressando um amplo processo de privatização do ensino superior (CFESS, 2012, p. 132).

O que vemos ocorrer é um acelerado crescimento de um contingente profissional formado em instituições de ensino privado, inseridos em um nicho do mercado que se tornou a educação. Com uma formação aligeirada, superficial e acrítica de tempos tão difíceis para o conjunto da classe trabalhadora. Iamamoto (2007) denomina este contingente formado de exército assistencial de reserva, o que facilita a submissão dos profissionais as normas do mercado. Ao associarmos a massificação de profissionais à perda da qualidade da formação profissional, o que temos, é um processo de despolitização.

Na região analisada nesta pesquisa é comum a realização de pregões, com oferecimento de cargos de trabalho com baixos salários, para contratação de profissionais. É muito comum também a contratação de profissionais que sejam do mesmo partido político do prefeito e vereadores que ganharam as eleições municipais. Dessa forma, o serviço e os cargos da/os assistentes sociais ficam subordinados a mandados políticos e ao bel prazer da gestão. Vemos profissionais se submeterem a baixos salários, a péssimas condições de trabalho e até recorrerem ao voluntariado e a solidariedade, devido ao ambiente político. Ações muitas vezes exigidas via assédio moral pela gestão municipal. Tudo isso devido a uma corrida desumana e insana para a garantia de um posto de trabalho, para a garantia da sobrevivência e “manutenção” via venda da força de trabalho.

Diante dos dados analisados, destacamos no gráf. 09, o tempo de formação em serviço social dos participantes da pesquisa.

Gráfico 9- Tempo de Formação em Serviço Social



Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo (2016)

Nota-se que todos os participantes da pesquisa se formaram depois da implementação do novo Código de Ética de 1993, da LOAS e das Diretrizes Curriculares de 1996. Isso supostamente implica em terem passado pelo estudo de todas essas normativas durante a formação acadêmica, o que significa para os profissionais, em formação, um contundente elenco de princípios ético-políticos para a análise histórico-crítica da sociedade capitalista. Assim, como o rompimento com pressupostos conservadores para uma ação prática fundada na defesa da democracia, igualdade social, direitos humanos e emancipação política e humana. É inegável a importância desses documentos para a perspectiva do processo de “intenção de ruptura” com o conservadorismo profissional. Dessa forma, a preocupação com a formação profissional é fator importantíssimo, sendo que a formação profissional tem como diretriz as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa como estabelecido pelo currículo de 1996.

Apenas 1 (4%) profissional participante da pesquisa se formou antes da implantação do SUAS e promulgação da NOB- RH/SUAS de 2006. O que cabe destacar que a maioria dos participantes da pesquisa acompanharam o desenvolvimento do SUAS desde o processo de formação acadêmica.

No que se refere à formação continuada, 16 participantes informaram não possuir pós-graduação lato sensu, e 9 informaram possuir tal formação sendo as áreas de especialização predominante de Gestão de projetos sociais e Docência do ensino superior. Já no que se refere ao curso de mestrado ou doutorado, nenhum participante da pesquisa possui tal formação. Quanto a cursos ou capacitações 11 profissionais informaram ter realizado algum curso ou capacitação. E 14 profissionais informaram nunca ter realizado nenhum curso ou capacitação.

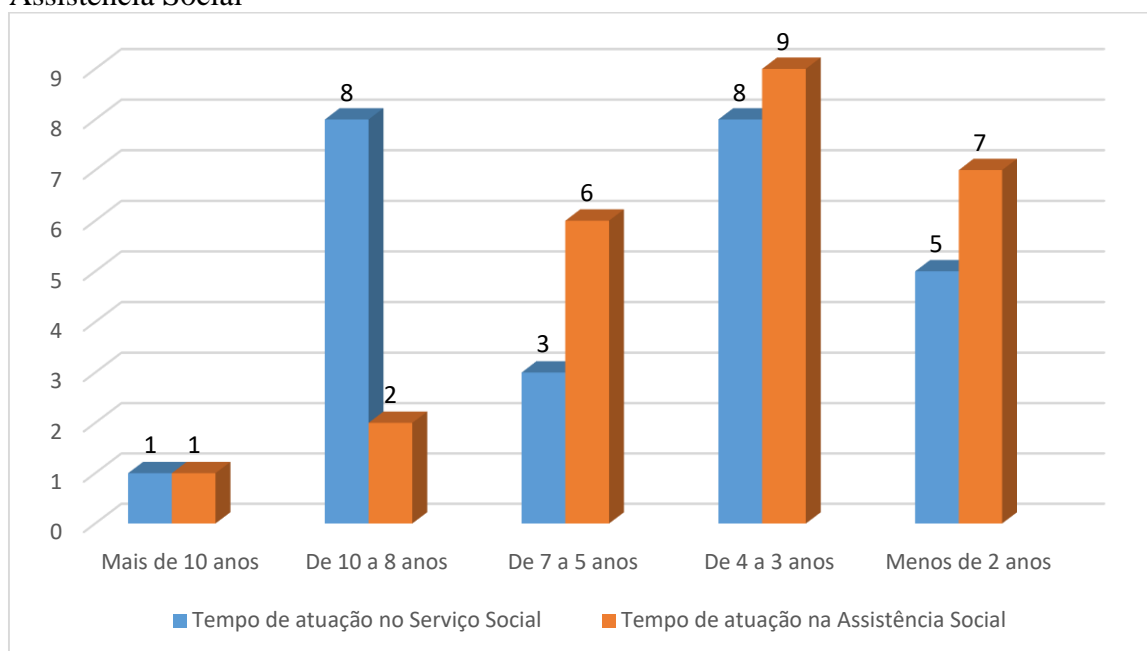
Cabe atentar aqui, para o fato de que há um processo que tende a levar a desqualificação e desespecialização da força de trabalho, reflexos do processo de mudanças no mundo do trabalho que estabeleceu uma tendência da subproletarização intensificada, trabalho precário e informal, parcial, subcontratados e contratos por tempo determinado (ANTUNES, 2008).

Percebemos que os dados nos apresentam portanto o seguinte perfil dos profissionais assistentes sociais da política municipal de assistência social do município de Teófilo Otoni: Em que dos 25 profissionais entrevistados, 24 profissionais são do sexo feminino, entre a faixa etária predominante de 25 a 44 anos de idade (20 profissionais), em sua maioria pardos e negros representando (18 profissionais), com formação predominantemente em instituição de ensino superior privada (24 profissionais) com tempo de formação em Serviço Social que predomina de 5 a 10 anos (22 profissionais), em que 16 profissionais não possuem especialização (lato-sensu), e 14 profissionais nunca realizaram curso ou capacitação.

4.2.2 Determinações Contratuais

Com relação aos resultados das perguntas a que se refere o eixo 2 da pesquisa. A primeira questão refere-se ao tempo de atuação dos profissionais assistentes sociais, no Serviço Social e, particularmente na política de assistência social, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 10- Tempo de atuação dos assistentes sociais na área do Serviço Social e na Assistência Social



Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo (2016)

Podemos identificar pelo gráf. 8, que dentre os profissionais participantes da pesquisa, a maioria apresenta menos de 7 anos de atuação na política de assistência social. Outro ponto é que, dentre os 25 participantes, 16 participantes informaram que desde que começaram a atuar no serviço social a área de realização do trabalho profissional sempre foi a política de assistência social. Assim, temos que dos 25 profissionais assistentes sociais entrevistados, 22 possuem de 5 a 10 anos de formação em Serviço Social, sendo que 16 profissionais afirmam terem atuado desde que se formaram exclusivamente na política de assistência social.

Cabe destacar, que a política de assistência social ainda hoje é a política que mais emprega assistentes sociais no Brasil. Isso se deu principalmente após a implementação do SUAS, em 2006, com a consolidação e desenvolvimento dos equipamentos para prestação dos serviços socioassistenciais em território nacional.

Observar-se que, a maioria dos profissionais tem de 4 a 3 anos de trabalho ou menos de 2 anos de atuação na política de assistência social, onde a rotatividade desses profissionais na política de assistência, é uma realidade no município, devido à precarização do trabalho e subtração de direitos via contratos flexíveis e temporários de trabalho. Vale destacar que, a cada quatro anos os profissionais são demitidos para contratação de novos. Pois ainda nesta região, predomina um favoritismo político, onde os gestores deixam de cumprir o que preconiza a NOB-RH/SUAS, não estabelecendo a realização de concursos. E sim contratando

profissionais de Serviço Social por indicação, conforme interesses de apadrinhamento político, muitas vezes sequer vindo a realizar processos seletivos.

Quanto ao vínculo profissional na instituição em que atuam, todos os 25 profissionais assistentes sociais participantes da pesquisa informaram que são contratados por prazo determinado. O nível de precarização é tão grande que os contratos possuem prazo de 6 meses. De acordo com a NOB-RH/SUAS o preenchimento dos cargos deve ser criado por lei, devendo ocorrer por meio da nomeação dos aprovados em concurso público. Esses contratos precários e temporários de trabalho não garantem proteção social, nem direitos trabalhistas e sociais.

Num contexto neoliberal de minimização do Estado e enxugamento dos gastos sociais, vemos uma tendência de flexibilização e precarização das relações de trabalho, numa proposta de reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade, inclusive no campo da política de assistência social.

Aqui, vemos que, o que foi abordado no decorrer da discussão deste trabalho, no que diz respeito à exploração e superexploração do trabalho e as dimensões da precarização e flexibilização do trabalho advindos de um processo de reestruturação produtiva expressa uma materialidade concreta na vida dos assistentes sociais. Assim, os baixos salários, vínculos e formas de contratação – contratos temporários, parciais, por projetos, por atividades, subcontratos e contratos provisórios, terceirizados e, mais recentemente, os pregões –, que reforçam uma inserção subalterna da profissão na divisão social e técnica do trabalho, facultando um tipo de resposta com cariz e conteúdo de resolução imediata de problemas emergenciais. Essa inserção da profissão, além da sua condição de profissão interventiva no âmbito das sequelas da questão social, reforça um modo de fazer que é pontual, fragmentário, imediatista e que limita o exercício da profissão a meras ações instrumentais. Implica na descontinuidade do trabalho, alta rotatividade, comprometendo a qualidade dos serviços. Acresce-se a isso o que Alves (2013) ressalta, sendo que o trabalho flexível conduz,

[...] não apenas à *precarização salarial*¹²², mas principalmente à *precarização do homem- que- trabalha*¹²³; isto é, a nova morfologia social do trabalho flexível tem um

¹²² “A **precarização salarial**, que diz respeito, por um lado, à precarização das condições salariais propriamente ditas (contrato, remuneração e jornada de trabalho) e, por outro lado, à precarização das condições de trabalho por conta das mudanças na organização da produção com a implantação do novo arcabouço tecnológico informacional e novo método de gestão de cariz flexível que contribui para a intensificação das rotinas de trabalho e reforça o controle e envolvimento do trabalho vivo no processo produtivo do capital. A precarização salarial diz respeito à morfologia social do trabalho flexível e suas consequências na força de trabalho como trabalho vivo” (ALVES, 2013, p. 178 grifo nosso).

¹²³ “A **precarização do homem- que- trabalha**, que diz respeito a precarização do ser genérico do homem por conta das condições salariais de exploração/espoliação da força de trabalho. Nesse caso, a precarização do homem-

impacto disruptivo no metabolismo social do homem-que-trabalha, atingindo irremediavelmente a vida cotidiana de homens e mulheres trabalhadores, disseminando sentimento de insegurança e descontrole pessoal (p.179, grifo do autor).

São vários os aspectos da vida dos sujeitos que são afetados pela morfologia do trabalho alienado. E iremos perceber isso ao longo das informações desta pesquisa.

Quando indagados sobre a carga horária de trabalho, os participantes da pesquisa informaram que o município segue a Lei nº 12.317/2010, conhecida como Lei das 30 horas. Neste aspecto, quatro (4) profissionais entrevistados informaram ter carga horaria de 40 horas semanais, devido ao fato de estarem ocupando cargo de coordenação dos equipamentos no âmbito da política de assistência social. Os demais 21 participantes informaram ter carga horaria de 30 horas semanais. A Lei 12.317/2010 abrange todas/os as/os assistentes sociais, independentemente da nomenclatura do cargo, desde que exerçam as atividades compatíveis com os artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993). A partir da aprovação desta lei, os profissionais, nos diversos espaços de trabalho, começaram a fazer a devida “adequação” ao previsto na legislação. Mas atualmente, este ainda é um desafio colocado para a categoria profissional, a garantia da carga horária semanal de 30 horas. Pois, inúmeros órgãos empregadores, têm criado estratégias e subterfúgios para burlar e violar a legislação, como por exemplo, alterar a nomenclatura do cargo/função.

Quando perguntado aos profissionais se possuíam outro vínculo empregatício, 8 profissionais informaram possuir outro vínculo empregatício para complementar a renda. A justificativa é devido ao baixo salário que recebe como assistente social. Dentre esses 8 profissionais, 4 deles complementam a renda com trabalhos informais, e os outros 4 com trabalho formal. Esses dados apresentam uma triste estatística de um processo de superexploração do trabalho, onde o preço da venda da força de trabalho (salário) é significativamente inferior ao valor da força de trabalho, não sendo suficiente para a manutenção da sobrevivência mínima do trabalhador. Este se mantém de forma precária, pois o valor recebido em forma de salário pela venda da sua força de trabalho não é suficiente para atender as suas necessidades. Nesse caso, os trabalhadores buscam alternativas para complementar a renda familiar, recorrendo a uma dupla jornada de trabalho e sofrendo um maior desgaste físico e mental, devido à intensificação, exploração e prolongamento da sua jornada de trabalho que passa a ser duplicada.

que-trabalha ocorre no plano da subjetividade humana, reverberando-se em desequilíbrios metabólicos das individualidades pessoais de classe que conduzem, no limite, no caso de singularidade pessoais, as situações de adoecimentos” (ALVES, 2013, p. 178 grifo nosso).

Portanto temos que, dos 25 profissionais entrevistados 21 sujeitos possuem carga horária de trabalho de 30 horas, sendo que entre estes 8 possuem outro vínculo empregatício, ou seja, exercem uma dupla jornada de trabalho.

4.2.3 Condições e meios de trabalho

Neste eixo a primeira pergunta foi em relação aos recursos materiais necessários para o exercício da função e se faltava algum recurso material, financeiro ou humano. Todos os profissionais informaram não ter todos os recursos necessários para a execução do seu trabalho. E que essa é uma das dificuldades mais comuns que enfrentam diariamente, pois sempre falta algum recurso. Segundo os sujeitos da pesquisa, os equipamentos do SUAS não contam com internet, nem telefone, há aproximadamente um ano. Justifica-se que esse problema é decorrente de problemas financeiros da prefeitura com a empresa que oferta os serviços de comunicação. Mais uma vez identificamos ao que está levando as parcerias público-privado. Participantes da pesquisa relataram o seguinte,

Já tem um bom tempo que a gente tá sem telefone. A gente tá sem internet, inclusive hoje eu tive a maior dificuldade, porque as vezes cê precisa de um registro ou outro e internet 3G é horrível né aí cê tem que tá usando seu celular pra fazer essas buscas. Aí já tem um bom tempo que a gente tá com essa dificuldade. Que dificulta nosso trabalho também né, porque hoje a internet facilita demais a localização de um nome, de um registro e outros contatos também né? (Profissional A.20).

Falta tudo. A gente tem que trabalhar com a nossa realidade, não adianta falar que vai trabalhar com algo diferente, porque não tem condições, prefeitura não vai arcar com isso. Então o que eu faço, eu trago revistas da minha casa, ou outro material para realizar trabalho com grupos [...]. Eu que tenho que providenciar tudo aqui, pois não tenho impressora. Não tenho computador. Não tenho data show. Não tenho nada disso, nada, nada, nada. (Profissional A.03).

Quanto à falta de recursos humanos segue informações dos profissionais,

Eu estou há aproximadamente, quase dois anos sozinha como assistente social. Tinha uma companheira que era psicóloga, houve uma substituição e ela foi pra de manhã. E com 2016 praticamente acabando, isso foi mais ou menos no início de 2014, e estou na espera eu acredito esse ano não virá e o ano que vem só Deus pertence né. Porque a gente tá em condição de contrato e como estamos finalizando o mandato, então assim a gente fica naquela... Mas assim, auxiliar administrativo que eu acho que é de suma importância e também faz mais de anos que não temos auxiliar administrativo, e aí a gente vê que o serviço fica comprometido porque os usuários chegam e não têm acolhida, e até mesmo o nosso trabalho mediante a escuta social às vezes fica comprometida, principalmente porque eu estou lá atrás sozinha, eu tenho que tá na recepção, na sala de atendimento e mesmo quando eu tô na sala de atendimento eu fecho a porta e recepção fica sem ninguém. Então eu vejo que o serviço tá sendo

comprometido por isso. E até mesmo pra segurança da gente, pros usuários acho que é de suma importância eles chegarem e ter auxiliar administrativo pra receberem né, até mesmo pra procurar pasta de atendimento. Então tá uma correria doida, tá uma loucura. Então eu tô me sentindo sobrecarregada. Então assim, eu vejo que tá sendo comprometido e eu como assistente social, como a gente visa o melhor atendimento para os nossos usuários às vezes a gente fica meia, sabe? A gente tá sempre levando a conhecimento deles pra que eles entendam. [...]Então, eu vejo que isso aí tá precisando de rever, a gente tá sempre cobrando. Mas é aquela história, a gente passa, cobra, informa e fica no aguardo, no aguardo, no aguardo e nunca tem uma resposta precisa. Enquanto isso a gente trabalha de acordo com o que dá. (Profissional A.13).

Então, atualmente a outra assistente social passa a maior parte do tempo aqui sozinha, pois, eu estou aqui só dois dias na semana, como fui cedida para o CEVIDA atuo lá durante três dias, pois, lá tá sem assistente social, desde que a pessoa que estava lá saiu não contrataram mais ninguém (Profissional A.15)

Dentre a principal escassez de recursos materiais identificados pelos profissionais, destacam-se os seguintes:

- Falta de Internet;
- Falta de Linha e aparelho telefônico;
- Falta de computadores;
- Falta de impressoras;
- Falta de transporte “carro para visitas”;
- Falta de recursos humanos;
- Falta de recursos materiais (papel A4, tinta de impressora, material áudio visual – som e Tv);
- Falta recursos financeiros para aquisição de lanches para trabalho com grupos.

Como podemos perceber são vários os fatores que demonstram a precariedade das condições de trabalho dos assistentes sociais. Essas dificuldades vividas e sentidas por esses profissionais, contraria o que está posto na NOB-RH/SUAS, contribuindo para fragilizar e precarizar a política de assistência social, posto que deveria ser assegurado o respeito a qualidade dos serviços, a estruturação do trabalho. E para isso o material de consumo, o espaço físico adequado são necessários para o funcionamento dos equipamentos.

Muitos desses profissionais relatam que se sentem prejudicados no que diz respeito ao desenvolvimento do seu trabalho, pois a instituição empregadora não oferece todos os meios necessários para a realização do trabalho. São os empregadores que definem os recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização do trabalho concreto realizado pelo assistente social, o que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais (IAMAMOTO, 2010).

O Conselho Municipal de assistência social do município se encontra fragilizado de acordo com os entrevistados, com participação reduzida e reuniões acontecendo de forma esporádica, sabe-se que o Conselho é um órgão importantíssimo para a fiscalização, acompanhamento, aprovação e avaliação dos recursos e da prestação de serviços sociais públicos e privados nos municípios, reunindo sociedade civil com representantes de usuários, entidades sociais sem fins lucrativos que prestam serviço de assistência social, representantes de entidades de trabalhadores da área de assistência social no âmbito municipal, e reunindo o governo municipal com representantes das secretarias municipais de vários setores.

Como se sabe, a política de assistência social também é marcada pela falta de orçamento próprio e descontinuidade dos programas. Percebe-se que, o que mais se reduz em momentos de crise são os recursos destinados às políticas sociais. E, atualmente, a justificativa no âmbito da gestão é falta de recursos devido à crise pela qual o país vem passando. E que, portanto, a administração pública municipal se encontra em situação de déficit financeiro sem recursos para investir nas políticas públicas e sociais.

Essa discussão remete a próxima questão da pesquisa, onde perguntamos aos profissionais como é o local de trabalho e se o mesmo oferece sigilo. Dos 25 participantes da pesquisa 11 afirmaram que seu local de trabalho é adequado e oferece sigilo. Mas informaram que o ambiente não se encontra como preconizado na NOB-RH/SUAS, pois os imóveis são alugados e foram adaptados para funcionamento dos equipamentos da assistência social. Entretanto, as adaptações acabaram não saindo como necessário e colocado pelas normas. Dentre os 25 participantes, 14 afirmaram que seu local de trabalho não oferece condições favoráveis e adequadas para atendimento e não garantem sigilo profissional,

[...] a sala de atendimento com a recepção fica praticamente a divisão de uma porta, então eu vejo assim que o nosso serviço fica comprometido pela questão ética profissional por causa do sigilo, por mais que a gente tente resguardar, às vezes a gente fica com medo de ser violado (Profissional A.13).

A sala ela é ofertada pra três assistentes sociais, então a gente divide sala. [...] A gente sofre muito porque é um prédio que quando tá frio é muito frio e quando tá calor ta calor. Então, a gente não tem ar condicionado na sala, mas isso é..a gente divide a sala, enquanto uma tá aqui a outra tá fazendo visita, uma de manhã e outra à tarde. Então só choca mesmo as três no horário de almoço. (Profissional A.05).

Todas as dificuldades, olha pro teto, tá todo amarrado porque eu pedi um homem pra subir aqui pra mim. O telhado tava caindo em cima da minha cabeça aí eu pedi “Pelo amor de Deus, tapa esses buracos”, aqui quando chovia entrava água, escorria por essas paredes todas sabe? [...]Essa é a única sala que eu faço atendimento e eu não gosto porque não tem tranca, não tem nada. O armário onde fica as pastas não fecha, e outro fato é que os profissionais do Serviço de Convivência, que não são técnicos, não são assistentes sociais, que faz grupo pra adolescentes, pra crianças, pra idosos

tem acesso as pastas dos usuários. Porque eu acho que esse material deveria ser assim, somente os técnicos que deveriam pegar nesse material. Não tem sigilo mesmo. Às vezes eu relato pelas metades porque eu não posso relatar tudo, porque outras pessoas têm acesso àquele material entendeu? (Profissional A.03).

Porque a gente, nós aqui os técnicos não tem sala disponível pra fazer o atendimento. Essa sala aqui é sala dos orientadores e aquela lá é sala dos coordenadores. Então os técnicos não tem uma sala. Por exemplo, chega um usuário pra fazer um atendimento a gente não tem o espaço (Profissional A.18).

Os relatos expressam com clareza que estamos presenciando um neoliberalismo exacerbado, que vem se fortalecendo cada vez mais através do braço estatal que tendencialmente favorece o mercado financeiro (os industriais, o agronegócio, as multinacionais estrangeiras), com recurso do fundo público. Há um baixo investimento na construção do SUAS e das demais políticas públicas e sociais no país. Ou seja, não há a aplicação de recursos suficientes na rede de serviços. Muito pelo contrário, presenciamos um desmonte total da intervenção estatal no âmbito das políticas sociais e a privatização destes serviços. Assim, não temos a construção de equipamentos públicos, estruturados e de qualidade, referenciados nos planos municipais e nos territórios que assegurem condições de trabalho aos trabalhadores da política de Assistência Social.

E isso se choca a um fator primordial, e essencialmente ético na garantia do trabalho profissional, que é o sigilo profissional. Percebe-se a partir dos relatos dos profissionais que a privacidade e o sigilo das informações compartilhadas entre profissional e população usuária, não são garantidos em alguns equipamentos. Devido a diversos aspectos físicos dos ambientes que não oferecem a garantia do sigilo, não sendo assegurados os princípios fundamentais do código de ética do assistente social.

O assistente social trabalha com profissionais de outras áreas, e se encontra inserido em espaços sócio-ocupacionais com equipes multiprofissionais onde informações devem ser compartilhadas, mas, ao mesmo tempo, a confidencialidade é legalmente autorizada pelo Código de Ética da profissão Serviço Social. Nesse sentido, enquanto trabalhador assalariado inserido em uma instituição, em uma equipe maior com outros profissionais, com outras instituições que se articulam por meio da rede de serviços, o assistente social pode e deve se orientar na comunicação restrita, ao que é interesse e direito do usuário.

O artigo 18 do Código de Ética estabelece que “A quebra do sigilo só é admissível, quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízos aos interesses do usuário, de terceiros ou da coletividade”. A NOB – SUAS (2012), estabelece em seu artigo 6º parágrafo VIII, que dentre os princípios éticos para a oferta da

proteção socioassistencial no SUAS, deve-se prezar pela “proteção à privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando sua intimidade e opção e resgatando sua história de vida”. Assim a garantia do sigilo é um direito do assistente social e ao mesmo tempo é uma obrigação.

O sigilo profissional trata-se de uma informação a ser protegida, que se coloca numa relação entre o que é privado e o que é público. Portanto, o profissional necessita de um espaço onde tenha condições de garantir a privacidade do usuário. A resolução 493/2006 do CFESS, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, estabelece a obrigatoriedade de espaço físico adequado para atendimento ao usuário, garantido que o atendimento efetuado possa ser feito de portas fechadas garantindo o sigilo profissional. E que o material técnico utilizado e produzido é de caráter reservado, sendo seu uso de acesso restrito aos assistentes sociais. A resolução 493/ 2006, também descreve como deve ser o local de atendimento do assistente social. Dessa forma,

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006, s.p).

Infelizmente percebemos através dos relatos dos profissionais citados acima que, essas orientações não estão sendo seguidas pela instituição empregadora. Embora o conjunto CFESS/CRESS busque contribuir para que, através destas normativas e resoluções as/os assistentes sociais tenham um respaldo legal para melhorar suas condições de trabalho, assim como na relação com o usuário, o projeto neoliberal vem fragilizando e desconsiderando tais documentos, a partir da falsa justificativa de que o Estado está falido. De que não há recurso para melhorias dos espaços sócio ocupacionais. Ainda sobre o local de atendimento um participante da pesquisa fez o seguinte relato:

Olha, não é totalmente adequada por conta, grupos, por exemplo, cê quer convidar uma quantidade maior de pessoas, nós não temos condições de receber essas pessoas da forma que deveria por causa do espaço. Lá fora tem um espaço pequeno e eu não posso colocar um *data show* por causa da claridade, entende? No fundo alí nós temos outro espaço, mas tem uma barreira lá no fundo e não é legal trazer as pessoas pra um

espaço que não tá adequado. E outra questão é a acessibilidade também é bem dificultosa aqui, nós temos aquela rampa lá, mas ela é terrível pra subir cadeira. Mas essas condições já foram observadas com o ministério público que já fez visita aqui, não só aqui, mas ele tem acompanhado todos os CRAS da cidade né, e das comarcas próximas também. E já foram solicitadas essas mudanças, e tá sendo providenciando outro lugar (Profissional A.20).

Um ponto a ser destacado é que muitos profissionais desconhecem a resolução 493/2006, mas ela traz que os assistentes sociais devem e podem informar por escrito a unidade ou instituição a qual trabalha ou presta serviço, sobre as inadequações encontradas em seu ambiente de trabalho. Assim, o profissional pode propor melhorias ao ambiente em que trabalha. Feito isso, e caso nada tenha sido resolvido, o profissional pode acionar o CRESS da sua região por escrito, para intervir perante a presente situação. A resolução 493/2006 oferece um respaldo legal, ao qual o profissional pode se valer para a garantia de melhorias nas suas condições de trabalho. Diante das relações flexíveis e precárias de trabalho, sabemos que para muitos profissionais, o medo de ser demitido por conta de algum questionamento ao local de trabalho, contribui para que não façam nenhuma consideração aos gestores. Entretanto, compreendemos que conhecer tais normativas, resoluções, juntamente com a articulação com outros profissionais do setor, pode contribuir para um processo de alteração de tais condições precárias de trabalho. Cabe destacar que dos 14 profissionais que informaram sobre a falta de sigilo no seu local de trabalho, nenhum deles chegou a acionar o CRESS sobre tais situações.

Outro ponto importante que se refere a este eixo sobre as condições e meios de trabalho, se refere à identificação dos instrumentos mais utilizados no cotidiano do trabalho profissional. E se para a/o assistente social existia alguma dificuldade na operacionalização desses instrumentos. Diante da questão levantada, obtivemos as seguintes informações sobre os instrumentos mais utilizados pelos profissionais:

- *Ficha de cadastro dos usuários dos serviços sociais*, (3 profissionais citaram);
- *Diagnóstico social (em que geralmente os profissionais utilizam o prontuário SUAS que foi formulado e enviado aos equipamentos do SUAS pelo MDS)*, (10 profissionais citaram);
- *Plano Individual de Atendimento, estudo de caso*, (1 profissional citou);
- *A entrevista, visitas institucionais, visitas domiciliares*, (2 profissionais citaram);
- *Encaminhamentos, relatório social, relatório de desenvolvimento/evolução do caso*, (9 profissionais citaram);

- *Reunião com grupos, atendimento individual, requerimento à benefícios eventuais*, (4 profissionais citaram);
- *Sistemas do SUAS como CAD único, CAD SUAS, e RMA*, (1 profissional citou);
- *Os profissionais citaram também os aparatos (instrumentos) legais que dão suporte à atuação profissional no espaço institucional, entre elas: a LOAS, o Código de Ética Profissional, a PNAS, o SUAS, Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a lei Maria da Penha, entre outros*, (3 profissionais citaram);
- *Manuais de orientações técnicas MDS e Secretaria do Estado (SEDESE)*, (5 profissionais citaram).

Temos que 20 profissionais informaram não ter dificuldade na operacionalização dos instrumentais técnico-operativos. Cabe destacar que 5 profissionais entrevistados informaram ter dificuldade na operacionalização dos instrumentos, dentre as dificuldades apresentadas destacam-se: Prontuário Suas padronizado pelo MDS que é utilizado nas entrevistas e diagnósticos sociais nos PBF, CRAS e CREAS. A dificuldade ou queixa da/o profissional a esse “prontuário” é o fato de ser muito extenso e cansativo para o usuário, pois o profissional tem que seguir uma lista de questões metódicas. Sendo assim, consideram que o prontuário tem que ser revisto e readaptado. Outros profissionais ressaltaram a necessidade de padronizar alguns instrumentais no âmbito da política de assistência social. Como ocorreu com o prontuário SUAS, os profissionais também ressaltaram a necessidade de um cadastramento eletrônico que substituísse os cadastros manuais. Neste sentido, apontam que seria também uma forma de acessar o histórico de atendimentos do usuário em rede, assim como ocorre com o cadastro único utilizado no PBF.

Quando perguntado ao profissional se este produzia algum instrumento para pensar seu trabalho profissional, 7 profissionais informaram que produzem algum instrumental para pensar o trabalho profissional a partir das demandas dos usuários, e necessidades do público específico. Dentre os instrumentais criados pelos profissionais, temos: Criação de roteiro diagnóstico social, a partir das demandas e realidade dos usuários da região; elaboração de plano de trabalho para atendimento de situações específicas e graves de violação de direitos; e criação de alinhamento de procedimento e atendimento as vítimas/familiares de tais situações; roteiro da visita domiciliar criado para uma abordagem mais qualificada com melhores condições de compreender as demandas colocadas pelos usuários.

Outro instrumental destacado foi o relatório social, onde alguns profissionais informaram que passaram a fazer um processo de estudo e/ou investigação social mais aprofundada e em parceria com outras áreas que compõe a política pública e social do município. Isso, porque os profissionais identificaram que em algumas demandas não conseguiam consubstanciar seus relatórios por falta de informações, que deveriam ser buscadas na rede. Outro procedimento levantado refere-se a organização do trabalho em equipe através da busca conjunta de decisões e pareceres técnicos¹²⁴ sobre as determinações relativas às situações específicas de cada usuário. Outro instrumental criado e relatado por um profissional foi a criação de uma cartilha informativa sobre o serviço com uma linguagem acessível ao público usuário específico daquela região.

Cabe destacar que apesar de nenhum profissional haver citado, a fala/ linguagem e a escuta também são instrumentais que o assistente social utiliza a todo o momento. Uma escuta atenta, uma linguagem acessível e carregada de informações que podem auxiliar e direcionar os usuários na busca dos seus direitos. Pois estes são meios através dos quais o profissional opera tecnicamente no cotidiano da sua prática profissional. Neste aspecto, da importância da escuta e da linguagem, a Lei 8.662 que regulamenta a profissão Serviço Social, traz, em seu artigo 4º inciso III, que é competência do profissional assistente social prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

Dentre os 25 participantes da pesquisa 18 informaram não produzir nenhum instrumento para pensar seu trabalho profissional, nem participar de nenhum projeto de intervenção. Devemos nos atentar que o instrumento é sempre orientado por um conhecimento. É através deste, que vamos experimentar a teoria social no processo de mediação da objetivação da realidade da vida social. Pensar um instrumento pressupõe analisar teoricamente a realidade social em que se encontram inseridos os usuários. Pressupõe fazer uma análise histórico-crítica da realidade, desenvolver mecanismos que desvendem a realidade social. Tratam-se de dimensões essenciais no exercício do trabalho do profissional, pois isso, permite apreender as contradições e múltiplas determinações sociais.

¹²⁴ O maior número de produções sobre o instrumento parecer técnico, segundo Noronha e Santos (2013) provém principalmente de profissionais do Serviço Social que atuam na área judiciária. O laudo e o parecer técnico são etapas da perícia social que é realizada por meio de um estudo social. A perícia social se inicia a partir da solicitação de um profissional ou autoridade de diferentes áreas, que necessita de uma opinião técnica sobre determinada situação visando assessorá-los em suas decisões (NORONHA; SANTOS, 2013.). Cabe destacar que o profissional assistente social pode e deve se utilizar da técnica de estudos sociais/perícia social para respaldar seus relatórios e pareceres no seu cotidiano de trabalho, a partir da análise e necessidade dos casos e não somente quando solicitado externamente.

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho (GUERRA, 2008, p. 02)

Pelo trabalho o homem transforma a realidade, e transforma a si mesmo e a outros homens. Embora a dinâmica da sociedade capitalista nos aprisione na dimensão do trabalho abstrato, não podemos negar que o trabalho possui uma capacidade criadora, transformadora – práxis – que transforma os instrumentos em meios de alcance de finalidades atendendo as necessidades humanas. Ou seja, que nosso trabalho enquanto assistente social volta-se para as necessidades da classe trabalhadora em primeira instância e carrega um sentido antagônico à dinâmica das relações sociais capitalistas que vivemos, onde o trabalho é miséria, subordinação, mera mercadoria.

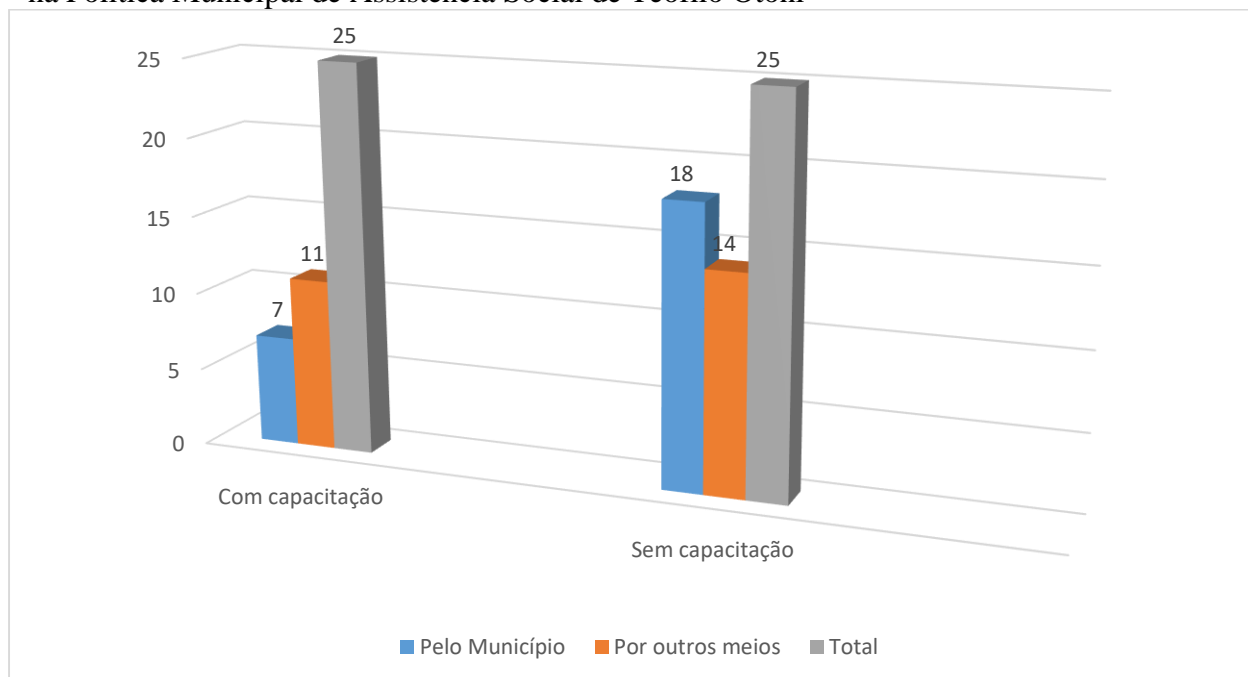
O ato de criar instrumentos técnicos-operativos para o exercício profissional, significa que, enquanto profissional, o assistente social cria alternativas para apreender determinações que possibilitam pensar e analisar a realidade sobre a qual sua prática profissional se desenvolve.

[...] a competência técnico- política deve partir da elucidação das tendências existentes no próprio movimento da realidade, decifrando suas manifestações no campo sobre o qual incide o trabalho profissional, estabelecendo a precisa relação, que é dialética, entre teoria e prática” (MARCONSIN, 2013, p.68).

O instrumental- técnico é, portanto, uma ferramenta valiosa no processo de mediação entre teoria e prática no trabalho profissional, e percebemos que a criação e/ou utilização do instrumental técnico está intimamente ligada ao processo de conhecimento, pois “As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais” (ABEPSS, 1996, p.14).

Sobre a oferta de cursos ou incentivo à profissionalização pela instituição empregadora, temos os seguintes dados, ofertados pelos entrevistados, apresentados no gráf.11.

Gráfico 11- Quantitativo de profissionais assistentes sociais com ou sem capacitação inseridos na Política Municipal de Assistência Social de Teófilo Otoni



Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo (2016)

Assim, a partir dos dados extraídos da pag. 244, e associados as informações do quantitativo de profissionais capacitados pela instituição empregadora, temos que de um quantitativo de 25 profissionais, 18 participantes informaram nunca ter recebido nenhuma capacitação pela instituição empregadora, ou seja ofertada pela secretaria de assistência social via município, sendo que 14 profissionais não realizaram capacitação por nenhum outro meio, seja por conta própria ou por meio de outras instituições. Já 11 profissionais informaram terem feito algum tipo de capacitação, sendo que 7 profissionais participantes da pesquisa informaram que receberam capacitação ofertada pelo município empregador.

Dos 18 participantes que não receberam capacitação pela instituição empregadora, informaram inclusive terem dificuldade de participar de outras capacitações, como as ofertadas pela UFVJM (Campus Mucuri- situado na cidade de Teófilo Otoni), por não serem liberados do trabalho para participarem. Segundo um entrevistado da pesquisa,

Ah! Capacitação nós nunca tivemos. O município nunca nos ofertou capacitação, pelo menos desde que comecei a trabalhar aqui desde 2013. Entendo que não há uma preocupação em capacitar profissionais da assistência social, acho que eles pensam ser desnecessário afinal é uma política para pobres o que tiver está bom, dá forma como o serviço for prestado está bom demais. Antes o MDS ainda ofertava umas capacitações em nível federal logo que foi implementado o SUAS, eu trabalhava em outro município em 2006 e cheguei a fazer uma dessas capacitações, mais hoje nós

não temos nada, mau/mau uns manuais informativos que vem do MDS e olha lá. A verdade é que ninguém se importa em pensar o nosso cotidiano profissional, ainda na graduação eu ouvia e estudava da necessidade da união entre teoria e pratica, mas hoje percebo que nós que trabalhamos aqui no CRAS os profissionais do CREAS também sozinhos, ninguém nos ajuda a pensar nosso dia a dia que é difícil.[...] Eu sinto que para o campo acadêmico não é importante pensar o cotidiano profissional dos assistentes sociais que trabalham no SUAS, pois é uma política desmerecida demais que parece que nem vale a pena ser pensada. (Profissional A.02).

A fala do/a profissional acima expressa uma série de limitações postas no cotidiano profissional, identificada por ela tanto pelo descaso dos próprios órgãos gestores (município, estado e federação), como o espaço da formação profissional que não contribui para pensar a política de assistência social, elencada pela assistente social entrevistada, como política desmerecida. Entretanto, é importante destacar que, se por um lado, concordamos com a perspectiva de que a política de assistência social é tida como uma política de pouca importância para a burguesia (mas necessária para manutenção do consenso) e dentro de alguns espaços políticos e societários é desmerecida, e por isso vista como uma política pobre para os pobres, por outro lado, apreendemos que a fragilidade da profissional entrevistada, na apreensão dos fundamentos teóricos impede a compreensão do projeto de sociedade em que vivemos.

A NOB- RH/SUAS (2006), estabelece que a gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve garantir educação permanente aos trabalhadores, e que esta deve ser feita de forma sistemática e continuada, sustentável e participativa. A NOB-RH/SUAS (2006) também destaca que os gestores municipais deverão liberar os técnicos para participarem de capacitação sem prejuízo dos recebimentos e com as despesas correspondentes de participação. Mas até que ponto os profissionais de Serviço Social conhecem e se apropriam dessa garantia na legislação?

A Política Nacional de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, traz como principal pressuposto a necessidade de adequar a educação permanente para os profissionais assistentes sociais, visando;

[...] aos valores que a profissão defende e à perspectiva emancipatória e libertária que a profissão vem construindo, dentre eles o do/a profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, de modo a superar a histórica vinculação da profissão com o conservadorismo (GUERRA, 2011). (CFESS, 2012b, p.10).

O contexto sócio histórico em que vivemos requer reflexão e análise profunda acerca da intervenção na realidade, levando-se em consideração a dinâmica contraditória da sociedade e a particularidade do fazer profissional. Sendo assim, os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são fundamentais para apreender o trabalho profissional. A “[...] fundamentação

e a instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano de vida dos usuários” (ABEPSS, 1996, p. 13). O que possibilita aos profissionais compreenderem os limites, mas também buscar formas e possibilidades de superação de alguns desses limites no seu cotidiano de trabalho é a busca constante pelo aprofundamento dos fundamentos teórico-metodológicos, que orientam o nosso projeto profissional. Neste processo, é claro que iremos nos deparar com os limites que envolvem o cotidiano de qualquer trabalhador, mas ao mesmo tempo vislumbraremos novas possibilidades de atuação, para além daquelas determinadas pelas instituições. Dentre elas, o repensar a utilização dos instrumentais técnico operativos, a articulação com outras áreas, a elaboração de projetos, programas, entre outros instrumentos com maior sustentação teórico-prática. Enfim, é na unidade teoria/prática que encontraremos as respostas para alguns dos dilemas que vivemos nos espaços sócio-ocupacionais.

A realidade social é dinâmica, as transformações em curso provocadas pelo movimento do capital que geram reconfigurações na esfera societária e o aprofundamento da questão social, colocam a necessidade do profissional compreender e se articular dentro da dinâmica da própria profissão, buscando meios de pensar seu trabalho, a partir dessas configurações sociais que são colocadas cotidianamente.

Assim, é o arcabouço teórico-metodológico que possibilita ao profissional analisar e pensar acerca de determinadas situações que são colocadas no seu cotidiano de trabalho e a partir daí buscar meios para planejar suas ações diante da realidade concreta. Diariamente o profissional lida com diversos tipos de mazelas sociais, diversas situações de violação de direitos, de pobreza, de preconceitos que ferem a integridade e dignidade da pessoa humana, lida com situações de violências de diversos tipos.

Cabe destacar, que esse profissional não possui uma cartola mágica de onde retira soluções simples de fácil resolutividade para todos os tipos de problemas que lhe são apresentados por usuários. O profissional necessita constantemente de um aparato teórico metodológico que lhe possibilite a autorreflexão, o questionamento, a crítica para compreender as dimensões causadoras da questão social. E ao mesmo tempo entender a historicidade da profissão, os limites profissionais e as possibilidades que essa profissão coloca num direcionamento ético-político. A educação permanente se faz tão necessária para que o profissional não caia num tecnicismo estéril e pragmático nem numa lógica messiânica ou fatalista, conforme salienta Iamamoto (2010).

Infelizmente o que vemos é que na maioria dos municípios, tomamos como exemplo o município da realização desta pesquisa, a capacitação para os profissionais do SUAS não é

considerada fator importante e nem primordial para auxiliar no desenvolvimento do trabalho dos profissionais, já que 18 (72%) dos profissionais entrevistados informam não ter tido capacitação ofertada pelo município. Cabe atentar que, a capacitação aprimora e contribui não só para a formação continuada e permanente dos profissionais, mas também contribui para o atendimento aos usuários.

Acreditamos que as instituições de ensino podem contribuir com esse processo, já que o município conta com uma universidade pública que possui o curso de Serviço Social e demais instituições de ensino superior que também possuem curso de Serviço Social. Cabe ressaltar que não é responsabilidade exclusiva das IES e/ou apenas do curso de Serviço Social, mas entendemos que os Cursos de Serviço Social cumprem um papel essencial de fundamentação da formação profissional dos assistentes sociais com princípios e diretrizes curriculares que expressam “[...] uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p.08). E ao entendermos que a educação permanente conforme nos coloca o próprio CFESS, diz respeito ao contínuo processo da relação teórico-prática necessária ao fazer profissional, entendendo que a formação a dimensão teórico metodológica é um elemento fundamental para as dimensões constitutivas do fazer profissional. Assim, temos que

É o resgate dessa conjunção - rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária - que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão O reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. (ABEPSS, 1996, p. 13).

As instituições de ensino superior (IES), os cursos de Serviço Social e demais cursos como o de Psicologia que possuem profissionais com essas formações inseridos na política de assistência, poderão através da oferta de cursos de extensão, capacitação, minicurso, oferecidos a profissionais que estão atuando na política de assistência e outras políticas setoriais ou outros espaços sócio-ocupacionais, contribuir com esses profissionais ao estarem ofertando uma aproximação necessária entre a dimensão teórico- metodológica e ético- política e teórico-prática, com cursos que auxiliem os profissionais a refletirem sobre seu cotidiano profissional, autonomia profissional, percepção do trabalho profissional diante da conjuntura de superexploração do trabalho e ajuste neoliberal e ataque as políticas sociais. Auxiliando a pensar e contruir projetos e intervenções profissionais que podem ser estabelecidos no cotidiano com

a comunidade e usuários na perspectiva de garantia de direitos e fortalecimento dos movimentos sociais etc.

Foi identificado na pesquisa que dos 25 profissionais assistentes sociais entrevistados, 22 possuem estagiários, e os próprios profissionais relatam terem dificuldade em passar conhecimento prático associando a dimensão teórica para os estudantes, pois as condições precárias de trabalho os sufocam a ponto de não conseguirem visualizar a dimensão do seu trabalho profissional ou autonomia nele. Se tomarmos que o estágio supervisionado é importante para a formação e supervisão sendo um momento ímpar do processo ensino-aprendizagem que colabora para fomentar o perfil do futuro profissional. Assim, cursos e capacitações pensadas nas necessidades e realidades do profissional que também é supervisor de campo e como trabalhar com seu estagiário seria importantíssimo e necessário para esse profissional, analisar sua realidade cotidiana de trabalho, analisar como vem atuando diante das expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, identificando entraves presentes no cotidiano profissional, mas também as potencialidades do seu fazer criativo, capacidade teleológica imbuída no seu próprio ato de criação pelo trabalho.

Esse processo não é fácil e as IES os cursos de Serviço Social, podem contribuir com essa aproximação das dimensões do conhecimento e da prática profissional tão necessárias para a realização do fazer profissional do próprio trabalho humano em sua subjetividade desvestindo-o da alienação que o encobre.

Nas entrevistas com os participantes da pesquisa, indagamos se havia conhecimento sobre a NOB-RH/SUAS, tendo noção que a avaliasse, pois esta normativa estabelece as bases para o direcionamento do trabalho no SUAS, trazendo princípios de organização, gestão e condições para o desenvolvimento do trabalho profissional no âmbito do SUAS, apontando para a responsabilidade dos três entes federativos estabelecer a execução da política de recursos humanos e elaboração do plano de Carreira, Cargos e salários dos servidores públicos que atuem na área da assistência social. Identificamos que, quanto ao conhecimento da NOB-RH, alguns entrevistados demonstram um aproximação, outros um distanciamento em relação a discussão.

Os profissionais que afirmaram ter conhecimento da NOB-RH, ressaltam que, ela não vem sendo implementada nem seguida como deveria pelo município. Ressaltam também que a questão do financiamento é um gargalo para os municípios, pois o repasse fundo a fundo nem sempre ocorre e os municípios não têm recursos suficientes para manter os equipamentos da assistência social. Essa é uma realidade que compromete a execução e manutenção dos serviços

nos pequenos municípios, onde o financiamento ainda é um entrave. Pois como já discutimos ao longo deste trabalho, que os recursos dos fundos públicos são desviados da seguridade social e essa é uma problemática que se apresenta em nível nacional.

Eu tenho conhecimento da NOB-RH e digo que ela não é implementada no município como deveria. É, essa questão mesmo de educação continuada é nada né! Questão de concurso também. Essa questão, o contrato precário, né. A gente sabe que o profissional contratado, as condições são muito precárias. Não tem benefício, não tem segurança, não tem o piso, não tem nem um salário digno as vezes. E, um ou outro você se depara com umas condições bem difíceis de trabalho, você não consegue as vezes executar, a gente agora mesmo tá sem telefone. (Profissional A.09).

A NOB- RH se apresenta ainda como um grande desafio no que diz respeito a sua efetivação. Especialmente em nível municipal, onde formas precarizadas no âmbito da gestão do trabalho se apresentam persistentes. Há falta de investimentos e incentivo pela gestão federal, estadual e municipal no que diz respeito a capacitação e formação continuada dos profissionais no âmbito da assistência social. Isso acarreta um distanciamento dos profissionais com a própria política que atuam num desconhecimento das próprias normativas que respaldam a política.

Dos 25 participantes da pesquisa 13 informaram não ter conhecimento ou conhecer pouco a NOB-RH. Em que podemos perceber pelas falas proferidas pelos entrevistados, que se seguem:

Olha, eu tenho, mas muito pouco, assim. Porque eu diria que como eu tenho um ano, e mesmo formado em Serviço Social, eu estou me... me... ((risos)). Estou me organizando pra conhecer, pra estudar, pra sentar. Então, eu diria que não cem por cento, mas eu estou me informando (Profissional A. 21). “Oh moça, muito pouco (Profissional, A. 17)”. “Você falou Norma o quê? Vou pesquisar isso (Profissional A.03)”. “Eu não tenho esse conhecimento hoje mais aprofundado, porque eu passei a estudar isso mais quando a gente tava na faculdade, no campo universitário, depois com o dia a dia a gente acaba deixando de lado [...]” (Profissional A.04).

Através dessas falas podemos perceber que a educação continuada é necessária e que a teoria e a prática são inseparáveis, para que o profissional não caia num tecnicismo burocratizado e rotineirizado. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional são elementos indissociáveis no exercício e cotidiano profissional.

Reconhecendo que a política de assistência social vem sendo perpassada por interesses distintos de classes, e que essa política se encontra num jogo de correlações de forças presentes na esfera societária, indagamos aos participantes da pesquisa se percebiam a existência de práticas clientelistas no município e na instituição a qual se encontram inseridos.

Dos 25 participantes 11 informaram não perceber tais práticas presentes ou permeando a política de assistência social no município, e dentre os 11 profissionais 2 relataram terem vivenciado tais situações não no município ao qual se encontram inseridos atualmente mas relataram terem vivenciados tais situações ao trabalharem na política de assistência social em outros municípios do Vale do Mucuri.

Dos 25 participantes da pesquisa, 14 informaram perceber essa característica clientelista ainda presente na política de assistência municipal. Podemos perceber nas falas que seguem as seguintes afirmações:

Não só aqui no município de Teófilo Otoni, seja o município de porte pequeno, seja de médio porte, seja de grande porte. Na verdade a gente consegue perceber de uma forma mais calorosa, muito intensa e significativa são em municípios de pequeno porte, mas em todos os municípios isso existe, é uma visão pessoal minha e acho difícil o clientelismo ser efetivamente abandonado (Profissional A.11).

Então, a assistência social, a gente pode dizer, que no município ela tem essa característica de ser um direito. Ela é um direito. A gente trabalha com ela aqui na garantia de direito. Em outras experiências profissionais minhas, em outros municípios, isso esse caráter clientelista e paternalista se apresentou. É evidente e claro sim, mais do que água, de prefeito chegar e falar dá pra fulano porque fulano vota na gente e não dá pra ciclano, às vezes ciclano precisava até mais, mas porque ciclano ele nunca votou na gente ele deixa de receber algum benefício, entendeu? (Profissional A.2).

A gente percebe uma ou outra sim. Ainda tem muito presente essa questão do paternalismo né, de tá... De encarar a assistência social como uma boa ação... Isso a gente vê bem perto da gente mesmo. Tem algumas ações inclusive, não que a gente é contra, mas forma que é executada às vezes não condiz com o que a gente... Então tem coisinhas, tem ações que o pessoal faz que as vezes são coisas paliativas, são ações imediatistas que a gente vê que não vai resolver o problema, mas que eles se promovem né, com essas ações achando que tá fazendo a coisa certa. Infelizmente isso é bem presente, não só aqui né? Em município pequeno é muito presente. Eu já trabalhei em CRAS que eles faziam doações de cestas básicas no próprio equipamento. Então, é uma coisa que acaba descaracterizando o serviço e dando imagem de assistencialismo né? Caridade, né? (Profissional A.9).

Eu enxerguei isso porque eu trabalhei em cidade pequena e era muito característico. Muito forte, a questão da política, eu já deixei de atender usuários que não votavam no prefeito porque não me deixaram ir atender. Mas aos poucos eu fui quebrando essa barreira com ele e mostrando que teria que ser de forma diferente. Quando eu cheguei pra trabalhar aqui em Teófilo Otoni eu percebi que eles davam uma certa liberdade pra gente poder atuar, então não tem muito essa interferência porque eles não ficam muito grudados no que que tá fazendo, quem tá atendendo, não tem essa prática não. Apesar de que os usuários ainda não tem essa noção, essa clareza né? Não tem. E tem algumas coisas que dificultam pois por exemplo, a gente trabalha esclarecendo que a política de assistência é um direito. Mas assim, foi identificado que, por exemplo, existe profissional assistente social, dentro da Câmara dos Vereadores contratados por estes, e que às vezes remete usuários a essa interpretação ainda, no município, de que a assistência social é favoritismo atrelado a politicagem. Isso dificulta entendeu? (Profissional, A.20).

Um participante da pesquisa relatou que presenciou e vivenciou, em um dos municípios em que trabalhou que na mudança de gestão, devido ao processo eleitoral, o novo gestor secretário de assistência social proibiu que os profissionais técnicos do CRAS fizessem atendimento à população usuária, sem que essa passasse por uma triagem feita por um profissional (não especializado), inserido na secretaria de assistência social. Somente após essa triagem é que os profissionais assistentes sociais e psicólogos do CRAS poderiam ter contato com os usuários, que seriam direcionados para o CRAS. Os profissionais foram proibidos de ter livre acesso a população usuária como, coloca o Código de ética, enquanto direito do profissional. Os profissionais nesta situação não poderiam oferecer informação nem atendimento aos usuários sem que estes passassem pela secretaria de assistência municipal, Assim, o gestor decidiria se aquele usuário poderia ou não ser atendido pela assistência social. Cabe destacar que, essa análise era feita levando em conta o partidarismo político do usuário. Caso fosse contrário ao mandato atual, o usuário não era encaminhado para o acesso a nenhum serviço ou benefício da política de assistência social.

Essa declaração do participante é impactante, e ao mesmo tempo nos traz uma realidade nua e crua sobre o direcionamento que a política de assistência social vem tomando em muitos municípios por parte dos seus gestores.

Percebe-se que as características do mandonismo, clientelismo, paternalismo favoritismo do toma lá da cá, ainda se apresenta de forma iminente nos municípios da região do Vale do Mucuri. Essas características históricas da conformação da sociedade brasileira ainda é presente em muitos municípios, a politicagem ainda impera e a figura do coronel infelizmente não é apenas “um mito folclórico”.

O Serviço Social traz em suas protoformas traços filantrópicos praticados pelas primeiras damas atreladas a igreja católica. Cabe destacar também, que a profissionalização do Serviço Social, surge vinculada a dinâmica da ordem monopólica num processo de exacerbamento da questão social, onde são criados mecanismos e estratégias via Estado burguês para, através de políticas sociais compensatórias, minimizar as expressões da questão social. Embora não possamos desconsiderar que a criação de políticas sociais também é fruto da pressão e exigências da classe trabalhadora. Logo, seu caráter contraditório não pode ser negado.

Portanto, o conservadorismo burguês cria consensos ideológicos, para manutenção da sua hegemonia, e as políticas sociais criadas na sociedade burguesa surgem como intuito de apaziguar, manter o consenso e controle da classe operaria. Essas são condições que nos levam

a entender porque as políticas sociais são focalizadas, fragmentadas, seletivas e não universais. A política de assistência social vem banhada historicamente, por um modelo assistencialista, uma tradição de não política, com um primeiro-damismo e voluntarismo que se faziam presentes.

O SUAS apresentou um avanço no que diz respeito ao reconhecimento e ampliação da política de assistência social enquanto direito, onde com uma ideia de universalização do serviço possibilita a oferta indissociável de serviços e benefícios. Mas apesar de todo avanço, que se presenciou na política de assistência social, a sua efetivação ainda é comprometida nos municípios, especialmente os de pequeno porte. Onde a cultura do favor ainda impera e vemos antigas formas como o primeiro-damismo, o assistencialismo filantrópico ainda presentes. Um bom exemplo, é a criação e implementação do programa “Criança Feliz”.

Estamos vivenciando uma reatualização do conservadorismo, estamos presenciando um moralismo¹²⁵ político, onde vemos ações sendo tomadas sob fins de um individualismo burguês, realizando uma negação da universalidade e da democracia. Estamos diante de uma verdadeira barbárie social, num processo de deslegitimação e retirada de direitos do trabalhador, jogando o pobre, ao bel prazer da sua própria sorte, à espreita do abismo da opressão, do abandono, da miséria, numa conjuntura dilacerante de aumento consubstancial das desigualdades sociais.

Dando sequência a análise da pesquisa, indagamos aos profissionais qual a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento do exercício profissional no âmbito da assistência social. Obtivemos as seguintes respostas apresentadas de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 7- Principais Dificuldades enfrentadas pelos profissionais na política de assistência social

<i>Dificuldades Apontadas:</i>	<i>Quant. de profissionais que citaram:</i>
- Condições de efetivação da política de assistência social devido a falhas no repasse do financiamento fundo a fundo.	2
- Desvalorização do trabalhador e contratos precários de trabalho	8
- Falta de realização de concurso público	3
- Rotatividade de Trabalhadores	3
- Falta de recursos humanos	5
- Dificuldade de articulação, planejamento e organização de ações em rede intersetorial	6

¹²⁵ “[...] o moralismo é uma forma de alienação moral, pois implica na negação da moral como uma forma de objetivação da consciência crítica [...]” (BARROCO, 2008, p.48).

- Baixos salários	11
- Falta de recursos materiais	9
- Espaço físico inadequado	1
- Falta de capacitações	3
- Dificuldade em lidar com perfil de usuário em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas e população indígena, devido à falta de orientação, capacitação, treinamento e ações para lidar com esse público específico.	3
- Falta de Transporte	2
- Falta de internet	2
- Falta de telefone	3

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de Campo (2016)

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos profissionais no seu cotidiano de trabalho. E isso reflete as precárias condições de trabalho em que estes profissionais se encontram. Fator resultante de novas configurações no mundo do trabalho, numa lógica reestruturante que caracteriza a flexibilização e precarização do trabalho, que também afetam os profissionais assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados, como já discutido e apontado ao longo deste trabalho. Mas 5 profissionais relataram não perceberem nenhuma dificuldade para o desenvolvimento do exercício profissional no âmbito da política de assistência, isso pode ser reflexo de um processo alienante que impossibilita o profissional de perceber os processos que afetam o desenvolvimento do seu próprio trabalho num contexto de reificação e imediaticidade.

4.2.4 Intensificação e Precarização do Trabalho

Foi pedido aos participantes da pesquisa para identificar alguns pontos que sinalizassem a precarização do trabalho no cotidiano profissional, os pontos que os participantes levantaram foram: Ambiente inadequado para realização das atividades e atendimentos, ambiente mal ventilado e quente, o que compromete o sigilo profissional, pois, os atendimentos são realizados com as portas abertas devido a esse fator. A falta de recursos materiais e humanos foi novamente mencionada como um aspecto de precarização, pois, os profissionais não dispõem de materiais necessários para o desenvolvimento de suas atividades. Quanto a falta de recursos humanos, foi mencionado por 2 profissionais que os mesmos exercem o serviço de limpeza e higienização do equipamento por falta de funcionários para executar tal função devido a licença para tratamento da saúde, não havendo substituição, ou porque o profissional não havia sido contratado.

Ah tá, eu já tive/ já tivemos problema aqui, é, na organização, assim, de/na área da limpeza na nossa sala, no nosso ambiente de trabalho. Eu não tinha um profissional pra fazer a limpeza. Na verdade, tinha/tem um profissional, porém esse profissional não podia fazer devido um problema de saúde, estava de licença, problemas de saúde sabe, e ficou mais de 6 meses afastado. Aí a gente tinha que limpar, né. Porque eu mesma não consigo trabalhar numa sala suja. Aí a gente acaba fazendo algo que não é da nossa competência. Isso é complicado porque o usuário chega e você tá ocupado não tá preparado para recebê-lo porque tá fazendo uma função que não é a sua entendeu? (Profissional A. 01).

Outro ponto destacado foram os baixos salários. Segundo os profissionais o salário que recebem em troca da venda da sua força de trabalho, não é suficiente para atender e satisfazer suas necessidades. Isso afeta emocionalmente o trabalhador que se sente desvalorizado, desmotivado e ao mesmo tempo condicionado a aceitar tais condições, pois se sente ameaçado a perder seu posto de trabalho, onde um dos fatores é a procura acirrada pelo emprego, devido à quantidade de mão de obra sobrando. No capítulo I, deste trabalho discutimos sobre esse processo de formação do exército industrial de reserva, onde no capítulo XXIII de “O Capital”, Marx apresenta a forma de constituição do exército de reserva e de como ele é funcional ao capital. Este ao dispor de mão de obra sobrando acirra a exploração da força de trabalho intensificando a mesma, e tendenciando a queda do preço da força de trabalho (salário). Ao mesmo tempo, esse exército faz pressão nos trabalhadores empregados que se veem acuados se subordinando a exploração da sua força de trabalho.

A falta de estabilidade, de direitos e garantias trabalhistas, os contratos precários de trabalho, que geram uma grande rotatividade de profissionais e a questão da insalubridade e periculosidade que os assistentes sociais enfrentam no seu cotidiano de trabalho, diante das expressões da questão social, foram apresentadas pelos participantes da pesquisa, como pontos que evidenciam a precariedade do seu trabalho.

Essa falta, por exemplo, da estabilidade, da segurança no trabalho. E até a questão de saúde dos profissionais, uma hora ou outra a gente não tá bem e não tem um plano de saúde. Quando os contratos vencem a gente fica com medo, porque se não renovar como é que faz né, pois a gente não tem direito a FGTS, nem seguro desemprego, pois o contrato não oferece nada né. Ai de 6 em 6 meses a gente fica nessa agonia, com esse medo. Outra coisa é essa questão do espaço físico, que eu te falei que ainda não está adequado; a questão salarial dos técnicos que está relacionada a questão da motivação deles estarem realizando o trabalho; a equipe que não está completa, a ausência desse auxiliar administrativo que tem total importância no serviço, a questão do acolhimento, de tá encaminhando os usuários pro atendimento, o controle dos arquivos, os atendimentos que chegam e saem; a questão da internet que dificulta demais; do telefone, principalmente a gente que está na zona rural, tudo tem que ser resolvido aqui, então se o usuário chega no serviço um telefonema que a gente talvez resolveria aquela demanda que ele nos trouxe, então ele tem que voltar outro dia fica desgastante pra ele, a inserção dele nas outras atividades do serviço PAIF que são os grupos por exemplo, ele já vai ficando desmotivado porque houve uma demora no

retorno daquela intervenção. Então são essas limitações que a gente encontra no dia a dia e que tem dificultado bastante. (Profissional A. 25)

Ao ser perguntado aos entrevistados da pesquisa se eles achavam que as condições de trabalho afetam o desenvolvimento da política de assistência social, e de que forma? Um dos profissionais entrevistados respondeu o seguinte:

Com certeza. Eu diria que o individual e o subjetivo afeta o objetivo e vice-versa, o objetivo afeta a nossa individualidade e a nossa prática no cotidiano de trabalho. E quando a gente não está bem, o profissional não está bem, eu diria que isso afeta também o usuário. Então é meio que uma teia, uma rede, vamos dizer assim. Não que a gente queira isso, e a gente não proporciona isso, porque no atendimento a gente tenta ser o máximo possível profissional e também não passa a nossa demanda pra ele. Porque ele já vem com uma demanda, uma série de problemas financeiros, econômicos, de saúde, social. Então, eu acho que a gente, no mínimo, tinha que ter uma certa estabilidade, seja financeira ou de saúde pra tá também atendendo esse usuário né? Eu acho que é isso (Profissional A.21).

É isso mesmo, eu acho que sim, e assim condições dignas de trabalho que consiga oferecer um trabalho digno e de qualidade pro usuário. Sabe, eu sofro com condições de trabalho que as vezes não são tão dignas e que ao mesmo tempo tenho que lidar com o usuário que tá na condição de precariedade também, e sem condições para trabalhar fica difícil, né, você precisa encaminhar as coisas, mas não consegue entender, há esbarros muito grandes. [...] Vamos dizer assim, a rede tá quebrada, tá fragmentada, então assim não adianta. Eu tento fazer minha parte, explicar, mas ela vai sendo rompida. Então isso dificulta a valorização do processo do usuário, dificulta. A política houve avanços se a gente for analisar? Houve, o SUAS trouxe avanços significativos pra política, mas agora com essas mudanças que estão aí pra acontecer pode ser que seja um retrocesso né? E aí afeta diretamente nós do serviço (Profissional A.16).

Cabe destacar que 24 entrevistados informaram que sentem que as condições de trabalho afetam a política de assistência social, apenas um profissional disse achar complicado responder a pergunta e preferiu não comentar.

Ainda sobre a intensificação e precarização do trabalho, perguntamos aos profissionais se os mesmos se reconhecem no seu processo de trabalho, ou às vezes identifica desenvolver alguma ação meramente rotineira? Sobre essa questão, 8 entrevistados/as informaram se reconhecer no processo de trabalho, e não identificam que desenvolvem suas ações de forma rotineira. Mas tivemos 17 assistentes sociais entrevistados/as que afirmaram que diversas vezes já identificaram que desenvolvem ações rotineiras, acabando por não se reconhecer nesse processo. Podemos perceber isso nas seguintes falas: “Eu tô igual o filme do Charles Chaplin, né? Tô só apertando parafuso” (Profissional A.02). “Aqui acaba sendo um trabalho automático” (Profissional A.04). “Nossa. Hum. Assim, isso ocorre muito. Devido à própria condição aqui do trabalho né?” (Profissional A.25).

Não podemos cair no reducionismo de culpabilizar os profissionais por essa realidade, visto que o capitalismo nos impõe essa lógica de não pensar no que fazemos. E só responder de forma imediata às determinações dos espaços sócio ocupacionais. Mas, por outro lado, insistimos em ressaltar que o aprofundamento das bases teórico metodológicas nos possibilitarão avançar para além dessas práticas rotineiras, pragmáticas e sem sentido para o/a trabalhador/a.

Alguns, profissionais informaram que mesmo se reconhecendo no processo de trabalho, a dinâmica institucional acaba forçando uma rotina, numa dinâmica de intensificação do trabalho, o que resulta em uma perda parcial da autonomia do profissional. Isso é perceptível nas falas que se seguem:

Olha, na verdade a gente acaba entrando um pouco né. Então é preciso a gente as vezes tá sentando, planejando, discutindo, reavaliando o serviço, porque se você não fizer isso cai na rotina mesmo. E também você acaba sendo/não tem total autonomia, você tem autonomia como profissional, enquanto você tá fazendo atendimento com o usuário, tá fazendo uma ação, mas a questão da organização da instituição, te obriga a você tá indo por um caminho que nem sempre é... num é uma coisa que você faria né, assim. Ou que tem todo domínio da situação, vamos dizer assim. Acaba sendo uma coisa mais de subordinação mesmo, né? (Profissional, A.09).

Sim, sim. Assim, alguém disse que o que nos diferencia dos animais é esse processo de auto reflexão né? ((risos)). Isso é bacana. Que o ser humano, ele tem esse processo, diferentemente do animal que é instintivo. O ser humano, ele tem esse processo de auto reflexão, parar pra pensar né? “Olha como eu estou no meu ambiente de trabalho?” “Será que eu estou fazendo aquilo que realmente é ético?”. Tipo assim, eu diria que a gente não é cem por cento politicamente correto, e eu acho que também não deveria ser porque tem coisas que a gente tem que fazer uma crítica. Não só criticar por criticar, mas também ser auto crítico né? No caso repensar as nossas atitudes, nossas atividades. Mas tem dia que bate aquela sensação assim “Poxa, parece que eu tô murro em ponta de faca”, parece que não tá surtindo efeito, né? Mas como a gente lidar com o ser humano, às vezes na área social o de imediato que a gente tem aqui é só mesmo a segunda via de documentação e mesmo assim tá demorando ((risos)). É sério ((risos)). Mas assim, pra outros processos de trabalhar, inclusive até com nós mesmos é um processo de mais longo prazo né? Então, eu diria que tem momentos sim, **que eu me pego fazendo atividades rotineiras**, mas assim, eu diria que na rotina, no trivial e no cotidiano, dá pra gente buscar soluções pra nossa realidade (Profissional, A.21).

As próprias falas dos assistentes sociais entrevistados expressam as tensões vivenciadas no cotidiano profissional. Compreendemos que a clareza na apreensão dos próprios profissionais destas contradições e tensões que perpassam o trabalho profissional é central para avançarmos na construção de novas práticas. O que queremos afirmar é que, nesta sociedade com a apreensão dos fundamentos teórico metodológicos do projeto ético político do Serviço Social, teremos as práticas rotineiras e as práticas criativas/propositivas; as determinações

institucionais obrigatórias e autonomia profissional, dentre outras relações no cotidiano profissional.

Questionamos aos profissionais, se eles sentiam que o ritmo do seu trabalho é acelerado e baseado em produtividade. Dessa forma, 10 profissionais informaram não considerar seu ritmo de trabalho acelerado, nem baseado em produtividade. Entretanto, 15 profissionais consideram o ritmo do seu trabalho acelerado e baseado em produtividade. Dentre as principais informações que esses profissionais relatam, uma delas é que a redução da jornada de 40 para 30 horas entre a categoria profissional de assistentes sociais, com a aprovação e implementação da Lei 12.317/2010, representa sim um avanço para a categoria profissional. Mas, segundo os profissionais, com a redução da carga horária se tem também uma intensificação do trabalho, pois antes o que se fazia em 8 horas de trabalho, agora se faz em seis, tendo vista que, a maioria dos equipamentos, especialmente os CRAS, está funcionando com apenas um profissional assistente social.

Assim, se fica na contramão dos direitos conquistados, pois a instituição empregadora aderiu à redução da jornada de trabalho, mas não contratou mais profissionais. Temos que, os profissionais se queixam da falta de recursos humanos.

Outro elemento que os profissionais destacam no que diz respeito a questão da produtividade é que o repasse dos recursos do governo federal para o financiamento dos equipamentos da assistência social, é destinado ao município de acordo com as famílias e usuários cadastrados no sistema. Por exemplo, no SISC (Serviço de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), as famílias e usuários referenciados nos equipamentos possibilitará o recurso disponibilizado para o município. De certa forma, segundo informação dos entrevistados, isso exige um índice de produtividade dos profissionais na política de assistência social.

Nos CRAS e CREAS, se tem o registro mensal de atividades (RMA), onde se contabiliza o número de atendimentos individuais, grupais realizados no mês de referência, que é cadastrado no IGD-SUAS/MDSA¹²⁶, e o IGD-BF, onde são cadastrados os dados do programa Bolsa Família. Cabe destacar que é muito importante a criação e desenvolvimento de sistemas que auxiliem a identificar, monitorar dados que são necessários para identificação de perfil dos usuários, mapeamento de território e regiões que permitem visualizar a abrangência da cobertura da política de assistência social. O que deve se ter cuidado é quando não se oferece o

¹²⁶ Índice de Gestão Descentralizada do SUAS, do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

suporte necessário para os profissionais com a quantidade de recursos humanos necessários para a realização do serviço, e condicionando esse instrumento tecnológico de certa forma a exercer um controle de produtividade do serviço.

O “Choque de gestão” que se realizou na política de assistência social, tendo seu marco expressivo com a aprovação da PNAS (2004), NOB- SUAS (2005, 2012), NOB-RH/SUAS (2006), apresentou uma grande relevância na expansão da política de assistência no sentido da sua legitimação como política pública de responsabilidade estatal, apresentando avanços jurídico-normativos, na constituição de uma nova institucionalidade, respaldada em um processo de regulamentação da área (BEHRING, 2011). Mas cabe destacar que essa expansão apresenta contradições quando por exemplo, o avanço da política de assistência se faz em detrimento das demais políticas de seguridade social e ainda, na prevalência dos Programas de Transferência de renda, no bojo dos serviços socioassistenciais no SUAS. O choque de gestão vai impactar no também no trabalho profissional, com vários manuais para a estruturação do trabalho técnico profissional, o que por muitas vezes tende a restringir o trabalho profissional às normatizações da política. O próprio CFESS, realizou uma tentativa de buscar aproximar a política de assistência do projeto ético político com a elaboração de um material denominado “Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social”, pois é muito importante levar em conta que o trabalho não se restringe apenas a normatizações, existem condições efetivas colocadas na sociedade no mundo do trabalho que impactam diretamente no trabalho profissional, cabe entender por exemplo, que o próprio neoconservadorismo chega a profissão Serviço Social pela execução da política de assistência social, pois deve-se levar em conta que a própria implantação do SUAS ocorre durante o governo Lula, em um contexto que vem com orientações postas pelos organismos internacionais de enfrentamento a questão social, via estratégia de combate à pobreza por meio de ampliação dos programas de Transferência de Renda, num contexto de restrição às políticas sociais, como já trabalhado ao longo desta pesquisa.

Sobre a questão de realização de hora extra e acúmulo de trabalho para terminar em casa, 14 profissionais informaram que não fazem hora extra, nem levam trabalho para casa. Entretanto, 11 profissionais informaram que às vezes fazem hora extra e levam trabalho para casa. Quando indagados sobre o motivo, estes informaram que a falta de internet é um dos fatores, e que sempre levam uma pesquisa, ou um documento para ser feito em casa quando necessitam da internet.

Ao serem questionados sobre os salários, todos os profissionais assistentes sociais entrevistados consideram o salário insuficiente para atender as suas necessidades. Quanto a renda os profissionais informaram o seguinte: Coordenador de CRAS, CREAS, Bolsa Família recebem salário de R\$ 1600,00 reais, pois devido ao fato de estarem ocupando a função de coordenação¹²⁷ trabalham 8 horas diárias. Os assistentes sociais que trabalham como técnicos nos equipamentos recebem um salário de R\$ 1.080,00 reais, que com os descontos previdenciários o salário líquido dos profissionais é no valor de R\$ 950,00 praticamente um salário mínimo. Um dos profissionais entrevistados informou que desde que o SUAS foi implementado no município em 2005/2006, o salário dos profissionais permaneceu o mesmo. Ou seja, não houve aumento salarial. Cabe destacar que a péssima condição salarial afeta outras categorias profissionais que estão inseridas na política de assistência social, ou seja é reflexo da precarização e superexploração do trabalhador, pois no respectivo município os profissionais psicólogos que trabalham nos equipamentos da assistência social, recebem o mesmo valor de salário que recebem os profissionais assistentes sociais.

O piso salarial para os assistentes sociais, fixado a uma carga horaria de 30 horas é um direito pelo qual os profissionais vêm lutando em conjunto com o CFESS/CRESS. Existe o projeto de Lei nº 5278/2009 (conhecido como PL do piso salarial) que dispõe sobre o piso salarial dos assistentes sociais, que instituiu o piso salarial no valor de R\$ 3.720,00, e que tramita no congresso brasileiro.

A baixa remuneração dos assistentes sociais é um fator claro, da superexploração da força de trabalho. Pois os juros corroem o valor real do salário, e sem reajustes, esse salário se tornou extremamente desvalorizado. O autor Marini (2008) ressalta que uma das características é **a redução do salário real abaixo do valor da força de trabalho**. Assim, parte do consumo dos trabalhadores é transformada em fundo de acumulação do capital, onde a redução do salário real pode se dar por um não aumento do salário, ou pela corrosão do valor real pelo processo inflacionário, lhe reduzindo ou retirando a capacidade de consumir.

Marx (2013) nos esclarece que quando o preço da força de trabalho é reduzido ao limite ou ao mínimo do valor dos meios de subsistência necessários para o atendimento das necessidades dos sujeitos, a força de trabalho só poderá se desenvolver e se manter de forma precária.

¹²⁷ A função de coordenação não é de atuação exclusiva dos profissionais assistentes sociais, podendo ser ocupada por psicólogos, administradores de acordo com o plano de cargos municipais.

Cabe destacar que, todos os profissionais informaram que consideram seus salários insuficientes para atender as suas necessidades. E ainda ressaltaram que, o objeto de trabalho do profissional, que é lidar com as diversas expressões da questão social, o coloca em situações de risco e em ambientes insalubres (contato com usuários enfermos, visitas em ambientes com precárias condições de higiene, acesso a populações em áreas periféricas e de risco dentre outros). Vale ressaltar, que estes profissionais não contam nem com adicional de periculosidade ou insalubridade, acrescido ao salário.

Percebe-se a partir das questões trabalhadas neste eixo que, as condições e relações atuais do exercício profissional, tais como: a pauperização, a ameaça ao desemprego, a precarização das condições de trabalho, os baixos salários, os precários contratos de trabalho, a alienação no trabalho, onde os próprios assistentes sociais não se reconhecem enquanto sujeitos da ação, expressam elementos concretos que perpassam o cotidiano dos assistentes sociais, trabalhadores da política de assistência social do município de Teófilo Otoni.

Nesse sentido, diante de uma lógica mercadológica, de um padrão de produção flexível, fragmentado e competitivo que afeta também os serviços sociais, juntamente com as políticas sociais, o exercício profissional do assistente social também sofre os impactos e é atravessado pela dinâmica capitalista posta no mundo do trabalho. O assistente social, enquanto trabalhador assalariado se vê dentro do aparato institucional condicionado a racionalidade das exigências da produção/ acumulação e valorização do capital, tais como: eficiência, eficácia, produtividade, competência, polivalência e agilidade. Estes são hinos e lemas alienantes usados dentro das instituições que impregnam as mentes dos trabalhadores.

Na análise destas condições depreende-se que há uma interferência da lógica do capital na forma, no *modus operandi*, no conteúdo e no resultado do exercício profissional, que se limita, em muitos casos, ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional, estabelecendo normas específicas e, até mesmo, à luz da lógica mercadológica, definem-se as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho e os recursos (técnicos, financeiros, institucionais) disponíveis para a realização das ações profissionais (GUERRA, 2007, p.08).

Todos os elementos identificados neste eixo da pesquisa nos oferecem uma rica base empírica que possibilita analisar a realidade dos profissionais acerca das suas condições de trabalho, e nos oferece subsídios acerca de toda a discussão teórica desenvolvida no primeiro e segundo capítulos deste trabalho.

4.2.5 Constrangimentos éticos-político e assédio moral

Quando questionados se a condição de trabalhador assalariado, submetidos a parâmetros institucionais, impacta na autonomia do trabalho, 1 profissional preferiu não opinar, 5 profissionais disseram que não impacta na autonomia profissional e 19 profissionais entrevistados ressaltam que a autonomia é prejudicada pela instabilidade no emprego e a subalternidade oriunda da vinculação precária. Este é um dos fatores que gera uma fragilidade na autonomia profissional, onde os profissionais se sentem submetidos à intervenção dos gestores e raramente são escutados sobre suas condições de trabalho e sobre as dificuldades enfrentadas para a execução do seu serviço. Esse clima de incertezas e desvalorização dos recursos humanos provoca impactos nos programas, uma vez que são de ação continuada e exigem tempo de adaptação e conhecimento das condições históricas e familiares dos usuários e com a temática de cada programa. Bem como capacitação permanente dos trabalhadores que o executam. Muitos profissionais ressaltam sentir sua autonomia prejudicada para o desenvolvimento do seu trabalho, principalmente pelo motivo da instituição empregadora deter os recursos materiais, financeiros para a execução dos serviços e na maioria das vezes esses recursos não são disponibilizados para a execução do trabalho.

Sobre os entraves encontrados para a efetivação do projeto ético-político da profissão no cotidiano de trabalho, temos o seguinte: 10 participantes descrevem como entrave **as precárias condições de trabalho**; 1 participante a **falta de autonomia** devido a uma intervenção profissional baseada na adoção de procedimentos legais e burocráticos que restringem a competência profissional; 3 participantes consideram como entrave **a imagem social da profissão que ainda é muito confundida na região, com ações leigas de práticas voluntárias e caritativas**; 1 profissional entende que **a formação profissional precária** é um entrave e 5 participantes entendem como entrave **a questão social respondida de forma minimalista pelas políticas sociais**. Estes são alguns entraves apontados, como podemos perceber através das falas abaixo:

Essa questão de... as próprias condições que são oferecidas para o profissional isso acaba esbarrando porque a política não é implementada, por questões políticas por coisinhas as vezes institucional ou alguma questão de vaidade né! Então, eu vejo que é mais essas questões pequenas mesmo que acabam deixando de efetivar aquilo que deveria né? Porque tira a autonomia do profissional, como eu te falei, e às vezes o profissional é submetido a condições que nem sempre ele consegue reverter, né. Então às vezes ele tá inserido naquele sistema não por opção, as vezes por necessidade né? E aí acaba esbarrando nessa questão da não efetivação, de não cumprimento da

política como deveria, a própria NOB não é respeitada pelas instituições (Profissional A. 09)

Eu acredito que tem essas questões, por exemplo, da cultura clientelista que é muito recorrente; sobre a rotatividade, é algo que dificulta também de fazer um trabalho mais firme e estável; a questão do salário também, que já foi colocada aí. Sobre o que dificulta ser mais claro e ser mais objetivo no nosso ambiente de trabalho né? E tem questões assim, a gente costuma colocar a culpa no outro e no Estado, tem questões que são profissionais também, há profissionais e profissionais. Às vezes a gente coloca muito a questão, não que eu tô querendo trabalhar no sentido de culpabilizar, mas em questão de saber a nossa responsabilidade. Cabe pensar será que estou fazendo meu papel, desempenhando meu papel de assistente social, mesmo que a gente tem nossas frustrações existenciais e profissionais. Mas será que a gente, eu estou enquanto profissional agindo de uma maneira correta? Será que eu penso meu cotidiano profissional? Então fica essa questão também. Tem essa questão profissional e tem a questão além profissional né? (Profissional A.21).

Ressaltado, através da última fala apresentada, a importância dos profissionais tomarem consciência dos fundamentos sobre os quais sua prática profissional se desenvolve. Assim, é possível entender as próprias condições em que se materializa o trabalho profissional sendo possível fazer a crítica às diversas situações presentes no cotidiano de trabalho e que são reflexos da conjuntura estrutural da sociedade capitalista. Cabe destacar, que foi notado que 9 profissionais se sentiram confusos com essa pergunta sobre o projeto ético político. 1 profissional preferiu não responder, pedindo para pular, pois achou a pergunta difícil, e 1 profissional disse não saber responder a pergunta, ambos demonstram um desconhecimento acerca do projeto profissional da profissão.

Infere-se a importância do conhecimento dos profissionais acerca do projeto da profissão e efetivação do compromisso ético-político para um exercício profissional competente. Dessa forma, os assistentes sociais devem ter conhecimento de que o projeto ético-político da profissão materializado através da Lei de Regulamentação, das Diretrizes Curriculares e do Código de Ética de 1993, oferecem uma direção ao fazer profissional. É necessário reforçar os princípios éticos como pilares fundamentais da formação; romper com a visão assistencialista da prática profissional; realizar reflexão sobre o projeto ético-político; trabalhar a questão social como objeto profissional; entre outros. O projeto ético-político do Serviço Social deve estar vinculado a um projeto de transformação da sociedade, pois,

[...] os projetos profissionais se organizam em torno de um conjunto de conhecimentos teóricos e de saberes interventivos, de valores, princípios e diretrizes éticas e políticas, de orientações sobre o perfil de profissional que se deseja formar e de diretrizes para tal. Compõem-se de orientações sobre as bases normativas, e valorativas, pelas quais a profissão se relaciona internamente e com a sociedade, um conjunto de referências metodológicas para a intervenção, posturas e modos de operar

construídos e legitimados pela categoria profissional, cujos conteúdos objetivarem a crítica da sociedade capitalista (GUERRA, 2007, p.8).

Ao buscarmos identificar com os profissionais de Serviço Social inseridos na política de assistência social de Teófilo Otoni se há avanços do projeto ético político do Serviço Social, no que se refere a política de assistência social: 13 (52%) entrevistados responderam que sim, e 12 (48%) responderam que não. Os entrevistados que consideram haver avanços, ressaltam que a PNAS e o SUAS representam um salto no que diz respeito a política de assistência social no Brasil, e que o compromisso ético político é buscar estabelecer dentro do que é pertinente, a política, a luta por sua expansão a todos os indivíduos que dela necessitar. E a luta por um serviço de qualidade e efetivação da própria política na busca constante da construção de condições capazes de instituir o respeito aos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, excluída do acesso a riqueza socialmente produzida.

Já os entrevistados que consideram não haver avanços, apontam que a precarização do trabalho, o direcionamento da política de assistência com foco limitado e reducionista de combate à pobreza, a falta de investimentos, e o gargalo do financiamento da política de assistência social são os entraves que impossibilitam a política de avançar. O que limita a efetivação de direitos dos indivíduos esbarrando, portanto, no projeto ético político. Já que esta realidade limita, chegando a minar os direitos da classe trabalhadora, duramente conquistados. Mas cabe ressaltar que, todo esse movimento envolve uma série de desafios práticos para a sua efetivação, que implica no conhecimento das condições objetivas do exercício profissional e da própria profissão. Neste sentido, é preciso que tais condições sejam refletidas e discutidas, buscando-se apreender suas singularidades e particularidades frente a um capitalismo monopolista, baseado em um padrão produtivista, competitivo, individualista, neoliberal, que opera saídas tecnicistas e imediatistas fragmentando classes, profissionais e precarizando as políticas sociais.

Outra questão levantada na entrevista, refere-se à articulação política dos profissionais com o sindicato, ou com o conjunto CFESS/CRESS. Dos profissionais participantes da pesquisa, somente 3 profissionais informaram realizar articulação política, 22 profissionais informaram que não participam de nenhum tipo de articulação política. No atual contexto de fragmentação das lutas sociais e da própria classe trabalhadora, compreendemos que isso dificulta a organização da classe trabalhadora dos assistentes sociais da região, indicando uma fragilidade e desarticulação política. Esse fator se torna prejudicial, pois, a fragmentação e individualização impede que os profissionais lutem por melhores condições de trabalho, por

um maior reconhecimento e valorização da profissão na região, e enfrentem a “politicalha” tão marcante e presente ainda na realidade dos municípios. Processo este que respinga na política de assistência social.

Em março de 1993 foi criado na região do Vale do Mucuri um núcleo de assistentes sociais, denominado NASVAM -Núcleo de Assistentes Sociais do Vale Do Mucuri, o núcleo foi desfeito em 2006, devido a uma desarticulação e desmobilização por parte dos profissionais, com participação reduzida. Atualmente há uma tentativa de se retomar essa articulação com os profissionais, algumas reuniões vem sendo realizadas com o intuito de reativação do Núcleo de Assistentes Sociais. Cabe destacar, que o fortalecimento e a união dos profissionais é essencial para a tomada de ações que contribuam para o fortalecimento dos profissionais na direção do enfrentamento às precárias condições de trabalho, e ao enfrentamento de propostas conservadoras e antidemocráticas que vem tentando dismantlar a política de assistência social no Vale do Mucuri. Neste sentido, é preciso fortalecer as experiências coletivas de luta. Uma outra articulação importante, seria a criação de Grupos de Trabalho (GTs) dos assistentes sociais trabalhadores do SUAS, sendo um espaço de discussão, estudo, troca de experiências e de fortalecimento político dos profissionais e de análise do desenvolvimento da própria profissão no município e região.

Os 25 profissionais entrevistados informaram que possuem conhecimento sobre o conjunto CFESS/CRESS¹²⁸, reconhecendo que esses órgãos são responsáveis por zelar e fiscalizar o exercício profissional dos assistentes sociais. Mas ainda demonstram pouco entendimento sobre o papel amplo das entidades, 4 dos profissionais entrevistados responderam que o CRESS realiza apenas cobrança de mensalidades, não auxiliando os profissionais em mais nada. Entretanto, ao serem indagados se já procuraram a instituição quando precisavam, os mesmo responderam que não obtiveram a ajuda necessária de que precisava, e que foram mal atendidos. Embora, não seja objetivo neste trabalho, discutir o papel do conjunto CFESS/CRESS, é preciso destacar que, para muitos profissionais, o fato do CRESS não responder às demandas imediatas do profissional, a entidade não o representa. Falas corriqueiras expressam essa perspectiva, que desconhecem o efetivo papel de fiscalização do exercício profissional do CRESS. Neste sentido, o CRESS deve estar atento e aberto aos questionamentos da categoria, mas os próprios profissionais precisam participar efetivamente

¹²⁸ O Conselho Federal de Serviço Social, com sede em Brasília-DF e os Conselhos Regionais de Serviço Social, com sede em todos os estados da federação são entidades autárquicas, de natureza pública, regulamentados pela Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 n°.8662.

destes espaços que se constituem pela própria base, que são as/os assistentes sociais. A frágil participação dos assistentes sociais nos CRESS corrobora para a própria fragilidade das lutas coletivas da categoria.

Ainda sobre essa presença efetiva do CRESS na região do Mucuri, os profissionais destacam a necessidade de uma seccional mais próxima, que atendesse a região do Vale do Mucuri e Jequitinhonha, pois a distância da região de Teófilo Otoni a Belo Horizonte, sede do CRESS-MG é de aproximadamente 549 KM. Segundo os profissionais, a distância inviabiliza uma articulação mais próxima do CRESS com a realidade profissional dos Vales, acerca das condições de trabalho, incentivo a capacitações, articulação política, legitimação e valorização da profissão, dentre outros pontos. Entretanto, um dos grandes desafios é que diante dessa fragilidade na participação política dos assistentes sociais nos espaços do CRESS, os profissionais do Vale do Mucuri participem da construção de uma seccional na região.

Outra questão destacada na pesquisa de campo se refere ao assédio moral. Ao serem indagados se já sofreram ou sofrem assédio moral no âmbito do trabalho, 2 profissionais informaram que já sofreram em outros municípios, em que trabalharam anteriormente. Uma delas veio a ser demitida porque não cumpriu uma determinação do âmbito da gestão, que era a de não atender usuários que não haviam apoiado o prefeito atual durante sua candidatura. Como punição esses usuários seriam excluídos de programas assistenciais. Como a profissional se recusou a tal ação, que fere seu código de ética, a mesma foi demitida do cargo. Apenas 1 participante da pesquisa informou que sofre assédio moral na atual instituição empregadora.

Foi indagado aos participantes da pesquisa se eles percebem algum preconceito ou conservadorismo de gênero no seu exercício profissional. Apenas um entrevistado informou perceber sim, o preconceito de gênero no âmbito profissional. Os demais informaram não perceber ou não ter sofrido nenhum preconceito de gênero no seu exercício profissional. Talvez devido ao fato do preconceito de gênero apresentar ramificações bem simbólicas, fica mais difícil apreendê-lo. Algumas posturas e ações que talvez não identificamos de imediato como sendo preconceito de gênero, com um olhar mais cauteloso acaba por nos revelar tal situação.

Cabe destacar como já apontado ao longo deste trabalho, que o caráter feminino da profissão Serviço Social demarca uma subalternização desta mesma profissão. Isso porque, profissões tidas como tipicamente femininas nesta sociedade machista, sexista e patrimonial, são inferiorizadas, tidas como de menor relevância, com salários menores, se comparadas às profissões ditas como de predominância do universo masculino.

Nesta direção, a força de trabalho feminina é mão de obra barata para o capital, e duplamente explorada. Pois, as mulheres, além de venderem sua força de trabalho no mercado, ainda exercem uma dupla jornada, desempenhando atividades com o cuidado da casa ou do lar, ainda tida como função prioritária da mulher nessa sociedade, para manutenção da força de trabalho masculina para o capital. O mundo do trabalho que também se configura pela divisão social e sexual do trabalho, sempre tendeu a hierarquizar as relações entre homens e mulheres, e a estabelecer assimetrias entre esses segmentos, elaborando inúmeros argumentos para justificar os baixos rendimentos da mulher trabalhadora. Sobretudo no sentido de disseminar uma ideia distorcida e preconceituosa de que o salário feminino é um complemento ao rendimento do marido. E por isso, pode ser menor, o que reforça as desigualdades de gênero que conformam o mundo do trabalho em uma sociabilidade assentada em padrões discriminatórios e rigidamente assimétricos.

Os profissionais informaram também que as mulheres procuram mais a assistência social que os homens, e que o público usuário é de predominância feminina. Quando indagados sobre o porquê desse índice, alguns profissionais relatam que está atrelado ao fato de na sociedade, a mulher desempenhar o papel de cuidadora, do zelo. E que na separação dos papéis, a mulher fica com este, do cuidado. Por isso, elas recorrem a ajuda quando precisam. Outro ponto é que a constituição familiar vem mudando e que muitas mulheres hoje se tornaram as provedoras dos lares, sendo a principal responsável pela renda. Cabe destacar que, a função do cuidado não deve ser atrelada apenas a mulher, tendo em vista que o homem também deve assumir a função do cuidado para com os filhos e com o lar. Infelizmente, há uma hierarquia, uma relação de poder que gera desigualdade de gênero nessa sociedade. E que faz enquadramentos dos papéis sociais que devem ser desempenhados por homens e mulheres, limitados pela dimensão biológica. Tais processos geram exclusão, separação e, portanto, devem ser questionados.

4.2.6 Penosidade do trabalho e seus impactos na vida do trabalhador

Neste eixo, perguntamos aos participantes da pesquisa quais as demandas mais comuns no seu cotidiano profissional e como elas se vinculam as expressões da questão social. As respostas dos profissionais podem ser observadas de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 8- Demandas que se apresentam no cotidiano profissional dos assistentes sociais e sua vinculação às expressões da questão social de acordo com os participantes da pesquisa

<i>Demandas apontadas pelos profissionais</i>	<i>Vinculadas as seguintes expressões da Questão Social</i>
Situação econômica das famílias e indivíduos. Trabalho/renda	Desemprego/ pobreza/ pauperismo/desigualdade de classe
Alcoolismo/ drogas	Violência urbana/ pobreza/ Desigualdade social.
Abuso sexual/ Exploração sexual praticados contra criança e adolescente e deficiente físico.	Violência/ Discriminação e preconceito de classe e gênero.
Violência patrimonial, psicológica, doméstica, física, sexual praticados contra a mulher, idosos crianças e adolescentes.	Violência/ Desigualdade social/ Discriminação e preconceito de gênero, classe e raça.
Adoecimento mental e transtornos mentais.	Condições de adoecimento relativos a violência, extrema pobreza e desigualdade social.
Situação de rua	Desemprego e dependência química oriunda da condição de pauperismo.
Êxodo rural	Desemprego/ pobreza/ miséria
Descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família.	Evasão escolar devido a condição de pobreza e trabalho infantil.
População indígena	Preconceito e discriminação étnica.

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Essas são as principais demandas atendidas pelos profissionais no âmbito da assistência social identificadas pelos entrevistados.

A questão social é indissociável das configurações assumidas na relação entre capital e trabalho, expressando a contradição entre as forças produtivas e o desenvolvimento da sociabilidade humana. O modo peculiar de produção e exploração na sociedade capitalista, efetiva um marco de contradições e antagonismos oriundos da apropriação desigual de toda riqueza socialmente produzida. A questão social, ao ser colocada na cena contemporânea, a partir do conflito entre as classes sociais, expressa “[...] *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais* [...]” (IAMAMOTO, 2001, p. 17 grifos do autor). Dessa forma a pobreza material, a violência, o desemprego são algumas das expressões da questão social, que são múltiplas e diversas, e que assumem e se expressam nos espaços de trabalho concretos dos assistentes sociais. Portanto, é preciso ter claro o fundamento de apropriação da questão social como base da profissão que a distingue do que é próprio do pensamento conservador. Pois a questão social “[...] não tem nada a ver com o desdobramento de *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou ou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46 grifos do autor).

O projeto e pensamento conservador procura justificar a questão social como “problema social”, transformando-a em objeto de dever moral de ações filantrópicas e caritativas, ou realizando um processo de criminalização da questão social, especialmente quando se trata de questões consideradas ameaças a ordem social ou segurança individual (roubo, violência). Consideradas ações de classes perigosas sujeitas a repressão e violência, ou culpabilização dos indivíduos acerca das suas condições de vida como se sair da condição, por exemplo, de pobreza, miserabilidade fosse apenas uma falta de esforço pessoal do indivíduo. Resumindo, a questão social é vista como uma condição meritocrática que desresponsabiliza o Estado do seu enfrentamento mais efetivo. “Quando se criminaliza o ‘outro’, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida” (IANNI, 1991, p. 6).

No que diz respeito a atuação profissional, os profissionais precisam ter claro o fundamento da apropriação da questão social pela profissão Serviço Social. Um preparo técnico e teórico que impeça uma consciência acrítica, pois, a mesma pode levar a respostas pragmáticas, irracionistas e culpabilizadoras dos usuários. Como podemos perceber na seguinte fala de um profissional entrevistado,

[...] o que a gente percebe muito, pelo menos aqui no nosso território é essa questão do desemprego, a pessoa prefere receber o Bolsa Família do que ter um emprego. A gente aqui vê que é mais essa questão de, não sei se pode se dizer preguiça, mas comodismo né. Porque todo mês tem aquele certo ali na conta e eu vou fazer esforço pra quê? Eu vou cumprir uma carga horária pra quê se todo mês eu tenho ali na minha conta? O que a gente percebe aqui com os nossos usuários é essa questão (Profissional A.08)

Infelizmente a fragilidade na formação profissional, as próprias condições de trabalho na sociedade capitalista e o conservadorismo imbuído na sociedade contribuem para reatualização de práticas e ações moralizantes no âmbito profissional.

Sobre os riscos sofridos pelos profissionais no cotidiano profissional, 18 profissionais ressaltam a falta de segurança ao realizar visitas em áreas consideradas perigosas devido ao alto índice de violência urbana. Em sua maioria, esses profissionais relatam fazer visitas sozinhos. A questão da insalubridade é outro ponto que foi destacado por 10 profissionais, pois os assistentes sociais adentram em ambientes insalubres, sob péssimas condições de higiene, tem contato com doenças infectocontagiosas como tuberculose, dentre outras. Neste aspecto, cabe destacar que nenhum dos profissionais entrevistados possuem plano de saúde, nem programa ou ações de acompanhamento rotineiro para imunização, já que são por diversas vezes expostos

a riscos de comprometimento à saúde pelo trabalho que desempenham. Todos os profissionais entrevistados reclamam que não possuem adicional de periculosidade ou insalubridade. 5 profissionais se queixaram também da falta de segurança nos equipamentos. 1 profissional relatou que já foi agredida por um usuário, que estava nervoso, e que no momento se encontrava apenas ela e uma auxiliar administrativa no equipamento. Ambas trabalham sozinhas no turno da manhã.

As falas seguintes nos trazem uma maior riqueza de detalhes relativos aos riscos que esses profissionais enfrentam,

O salário baixo e o trabalho excessivo. O risco que a gente corre, a gente tem que subir morro, a gente vai pra zona rural, então assim, dependendo da situação a gente até comenta que chega a ser desumano. A gente sofre ameaça, igual eu já sofri ameaça várias vezes. Né, então assim, várias vezes eu paro pra pensar “Será que compensa?” [...] as vezes tem uma pessoa ali que tem uma doença e você não sabe e a gente tem que visitar a casa daquela pessoa; a gente não tem direito a uma vacina, eles falam que o pessoal da saúde têm direito a todas as vacinas, mas a gente não tem e a gente tá ali de frente com aquele usuário. (Profissional A. 08).

Assim a gente corre bastante risco porque, como se diz, quem precisa do Serviço Social num é um rico, é aquela situação mais crítica mesmo né? É as pessoas que tá em situação de pobreza extrema, então você sobe um morro desse aí. Teve um caso, por exemplo, que eu fui recebida pelos membros do tráfico lá, eles bateram como cabo do revólver em cima do capô do carro pra perguntar, o que a gente queria? Quem que a gente tá procurando, né? Então aborda a gente primeiro né. É o maior risco né? principalmente pra mim, porque eu acabo fazendo visita sozinha. Porque eu não tenho uma companheira, e eu acabo subindo em morro só [...] (Profissional A.16).

Ainda acerca da penosidade do trabalho e os impactos na vida do trabalhador, indagamos aos sujeitos entrevistados, se eles consideravam a saúde afetada pelo trabalho. 5 (20%) dos profissionais entrevistados disseram não ter sua saúde afetada pelo trabalho, 20 (80%) dos profissionais entrevistados disseram ter ou já ter tido sua saúde afetada pelo trabalho. 4 profissionais relataram fazer terapia e 1 faz acompanhamento psiquiátrico, devido a adoecimento do trabalho. Dentre os principais sintomas e problemas os profissionais relatam, o stress, ansiedade, angustia, dor de cabeça, depressão, falta de ar e alergias desenvolvidas pelo stress emocional. Como podemos perceber através de algumas das falas:

[...] Porque assim, hoje eu faço acompanhamento com psiquiatra devido ao baque daqui né? A pressão daqui. Eu faço acompanhamento com psiquiatra [...]. Tomo meus medicamentos porque eu preciso tomar, as vezes eu venho pra cá angustiada por olhar e ver que é um trabalho que nada me motiva ficar aqui mais. Entendeu? Tô aqui sozinha, não tem ninguém pra me ajudar. Minha saúde tá sendo afetada pelo trabalho aqui, embora eu só trabalhe seis horas, mas é puxado. Entendeu? (Profissional A. 03).

Sim, no início mesmo minha saúde tava bem ruim, era muito stress. No início era muita cobrança, aí eu sou ansiosa, e logo no início quando eu fui contratada pra trabalhar aqui, eu achava que num ía dar conta. [...] e eu pensava será que vou dar conta. Se eu num dar conta peço pra sair. Agora de uns tempos pra cá, sinto alergia, falta de ar, quando eu chegava no trabalho empolava todinha então... Stress emocional mesmo, quando eu chegava no serviço começava a ter alguns sintomas. Aí às vezes num conseguia produzir nada. Num conseguia pensar, acho que o clima é muito pesado ...aí fui no médico. [...] Eu falava assim “Meu Deus do céu”. Gente como nós, assistentes sociais, sei lá, qualquer técnico tem que ter um acompanhamento, né, porque a gente trabalha lidando com pessoas. A situação da vida que a pessoa leva, eu vou fazer um atendimento e a pessoa conta aquela história, eu fico com aquilo na cabeça. Aí fico imaginando: Fulano, poderia fazer isso por ela, mas eu não posso, tem que ser a política... (Profissional A.18).

O adoecimento segundo Alves (2013) é a suprema precarização do homem que trabalha se tornando um elemento da desrealização humana e pessoal. “[...] o adoecimento é apenas a situação-limite do estranhamento que perpassa hoje a sociedade burguesa, sociedade doente devido ao desequilíbrio estrutural entre Homem e Natureza, pela propriedade privada e a divisão social hierárquica do trabalho” (p. 192).

Sobre se as condições cotidianas do trabalho afetam outras áreas da vida pessoal, alguns depoimentos indicam que sim, conforme o exposto:

Eu acho que sim, num vou ser tão dramático né? Atualmente eu tenho tentado separar, mas em outros casos se a gente deixar o próprio stress, a ansiedade, chega a afetar sim o convívio. Até nas conversas que eram pra ser de almoço ((risos)) acabam sendo uma conversa mais de desabafo, de stress, ou de crise, querendo ou não afeta nossa vida pessoal [...] (Profissional, A21).

Olha, familiar já afetou muito, viu? Eu fui casada com policial, então eu acho que são duas coisas que não combinam muito ((risos)). Mas hoje não afeta tanto não. É o que eu falei, a partir do momento que cê vai amadurecendo na profissão, cê consegue entender que têm coisas que vai além de você e com essa você não tem muito mais com o que lidar, e aí eu aprendi a não deixar envolver muito a minha vida familiar nessas questões. Até pra diminuir o sofrimento [...] eu já vi assistente social sair daqui chorando, porque não dava conta de lidar com o sofrimento do outro (Profissional, A02).

Assim, 16 (64%) dos entrevistados informaram que sentem ou já sentiram sua vida pessoal ser afetada pelo trabalho, 9 (36%) disseram que não. Dentre as principais questões que afetam a vida pessoal, apontadas pelos profissionais, são: a questão financeira que inviabiliza o acesso ao lazer, a cultura e inclusive a uma formação continuada. Além disso, o salário não é suficiente para suprir todas as necessidades, tendo a maioria dos profissionais de complementar a renda de outra forma. O stress que acaba afetando as relações interpessoais e familiares. As situações de violência e de extrema vulnerabilidade presenciadas na vida dos usuários também

afetam psicologicamente os profissionais que não conseguem na maioria das vezes se desligar dos fatos, quando estão em casa.

[...] o novo trabalho flexível e suas formas de controle laboral [...] conduzem não apenas à *precarização salarial*, mas principalmente à *precarização do homem-que-trabalha*; isto é, a nova morfologia social do trabalho flexível tem um impacto disruptivo no metabolismo social do homem-que-trabalha, atingindo irremediavelmente a vida cotidiana de homens e mulheres trabalhadores, disseminando sentimentos de inseguranças e descontrole pessoal. [...] Consideramos como o impacto crucial da nova morfologia do trabalho alienado aquilo que denominamos “redução do tempo de vida a tempo de trabalho”, isto é, a invasão da vida pessoal pelos requerimentos da atividade produtiva do capital. Esse é o verdadeiro sentido do estranhamento sob o modo de controle do metabolismo social do capital (ALVES, 2013, p.179 grifos do autor).

Percebemos assim que, a pesquisa de campo veio substanciar alguns pontos discutidos teoricamente durante o desenvolvimento deste trabalho. Neste caminho, apreendemos que, as condições de trabalho as quais se encontram os assistentes sociais inseridos na política de assistência social do município de Teófilo Otoni, são afetadas diretamente pelo ajuste neoliberal, pela reestruturação produtiva que tem como base o trabalho precarizado, terceirizado, flexível, polivalente, rotineiro e intensificado.

O assistente social enquanto trabalhador assalariado sofre os rebatimentos das condições de trabalho sob a égide do capitalismo. Dessa forma, pudemos identificar e compreender nesta pesquisa que, trabalho e vida estão imbricados e que as condições de trabalho afetam a vida do trabalhador.

Assim, os assistentes sociais que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, também são afetados por ela enquanto trabalhadores. Enquanto classe excluída do acesso à riqueza socialmente produzida, situação de exploração e negação de suas próprias vidas. Entretanto, por outro lado, não é possível negar as potencialidades do trabalho, como condição inerente e criativa da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da atual conjuntura que se encontra a sociedade brasileira, frente aos rebatimentos que a classe trabalhadora vem sofrendo através da contrarreforma do estado, com propostas conservadoras do atual governo brasileiro, que ameaçam e infringem os direitos sociais e trabalhistas de toda uma população, o processo de construção deste trabalho expressa um contínuo desafio. Neste percurso, pretendemos levantar alguns pontos e questionamentos sem, no entanto ter a pretensa intenção de considerar concluídas as reflexões em torno da problemática de estudo.

Estamos diante de uma realidade social que se encontra em constantes mudanças e de maneira complexa, vem trazendo alterações substanciais ao mundo do trabalho, e, conseqüentemente as pessoas que dependem dele para sobreviver.

O atual estágio do capitalismo mundial, marcado pelos monopólios, pela financeirização, acúmulo e concentração de riquezas, demarca no outro extremo a intensificação da desigualdade social. Temos que, a lógica de acumulação de riquezas na sociedade capitalista se sustenta pela exploração e superexploração do trabalho e aumento da miséria.

Nesse sentido, também se redesenha e redefine o papel do Estado, com seu traço neoliberal, no que tange às respostas dadas à classe trabalhadora em relação aos direitos sociais. A precariedade das relações capital-trabalho, e o aumento do desemprego são reflexos das profundas transformações societárias no mundo do trabalho, onde a reestruturação produtiva traz a flexibilização do trabalho, com base na racionalização da produção e intensificação do ritmo de trabalho, concomitante a superexploração do mesmo. Estes são alguns dos aspectos que atualmente vêm reconfigurando o trabalho na sociedade capitalista.

Dessa forma, a hipótese que orientou as investigações desta dissertação é a de que o processo da reestruturação produtiva vem atingindo o campo de trabalho do assistente social tanto na sua mudança ou redefinição, como a seguridade social, parte-se da premissa que na política de Assistência Social o profissional vem sofrendo impacto por esse processo.

Tendo o seguinte problema de pesquisa: Quais as condições de trabalho dos assistentes sociais inseridos no SUAS no município de Teófilo Otoni? Como as mudanças no mundo do trabalho têm incidido sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais? O que está na essência dessas condições de trabalho? Esses questionamentos, como orientadores da investigação proposta, exigiu-nos uma ampla reflexão.

Nesta direção, apreendemos que o/a assistente social é um/a profissional que lida cotidianamente com as expressões da questão social, no que se refere a vida dos usuários. E na sua própria vida, enquanto condição de trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho para sobreviver, também sofre cotidianamente o agravamento da precarização e intensificação do trabalho.

Assim, no estudo proposto, tornou-se indispensável retomar os estudos em Marx (2013), que nos traz a categoria “trabalho” de forma geral e particularizada, concebendo-a como atividade livre e consciente, determinada a um fim. Ao mesmo tempo, o trabalho apresenta na sociedade de classes a concepção particular, estranhada do trabalho assalariado contido nas mercadorias, com o único propósito de criar mais-valia auxiliando na reprodução e autovalorização do capital. Assim, a exploração e superexploração do trabalho, a alienação do trabalhador, à subsunção do seu tempo de vida pelo tempo de trabalho coloca no indivíduo à dinâmica da condição laboral do capital, em que a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida humana e se expressa na família, na escola, no lazer e no trabalho. E neste processo, a/o assistente social também se insere, como parte integrante da classe trabalhadora. Portanto, sem reduzir a uma análise economicista, como alguns julgam ser, equivocadamente, a análise marxiana, é necessário compreender os sujeitos enquanto particular- individual e humano-genérico.

Cabe ressaltar, que entender a profissão, Serviço Social, significa entender os sujeitos profissionais que constroem diariamente essa profissão. Assim, tornou-se necessário conhecer de forma aproximativa quem são esses profissionais assistentes sociais? Foi preciso ouvir e entender como esses profissionais se sentem, o que eles pensam sobre a profissão, quais as suas concepções de homem/mundo, e como se dá seu trabalho, na base da política de assistência social. Percebendo como se dá a materialidade prática, indissociável da dimensão teórica e ética, do exercício profissional com o usuário, os limites, impasses e possibilidades da atuação. Quais são as suas inserções políticas e organizativas, a identificação e alinhamento com os princípios fundamentais e constitutivos do projeto ético-político que balizam a profissão. E as perspectivas que vislumbram em um cenário de profundas alterações sociais, e que provocam objetiva e subjetivamente impactos em todas as dimensões da sociabilidade. Tanto na esfera da produção, quanto da reprodução. Infere-se que só entende a profissão e só se conhece as dimensões teórico-ético-técnico profissional se for possível perceber como esse processo vem se dando na dimensão concreta, e particularizada do exercício profissional cotidiano. Entendendo as condições em que se materializa esse trabalho profissional.

Evidenciamos com essa pesquisa questões presentes no trabalho e na formação do assistente social na contemporaneidade no Vale do Mucuri, especificamente no município de Teófilo Otoni-MG. Consideramos que tais questões que exigirão da categoria profissional uma atenção para os impasses, dilemas e desafios postos na realidade neste município. E que essa pesquisa possa contribuir para que as/os assistentes sociais, hoje inseridos na política de assistência social do município de Teófilo Otoni, possam apreender esse estudo como instrumento para o avanço das possibilidades concretas do trabalho profissional, em sintonia com o projeto ético político do Serviço Social. Tendo clareza também dos limites que se inscrevem nesse cotidiano, marcado pela dinâmica das relações sociais capitalistas.

Como já mencionado e discutido nesta pesquisa, os resultados demonstram que os assistentes sociais inseridos no SUAS no município de Teófilo Otoni, apresentam o seguinte perfil profissional: 24 (96%) dos profissionais assistentes sociais participantes da pesquisa são do sexo feminino, 24 (96%) dos profissionais se formaram em instituições de ensino superior da rede privada. Quanto à educação continuada 14 (56%) dos profissionais entrevistados afirmam não ter realizado nenhum curso, *lato sensu* ou *strictu sensu*, ou capacitação. E 18 (72%) dos profissionais participantes da pesquisa relatam nunca ter recebido capacitação pela instituição empregadora, o que revela o baixo investimento do município na capacitação permanente para os profissionais do SUAS.

A falta de capacitação e de incentivo à educação permanente por parte do empregador limita as ações profissionais, dificultando inclusive a criação e utilização dos instrumentos técnico-operativos como apontado na pesquisa. Onde muitos profissionais ressaltaram a dificuldade de elaboração e utilização dos instrumentos técnicos-operativos, reflexos que nos exigem continuar a refletir que a dimensão técnico-operativa e teórico-metodológica são indissociáveis.

Quanto as condições de trabalho, todos os profissionais do Serviço Social inseridos no SUAS, no município de Teófilo Otoni, possuem vínculos empregatícios sob a forma de contratos temporários de trabalho, renovados a cada 6 meses. Este fator expressa concretamente a tendência da precarização do trabalho na realidade do município. Pois, esses profissionais acabam por não ter nenhuma garantia trabalhista, em que a flexibilidade do trabalho contribui e acentua para a alta rotatividade de profissionais, e descontinuidade na prestação dos serviços sociais. Quanto aos salários, estes não são reajustados desde 2005/2006, sendo atualmente equiparado ao salário mínimo. A rotatividade de profissionais, a intensificação do trabalho, expressa principalmente pela redução da jornada de trabalho, e falta de recursos humanos, são

também fatores apontados na pesquisa. Assim, se percebeu ao longo desta pesquisa, que na dinâmica impingida pelo capital, que vem intensificando e precarizando as condições de trabalho isso também vem se apresentando nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam os assistentes sociais. Dessa forma, conquistas dos trabalhadores como a redução da jornada de trabalho, que limita de certa forma a exploração do trabalho, a luta pelo estabelecimento do piso salarial e por melhores condições de trabalho devem ser fortalecidas. E os profissionais precisam se unir e se articular politicamente de forma mais intensa e cada vez mais incisiva.

Temos ainda a falta da realização de concursos públicos para a área da assistência social no município, que implica na falta de um Plano de Carreiras e Salários indicando ausência de perspectiva para o trabalhador em início de carreira e um desestímulo para quem já está há mais tempo.

Outro fator que se percebe, é que os cargos de chefia e coordenação são considerados cargos de confiança e, portanto são preenchidos por meio de indicação garantidos pelos políticos no período eleitoral. O que muitas vezes resulta em gestores e coordenadores desqualificados, sem experiência e sem proximidade com o debate teórico, político e com a prática na política de assistência social. Tal processo vem refletindo em ações filantrópicas, conservadoras e regressistas no âmbito da política de assistência social, pelo próprio desconhecimento acerca da historicidade da política. E infelizmente, o que se identifica é que essas práticas, ainda são comuns nos municípios do Vale do Mucuri.

Dentre os desafios e dificuldades relatados pelos profissionais assistentes sociais entrevistados, para a execução da política de assistência social no município, destacam-se: recursos humanos e materiais limitados e infraestrutura deficitária. Estes não possuem acesso à internet, sistema de telefonia, computadores, transporte, enfim poucos recursos institucionais e humanos que comprometem a qualidade dos serviços, além da desvalorização do trabalhador. Esses fatores acabam por refletir na frágil autonomia do profissional, no que diz respeito a execução do seu trabalho, pois tais condições impõe limites a condução do trabalho e a implementação do projeto profissional. Neste contexto, por ser um trabalhador assalariado, os assistentes sociais, não dispõem dos recursos financeiros, materiais, ou seja dos meios de trabalho, pois estes são de domínio das instituições empregadoras.

A autonomia do profissional assistente social que é dotado de liberdade e teleologia (capacidade criativa) se vê fragilizada pela sua condição de trabalhador assalariado. Na ordem do capital o trabalho é estranhado, alienado e a capacidade criativa tende a ser aprisionada nas instituições pelo processo da racionalização do trabalho. Os rebatimentos da ideologia

neoliberal, em que a precarização do trabalho e da formação profissional limita a autonomia profissional. Mas nas lutas que os profissionais travam cotidianamente, este, ainda que com sua autonomia fragilizada, pode estabelecer possibilidades a sua autonomia profissional. Ações orientadas pelo Código de Ética da profissão contribuem para estabelecer relações com os usuários da política social, num processo de orientação e direcionamento das demandas e do exercício profissional. Respaldo pela possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos e regulamentação da profissão. Cabe destacar que, a formação continuada e a ampliação do conhecimento auxiliam para uma maior autonomia técnica nas três dimensões: técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-política, oferecendo aos profissionais condições de tencionar contra as imposições que tentam limitar suas ações.

Outra questão relevante na pesquisa se refere aos relatos de adoecimento laboral, reflexos das condições de trabalho e das adversas situações que os profissionais enfrentam em seu cotidiano nos espaços sócio ocupacionais.

Conclui-se que os profissionais assistentes sociais do município de Teófilo Otoni no campo da política de assistência social sofrem, de forma aprofundada e intensa, os rebatimentos da precarização do trabalho, sendo superexplorados e tendo sua vida afetada por tais condições.

Neste contexto, a pesquisa nos possibilitou identificar e compreender os desafios para a efetivação do projeto ético político no cotidiano de trabalho. Sendo possível estabelecer uma aproximação do cotidiano dos profissionais, em um contexto marcado por disputas, contradições, conflitos e tensões entre as demandas profissionais, que se orientam pelo Código de Ética do Assistente Social de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93 e pelas Diretrizes Curriculares de 1996, e as demandas institucionais que se pautam sob a égide da lógica acumulativa do capital, e legitima uma sociedade assentada na desigualdade social. Dessa forma, compreendemos cada vez mais a necessidade da articulação política e do fortalecimento dos profissionais, enquanto classe trabalhadora, para o enfrentamento do conservadorismo e dos retrocessos que vem impondo desmontes de direitos sociais e às conquistas relativas ao trabalho.

Particularmente, diante da contrarreforma do estado brasileiro, com propostas que infringem os direitos sociais, especialmente da camada pobre e subalterna da sociedade, devemos apostar na defesa do projeto ético-político e na materialização dele. Assim, é preciso de acordo com Barroco (2012) que nossa organização política do ponto de vista profissional esteja fortalecida e renovada. Para isso as/os profissionais precisam apreender de forma mais

aprofundada os fundamentos teórico metodológicos da profissão que estão em sintonia com a defesa de uma sociedade livre e efetivamente democrática. A apreensão dos profissionais por essa perspectiva incide diretamente no sentido para esses profissionais principalmente da base, da defesa do projeto ético político. Do sentido de pertencer e se reconhecer como uma categoria profissional que resiste e que luta contra as desigualdades sociais. Sabemos que isso não é tarefa fácil no atual contexto, marcado por uma série de tensões e contradições. Mas que, diante dos avanços da profissão, nos coloca algumas possibilidades na construção de práticas efetivamente democráticas e emancipatórias.

Diante do exposto ao longo deste trabalho, acreditamos que as reflexões aqui apresentadas sirvam como ferramenta e direcionamento no debate acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais, da própria política de assistência social, pois são várias as questões que o próprio estudo levantou e que merecem ser aprofundadas em trabalhos futuros. Como por exemplo: o assistente social enquanto trabalhador assalariado frente às profundas transformações societárias ocorridas na atualidade; o trabalho na sociedade brasileira e suas novas configurações frente à contrarreforma do Estado brasileiro; aspectos políticos econômicos e sociais da sociedade brasileira atual e os desmontes das políticas sociais e trabalhistas promovidas por reformas antidemocráticas, antipopulares; o projeto ético-político do Serviço Social na atualidade e a sua materialidade frente a espaços sócio-ocupacionais; políticas sociais em que atuam o assistente social; entre outros.

Cabe destacar que essa pesquisa permitiu traçar um perfil do profissional assistente social inserido no SUAS no município de Teófilo Otoni, trazendo elementos que nos norteiam para o próprio desenho do desenvolvimento e construção da profissão na região do Vale do Mucuri. Assim, como nos permitiu também, dar voz a profissionais que são parte da história desta profissão e do movimento real dela. E que atuam na ponta da política de assistência social, dando concretude para a efetivação desta, mas que por diversas vezes, não são notados, são esquecidos como muitos outros, pelos rincões deste Brasil. É esse profissional que trava batalhas cotidianas, e que constrói a si e ao mesmo tempo a sua própria profissão, numa conjuntura adversa, marcada pela contrarreforma e desmonte de direitos, onde essa pesquisa buscou, ainda que limitadamente, demonstrar.

Assim, a partir dos dados analisados e das informações que os mesmos nos traz, podemos entender que ações como a criação de Grupos de Trabalhos (GTs), Fórum de Trabalhadores da Assistência Social, a luta pela conquista de uma Seccional do CRESS na região do Vale do Mucuri, são estratégias que deixamos como propostas para a contribuição

com o processo de articulação política dos profissionais. Importa salientar que os resultados dessa pesquisa serão fornecidos aos profissionais que dela participaram e ampliada a demais profissionais por meio de oficinas e capacitação, assim como a divulgação dos resultados da pesquisa em palestras e/ou seminários, no intuito de oferecer um retorno da pesquisa e concomitantemente contribuir com a árdua luta que os profissionais travam cotidianamente no exercício da própria profissão.

Portanto, esperamos que este trabalho permita contribuir principalmente, para os profissionais assistentes sociais que atuam no Vale do Mucuri, a refletirem sobre o seu cotidiano profissional, sobre as condições estruturais que o conformam, podendo realizar a crítica a esse processo, na construção de práticas com mais sentido para os próprios profissionais de Serviço Social, e usuários da política de assistência social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Abepss, 1996.

ALMEIDA, N.L.T; BARBOSA, R.N.C; CARDOSO, F.G. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano. XIX, n°.58, p. 109-130, nov.1998.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um Balanço crítico da “década Neoliberal” (1990-2000). **Rev.Sociol.Polít.**, Curitiba, 19, p. 71-94, nov.2002.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaio de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. BAURU: Canal 6, 2014.

ANFIP. **Análise da Seguridade Social em 2014**. Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social – Brasília: ANFIP, 2015. Disponível em: <www.anfip.org.br>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. -2 ed.- São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARAÚJO, Cidália et al. Estudo de Caso. **Métodos de Investigação em Educação**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em <http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2015.

ARAÚJO, Cleonice Correia et al. Implantação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) no Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados da pesquisa empírica. In: COUTO, Berenice Rojas et al. **O sistema único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos ontológicos. – 6°. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia S. Desafios do projeto ético político: o enfrentamento do neoconservadorismo. In: CFESS. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília: CFESS, 2012.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: CRESS-7ª Região. **Assistente social: ética e direitos**. Rio de Janeiro, 2005.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 63-118.

BORÓN, Atílio. **O Socialismo no Século 21: há vida após o neoliberalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2000.

_____. As reformas na política de assistência social: da benemerência ao direito social, da solidariedade às parcerias entre o público e o privado. **Universidade e Sociedade**, n.22. Brasília: Andes, nov. 2000b.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine. Implicações da Contrarreforma do Ensino Superior no Serviço Social e o Exame de Proficiência em Questão. **Seminário Nacional**. CFESS: Brasília, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine. Crise do Capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine; ALMEIDA, Helena Tenório de (Org.). **Trabalho e Seguridade: percursos e dilemas**. -2 ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010b.

_____. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. IN: Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional O trabalho do/a Assistente Social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

BONI Valdete; QUARESMA Silvia Jurema. Aprendendo a Entrevistar: Como se fazer entrevista em Ciência Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2 nº 1 (3), p.68-80, jan./jul.2005.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: Paradoxos na construção das políticas de Previdência e Assistência Social**. Brasília: UNB, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete et al. *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n° 107, p.557-584, jul./set.2011.

_____. **Assistência Social e Trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR Evilásio. O financiamento da seguridade social no Brasil no período de 1999 a 2004. Quem paga a conta? **Revista Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. [S.l.: s.d.].

_____. Orçamento da Seguridade Social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n87, 2006.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. - 2.ed. –Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. **Lei 8.662** de 07 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providencias. Brasília, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. – 33. ed.- São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em <www.mds.gov.br>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos**. Brasília: MDS, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: CNAS, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde- CNS. **Resolução n° 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <[HTTP://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 10 outubro de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2014: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social**.- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2015a.

BRASIL. Lei 7.842 de 07 de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social**. 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

BRAVERMAN, HARRY. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRITES, Maria Cristina; SALES, Mione Apolinário. **Ética e práxis profissional**: Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores. 2º ed. Brasília: CFESS, 2007.

CANDAU, Vera Maria (Coord.). **Somos Tod@s Iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro. DP&, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 493/2006**. Brasília: CFESS, 2006.

_____. **O Trabalho do Assistente social no SUAS**: seminário nacional. Brasília: CFESS, 2011.

_____. **Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da Seguridade Social**. Brasília, 2011b.

_____. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília: CFESS, 2012.

_____. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos>

CHAVES, Edna Oliveira; CAMARGO, Maria A. B. C.A; NEPOMUCENO, Romilda Aparecida. O Serviço Social no Vale do Mucuri e região: Expansão e reconfiguração do Trabalho Profissional. In: **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: CRESS 6º região, 19 a 21 de maio de 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. - São Paulo: Xamã, 1996.

CINDS- Centro Integrado de Informações de Defesa Social. **Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher em Minas Gerais 2013-2015**. Secretaria de Defesa Social e Rede Integrada de Segurança Pública (RISP). Belo Horizonte, 2015.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o pensamento político. – 3º ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Contra a Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. -2. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, Berenice Rojas et al. **O sistema único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R.; YASBEK, M. C. e RAICHELES R. **A Política Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In: o Sistema de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. Berenice Rojas Couto et al. São Paulo. Cortez, 2010.

CRUZ, Fabiana Faustino et al. Gastos da Assistência Social: a predominância dos programas de transferência de renda e esvaziamento do FMAS. In: **IV Jornada Internacional de políticas públicas**. UFM, 2009.

DESENVOLVIMENTO Humano Municipal, 2000. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em: 02 set. 2016.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011.

FAERMANN, Lindamar Alves. A processualidade da entrevista no Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 315 - 324, jul./dez. 2014.

FLORESTAN, Fernandes. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 3ª.ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

FILHO, Rodrigo de Souza et al. Política de assistência social no contexto neoliberal: desafios da implementação do SUAS. In: DURIGUETTO, Maria Lúcia; MOLJO Carina Berta (Org.). **Sistema Único de assistência social, organizações da sociedade civil e serviço social: uma análise da realidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

FRANK, Gunder. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. México: Ediciones Era, 1973.

_____. Sociologia Del desarrollo y subdesarrollo. In: **El desarrollo del subdesarrollo**. Barcelona: Anagrama, 1971.

FREIRE, Lúcia M.de B. **O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional**. -3.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Relatório Metodológico** – Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais – PAD – MG. Disponível em:<www.fjp.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2016.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e grupais. In: GASKELL, George; MARTIN, W. Bauer (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. - 2º ed. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere**. - 2º ed. vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

GUERRA, Yolanda. O projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 91, p. 05-33, 2007.

_____. A instrumentalidade do trabalho do assistente social. In: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais- 6ª Região (Org.). **Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. 1 ed. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Monteiro. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GUIRALDELLI, Reginaldo (coord.). **Perfil Profissional dos assistentes sociais de Belo Horizonte (MG)**: subsídios para análise. Belo Horizonte: CRESS 6º região, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

<http://www.aspprev.com.br/teofilootoni/?page_id=32>. Acesso em: 17 de nov.2015.

<<http://blogdobanu.blogspot.com.br/2014/02/vale-do-mucuri-sempre-elegeudeputados.html>>. Acesso em: 17 de Nov.2015.

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 15 de dez. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão Social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, 2 ed. Ano. 2, n.3, p. 9-31, jan./jul. 2001.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. -7.ed.-São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social.- 2.ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil; esboço de uma interpretação histórico - metodológica.** – 23.ed.- São Paulo, Cortez; CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e Indivíduo Social:** um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 3.ed. São Paulo Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: 19 ed. Cortez, 2010.

_____. A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional (Palestra). In: CFESS. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada.** Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília: CFESS, 2012.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 120, 2014.

IANNI, Otávio. A questão social. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: v. 5, p. 2-10, 1991. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 4 abril de 2017.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais. **Uma análise das condições da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde:** trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Alfa- Omega, 1975.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3. ed. rev. e amp. Ijuí. Ed: Unijui, 2007.

LESSA, Ricardo; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx.** Publicado em 11/08/2004. Disponível em: <www.google.com.br>. Data de acesso 16/03/2012.

LIMA, T.C.S. de; MIOTTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis,** Florianópolis v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O Tempo do Suas. **Serviço Social&Sociedade,** São Paulo, n. 87, p. 66-95, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUKÁCS, Gregory. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUKÁCS, Gregory. **Para uma ontologia do ser social, 2**. Tradução de: Nélío Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmir Fortes. – 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2013.

LUCE, Mathias Seibel. A Superexploração da força de Trabalho No Brasil. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 32, p. 119-141, 2012.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: A análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A.**, nº 21: Especial, p.1-9, 2000.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas.)

MARCONSIN, Cleir. Documentação em Serviço Social: Debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (ORGs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependência**. México: Era, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 3. Ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro II, V.1**; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. - 2º ed. – São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004a.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**. Tradução de: Klaus Von Puchen. -2 ed. São Paulo: Centauro, 2004b.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro II**; tradução de Reginaldo Sant'Anna.- 10º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I**; tradução de Reginaldo Sant'Anna. - 22º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do Capital**; tradução de Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Maurílio Castro de. As considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serv. Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out/dez. 2015.

MATTEI, Lauro. Políticas públicas de combate à pobreza no Brasil. O caso do programa bolsa família. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo: n°33. p.147-176, outubro, 2012.

MDS/SAGI. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome; Secretaria de avaliação e gestão da informação. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#> Acessado em: 07 de setembro de 2016.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MIGUEL, Renata. As Reflexões de Robert Castel sobre os Conceitos de “Risco” e “Vulnerabilidade Social”. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária. **Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015**. Belo Horizonte, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

MONTANO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classes e Movimento Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTANO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classes e Movimento Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete et al., (Org). As tendências da política de assistência social, o SUAS e a formação profissional. In: **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. -4.ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto- ético político do Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social: Modulo I. **Revista Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

NETTO, Jose Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo Monopolista e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NORONHA, Krine; SANTOS, Cláudia Mônica. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social- uma perspectiva crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (ORGs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: Princípios e procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

OLIVEIRA, Luciana Aparecida A.A de. Transformismo, hegemonia e subalternidade no pensamento de A. Gramsci. **10º Encontro Ciência política e a política: memória e futuro**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Ciência Política, 2016.

OLIVEIRA, Ana Cristina de O.; MOTTA, Vânia C. Novo-desenvolvimentismo, capital social e desigualdade social In: **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. Vol.8, n.26. Rio de Janeiro UERJ/ Faculdade de Serviço Social, 2010.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **Política Econômica, Estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

PAD- Pesquisa por amostra de Domicílio –**Mercado de Trabalho e Gênero**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, Boletim PAD-MG, ano1, n.1 maio de 2011.

PAD- Pesquisa por amostra de Domicílio – **Relatório Metodológico**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, Boletim PAD-MG, ano1, n.1 maio de 2011.

_____. **Perfil da População Idosa de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, Boletim PAD-MG, ano1, n.1 maio de 2011.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingues. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Katalysis**, Florianópolis, v.9 n.2 jul./dez. 2006.

PAIVA, Beatriz; ROCHA Mirella; CARRARO, Dilceane. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da teoria Marxista da Dependência. **Revista Ser Social**, Brasília, v.12, n.26, p.147-175, jan./jun. 2010.

PAIVA, Andrea Barreto de et al. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**: Nota técnica nº 27 do IPEA. Brasília: IPEA, 2016.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Os direitos de cidadania na LOAS, a PNAS e o SUAS** – limites e desafios-. Caderno Especial, nº 21, 2005.

PEREIRA, Fabiano M.; LEMOS, Mauro B. Desigualdade Regional Urbana: O caso das cidades médias mineiras no contexto nacional. In: FONTES, Rosa; FONTES, Maurício. (Org.). **Crescimento Econômico e Desigualdade Regional em Minas Gerais**. Viçosa: Folha de Viçosa, 2005, p. 93-128.

PETRAS, James. **Os fundamentos do neoliberalismo**. In. OURIQUES, N. D.; RAMPINELLI, W. J (Orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

PLANO de desenvolvimento integrado e sustentável do Jequitinhonha e Mucuri: área mineira. **Secretaria do Estado de desenvolvimento regional, política urbana e região metropolitana** – Subsecretaria de desenvolvimento regional. [S.l], 2014.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do Assistente Social e as condições de trabalho no Suas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RODRIGUES, Mavi. Assistência Social e vanguardas do Serviço Social na era neoliberal. **Argumentum**, v.8, n.2. p.35-50, maio/ago. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALVADOR, Evilasio. **Por que não há déficit na Seguridade Social e na previdência social?**. Brasília: Nota elaborada para o Sindifisco Nacional, 2010.

SALVADOR, Evilasio [et al] (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. – São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS Gilmar Ribeiro dos; PALES Raissa Cota. Desigualdades sociais e Desenvolvimento entre as macrorregiões de Planejamento de Minas Gerais. In: **Congresso Internacional e Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. -3º ed.- UFPR: Curitiba, 2007.

SEDESE. Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. Plano Estadual de **Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade**. Belo Horizonte: SEDESE; Subsecretaria de Assistência Social, 2015. Disponível em: [Http://www.social.mg.gov.br](http://www.social.mg.gov.br). Acessado em: 03 de maio de 2017.

SELIGMANN-SILVA. Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Giselle Souza. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégias de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR Evilasio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. – 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMÕES, P; ZUCCO, L. Homens no Serviço Social: primeiras impressões. In: *Libertas*, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 25 - 41, jan-jun / 2010.

SINGER, André [et al]. **Porque gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa Social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

TEÓFILO OTONI. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017**. Teófilo Otoni: SEMAS, 2015.

_____. Lei nº 6.972 de 04 de Janeiro de 2016 que altera lei 3930/1996. **Política de Assistência Social do Município de Teófilo Otoni**. Teófilo Otoni, 2016.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Muro Marini**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VICENTE, Damares. Desgaste Mental de assistentes sociais: um estudo na área de habitação. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n°123, p.562-581, jul./set.2015.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social e o movimento histórico da Sociedade brasileira. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentalização do (a) assistente social. 2. ed. São Paulo: Conselho Regional de Serviço Social, p. 13-29, 2006.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, out./dez.

ANEXO I



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO- UFES
CAMPUS GOIABEIRAS**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRABALHO ASSALARIADO: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO SUAS NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI- MG.

Pesquisador: AMANDA SILVA DE JESUS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51256915.30000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.379.863

Apresentação do Projeto:

A pesquisa visa analisar as condições de trabalho do profissional Assistente social inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no intuito de desvendar as particularidades e singularidades desses sujeitos.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar condições de trabalho no cotidiano profissional do Assistente Social, inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de Teófilo Otoni- MG no período de 2015 a 2016.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Toda pesquisa apresenta riscos mas a presente pesquisa pretende evitar a ocorrência dos mesmos seguindo à risca as recomendações da resolução 466, de 2012. Ainda assim riscos como desconforto ou incomodo ao lembrar de questões que lhe tragam sofrimento, ansiedade ao se defrontar com questões que lhe incomodem podem se apresentar durante as entrevistas, mas pretende-se evitar danos ou prejuízo ao entrevistado, buscando oferecer suporte ao entrevistado apoio e auxilio no que for necessário, tal como assistência imediata e integral caso seja necessário e buscar sempre respeitar a integridade, autonomia e liberdade do participante da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta fundamentação teórico-metodológica e relevância social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória estão coerentes com a legislação vigente.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_informações_básicas_do projeto_615653.pdf	24/11/2015 15:16:23		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / ativa de Ausência	TCLE.doc	24/11/2015 15:15:23	Amanda Silva Jesus	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto.pdf	24/11/2015 15:13:01	Amanda Silva Jesus	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / ativa de Ausência	TCL.doc	24/11/2015 15:11:38	Amanda Silva Jesus	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_CERTA	24/11/2015 15:11:09	Amanda Silva s Jesus	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITÓRIA, 22 DE DEZEMBRO

KALLINE PEREIRA AROEIRA

(Coordenador)

(Assinado por:)

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP 29.090-075

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada em princípio de **Análise do Trabalho dos Assistentes Sociais do SUAS do município de Teófilo Otoni -MG** com o objetivo de identificar e analisar as condições de trabalho no cotidiano profissional do assistente social, inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A pesquisa se justifica pela necessidade de se discutir as condições do trabalho assalariado do assistente social inserido no SUAS, auxiliando para a análise do retrato atual do trabalho deste trabalhador dentro da categoria profissional. É importante destacar também que aprofundar os estudos sobre o trabalho de assistentes sociais na atual conjuntura requer refletir sobre as possibilidades e alternativas para formulação de propostas de ações que visem à defesa dos direitos sociais.

As entrevistas serão realizadas com assistentes sociais que trabalham no SUAS no município de Teófilo Otoni- MG, com o propósito de analisar e identificar as relações e condições de trabalho nesse espaço sócio ocupacional, os tipos de vínculo empregatício, formas de inserção desse profissional no SUAS, as condições de vida desse trabalhador dentre outros elementos necessários para apreensão do objeto. Acredita-se na importância da entrevista, pois esta técnica possibilitará um acesso à visão dos entrevistados sobre as suas próprias condições de trabalho e como isso afeta a sua vida profissional e pessoal.

Para coleta de dados será utilizada a entrevista semiestruturada que terá como instrumento um roteiro de pesquisa, por acreditar que essa forma colabora muito mais na investigação sendo possível aprofundar em alguns aspectos necessários à pesquisa e pontos chave que o objeto coloca e que se faz necessário aprofundar.

As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra pela entrevistadora; trechos dos relatos aparecerão no corpo do trabalho. Serão suprimidos os nomes dos sujeitos da pesquisa, ou qualquer caracterização que possibilite sua identificação para a garantia da manutenção do sigilo e da privacidade dos/as participantes, e ainda para assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos/as participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Além disso, no sentido de resguardar os entrevistados de possíveis

riscos decorrentes da participação desta pesquisa, todo o material coletado será utilizado exclusivamente pelo pesquisador a partir dos objetivos propostos acima e será garantido o anonimato dos participantes.

Dessa forma sua participação é voluntária e, caso concorde em participar, será necessária para tanto, a realização de uma entrevista onde lhe serão feitas algumas perguntas. Informarmos que não há riscos, prejuízo ou desconfortos no estudo e não será adotado nenhum procedimento que lhe traga qualquer desconforto ou risco à sua vida. Para evitar riscos no decorrer da pesquisa, serão seguidas as recomendações da resolução 466/12, mas ainda assim, caso o mesmo venha a ocorrer, o participante terá toda assistência necessária e garantia de receber indenização em casos de eventuais danos provocados pela pesquisa, em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Este termo vem garantir-lhes os seguintes direitos:

- Respeito ao/à participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-me com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos, no sentido de preservar os entrevistados;
- Plena liberdade ao/à participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- Solicitar a qualquer tempo, mais esclarecimentos sobre esta pesquisa;
- Ao participante recusar-se a dar qualquer informação que considere constrangedora e/ou prejudicial à sua integridade física, moral e social;
- Manutenção do sigilo e da privacidade dos/as participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa;
- O participante da pesquisa receberá esta via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade.

Por fim, cabe destacar que nos comprometemos com a divulgação dos dados da pesquisa aos/às participantes da mesma e também em congressos, e encontros e outros meios que contribuem para a produção do conhecimento.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e dou meu consentimento para participar desta pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa, recusar a dar informações que julgue prejudiciais à minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente que uma cópia deste termo ficará arquivada com a pesquisadora, outra com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), responsável por esta pesquisa”.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do participante

Agradecemos antecipadamente sua participação e contribuição.

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvida em relação a este documento, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo pelos seguintes contatos:

Amanda Silva de Jesus- cel. (33) 98805-8652 e-mail – amandasilvaj@yahoo.com.br
Silvia Salazar – cel. (27) 9-9890-0782 e-mail – silviaufes@yahoo.com.br
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP) Goiabeiras
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Campus Universitário de Goiabeiras,
Av. Fernando Ferrari, s/n, Vitória - ES,
CEP: 29060-970
Tel: (27) 3145-9820 email – cep.goiabeiras@gmail.com

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG

Perfil Profissional

Idade:

sexo:

raça:

Instituição de Ensino em que se formou:

Ano em que se formou:

Formação Continuada:

Pós-Graduação

Mestrado

Doutorado

Cursos de capacitação:

Determinações Contratuais:

Tempo de atuação como Assistente Social:

Tempo de atuação na área da Assistência Social:

Cargo que ocupa e setor que trabalha:

Tipo de contrato de trabalho: Contrato Concurso Voluntariado

Carga Horária de Trabalho:

Tem outro vínculo empregatício?

Condições e meios de trabalho

- 1- Quais os recursos materiais necessários oferecidos para execução da sua função? Falta algum recurso material, financeiro ou humano para a execução do seu trabalho?
- 2- Como é o seu local de trabalho? Garante sigilo?
- 3- Quais os instrumentos técnicos operativos mais utilizados na sua prática (como manuais legais do Cras e Creas)? Existe alguma dificuldade na operacionalização desses instrumentos?
- 4- Você produz algum instrumento para pensar seu trabalho profissional, além das normativas legais?
- 5- São ofertados curso, capacitações ou incentivo a profissionalização pela instituição na qual trabalha?
- 6- Tem conhecimento da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS? Tendo noção, avalie-a?
- 7- Você como assistente social percebe que ainda existem práticas clientelistas no município e na instituição na qual está inserida (o)? Quais são e como se dão? Como elas rebatem no seu exercício profissional?

- 8- Qual a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento do exercício profissional do assistente social na política de assistência social no âmbito do (CRAS/ CREAS ou outros)?

Intensificação e precarização do trabalho

- 9- Identifique alguns pontos que sinalizam a precarização do trabalho no seu cotidiano profissional?
- 10- Você acha que as condições de trabalho profissional afeta no desenvolvimento da política de assistência social? Como?
- 11- Você se reconhece no seu processo de trabalho ou as vezes se pega desenvolvendo uma mera ação rotineira?
- 12- Você sente que o ritmo do seu trabalho é acelerado e baseado em produtividade?
- 13- Você faz horas extras e leva trabalho para terminar em casa?
- 14- Qual o valor da sua renda mensal? Você considera esse salário suficiente para atender as suas necessidades?

Constrangimentos ético-políticos e assédio moral

- 15- Para você como as condições de trabalhador assalariado muitas vezes submetidos a parâmetros institucionais, impacta na autonomia do seu trabalho e no desenvolvimento do projeto profissional?
- 16- Quais entraves encontrados na sua opinião, para a efetivação do projeto ético político da profissão no cotidiano de trabalho?
- 17- Na sua percepção, há avanços na efetivação do Projeto Ético do Serviço Social, no que se refere a Política de Assistência Social? Comente
- 18- Você realiza alguma articulação política com o sindicato da categoria ou com o conjunto CFESS/CRESS
- 19- Você sofre assédio moral no seu âmbito de trabalho?
- 20- Você percebe algum preconceito ou conservadorismo de gênero no seu exercício profissional?

Penosidade do Trabalho e seus impactos na vida do trabalhador

- 21- Quais as demandas mais comuns no seu cotidiano profissional e como elas se vinculam as expressões da questão social?
- 22- Quais os maiores riscos sofridos por você no seu cotidiano de trabalho?
- 23- Você considera que a sua saúde é afetada pelo trabalho lhe causando stress, sofrimento, nervosismo, ansiedade, dentre outros? Comente a respeito
- 24- Como as condições cotidianas do seu trabalho afeta outras áreas da sua vida (familiares, sociais)?